

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

**KUEYLA DE ANDRADE BITENCOURT**

**MEMÓRIAS AUTOFICCIONAIS:**  
**REINVENÇÃO DOS CORPOS TRANS EM UM CONTEXTO INTERIORANO**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**  
**AGOSTO DE 2022**

**KUEYLA DE ANDRADE BITENCOURT**

**MEMÓRIAS AUTOFICCIONAIS:  
REINVENÇÃO DOS CORPOS TRANS EM UM CONTEXTO INTERIORANO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Projeto Temático: Memória, Violência, Infância e Juventude no Brasil.

Orientador: Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos.

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA  
AGOSTO DE 2022**

B536m

Bitencourt, Kueyla de Andrade.

Memórias autoficcionais: reinvenção dos corpos trans em um contexto interiorano. / Kueyla de Andrade Bitencourt – Vitória da Conquista, 2022.

227 f.

Orientador: João Diógenes Ferreira dos Santos.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2022.

Inclui referências F. 212 – 227.

1. População trans. 2. Corpos Trans - Autoficção - Memória. 3. Vitória da Conquista - BA. 4. Insurgência. I. Santos, João Diógenes Ferreira dos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 306.768

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Memoirs self-fiction: reinvention of trans bodies in the interior.

Palavras-chaves em Inglês: self-fiction; Trans bodies; Vitória da Conquista; insurgency.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos (Presidente), Prof. Dr. Djalma Thürler (Titular), Prof. Dr. Adriano Maia dos Santos (Titular), Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva (Titular), Prof. Dr. Elton Moreira Quadros (Titular).

Data da Defesa: 19 de agosto de 2022.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

KUEYLA DE ANDRADE BITENCOURT

### MEMÓRIAS AUTOFICCIONAIS: REINVENÇÃO DOS CORPOS TRANS EM UM CONTEXTO INTERIORANO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade

Vitória da Conquista, 19 de agosto de 2022.

#### Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Diógenes F.dos Santos (Presidente)  
Instituição: UEFS

Ass.: João Diógenes F.dos Santos

Prof. Dr. Elton Moreira Quadros  
Instituição: UESB

Ass.: Elton Moreira Quadros

Profa. Dra. Edvania G. da Silva  
Instituição: UESB

Ass.: Edvania Gomes da Silva

Prof. Dr. Adriano Maia dos Santos  
Instituição: UFBA

Ass.: Adriano Maia dos Santos

Prof. Dr. Djalma Thürler  
Instituição: UFBA

Ass.: Djalma Thürler

A todos os corpos dissidentes,  
inadequados  
e insubmissos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pela bolsa de estudos concedida entre os meses de setembro de 2018 a maio de 2021, para que eu pudesse me dedicar ao doutorado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade (PPGMLS) da UESB que, através da coordenação, docentes e funcionárias/os, mantém um Programa de excelente qualidade, tarefa difícil nos tempos hodiernos de desfinanciamento da pesquisa nas universidades públicas brasileiras, sobretudo para um Programa vinculado a uma universidade no interior do Nordeste que vivencia as iniquidades no fomento a pesquisa no Brasil.

Ao orientador, Prof. Dr. João Diógenes pelos trajetos, nem sempre tranquilizadores, que fizemos juntos, pela disponibilidade e contribuição à minha formação acadêmica.

À todos os docentes do Programa pelo respeito e seriedade com a produção de conhecimento desde uma realidade interiorana, em especial ao Prof. Aterives Maciel e Rogério Luiz pela generosidade, cuidado e por me possibilitar compreender uma perspectiva mais aberta e criativa da memória, que deu vida ao processo singularizador deste trabalho.

Sou grata aos docentes Profa. Dra. Luma Nogueira, o Prof. Dr. Djalma Thuller e o Prof. Dr. Rogério Luiz de Oliveira pela disponibilidade em participar da banca examinadora do Exame de Qualificação, pela generosidade, pelo rigor na leitura e pelas preciosas contribuições que abriram novos e encantadores caminhos no desdobramento desta tese.

Agradeço à minha mãe, Dilma, de quem herdei o amor incondicional à educação, que sempre foi entusiasta do meu trajeto acadêmico e que sempre demonstrou respeito e admiração pelas minhas conquistas.

Ao meu filho, João Pedro, que encheu meus trabalhosos dias de leveza e alegria. Que me ensinou que ser criança é coisa séria e que compreendeu – mas que também contestou - todos os momentos em que estive compulsoriamente afastada do devir-criança. Que também tem me ensinado diariamente a esboçar um projeto de sociedade menos machista, menos racista e menos transfóbica.

Ao meu atual companheiro, Eduardo Badaró, pelo carinho, cuidado, parceria afetivo-sexual e pelo apoio fundamental sobretudo nos dois últimos anos deste processo de doutorado.

Às amigas Monaliza Cirino, Poliana Martins, Denise Viana, Luana Rocha, Clarize Campos, Rayza Lélis, Cris Leal, Jéssica Ferreira e em especial, Tia Keké, pela parceria afetuosa e o

auxílio nos cuidados com nosso menino João Pedro, diante da minha condição de mãe solo e doutoranda, sobretudo no contexto pandêmico. Amigas que estiveram sempre na torcida, que me fizeram compreender a força inestimável das práticas coletivas, que pacientemente ouviram minhas queixas e aturaram minhas rabugices durante todo o doutorado. Muito obrigada por tornarem minha vida mais alegre e mais potente, amigas!

À minha família, meu irmão, tias, tios, primas e primos, que sempre apostaram em mim e que me acolheram em diversos momentos do doutorado, sobretudo no período da pandemia.

À curandeira, Ceci, que me fez compreender que se trata de uma resistência ética assumir ser sensível, mesmo estando entre cactos e espinhos e que me despertou para as múltiplas variações afetivas possíveis no processo de doutoramento. Agradeço também pelas composições amorosas e criativas que fomos capazes de inventar.

À minha doula, Sandrix, que me ensinou compassivamente táticas amorosas de guerrilha, como respirar para não pirar e a importância da flexibilidade corpórea para manter a espinha ereta e a mente quieta. Agradeço ainda por ter me mostrado, de forma afetuosa, que um outro mundo (acadêmico) é possível.

À Gisberta Kali, por sua existência inquietadora, parresiasista, impertinente, artística e insubmissa que tanto me inspirou em diversos momentos dessa pesquisa.

À Tieta Rodriguis, pelo carinho, atenção, respeito e pelas boas risadas que fomos capazes de produzir em nossos encontros.

Aos meus colegas do PPGMLS, em especial à Amanda Ávila, Danilo Lobo, Alberto Bomfim, Priscila Lins e José Otávio, com quem compartilhei diversas experiências importantes.

Aos meus colegas do Instituto Multidisciplinar em Saúde, em especial ao Prof. Adriano Maia, pelas interlocuções, trocas, pelo estímulo e, sobretudo, pela parceria na luta para a inserção da temática de gênero e sexualidade em nosso campus.

Por fim, a todas as mulheres transexuais e travestis de Vitória da Conquista pelo caloroso acolhimento, a coragem de dividir experiências que contribuíram para este estudo e por me ensinarem a compreender o corpo, o território, a sexualidade e a vida com maior liberdade, criatividade e ousadia. Agradeço ainda a todas as pessoas trans desse país pela coragem de existir e resistir.

A minha sobrevivência em Vitória da Conquista  
O fato de eu estar literalmente viva  
Foi totalmente pelo fato de eu ser artista.  
Porque, se eu não tivesse sido artista,  
Eu já seria uma estatística.  
A arte me salvou, gente!  
É minha religião, ou minha seita.  
Mas é isso...  
Porque, se não fosse a arte  
O que justificaria minha produção de imagens e  
narrativas?  
Como é que eu ia justificar tanta narrativa, tanta  
história? (risos)  
Gente, é um laboratório!  
E todo mundo acredita, né?  
Aí eu vou burlando, pulando cercas  
E ninguém sabe o que que é verdade, o que que é  
real.  
É tudo ficção!  
É tudo ferveção!  
Tudo!  
(Gisberta Kali, 2022)



## RESUMO

Neste trabalho, buscou-se compreender as memórias de reinvenção dos corpos de mulheres transexuais e travestis em Vitória da Conquista, uma cidade localizada no interior da Bahia, estado da região Nordeste do Brasil, tendo como ponto de partida a noção bergsoniana de memória. Conforme essa noção, que aponta para o inacabamento da realidade presente por meio de processos de diferenciação, as lembranças são irredutíveis às representações, tendo em vista que a memória atualiza a virtualidade ontológica do passado. Os argumentos apresentados partem da intersecção entre as narrativas das memórias dos corpos trans pesquisados e as questões sobre gênero, corpo e sexualidade, vinculadas a afinidades ético-políticas com os estudos queer e o pensamento decolonial para a produção de um conhecimento conectado à potência da diferença. As escolhas metodológicas utilizadas para a composição deste estudo descritivo, crítico e criativo visaram descartar generalizações totalizadoras ao trazer o foco para os movimentos de singularização dos corpos trans e a produção de saberes localizados. Para tanto, houve uma conjunção de estratégias compostas por aproximações com os contextos de sociabilidades das trans conquistenses, entrevistas, análise de documentos e conversas informais, numa atitude de pesquisa marcada por experimentações e inquietações vivenciadas pela pesquisadora num processo de transformação de si durante a produção do conhecimento. No percurso analítico, foi possível delinear a atualização das memórias de reinvenção dos corpos trans ao explorar o terreno da constituição histórica das territorialidades trans interioranas por meio dos seus deslizamentos entre diversas fronteiras, incluindo as de gênero e sexualidade. Destacaram-se, na análise, as negociações constantes entre o masculino e o feminino, as reconstruções técnicas e semióticas das suas corporalidades, os trânsitos e interdições em alguns contextos socioespaciais, a composição de práticas de enfrentamento, a constituição de saberes locais e o trânsito de suas existências nômades. Dado o exposto, entende-se que a memória de reinvenção dos corpos trans interioranos é uma memória autoficcional, na medida em que atualiza inúmeros saberes e ressignifica territórios, a partir do corpo fronteiriço como síntese atual dos estados passados e aberto às contingências do presente, em sua diversidade e imanência. Ainda que cômicos das fronteiras bem delimitadas dos dispositivos do gênero e da sexualidade, esses corpos trans ousam circular, transpor ou mesmo resistir a esses limites e, a partir do conhecimento de si, reinventam as ficções de gênero, corpo e sexualidade e se reconhecem enquanto força coletiva capaz de desafiar a racionalidade necropolítica, ao propor táticas de insurgência e criar outros modos de existência alegres, autônomos e insubmissos.

**Palavras-chave:** Memórias; Autoficção; Corpos Trans; Vitória da Conquista; Insurgência.

## ABSTRACT

In this research, the aim was to understand the memories of reinventing the bodies of transsexual and transvestite women in Vitória da Conquista, a city located in the interior of Bahia, a state in the Northwest region of Brazil, taking as a starting point the Bergsonian notion of memory. According to this notion, which points to the incompleteness of the present reality through processes of differentiation, memories are irreducible to representations, considering that memory updates the ontological virtuality of the past. The arguments presented are based on the intersection of the narratives of the memories of the researched trans bodies and questions about gender, body, and sexuality, linked to ethical-political affinities with queer studies and decolonial thought for the production of a knowledge connected to the power of difference. The methodological choices used to compose this descriptive, critical and creative study aimed to discard totalizing generalizations by bringing the focus to the singularization movements of trans bodies and the production of situated knowledge. Thus, there was a conjunction of strategies composed of approximations with the contexts of sociability of trans women from Vitória da Conquista, interviews, document analysis, and informal conversations, in a research attitude marked by experimentation and concerns experienced by the researcher in a process of self-transformation during the production of knowledge. In the analytical path, it was possible to outline the updating of memories of reinventing trans bodies by exploring the field of the historical constitution of trans interior territorialities through its displacements between several boundaries, including those of gender and sexuality. In the analysis, were highlighted the continuous negotiations between the masculine and the feminine, the technical and semiotic reconstructions of their bodies, the transits and interdictions in some socio-spatial contexts, the composition of confrontation practices, the constitution of local knowledge, and the transit of their nomadic existences. Given the above, it is understood that the memory of reinvention of trans interior bodies is an autofictional memory, as it updates extensive knowledge and redefines territories from the border body as the current synthesis of past states and open to the contingencies of the present in its variety and immanence. Although aware of the well-delimited boundaries of the devices of gender and sexuality, these trans bodies dare to circulate, transpose, or even resist these boundaries and, from self-knowledge, reinvent the fictions of gender, body, and sexuality, and recognize themselves as a collective force capable of challenging necropolitical rationality, by proposing insurgency tactics and creating other joyful, autonomous and non-submissive modes of existence.

**Keywords:** Memories; Autofiction; Trans Bodies; Vitória da Conquista; Insurgency.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1 DOS SABERES SOBRE A POPULAÇÃO TRANS, OS ESTUDOS BRASILEIROS EM CONTEXTOS LOCAIS E O DESENHO PRELIMINAR SOBRE O TERRITÓRIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA .....	15
1.2 NOTAS SOBRE (A RELAÇÃO ENTRE) MEMÓRIA (E CORPO) EM BERGSON.....	26
1.3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	32
<b>2 NARRATIVAS ACERCA DA TRANSEXUALIDADE E DA TRAVESTILIDADE.....</b>	<b>49</b>
2.1 DISPOSITIVOS DA TRANSEXUALIDADE E DA TRAVESTILIDADE.....	51
2.2 OS DISPOSITIVOS SEXUAIS E O CONTEXTO BRASILEIRO.....	61
2.3 TRÂNSITOS E DISPUTAS ENTRE OS DISPOSITIVOS DA TRANSEXUALIDADE E DA TRAVESTILIDADE .....	67
2.4 MEDICALIZAÇÃO DAS CONDUTAS DESVIANTES E A (DES)PATOLOGIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS TRANS.....	75
2.5 OS ESTUDOS QUEER E PRODUÇÃO DE SABERES EM CONTEXTOS SUBALTERNIZADOS .....	80
<b>3 TRANS-TERRITORIALIZAÇÕES .....</b>	<b>87</b>
3.1 TERRITÓRIO INTERIORANO: ESPECIFICIDADES DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA.....	98
3.2 CORPOS NA PISTA: A BR-116 E ALGUMAS POSSIBILIDADES DE TRÂNSITO .....	101
3.3 TERRITÓRIOS INTERDITOS E A VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA.....	105
3.4 CORPORIFICANDO O LUGAR DO TRÂNSITO .....	115
<b>4 MEMÓRIAS DOS CORPOS TRANS-FRONTEIRIÇOS: COMPOSIÇÕES E TRÂNSITOS ENTRE GÊNERO E SEXUALIDADE .....</b>	<b>119</b>
4.1 TRANSFORMAÇÕES TÉCNICAS E SEMIÓTICAS DOS CORPOS TRANS INTERIORANOS .....	121
4.2 NEGOCIAÇÕES ENTRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA TERRITORIALIDADE TRANS .....	139
4.2.1 <i>Idealização do feminino e aspiração da passabilidade.....</i>	142
4.2.2 <i>Inclinação às características atribuídas à masculinidade .....</i>	145
4.3 O TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO DA PROSTITUIÇÃO.....	147
4.3.1 <i>Fronteiras entre territórios afetivo-sexuais .....</i>	156
4.4 EXISTÊNCIA FRONTEIRIÇA E TERRITORIALIDADE NÔMADE .....	160
<b>5 TERRITÓRIOS DE SOCIABILIDADE TRANS E TÁTICAS DE INSURGÊNCIA.....</b>	<b>165</b>
5.1 CONSTITUIÇÃO DE TERRITÓRIOS DE SOCIABILIDADE ENTRE AS TRANS CONQUISTENSES.....	166
5.2 TÁTICAS DE INSURGÊNCIA DE CORPOS TRANS INTERIORANOS .....	181
5.2.1 <i>TIETA: o devir ativista no período pandêmico .....</i>	184
5.2.2 <i>GISBERTA: um corpo em transe.....</i>	193
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>201</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>212</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*Pois sim, a escrita tem sentimentos.  
Sim, o texto é corporificado.  
Há revolta entre os parágrafos,  
mas ela não se rende às saídas fáceis,  
pois nada está dado em uma pesquisa.  
(Sofia Favero, 2020, p. 19)*

Como sugerido na epígrafe, este trabalho apresenta as autoficções das memórias de reinvenção dos corpos de mulheres transexuais e travestis de Vitória da Conquista, um território interiorano situado na Bahia, estado da região nordeste do Brasil. As memórias desses corpos foram estudadas desde a perspectiva bergsoniana, segundo a qual a memória não se refere a uma retroação sucessiva ao passado, mas ao prolongamento do passado até o presente, de modo que passado e presente coexistem e não se sucedem. Além disso, e ainda em diálogo com Bergson, considera-se a centralidade do corpo na atualização dessas memórias desde os incentivos do presente.

Foi a partir disso que buscou-se compreender as memórias de reinvenção desses corpos trans tendo em vista três principais questões: a forma como essas mulheres transexuais e travestis transitam através das fronteiras de gênero e sexualidade e empreendem a reinvenção técnica e semiótica dos seus corpos; o modo como significam e recompõem os territórios com base em saberes locais; as construções de redes de sociabilidades e táticas de insurgência como possibilidade de enfrentamento às tentativas de subalternização e silenciamento dessas memórias de reconstrução de si.

Diante da constatação da existência de múltiplas e complexas narrativas construídas sobre os corpos trans, tornou-se imprescindível a problematização de algumas produções discursivas sobre essas existências, atravessadas por questões de gênero e sexualidade, para a compreensão de suas memórias. Foi possível ainda refletir sobre os movimentos de singularização desses corpos, para além das dicotomizações que os localizam discursivamente, seja diante dos enquadramentos dos dispositivos médico-patologizantes e das identidades fixadas pelos movimentos sociais, seja a partir das perspectivas mais fluidas e desterritorializadas assentes nos estudos da diferença.

Isso porque determinados valores, modelos, normas e argumentos sobre a forma como as trans reinventam seus corpos encontram-se mediados por essas representações e perspectivas. Por isso, entende-se aqui que as trans não desconsideram os diversos saberes<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> O saber é entendido aqui desde uma perspectiva foucaultiana que sugere que o saber se refere a uma relação de poder, uma força que busca submeter as coisas e é situado em um rigoroso regime de produção e circulação. Para esse autor, o saber é considerado como uma invenção que tem um tempo e

elaborados sobre si; antes, se utilizam de uma pluralidade deles - conhecimentos científicos, saberes das trans mais antigas, saberes populares, bem como uma torrente de informações midiáticas -, mas, no entanto, não se circunscrevem apenas a eles. Ao invés disso, se relacionam simultaneamente a outros saberes, inclusive com os mais localizados, num projeto audacioso de reinvenção. Esse projeto, portanto, exige uma desconstrução diligente de algo que já existia, rumo a uma reinvenção ética e estética de si.

Vale explicitar que, neste trabalho, o corpo trans é percebido como um objeto de conhecimento e empírico, inerentemente atrelado a produções discursivas, arranjos históricos, práticas culturais e a relações de força atuantes em determinado campo social. Desse modo, o corpo trans aqui considerado ultrapassa a esfera psicofísica e passa a ser visto como um corpo social.

A centralidade e o crescente interesse sobre o corpo na sociedade ocidental moderna foi evidenciado nos estudos sobre a História da Sexualidade, em que Foucault (1997, 1998) defende que esse fenômeno se dá devido à sua importância nas relações de poder, já que o corpo, além de ser alvo do poder, também é objeto de saber, elemento discursivo e constituinte de processos de subjetivação.

Acontece que, no cerne dessas relações, para além dos saberes dominantes, é possível encontrar também pontos de resistência e enfrentamento, a partir da visibilização de outras vozes, de outras experiências e saberes minoritários e localizados, que concebem os corpos trans sob outra perspectiva. Sendo assim, na tentativa de dar visibilidade a esses saberes locais é que essa pesquisa pretende compreender os processos mnemônicos de mulheres transexuais e travestis de Vitória da Conquista, cidade de médio porte localizada na região Sudoeste do Estado da Bahia.

A partir dessa discussão, cabe aqui uma ressalva quanto à utilização dos termos trans, travestis e mulheres transexuais. Esse trabalho vai considerar a experiência trans especificamente a partir de mulheres transexuais e travestis, pelo fato de que algumas interlocutoras se autodeclararam mulheres transexuais e outras travestis. Portanto, em alguns momentos do texto será utilizado apenas o termo mulher transexual e em outros apenas travesti, de acordo com a forma como cada interlocutora evocada se autodeclarou, conectada à especificidade do contexto analítico.

---

um lugar que lhe são próprios. Assim, essa invenção opera rupturas com o que já está dado e instaura novidades. (FOUCAULT, 2008).

Quanto à reinvenção de si, convocada neste trabalho para compreender as memórias dos corpos trans, é importante situar que essa noção aparece com mais vigor nos últimos escritos de Foucault (1997, 1998, 2010), em que o autor aborda a problemática do cuidado de si. Para o referido autor, as práticas de reinvenção de si dizem respeito à possibilidade de o sujeito constituir-se ética e autonomamente ao se afastar das ingerências externas, dos modelos preestabelecidos, das identidades impostas e das tutelas alheias. Tal movimento permite a passagem do saber alheio para um conhecimento de si, fundamentado no cuidado e na reinvenção de si.

Assim, Foucault anuncia a possibilidade de os sujeitos reinventarem modos de vida criativos, através de uma estética da existência, como se fossem artesãos de si mesmos. Sob essa ótica, esse movimento permite aos corpos trans repensarem suas posições sociais, morais e políticas frente às relações que estabelecem e, ao ousarem pensar sobre si, também ousam se reelaborar a partir da afirmação da diferença. É a partir dessa perspectiva foucaultiana que este trabalho considera a memória de reinvenção dos corpos trans interioranos, que ousam se refazer incessantemente, apoiados na multiplicidade do presente.

Assim, aspira-se destrinchar algumas composições possíveis dos caminhos percorridos pelos corpos trans direcionadas ao feminino, considerando-os não mais como objetos (que se resignam diante dos modelos de feminilização disseminados), mas como agentes da representação, que maquinam incessantemente suas existências femininas e que afirmam sua potência criativa. Baseado nisso, pressupõe-se a memória desses corpos como autoficcional, já que ela opera por organização de representações e não através de apresentações da “realidade”. Ou seja, a partir da profusão de possibilidades para articular o real e subjetivar-se enquanto sujeito feminino, os corpos trans organizam e assenhoram-se do que consideram condizente ao feminino em seus próprios corpos.

Entende-se, dessa maneira, que a reinvenção desses corpos trans se compõe, de modo singular, com diversos efeitos protéticos, farmacológicos, semióticos e tecnológicos e encontra-se ancorada na inequívoca atuação de elementos sociais, culturais, discursivos, políticos e desejanter, concernentes à disputa de sentidos atribuídos a essa corporalidade. Como consequência, esse processo de composição embarça a distinção entre a verdade e a representação da verdade e constringe a ficção de origem, ao escancarar a ficcionalidade e interpelar sobre o que é original e o que é invenção na construção das sexualidades, dos corpos, dos desejos, dos gêneros e do próprio movimento de produção de conhecimento.

Ao tratar sobre essa ficcionalidade, destaca-se a reificação de verdades nos regimes normativos, ativadas para a construção de uma forma-corpo ideal, por meio da modelação de

significados e representações. Nesse ponto, essas verdades funcionam como mecanismos específicos de conhecimento e estratégias de controle da vida, que incidem decisivamente na relação do sujeito consigo mesmo e nos processos de subjetivação, por meio de um controle social e moral que favorece os novos projetos coloniais e os regimes de exceção.

Trata-se de uma ficção poderosa, o gênero e a sexualidade, enquanto ideais regulatórios que postulam a territorialização e o enquadramento do corpo, e que o tomam como essência e como desígnio biologizante, sobretudo por omitir argutamente as articulações de poder e seus sistemas de valores. Vale ressaltar que essa ficcionalidade atua não apenas como narrativa, mas está presente na materialidade dos corpos e se valida junto aos seus efeitos.

Constantemente em obras, os corpos trans acessados neste estudo, não obstante a tentativa de sua captura pelas instâncias capitalista, colonial, binária, moralizadora e religiosa e os consequentes silenciamentos e apagamentos de classe, raça, etnia, pertencimento territorial e cultural, desejos e afetividades que lhes são designados, produzem suas próprias ficcionalidades. Com uma força disruptiva, promovem deslocamentos e composições desde a realidade em que vivem, a saber, um contexto interiorano e periférico, na contradição entre a iminência da morte social e das suas vidas que não se resumem a ela. Como assegura Mombaça (2021), a despeito dessas vidas serem negativadas, elas se multiplicam nas fissuras.

Diante do exposto, tem-se como argumento central desta tese que a memória de reinvenção dos corpos trans interioranos é uma memória autoficcional, na medida em que atualiza diversos saberes e ressignifica territórios, a partir do corpo fronteiriço como síntese atual dos estados passados e aberto às contingências do presente, o que o torna capaz de, conhecendo a si, se reinventar e propor táticas – coletivas e individuais - de insurgência, por meio de movimentos de singularização.

Com base nessas considerações iniciais, serão convocadas, de modo sucinto, ainda na introdução, algumas das narrativas sobre os corpos trans com as quais este texto dialoga, bem como alguns posicionamentos teóricos assumidos diante dos processos analíticos da pesquisa. Em seguida, será brevemente exposta a noção de memória em Bergson, a partir da centralidade do corpo, para melhor compreensão do objeto de estudo em questão. Por fim, será elucidado o percurso metodológico traçado durante o delineamento do campo de pesquisa e da produção dos dados, assim como a base analítica para a apresentação e discussão dos resultados construídos.

### **1.1 Dos saberes sobre a população trans, os estudos brasileiros em contextos locais e o desenho preliminar sobre o território de Vitória da Conquista**

No que se refere às interpelações feitas neste estudo sobre as memórias de reinvenção das transexuais e travestis foram suscitadas a construção e atribuição de sentido às suas experiências consigo, com outras pessoas, com o uso do território, bem como seus deslocamentos, sobretudo por se tratar de uma população que teve sua memória invisibilizada e que, ao falar de sua própria vivência, faz emergir outros e novos saberes. Portanto, a reinvenção desses corpos trans a qual se faz aqui referência e se toma como objeto de investigação, não é apenas biotecnológica, mas sobretudo biopolítica, ao destacar o posicionamento desses corpos.

À luz dessa constatação, é preciso destacar que neste trabalho a travestilidade e a transexualidade foram pensadas como narrativas. Em primeiro lugar, porque apareceram como notável aspecto mnemônico do processo de subjetivação das pessoas pesquisadas. Em segundo lugar (mas não menos importante), em função de que os discursos, categorias, nomenclaturas e designações a seu respeito foram sendo construídos ao longo do tempo, em diversos contextos, associados aos campos da sexualidade, corpo e gênero e paulatinamente apropriados e negociados pelas próprias pessoas trans, assim como pela mídia, pela sociedade civil, pelas políticas públicas, por diversas instituições, pelos movimentos sociais e ativismos, pelas ciências médicas, humanas e de saúde e em diversos outros compêndios universitários. Considera-se, portanto, essa construção como campo de embates e negociações incessantes entre os poderes e narrativas hegemônicos, assim como de inúmeras outras práticas e saberes menores.

A articulação desses conhecimentos em diferentes contextos e em momentos históricos distintos possui um funcionamento estratégico que elabora e sustenta verdades, como aconteceu com a sexualidade nos séculos XVIII e XIX (FOUCAULT, 1997) e com a transexualidade, mais especificamente, na segunda metade do século XX, ao conceber os corpos e as subjetividades como locus de controle, produção de verdades e resistências.

Enquanto estratégias de tecnologia política da vida, estes atravessamentos buscam a inserção social e simbólica dos corpos, sobretudo os que estão em dissidência e, conseqüentemente, produzem ideias e práticas que contraditoriamente podem ratificar a cisheteronorma<sup>2</sup> ou transformar o desvio e a abjeção em estratégias de enfrentamento.

---

<sup>2</sup> Para Amaral e Souza (2017) a cisheteronormatividade refere-se a uma ordem regulatória, uma normativa para que os sujeitos se alinhem com o sexo/gênero que lhes foi designado socialmente



Temas como gênero, sexo e corpo, todos eles construídos historicamente, ainda são influenciados por teorias tradicionais ligadas ao paradigma científico utilizado desde o sec. XIX, norteadas pelo naturalismo, positivismo, essencialismo, universalismo, binarismo e ideias desenvolvimentistas. Em linhas gerais, os primeiros estudos que se propuseram a discutir sobre a transexualidade e a travestilidade situam a trajetória da composição desses dispositivos nos campos de conhecimento biomédico, psiquiátrico, psicanalítico e psicológico, esses três últimos cunhados como ciências psis.

Esses discursos e práticas sobre a normalização do corpo ganharam cada vez mais evidência nas décadas de 1970 e 1980, momento em que conhecimentos específicos sobre a transexualidade começaram a ser produzidos, assim como através do surgimento de associações internacionais associadas a essa população. (BENTO, 2017). Ações de que decorreram a patologização e caracterização da transexualidade como transtorno mental, em diálogo sobretudo com as especialidades da psiquiatria, endocrinologia e psicologia. Nesse cenário, muitas teorias foram sendo elaboradas para conceber um novo conceito sobre o transexualismo<sup>3</sup> e novos protocolos de intervenção médica foram sendo criados, com ênfase nas modificações corporais.

Não obstante a potência disruptiva dos corpos trans, ainda vive a ideia, nas discussões sobre o processo de transformação desses corpos, de que todas as trans almejam os ideais de feminilidade através da submissão ao diagnóstico psiquiátrico e da cirurgia de transgenitalização, o que se imagina conferir-lhes inteligibilidade social. No entanto, vale sublinhar que o enquadramento biomédico é tão somente uma das construções discursivas sobre a sexualidade e o gênero, sendo que esse enquadramento se inclina à autorização de práticas, valores e comportamentos, com vistas a forjar uma classificação sexual. Nesse ponto, é possível afirmar, no entanto, que entre mulheres transexuais e travestis existem incontáveis possibilidades de negociações entre o masculino e o feminino que extrapolam essas adequações normativas.

Em decorrência disso, é importante frisar que a construção do feminino, aspecto crucial nas memórias de reinvenção dos corpos trans, encerra uma perspectiva relacional, tanto associado ao gênero do outro (feminino, masculino ou mesmo transgênero), quanto aos sistemas de significações e operadores simbólicos que lhe são atribuídos. Sendo assim, se se

---

desde o nascimento e que não o contestem. Apresentando-se como caminho natural, essa normativa controla os modos de vida.

<sup>3</sup> Na seção 2 será explicitado a utilização do termo transexualismo e sua posterior substituição.

considera apenas o discurso médico-patologizante, calcado na referência dos corpos biológicos sexuados, essas pessoas passam a ser coisificadas, como se essa fosse a única possibilidade de se subjetivarem enquanto trans. Ou seja, “não se problematiza as múltiplas interpretações e as práticas internas à experiência transexual sobre o masculino e o feminino à medida em que são apagadas sob a rubrica de ‘transexuais’”. (BENTO, 2003, p. 9).

Pensar a experiência trans em constante negociação, significa atentar-se de forma minuciosa para os componentes sociais, comportamentais e discursivos que constituem as territorializações dessas subjetividades, já que esses componentes, sempre em disputa, não aparecem de modo coeso e estável. Referem-se, no entanto, à existência simultânea de múltiplas posições de sujeito<sup>4</sup> que se articulam por meio de relação de forças atuantes em um campo social e que adquire significação a partir de arranjos históricos em constante movimento, portanto capazes de compor novas realidades, objetos, saberes, discursos e sujeitos localizados.

É importante ressaltar que as noções de travestilidades e transexualidade são utilizadas de diversos modos e em diferentes contextos, não existindo um consenso quanto à utilização dessas categorias seja entre as pessoas trans, entre os diversos ativismos e movimentos sociais que as representam e nem mesmo no meio acadêmico, não obstante inúmeras pesquisas que têm sido realizadas sobre essa temática. (PERES, 2005; BENEDETTI, 2005; VALE, 2005; ARÁN, 2006; SILVA, 2007; KULICK, 2008; LEITE JR, 2008; BENTO, 2009, 2017; BARBOSA, 2010, 2013; SANTOS, 2011; CARVALHO, 2011a, 2011b; CASTEL, 2001; BUTLER, 2003; SANTOS, 2014; TEIXEIRA *et al*, 2015; VERAS, 2019). Desse modo, em relação às/aos autoras/autores com as/os quais este texto dialoga, também existem diversos posicionamentos quanto ao uso dessas categorias, que nem sempre serão possíveis de ser explicitados durante as análises, assim, usaremos um ou outro termo, consoante a perspectiva apresentada por cada autora/autor. Ademais, essas categorias serão melhor desenvolvidas na seção 2 desta tese, que trata sobre as narrativas acerca da transexualidade e da travestilidade.

No que se refere especificamente ao termo “trans”, ele será utilizado aqui como forma de englobar as mulheres transexuais e travestis, interlocutoras desta pesquisa, sem desconsiderar que se tratam de sujeitos híbridos, múltiplos e diversos. Sabe-se que existe, no entanto, uma problematização quanto à utilização desse termo quando ele é utilizado como

---

<sup>4</sup> Para Foucault (2008, p. 58) “posições de sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos”, sendo que, ainda de acordo com esse autor, essa posição trata-se de um lugar vazio.

estratégia para sintetizar a diversidade, sobretudo pelos movimentos sociais e ativismos, sob o argumento de que essa estratégia contribui para invisibilizar as diversas identidades Ts,

Retornando, agora, aos campos de saberes que disputam esse território de pesquisa brevemente delineado, as fronteiras de sexualidade e gênero vêm sendo pesquisadas mais enfaticamente no Brasil desde as décadas de 1980 e 1990. É importante situar que a antropologia e a sociologia foram as pioneiras no estudo de temas relacionados às experiências da transexualidade e travestilidade no país. Começa, então, a surgir uma série de pesquisas etnográficas que refletem sobre essa experiência no campo cultural e societal, sendo que os principais trabalhos acadêmicos realizados nesse período foram: *Travesti, a invenção do feminino*, de Hélio Silva, publicado em 1993, *Damas de Paus*, de Neuza Oliveira, publicado em 1994 e *Travesti: sexo, gênero e cultura entre prostitutas brasileiras* de Dom Kulick, publicado em 1998. No que diz respeito à psicologia, esta se posicionou nesse campo de disputas sobretudo a partir da discussão sobre a (des)patologização dessas experiências; a história, por sua vez, segundo Veras (2019), aparecerá nesse cenário um pouco mais adiante, seja pela dificuldade de se encontrarem as fontes sobre o tema, seja pelas tentativas de se invisibilizar, social e ideologicamente, esses corpos.

Na década seguinte, no início dos anos 2000, surgem novos trabalhos que, de certo modo, se deslocam da perspectiva etnográfica e incluem questões sobretudo relacionadas à saúde, com ênfase na (des)patologização da experiência trans, a exemplo dos estudos *Toda Feita* de Marcos Benedetti, publicado em 2005, *A Reinvenção do corpo* de Berenice Bento, publicado em 2006, *Um olhar sobre Transexualidade* de Tatiane Lionço, publicado em 2006 e *O Averso do Averso* de Márcia Arán, publicado em 2006.

No que se refere à articulação das travestis e à maior visibilidade dessas pessoas nos espaços de militância e ativismo no Brasil, as atenções começaram a se voltar para a saúde pública e para a sexualidade – e mais especialmente para as sexualidades consideradas dissidentes pelos padrões heterossexuais e as práticas homoeróticas – durante as discussões iniciais sobre a epidemia da aids<sup>5</sup>, na década de 1980, originando um grande pânico moral<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> A opção por usar a sigla em minúsculo aporta-se no argumento apresentado no texto de Pelúcio e Miskolci (2009), em que os autores argumentam que geralmente os nomes das doenças são grafados com letras minúsculas, além de servir como crítica ao pânico promovido em torno da aids.

<sup>6</sup> Carla Machado (2004), ao realizar uma revisão do conceito de pânico moral, afirma que este conceito surgiu em 1971 com Jock Young, mas ganhou repercussão através da sua divulgação por Stanley Cohen (1972), que articula a primeira teoria sobre o pânico moral, inspirado em conceitos teóricos do marxismo e do interacionismo simbólico. No Brasil, de acordo com César e Duarte (2017), o processo recente de pânico moral, associado ao gênero e a sexualidade, passa a se acirrar a partir de 2011, com as inquietações geradas pelo programa “Escola Sem Homofobia”, que recebe a alcunha pejorativa de

No entanto, as articulações de eventos nacionais com as pessoas trans, em torno das questões ligadas ao HIV/aids, embora ainda marcadas por uma perspectiva sanitária e moral em torno do vírus, contribuíram sobremaneira para o engajamento de outras performances sexuais e de gênero através das novas experiências e da politização dessa doença (PELÚCIO, 2007), bem como contribuíram para a articulação nacional das transexuais e travestis.

Essa articulação possibilitou a construção e a resignificação da identidade travesti no país, transformando a forma com que elas passam a se ver e serem vistas, deslocando-se cada vez mais em direção a espaços antes interditos. Para Pelúcio e Miskolci (2009), a partir dessa inserção nos movimentos sociais, muitas trans se aproximaram do discurso médico preventivo, dos dispositivos de controle e encontraram no ativismo uma possibilidade de inserção social. Esse deslocamento trata-se, de certo modo, de uma contestação às narrativas médico-patologizantes, na medida em que as trans internalizam as instâncias de poder e se compreendem não apenas como objeto de discursos externos, mas como sujeitos, prontos para falarem sobre si.

A crítica realizada à reafirmação dos regimes identitários, inclusive aqueles reafirmados por alguns movimentos sociais, e a desconstrução de teses que naturalizam a sexualidade e o gênero são premissas básicas da concepção *queer*, que será comentada doravante. Os estudos *queer*, enquanto teoria, começaram a ser realizados a partir dos anos de 1980, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa.

A perspectiva *queer*, de um modo geral, defende a desvinculação da sexualidade e do gênero aos modelos normativos impostos, ao sugerir a reinvenção da realidade generificada e ao incorporar a noção de prazer e positivar a experiência da abjeção enquanto postura de enfrentamento. Desse modo, o *queer* se posiciona como estratégia política, enquanto uma confrontação que permite a expressão da precariedade, da monstruosidade e provoca estranhamentos nas formas de construção de práticas e saberes, sem prescindir de um rigor conceitual.

Vale destacar, nesse cenário, a figura de Judith Butler, uma das principais divulgadoras desses estudos no Brasil, que cunhou o conceito de performatividades. Neste, a autora afirma que a repetição ritualizada das normativas heterossexuais produz sujeitos que resultam dessas repetições, hierarquizando coercitivamente as diferenças de gênero. Mediante essa explicação, ela

---

“Kit Gay”. Esse pânico começa com alguns políticos conservadores que afirmam que esse programa tinha como objetivo propagar e estimular que as pessoas se tornassem homossexuais ou transexuais e prossegue com o debate nacional sobre “ideologia de gênero”, que tinha (e ainda tem) o intuito de desmerecer os estudos acadêmicos e as lutas dos movimentos sociais LGBTs relacionadas ao respeito à diversidade sexual e à igualdade de gênero.

reitera que os sujeitos que ousam se situar fora dessas normas tendem a sofrer processos truculentos de exclusão (BUTLER, 2003), como os observados com relação à população trans aqui estudada.

No Brasil, o *queer* aparece desde a década de 1990 nos contextos acadêmicos, portanto, foi inicialmente incorporado como uma abordagem teórica, mais que uma prática política, de modo que a produção de teorias e os espaços de experimentação do gênero e da sexualidade continuaram demasiado circunscritos e verticalizados (PEREIRA, 2012; MOMBAÇA, 2016).

Desde então, os teóricos *queer* têm realizado inúmeras composições e mais contemporaneamente, essa perspectiva aparece como estratégia de enfrentamento à produção do conhecimento hegemônico, em consonância com a crítica decolonial e congruente à noção de que os países periféricos sofrem uma colonização que é também epistemológica. A partir disso, têm sido elaborados instrumentos teóricos, conceituais e metodológicos próprios, investidos na produção de conhecimento nos territórios, a partir das singularidades dos saberes locais.

Seguindo essa perspectiva, compreende-se ainda que o *queer* serve-se também de marcadores sociais como raça, etnia, classe social, regionalização, dentre outros, com o propósito de enfatizar a interseccionalidade<sup>7</sup> na problematização do gênero e da sexualidade, anunciando inúmeras possibilidades de experimentação, que não somente aquelas determinadas pelo projeto colonial que parte dos valores culturais da modernidade ocidental hegemônica.

Convém, a partir disso, reiterar a aproximação deste trabalho com o *queer*, enquanto estratégia política, já que esta auxiliou na compreensão da trajetória dos corpos trans interioranos e seus desdobramentos, com vistas a entender seus arranjos atuais em diversos contextos socioculturais, sobretudo nos contextos locais. Nesse ponto cabe uma ressalva quanto a noção de interior que será utilizada nesta tese, já que falar sobre territorialidades interioranas significa considerar uma complexidade de elementos que permeiam esse contexto. Esses territórios geralmente são caracterizados como

---

<sup>7</sup> O termo interseccionalidade foi cunhado em 1989 por Kimberlé Crenshaw e surge com a constatação de que o feminismo, de maneira geral, não pautava, em suas problematizações sobre o patriarcado, as questões étnicas e comumente considerava a categoria “mulher” como universal. Tampouco o movimento negro discutia questões referente aos problemas de gênero. A interseccionalidade, de modo geral, refere-se a um pensamento complexo, que busca compreender as articulações das estruturas modernas coloniais que vulnerabilizam identidades, bem como investigar contextos de alianças e fluxos entre as estruturas que originam matrizes de opressão e as diversas perspectivas das discriminações interseccionais, partindo da ideia de que não existe uma hierarquia de opressões e que é necessário lutar contra todas elas. (AKOTIRENE, 2019).

aqueles que ficam distantes dos grandes centros urbanos e dos grandes centros de poder, mas é preciso destacar que existem aspectos bastante diversos que confluem para a composição dessas territorialidades. Quanto ao território de Vitória da Conquista, sobre o qual se debruça esta pesquisa, será feita uma discussão mais aprimorada sobre ele, com destaque para as singularidades históricas e sociais desse contexto interiorano, na seção 3 desta tese.

À luz dessa discussão, será brevemente mencionado o movimento de reconstrução da resistência às engrenagens colonizadoras, através da noção de decolonialidade. Essa noção prevê o enfrentamento de epistemes, de códigos culturais e políticos das formas coloniais de dominação que continuam em vigor, através do sistema hegemônico do capitalismo moderno. Essas formas de dominação impõem violências, precariedades e hierarquia de forças aos contextos considerados como periféricos, para tanto, uma postura crítica decolonial possibilita a desocultação desses processos de dominação em realidades territoriais e corpóreas específicas. A ênfase no conhecimento localizado sobre as memórias desses corpos trans, portanto, pode funcionar como um gesto político, na medida em que estas são capazes de realçar outras visões e produzir narrativas decoloniais de corpos que se assenhoram cada vez mais de sua dissidência, rompem com o silenciamento e enunciam um saber sobre si e sobre o seu entorno.

Sob a perspectiva da diferença, adotada neste trabalho, serão explicitadas algumas noções que fundamentaram e inspiraram a problematização proposta nesta pesquisa ao longo desta tese. Noções que denotam conjunções, por meio das rupturas epistemológicas e metodológicas com os pressupostos clássicos da ciência moderna positivista e da aproximação com perspectivas que sugerem novas concepções de sujeito, de subjetividade e de sociedade, sobretudo a partir da análise de diversas narrativas e das relações de poder contidas em seus delineamentos.

Essa perspectiva não se detém a criar teorias fechadas ou buscar unicidades conceituais, ao contrário, preconiza articular diversas teorias e práticas críticas que considerem que a produção social dos fatos seja historicizável, que acompanhem as mudanças do tempo e do espaço e que reivindicuem teorias transitórias, embora obstinadamente entranhadas nos contextos em que surgem. Assim, o interesse dessa discussão consiste em pensar como se inter-relacionam as estruturas culturais, sociais, econômicas, políticas que compõem os dispositivos da transexualidade e travestilidade em contextos afastados dos grandes centros urbanos.

À medida em que essas questões se expandiram, tornou-se fundamental compreender as formas de sociabilidade dessas mulheres transexuais e travestis no contexto de Vitória da

Conquista. Isto porque percebeu-se que elas, de posse de várias referências, incorporam narrativas, prescrições, idealizações, a partir das quais compõem sínteses que indicam a potência de invenção de suas próprias autoficcionalidades. Essa invenção, por sua vez, torna turvo, conforme a epígrafe apresentada, o limite da ficção e da realidade na rememoração das lembranças relacionadas ao processo de reconstrução desses corpos trans interioranos.

À medida que o presente estudo se aprofundava e aumentava o contato com essas mulheres no cotidiano da pesquisa de campo, os limites entre esses aspectos tornavam-se mais indefinidos. Ao mesmo tempo, se destacou a imprecisão observada no deslizamento entre as categorias de sexualidade e gênero e, mais além, da transexualidade e da travestilidade enquanto narrativas. Assim, as próprias lembranças do passado, algumas vezes, pareceram distantes, por não existirem referências linguísticas ou discursivas que as enquadrassem, já que os sujeitos enunciados são sujeitos discursivamente em formação.

A partir dessas primeiras indagações, foi possível avançar um pouco mais na compreensão dos modos como as trans habitam determinados territórios, incluindo o território interiorano. Essa direção demandou um pequeno sobrevoo histórico sobre a constituição da cidade de Vitória da Conquista, o entendimento sobre algumas questões geopolíticas e econômicas da cidade e do seu entorno, sobre as formas de apropriação e ressignificação de alguns espaços pelas trans, diante de investidas de invisibilização e da exclusão socioespacial dos seus corpos nesse contexto.

Em vista disso, compreende-se que esses corpos trans, em constante movimento, se constroem, desconstroem e reconstroem e, de modo subversivo, proclamam a desobediência sexual e de gênero, utilizando-se de saberes locais e dos conhecimentos da cultura trans presente em suas trajetórias. Assim, produzem territórios autônomos, não apenas se espelhando nas referências advindas dos grandes centros, mas compondo singularmente refinadas e incansáveis estratégias de insurgências.

No que se refere às experiências trans em contextos interioranos, diversos estudos têm sido realizados, sendo que, ao considerar as transexuais e travestis como um grupo social, é comum sua associação sociocultural aos contextos urbanos, já que a maioria das pesquisas realizadas “ainda fortifica a associação das práticas sociais da travestilidade ao urbano-cidade, subliminarmente invisibilizando possíveis performances identitárias das travestis em outras territorialidades e contextos, como as rurais e interioranos.” (AZEVEDO; PEREIRA, 2020, p. 12).

De acordo com Gontijo (2017), grande parte das pesquisas realizadas sobre a população sexo-gênero-divergente no Brasil, durante as décadas de 1980 e 1990, circunscreveu-se aos

estudos sobre homens brancos, da região Sul ou Sudeste, e homossexuais. No que se refere à transexualidade e à travestilidade, embora a maioria das investigações sobre esse público esteja concentrada nos centros de pesquisa das capitais dessas regiões supracitadas, a maioria das pessoas trans pesquisadas são oriundas de cidades interioranas. (SANTOS, 2019). Somado a isso, as manifestações pela afirmação da identidade travesti e pela visibilidade desse público, nesse período, tiveram como palco principal as ruas dos grandes centros urbanos, porém foram viabilizadas, sobretudo, pelas travestis interioranas que ocuparam esse palco e estiveram no centro da luta, não apenas pelo seu reconhecimento, como também pela sua própria sobrevivência.

Somente algumas décadas depois começam a surgir trabalhos sobre a diversidade sexual e de gênero em populações rurais, interioranas e etnicamente diferenciadas, cujo estado da arte foi extensamente garimpado por Gontijo (2017). Esse pesquisador tem explorado temáticas como a sexualidade no mundo rural brasileiro, o exercício de cargos políticos no interior por pessoas trans, a relação da sexualidade e gênero com algumas festas realizadas no interior do país, bem como sobre a sexualidade divergente em contextos indígenas e pantaneiros.

Em outra pesquisa, Franco e Salvador (2020) trazem dados importantes sobre a vivência da sexualidade e gênero em contextos interioranos, a partir de um estudo que realizaram com pessoas homossexuais e trans em duas cidades do interior do Rio de Janeiro. Dentre os resultados encontrados, os autores relataram sobre as dificuldades quanto ao processo de construção identitária e subjetiva da população LGBT<sup>8</sup> (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) nesses espaços e destacaram os seguintes pontos: a autoaceitação e aceitação familiar; a possibilidade de tornar visível a expressão corporal e de gênero; dificuldade de encontrar emprego; relações machistas e patriarcais prementes; interdição da vivência da sexualidade a partir da violência simbólica; relacionamentos afetivos efêmeros e clandestinos; vigilância e disciplinamento dos corpos; existência colocada em xeque pelo

---

<sup>8</sup> Novas pautas são constantemente adicionadas às questões que envolvem o gênero e a sexualidade, de modo que as siglas que representam os movimentos por luta de direitos da comunidade de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, intersexos, assexuadas, *queer*, dentre outras manifestações de gênero e sexualidade, também seguem esse fluxo de mudanças. Nesse sentido, os movimentos sociais e determinados ativismos atualmente defendem a utilização da sigla LGBTQIA+. Nesse trabalho, no entanto, optou-se pelo uso da sigla LGBT, por entender que ela continua abarcando as diversas sexualidades dissidentes e que, por ser aberta e sujeita a mudanças, a própria sigla LGBTQIA+ tão logo pode se tornar obsoleta. Além do que, vale lembrar que não há um consenso sobre a utilização do “q” como representação do *queer* enquanto uma identidade sexual e de gênero, vez que o próprio *queer* questiona essa noção de identidade.



binarismo de gênero e falta de referenciais de identificação; busca pela passabilidade<sup>9</sup> para se sentirem aceitas socialmente; dificuldade de acesso a serviços de saúde; estigma em relação à aids; moralismo religioso; maior publicização da vida privada.

Em outra pesquisa realizada com travestis no interior de São Paulo, Miguel (2015) traz o relato pungente de uma de suas interlocutoras que sentia muito incômodo em morar em uma cidade pequena, pois ela não tinha privacidade, seus relacionamentos eram constantemente vigiados e a cada mudança que realizava no corpo era imediatamente sentenciada pelos amigos, colegas, vizinhos e até pelos desconhecidos, impulsionando um severo aparato de vigilância. Ela sofria constantemente violências verbais e até mesmo físicas.

De modo complementar, outros estudos realizados sobre a experiência sexual e de gênero em diferentes contextos urbanos apontam relatos sobre a idealização da vivência nos grandes centros, em contraposição à vivência no interior ou na zona rural. Assim, pesquisas sobre esse tema (AZEVEDO; PEREIRA, 2020; FRANCO; SALVADOR, 2020) afirmam que, para as trans, quanto maior a cidade, maiores as multiplicidades das experiências, maior a naturalidade de sua presença e também maior a possibilidade de anonimato. As trans ressaltam as oportunidades econômicas e amorosas que podem ter em função da hibridização, do fluxo migratório e da concentração econômica nos contextos urbanos maiores, que são atravessados pelas marcas da “experiência de fazer e ser travesti” (SIQUEIRA, 2009, p.466).

A partir da consideração de que a construção do corpo feminino é uma necessidade constante para as trans (PELÚCIO, 2005), se compreende que muitas delas migram para as cidades maiores, dentre outras coisas, para terem acesso às tecnologias de modificação corporal, tais como hormônios, implante de próteses, injeção de silicone, acessórios e vestimentas. Tais modificações são importantes investimentos na construção do gênero, aos quais muitas delas não têm acesso nas cidades interioranas, o que denota certa posição de privilégio das trans que vivem nos grandes centros.

Nessa seara, não se pode negligenciar também as disparidades socioculturais e econômicas do nosso país, de modo que muitas mulheres transexuais e travestis que residem no interior são pobres e não possuem recursos financeiros e simbólicos para se submeterem às tecnologias de transformações corporais, já que para isso muitas delas teriam que se deslocar

---

<sup>9</sup> “Na literatura internacional, o termo *passing transgender* é utilizado para referir-se a uma capacidade pessoal de ser reconhecido/a como pertencente a um gênero que não era o assignado no sujeito ao nascer. Essa capacidade pessoal envolve tanto certa manipulação de alguns cuidados físicos característicos do gênero pretendido, quanto os atributos de comportamento que sejam culturalmente associados a tal gênero”. (ALMEIDA, 2012, p. 519).

para os grandes centros urbanos. Como afirma Oliveira (2017), ao analisar o trânsito de pessoas sexo-gênero dissidentes: “A bicha é urbana. Sua existência se concretiza nas ruas, praças e parques [...] O interior do país, cidades com fortes tradições rurais e religiosas exercem um controle muito maior sobre os corpos e as sexualidades e raramente possibilitam a emergência da bicha.” (OLIVEIRA, 2017, p. 149). Nestes territórios, além do acesso às tecnologias, muitas delas, principalmente através da prostituição, prosperam por meio de conquistas materiais e simbólicas, já que este trabalho lhes assegura uma fonte de renda e de sociabilidade. (PELÚCIO, 2009a).

A partir do exposto, é importante delimitar ainda que brevemente o contexto sócio geográfico desta pesquisa, que é o território urbano de Vitória da Conquista, uma cidade de médio porte, localizada na região Sudoeste da Bahia, estado da região Nordeste do país. Referenciada como a capital do Sudoeste baiano, a cidade possui aproximadamente 350.000 habitantes, segundo dados do IBGE de 2020, e é a terceira cidade mais populosa do Estado. A economia do município tem destaque no setor de serviços que, de acordo com a Prefeitura Municipal<sup>10</sup>, é responsável por mais de 70% do PIB (Produto Interno Bruto) e tem suas maiores forças no comércio e setores de educação e saúde, que representam uma centralidade frente a outros municípios circunvizinhos do Sudoeste da Bahia e do Norte de Minas Gerais. O setor educacional, sobretudo a educação superior, tem ganhado destaque nas últimas décadas, tornando a cidade polo para jovens de outros lugares que migram para Vitória da Conquista para estudar, o que influencia sobremaneira o alargamento da indústria cultural e de entretenimento.

Não obstante o crescimento dos setores de educação e cultura, é possível encontrar um preconceito muito grande direcionado à população LGBT na cidade, por ser um espaço com fortes marcas do coronelismo e tradicionalismo religioso, o que será exposto de modo mais detalhado na seção 3 deste trabalho. O preconceito e a invisibilidade dessa população têm sido combatidos sobretudo através de iniciativas da própria população LGBT, dos movimentos sociais e ativismos LGBTs e de iniciativas do governo municipal, a exemplo da criação, em 2014, da Coordenação de Políticas e Promoção da Cidadania e Direitos LGBT<sup>11</sup>. O município

---

<sup>10</sup> <https://www.pmvc.ba.gov.br/economia/> (Informações atualizadas em dezembro de 2020).

<sup>11</sup> De acordo com a Prefeitura do município a finalidade dessa Coordenação é “formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito municipal, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e a defesa dos direitos de LGBT” (PMVC, 2014).

também possui um decreto-lei, nº 14.273<sup>12</sup> de 14 de fevereiro de 2012, que garante o uso do nome social de travestis e transexuais na administração pública municipal direta e indireta, autarquias, fundações e instituições públicas de ensino.

Para as trans, Vitória da Conquista traz maiores oportunidades, dentre outros fatores, por se configurar como um território estratégico para o fluxo migratório, já que se trata de uma cidade localizada em um entroncamento rodoviário que conecta a BR-116 (Rio-Bahia), que dá acesso à região Sul e Sudeste do país, a outras rodovias estaduais da região, assim como converge rodovias vicinais que permitem o trânsito para outras cidades menores. Portanto, mesmo estando cômicas das fronteiras bem delimitadas das normativas de gênero e sexualidade, não prescindem da possibilidade de se locomoverem por diversos territórios em busca da efetivação dos projetos de reinvenção de si, sejam eles o acesso às tecnologias de reconstrução corporal, a fuga dos moralismos ou mesmo a possibilidade de experimentar o gênero, o corpo e a sexualidade com maior liberdade.

Vale lembrar que falar de travestis e transexuais no interior significa, também, falar em decolonialidade de saber e de poder. Portanto, torna-se urgente expor os regimes que sustentam determinada posição de privilégio de pessoas que moram nas regiões centrais do país, bem como expor a tentativa de apagamento das histórias e memórias das experiências dos contextos periféricos, que contribuem para soterrar processos de opressão e violência a que os corpos trans foram (e continuam sendo) submetidos.

Na tentativa de dar visibilidade a esses saberes locais é que se pretende então compreender, nesta pesquisa, os processos mnemônicos relacionados às mulheres transexuais e travestis de Vitória da Conquista - BA. Para tanto, foi utilizada a noção de memória em Bergson (1999, 2006), que será explorada a seguir de forma breve e que, posteriormente, se verá articulada a alguns outros conceitos importantes que irão aparecer em momentos distintos da tese, a partir de sua relação com ela.

## **1.2 Notas sobre (a relação entre) memória (e corpo) em Bergson**

Henri Bergson, filósofo francês do século XIX, é reconhecido por romper com os sistemas metafísicos que ensejam problematizar o ser enquanto totalidade sob o escrutínio da objetividade e da universalidade. Para ele, a totalidade não se refere a uma realidade pré-

---

<sup>12</sup> Institui o uso do nome social às pessoas travestis e transexuais nos órgãos da Administração Pública Municipal Direta, Indireta, Autarquias, Fundações e nas Instituições Públicas Municipais de Ensino da Cidade de Vitória da Conquista.

estabelecida, mas deve ser problematizada como totalidade aberta, a partir da experiência ampliada do tempo como constituinte da realidade.

Ao discorrer sobre a memória, o autor traz a noção de que ela organiza o corpo a partir de incentivos externos, para agir com a realidade, e que se atualiza de acordo com as evocações do presente. Portanto, pondera-se que esta memória não se refere a eventos pretéritos e sim aos seus prolongamentos até o momento presente. Como consequência desse prolongamento, presente e passado coexistem e não se sucedem. Para Bergson, o passado não cessa de ser, mas não age, enquanto o presente age e não para de passar.

Uma tal compreensão se torna possível ao considerar o tempo a partir da perspectiva bergsoniana que o caracteriza a partir dos movimentos de diferenciação. Ancorados na experiência passada, tais movimentos imprimem sua marca no presente e se modificam incessantemente. Assim, ao evocar essas memórias, não haverá uma retroação sucessiva ao passado e sim um salto que, no esforço de rememoração, atualiza as lembranças.

Para tanto, Bergson (1999) afirma ser necessário realizar um trabalho tateante que parte de um passado geral para, em seguida, ter acesso a uma região mais específica e contraída deste. Aos poucos, essa lembrança pura (concernente ao passado geral) deixa de ser nebulosa, de modo que o virtual passa a ser atual e as lembranças passam a se atualizar no presente como imagens-lembranças, passíveis de serem evocadas.

Desse modo, a coexistência virtual do passado implica a coexistência de vários níveis de profundidade do passado e que cada um desses níveis compreende a totalidade do passado, que ora se apresenta mais dilatado, ora mais contraído. Para Deleuze, é exatamente aí que se encontra a revolução bergsoniana: “não vamos do presente ao passado, da percepção à lembrança, mas do passado ao presente, da lembrança à percepção” (DELEUZE, 2012, p. 54)

Ainda sobre a invocação da lembrança, em “Matéria e Memória” (1999) Bergson afirma que a contração possibilita um movimento, através do qual a lembrança se atualiza, tanto quanto se atualiza o nível de onde adveio. Através dessa contração, a lembrança (lembrança pura) atualizada transforma-se em imagem (imagem-lembrança) e se funde ao presente, de modo que esse importante movimento, realizado pela lembrança em seu processo de atualização, permite que ela exponha sua utilidade.

Lembranças essas que desviam as percepções reais e trazem à memória imagens antigas, ao tempo em que enunciam a memória como contribuição da consciência individual na percepção. No entanto, as lembranças puras, para Bergson, mesmo sendo contaminadas pela impossibilidade de ação do passado, não são inertes, já que continuam vivas no plano da virtualidade procurando brechas para se atualizarem. Nesse sentido as lembranças puras

possuem um estatuto ontológico e não psicológico. (GUIMARÃES; REZENDE; BRITO, 2012).

Ainda de acordo com Bergson (1999), essa atualização do passado mais geral acontece mediante uma reserva memorialista que se utiliza do corpo para acessar as lembranças e conduzi-las à consciência. Cabe destacar, no entanto, que, para esse autor, as lembranças não estão localizadas no cérebro; elas se conservam em si mesmas, na duração, que acumula e prolonga o passado no presente. O passado, então, nunca deixa de ser. Passado e presente coexistem em uma expressão do virtual, que se atualiza a cada instante, e engendram dispositivos corporais.

Para elucidar melhor essa sua perspectiva, Bergson (1999) sugere a representação icônica da memória como um cone invertido que, em seu ponto mais contraído, representa o presente e, na parte mais alargada, as lembranças em sua totalidade. A memória seria, assim, a contração, em diversos níveis, da virtualidade do passado, de modo que a duração estaria relacionada à acumulação e à conservação do passado no presente. Em outras palavras, a duração é memória, na medida em que prolonga o passado no presente. A memória seria, então, “a que habita a duração, que se conserva em estado virtual, que manifesta-se por imagens-lembranças.” (MACIEL JR, 2017, p.35).

A extremidade atual e ativa desse cone – o estado sensório-motor – direciona a memória, enquanto o passado se esforça para se inserir no presente. No entanto, cada representação completa do passado traz à consciência tão somente o que se encaixa no estado sensório-motor, ou seja, o que é apresentado à percepção presente enquanto possibilidade de ação (movimento de diferenciação). Portanto, a consciência atualiza apenas as lembranças que são úteis e, na tomada dessa decisão, considera apenas a parte do passado que organiza o presente, descartando o supérfluo.

A percepção complexa, por sua vez, segundo Bergson (1999), seria carregada de lembranças que agregam experiências passadas aos dados imediatos e presentes dos sentidos, ou seja, “é do presente que parte o apelo ao qual a lembrança responde, e é dos elementos sensório-motores da ação presente que a lembrança retira o calor que lhe confere vida” (BERGSON, 1999, p.179). Decorre disso a centralidade do corpo, compreendido como elemento responsável por orientar a memória para o real. O presente, então, experimenta sensações (passado) e movimentos (futuro) por intermédio do corpo, sendo este mecanismo sensório-motor o lugar em que as impressões recebidas elegem os caminhos para se transformarem em movimentos efetivados.

Seguindo ainda os passos de Bergson (1999), que fundamentam a abordagem das memórias de transformação corporal das interlocutoras desta pesquisa, o autor afirma que a percepção não se distingue da matéria, por serem ambas imagens e também movimento. As imagens em si não correspondem à mera representação pois, ao estarem em constante movimento, agem e reagem continuamente umas com as outras. De acordo com esse raciocínio, a percepção seria preenchida por lembranças que, por seu turno, seriam evocadas pelo presente, de modo que as imagens-lembranças a todo instante se renovariam.

Essas lembranças atualizadas, por sua vez, se conformam às evocações do presente a partir de incentivos externos que demandam modos de agir com a realidade. O corpo, a partir das sensações e dos movimentos, é assim responsável por orientar a memória para o real e acoplá-la ao presente.

É a partir dessa perspectiva do corpo que o presente trabalho tem o intuito de compreender as memórias do processo de reinvenção corporal de travestis e de mulheres transexuais em Vitória da Conquista - BA. Nesse sentido, busca compreender as multiplicidades apresentadas nos movimentos de diferenciação constantes nesse processo. A noção de memória utilizada neste trabalho, então, carrega consigo a concepção de diferença, enquanto atualização de uma virtualidade. Mas não se trata apenas de uma diferenciação de algo localizado fora, mas também como a possibilidade de uma diferenciação de si mesmo. Assim, é possível afirmar o caráter autoficcional da memória dos corpos trans não como algo que não existe, mas algo que, a partir do passado, torna possível funcionamentos variados e imprevisíveis de experiências e forças de expressão capazes de afirmar sua potência criadora.

Assim, ao tentar compreender de que modo é possível atualizar a memória dos processos de reinvenção dos corpos trans, presume-se que não haverá uma retroação sucessiva ao passado e sim um salto que, no esforço de rememoração, atualiza a virtualidade e finaliza com o reconhecimento atento. Com base nesse raciocínio, é possível afirmar a sexualidade, e mais especificamente a experiência trans, a partir da memória, como potência de criação, de funcionamentos variados e imprevisíveis.

À luz dessa produção, e com vistas a estudar a memória de reinvenção dos corpos trans, o reconhecimento é a condição indispensável para acessar esse ser do passado e tentar compreender sua subjetividade, a partir, simultaneamente, de sua intersecção com interesses práticos e com a ação presente. Para tanto, vale destacar que para Bergson (1999) existem dois tipos de reconhecimento: um deles, mais automático, que acontece por intermédio da ação, através de funcionamentos próprios às circunstâncias; o outro, mais atento, que busca no passado as representações que melhor se encaixam às situações colocadas pelo presente.

Em ambos os casos existe um modo de conservação do passado, sendo que, no reconhecimento automático, essa conservação vai ocorrer como resposta às interpelações possíveis. A conservação do passado no reconhecimento atento, por sua vez, registra os acontecimentos da vida cotidiana, sem a necessidade de utilização prática. Assim, sem precisar dar respostas automáticas, ele entra em contato com as lembranças e as atualiza. Portanto, a atenção tem o papel de tornar a percepção mais nítida, mais intensa, e de explorar regiões do passado.

No reconhecimento atento, especificamente, a lembrança não tem mais um papel secundário, como ocorre no reconhecimento automático. Quando a memória lança à percepção lembranças rememoradas, caso estas não sejam suficientes para abarcar os detalhes da imagem percebida, a memória terá que mergulhar ainda mais profundamente no passado, em busca de outros detalhes, o que propicia à percepção um grau maior de aprofundamento. (MACIEL JR., 2017). De acordo com esse raciocínio, a memória passa a ser acionada em função de estranhamentos referentes às coisas percebidas no presente. É a partir disso que a memória buscará no passado lembranças semelhantes a essas imagens percebidas e entrará em contato direto com a percepção.

Esse grau de aprofundamento da percepção, além de criar novos objetos percebidos, torna mais amplos os sistemas aos quais eles podem se associar. Nesse sentido, aumenta os circuitos, expande a memória e assim propicia uma reflexão mais significativa sobre a realidade. É com base nesse movimento que produz territórios de sentido, de acordo com o atualizar de memórias a partir de algo já existente.

Nesse processo de atualização há, no entanto, continuidades e heterogeneidades, por se tratarem de diferenciações que constituem a duração, aqui considerada como um “fluxo ininterrupto de vibrações que constitui uma multiplicidade qualitativa que prolonga o passado no presente, dando espessura ao intervalo de tempo que constitui o presente vivo.” (MACIEL JR, 2017, p.07). Nesse caso, a duração, embora não seja uma experiência de fato, abrange a totalidade da vida como condição de toda e qualquer experiência. Refere-se, portanto, a um tempo heterogêneo e contínuo e, ao conferir espessura ao intervalo de tempo do presente, unifica sem torná-lo estático, pois este diz respeito a uma multiplicidade indiscernível e qualitativa.

Bergson, também conhecido como o filósofo da duração, compreende o passado e o presente como graus extremos e distintos que coexistem na duração, um indicando o grau de distensão e o outro a contração. A memória seria, por conseguinte, a contração em diversos níveis da totalidade virtual do passado e seu grau mais contraído seria o

próprio presente. Segundo Deleuze (2006), em cada grau há tudo, e tudo se relaciona com tudo em todos os graus. Assim, é nesse sentido que a coexistência desses graus remete ao que Bergson chamou de virtualidade. Acrescenta, ainda, que essa coexistência entre diferentes graus é capaz de esboçar, por sua vez, outros tantos planos e níveis, os quais possibilitam a totalidade das linhas de diferenciações possíveis.

Embora o intelecto tente, obstinadamente, objetivar o real e espacializar o tempo, para Bergson o real é duração, enquanto que a temporalidade seria a principal característica do ser. A duração é, nesse sentido, uma potência criadora, imprevisível, infinitesimalmente múltipla e capaz de excluir toda repetição, ao compor constantes movimentos de diferenciação. Isto posto, considera-se que “tanto o universo na sua totalidade, quanto os seres vivos – enquanto duração – coincidem na abertura que os tornam seres que se diferenciam em si próprios” (MACIEL JR, 2017, p.44). Nesse sentido, a duração, na filosofia bergsoniana, não pode ser dada, mas alude a uma totalidade aberta. O todo é uma abertura temporal, está em mudança, em movimento constante, uma vez que o universo dura. Na mesma medida, assim como o todo aberto, os movimentos de diferenciação são importantes estratégias para anunciar as singularidades dos casos.

Bergson (1999) propõe ainda que, assim como o universo, cada ser é um todo durável, portanto, admite mudanças qualitativas e é tão aberto quanto o todo do universo. E é através do corpo, que representa a contração máxima do passado virtual, se atualiza em movimentos de diferenciação. Para Maciel Jr (2017), o movimento evolutivo acontece a partir do movimento de diferenciação que advém de um impulso virtual. Esse impulso virtual e ativo, na teoria bergsoniana, é denominado de impulso vital. Ou seja, é uma força explosiva que cria, ao atualizar-se a partir dos obstáculos da memória, e deixam explícitos os movimentos de diferenciação que resultam da diversidade da vida.

Desse modo, com vistas a problematizar o regime político que confina o gênero e a sexualidade, busca-se compreender as memórias de reinvenção do corpo de travestis e mulheres transexuais interioranas enquanto movimentos de diferenciação. Para tanto, consoante a noção bergsoniana de memória, compreende-se a diferenciação como uma força explosiva que cria diferenças nas circunstâncias proporcionadas pelos obstáculos materiais condizentes com as tendências funcionais e adaptativas dos seres vivos.

Admite-se, desse modo, uma materialidade do corpo que aprendeu a se reinventar constantemente desde os desvios, pois o corpo “é múltiplo e plástico, possuindo uma pluralidade de expressões que não podem se reduzir ao masculino e ao feminino” (PEREIRA, 2014, p. 110). Propõe-se aqui pensar que esse corpo vislumbra novas formas de existência na



encruzilhada do presente, orientado para a ação por meio de todo o passado que o constitui, portanto, não se trata de compreender sua constituição tão somente prática e sim ontológica (BERGSON, 1999).

Desse modo, essa memória de reinvenção dos corpos de travestis e mulheres transexuais de Vitória da Conquista é considerada autoficcional - ficcional, não porque lhe falte realidade material, mas por construir singularizações -, ao atualizar o virtual e corroborar com a ideia de que as lembranças são irreduzíveis às representações. Isso pois, enquanto espaço de negociação, apontam para o inacabamento da realidade presente por meio de movimentos de diferenciação, enquanto permanecem inextricavelmente ligadas ao passado por raízes profundas. (BERGSON, 1999).

Diante dessa complexidade, no item seguinte será apresentado o percurso metodológico deste estudo, atinente aos postulados bergsonianos sobre memória.

### **1.3 Percurso metodológico**

O percurso metodológico deste estudo tem como ponto de partida o compartilhamento da experiência do tempo como completo escoamento, como duração. A partir da concepção da temporalidade como puro fluir, como transformação incessante, Bergson (1999) propõe um rigoroso e sofisticado método - o método intuitivo -, em que empreende uma reflexão sobre a ciência e o campo filosófico. Desse modo, ele propõe que a articulação das coisas não deve ser feita com a finalidade de segmentá-las, mas visando rearticular as diferenciações existentes e, desde então, reencontrar a convergência de probabilidades que configura uma virtualidade que se atualiza em direções divergentes. (DELEUZE, 2006, p. 40).

Assim, para o filósofo da duração, o conhecimento da realidade, tal como posto pela ciência, na medida em que busca capturar “a coisa” (o objeto), perde de vista a diferença dessa mesma coisa, que, em última análise, é o seu próprio ser. Para Lapoujade, leitor de Bergson,

[...] é nesse sentido que existem dois lados da experiência em Bergson: o lado da inteligência, vasto plano superficial em que tudo se desdobra horizontalmente no espaço, segundo a lógica da representação, e o lado da intuição [...], um mundo vertical onde tudo se organiza em profundidade, de acordo com uma pluralidade de níveis, ora inferiores, ora superiores ao nível da inteligência, mas sempre paralelos a ele, operando segundo um tempo e uma lógica de outra natureza. (2017, p. 12).

A partir disso, um dos maiores desafios da escrita dos procedimentos metodológicos foi a espacialização do tempo da pesquisa de campo, ou seja, a construção de uma linearidade

cronológica - condizente com os princípios da ciência moderna que prevê início, meio e fim - e que pudesse tornar compreensível aos leitores (e avaliadores) deste trabalho o percurso traçado. No entanto, compreendia-se que era imprescindível um rigor que requisitasse outras possibilidades reflexivas que pudessem impedir que a pesquisa fosse compreendida como apenas um conjunto de percepções apresentadas pela pesquisadora (AGUIAR, 2010), uma vez que, em consonância com o método intuitivo bergsoniano, compreende-se que a produção do conhecimento demanda uma atenção articulada com o que está em movimento, em um exercício cognitivo que vai além da inteligência científica.

Escapar à espacialidade do tempo fez emergir um jeito eminentemente dinâmico de produzir essa pesquisa, em um exercício de articulação de ferramentas teóricas e práticas, de investigações localizadas e de produções coletivas efetuadas em diferentes territórios. Desse modo, foi possível desnaturalizar certos limites que têm impedido investigações diversificadas sobre o campo social, bem como abrir passagem para uma produção singular, uma vez que a direção apontada pela modulação do problema requisitou um acordo entre verdade e criação, a partir do qual considera-se essa produção como autoficcional.

Analogamente, a evocação das lembranças referentes aos diversos encontros com as trans conquistenses, a partir de inúmeros agenciamentos, somada ao processo analítico dos dados produzidos por essa pesquisa, apontou para o aspecto autoficcional da mesma. Um corpo-pesquisador que, diante da necessidade de atualizar as lembranças, se esforça para realizar uma síntese dos estados passados, tentando deixar explícitos, por meio de uma escrita criativa, os movimentos de diferenciação resultantes da diversidade dos encontros realizados.

Desse modo, buscou-se uma apropriação com o campo de pesquisa mais implicada com o movimento, ao considerar os deslocamentos processuais na constituição do campo de pesquisa. Contudo, acompanhar os aspectos da multiplicidade do corpo trans não se constituiu como tarefa simples numa pesquisa em memória. Tem-se que levar em conta que não se tratou de chegar a um ponto, e sim compreender a sucessão descontínua dos fatos, considerando, inclusive, o processo de transformação como extensivo ao momento da pesquisa, uma vez que as atualizações sucessivas das memórias de reinvenção da corporalidade trans transcorriam na medida em que estavam sendo convocadas.

Nessa acepção, realizou-se o acompanhamento de processos e não a representação de objetos delimitados e atemporais. O percurso teórico-metodológico desta pesquisa aproxima-se, em alguma medida, da perspectiva da diferença, proposta condizente com a noção de memória em Bergson, assim como com a ideia de dispositivo em Foucault, com a ética *queer* e com a perspectiva decolonial, noções igualmente norteadoras dessa pesquisa. Essas

perspectivas, de certo modo, convergem na medida em que inspiram rupturas epistemológicas com os pressupostos clássicos da ciência moderna e sugerem novas concepções de conhecimento, de sujeito e de sociedade, a partir da desnaturalização de verdades, de problematizações das identidades e de críticas aos modelos e interesses hegemônicos. Além disso, se acredita que esse posicionamento está intrinsecamente relacionado com os territórios trans-fronteiriços habitados pelas interlocutoras.

A partir do exposto, é necessário situar uma breve trajetória da pesquisadora. Nesse sentido, vale dizer que, antes de iniciar a pesquisa de campo propriamente dita, esta já contava com um trânsito anterior entre as temáticas de gênero e sexualidade, engendrado por algumas atividades acadêmicas propostas enquanto docente da Universidade Federal da Bahia, no Instituto Multidisciplinar em Saúde (IMS), campus de Vitória da Conquista, motivadas pela observação de uma lacuna quanto a esses temas no curso de Psicologia em que lecionava (e ainda leciona). Nesse percurso, surgiram demandas dos discentes que ansiavam problematizar essas questões, não apenas como temas que poderiam atravessar as teorias e epistemes da ciência psicológica, mas como questões que atravessavam suas experiências de vida dentro e fora do ambiente acadêmico, a exemplo de um aluno que se transicionou durante a graduação em psicologia e que afirmou ter encontrado nesse cenário um suporte para as questões advindas desse processo.

Durante os anos de 2016 e 2017, o trânsito por essas temáticas foi ainda facilitado pela coordenação do Projeto de pesquisa e extensão intitulado “Psicologia e População LGBT – políticas públicas e educação em saúde para a garantia de direitos”, sendo um dos seus subprojetos, no âmbito da extensão, o “Grupo de Estudos em Produção de Subjetividade, Sexualidade e Gênero”, direcionado às temáticas de gênero e sexualidade e cujos desdobramentos se deram a partir da realização de eventos acadêmicos, rodas de conversa, palestras e seminários, além de articulações com o ensino em componentes curriculares de outras graduações de saúde do IMS. Também vale citar que foram realizadas capacitações nas equipes do Programa de Saúde da Família, junto à Secretaria Municipal de Saúde do Município, assim como a divulgação do conhecimento produzido através dessas experiências em eventos científicos.

Já no âmbito mais específico da pesquisa, cabe lembrar ainda a coordenação do projeto “Psicologia e População LGBT: uma investigação das percepções sobre a transexualidade na Atenção Básica” nos anos de 2017 e 2018, projeto cujo objetivo era compreender as demandas de sofrimento psíquico de mulheres transexuais e travestis nos serviços de Atenção Básica em Saúde na cidade de Vitória da Conquista -

BA. A partir de 2019, finalmente, a pesquisadora passa a integrar a equipe de pesquisa do projeto “Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI – LGBT)” no Estado da Bahia, que conta com o financiamento do Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), a partir da chamada CNPq/MS- DIAHV N° 11/2018. Uma pesquisa de cunho qualitativo, com foco na compreensão dos desafios da implementação da PNSI – LGBT no Estado, ao levar em consideração a perspectiva de ativistas, militantes e usuários de serviços, bem como a de formuladores de políticas.

Nesse sentido, é possível afirmar que já existia um processo de reflexão e de intervenção institucional prévio que, em determinado momento, se configurou como a proposta da presente pesquisa qualitativa a respeito das memórias de reinvenção de travestis e mulheres transexuais em Vitória da Conquista - BA, a partir da inserção no doutorado.

Ao longo do processo, a experimentação do pensamento e a problematização constante das atividades foram marcas importantes nessa pesquisa e colocaram à prova as questões e as expectativas da pesquisadora diante dos encontros com as interlocutoras, alinhando o grau de envolvimento e o modo como as atividades foram sendo realizadas e seus múltiplos desdobramentos.

Aqui cabe abrir um parêntese para falar sobre o contexto da pandemia da covid 19, uma doença infecciosa ocasionada pelo coronavírus. Durante a realização dessa pesquisa, o mundo sofre grandes impactos, em função da propagação de um micróbio patógeno, o coronavírus, diante do qual, apenas no início de 2021, foi possível apresentar vacinas eficazes que foram disponibilizadas para a população mundial, a partir de esforços transnacionais que permitiram sua fabricação em curto prazo.

Durante a pandemia as pessoas passaram a conviver cotidianamente com a notícia de milhares de mortes, ou com a morte que se avizinhava e que atingia amigos, familiares e pessoas próximas, em função desse dilacerante e poderoso vírus que se multiplica e se modifica a cada nova onda. Foi um período difícil, entremeado de medos e incertezas no mundo todo, já que inicialmente não se tinha noção da dimensão dos riscos e dos desdobramentos sociais, sanitários, econômicos e políticos que poderiam advir. Esse momento histórico impôs, sobretudo nos primeiros dois anos, o distanciamento físico, novas medidas de proteção e higienização, assim como o aumento dos encontros e das relações intermediadas pela internet, pelas mídias e pelo mundo virtual.

Os impactos do isolamento e do distanciamento proporcionado por esse vírus aumentaram o sentimento de solidão, a ansiedade e tiveram um sem número de consequências na vida social e psíquica das pessoas. No território brasileiro, a pandemia teve um grande impacto não somente na saúde pública, mas também na democracia. Constatou-se a omissão do poder público diante de números assombrosos que, nos primeiros meses de 2021, se aproximaram de 4.000 mortes diárias. Em certa medida, essa indiferença aconteceu em função de um economicismo generalizado que sustenta um regime neoliberal, mas que só ratifica que os mais ricos estão mais protegidos do vírus que os mais pobres. Nesse sentido, se observou que o coronavírus tem atingido mais duramente grupos vulneráveis, pessoas pobres, trabalhadores assalariados, grupos indígenas e também as pessoas sexo-gênero-dissidentes (KAUSS *at al*, 2021; SANTANA; MELO, 2021).

Nessa pesquisa, a primeira interpelação aconteceu por meio de uma pessoa trans, que mais tarde se tornaria uma das interlocutoras deste trabalho, e que, em uma conversa informal durante um evento do 8 de março de 2019, fez a seguinte provocação: “vou te dizer uma coisa muito dura: você deveria sair desse extrativismo acadêmico e chegar mais perto de nós, ir nos lugares onde nós estamos, nos bares que frequentamos, pois nós frequentamos bares, não é? Fazer um ensaio fotográfico, fazer uma roda de samba.” (Diário de campo, 8 de março de 2019).

Essa fala - enunciada por uma travesti que possui um trânsito pelas esferas acadêmica e artística, bem como na pista<sup>13</sup> e nos territórios de sociabilidade das trans da cidade - trouxe um tensionamento com relação à pesquisa, ao papel da pesquisa, da pesquisadora e da própria universidade, bem como evidenciou os desafios que viriam pela frente, o que remete a uma tensão produzida por forças potenciais em domínios que ainda estão em construção. Foi uma indagação desafiadora que gerou uma imobilização inicial, já que demandou tempo para ser ruminada e refletida. Contudo, ao invés de intimidar, ela propiciou mais fôlego à caminhada, ao considerar também a incitação foucaultiana, “de que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece?” (FOUCAULT, 1998, p. 13)

Essa reflexão apontava para a possibilidade de que as imersões no campo e o contato com as interlocutoras aconteceriam em lugares e situações múltiplas e imprevisíveis, cercadas por forças cujos vetores viriam de muitas direções. Assim, considerou-se que a composição de

---

<sup>13</sup> Termo êmico utilizado pelas prostitutas para se referirem aos locais de prostituição, geralmente em grandes avenidas ou rodovias.

um território de pesquisa ocorre por meio de tensões específicas de um campo social e estas adquirem significação a partir de arranjos sociais e históricos em constante movimento. Como consequência, assim como o percurso metodológico, o campo de pesquisa e o objeto foram sendo incessantemente redimensionados na medida em que se buscou a apreensão da complexidade do cotidiano partilhado e dos saberes mais localizados, tendo em vista as trajetórias individuais e sociais das interlocutoras da pesquisa.

Com o intuito de desnaturalizar as narrativas de corpos situados temporal, geográfico, sexual e politicamente, esse trabalho buscou, assim, caracterizar as singularidades das diversas experiências da dissidência sexual e de gênero marcadas pelo contexto interiorano. Enfatizam-se, aqui, mulheres transexuais e travestis que, por inúmeros motivos, decidiram se vincular a um território específico, a cidade de Vitória da Conquista - BA. São corpos e existências que transportam consigo sotaques, trejeitos e vestígios de sua cidade natal - neste caso, cidades interioranas - aonde quer que vão, pois deles não conseguem se desvincular.

Diante de uma aproximação já existente com a temática, através dos projetos acadêmicos, estava nítido que a ideia, daí em diante, seria uma abertura para novos aprendizados. Ou seja, pesquisar as trans que transitavam por territórios até então desconhecidos pela pesquisadora, ir ao encontro de pessoas que partilhavam de realidades sociais diversas, propiciar encontros com outros signos, sentidos e expressões da sexualidade, do gênero e dos desejos, para além daqueles mais habituais.

Sobre a delimitação desse campo de pesquisa e sobre a produção dos dados, vale dizer que existiram várias frentes e algumas articulações que possibilitaram o contato inicial da pesquisadora. Esses territórios inicialmente não estavam bem delimitados, mas foram continuamente negociados e contribuíram para a construção de um plano comum, onde as experiências foram acontecendo. A imersão no campo, a princípio, teve como foco o compartilhamento de experiências com outras pessoas que pesquisavam ou que estavam mergulhadas nas dinâmicas do universo trans na cidade, como estratégia para traçar possibilidades de acesso às elas.

Para reinventar a memória do grupo das mulheres transexuais e travestis de Vitória da Conquista foi necessário conhecê-lo, perceber o modo como vivem, fazer visitas sucessivas, ler materiais já produzidos sobre esse grupo, além de estabelecer conversas informais e entrevistas individuais. A ideia era acessar os territórios e as experiências dessas pessoas, fazer conexões, participar dos acontecimentos e procurar estar no mesmo plano de intensidades. No que tange o acesso ao campo e às interlocutoras, primou-se por uma imersão mais lenta e cautelosa, portanto, elas não foram escolhidas a priori, assim como a quantidade

não foi pré-estabelecida, sendo resultado de avizinhamentos possibilitados por diversas pessoas em ocasiões distintas.

Vale, nesse sentido, ressaltar algumas das narrativas que foram utilizadas na produção do dados dessa pesquisa: entrevistas realizadas com oito mulheres que se autodeclararam como travestis ou transexuais; incursões e produções escritas realizadas por meio da aproximação em espaços de sociabilidade dessas trans, tais como festas e reuniões; acompanhamento de algumas delas em espaços públicos, como eventos – palestras, reuniões, rodas de conversa – ou em bares e praças; entrevistas realizadas com representante da gestão municipal, neste caso o coordenador de políticas LGBT do município; conversas informais com representantes de movimentos sociais e ativistas que atuam com a questão LGBT no município; entrevistas e conversas informais com outros pesquisadores que estudam a temática em âmbito local; conversas realizadas por meio de aplicativos com as trans; acesso a informações disponibilizadas nas redes sociais<sup>14</sup> das interlocutoras e diários de campo elaborados a partir de todas essas aproximações.

A análise de alguns documentos também foi importante para a produção dos dados de pesquisa, bem como para a elucidação ou representação de algum aspecto que apareceu durante o processo analítico. Fizeram parte desse conjunto documentos oficiais, Relatórios da coordenação LGBT, leis municipais, matérias divulgadas em blogs, jornais, posts publicados em redes sociais, fotografias e o livro de uma das interlocutoras.

Uma das primeiras pessoas acessadas, em setembro de 2018, foi um pesquisador que à época estava fazendo uma pesquisa em nível de mestrado sobre travestilidade e que já tinha ocupado os cargos de Assessor Técnico da Diversidade Sexual e Coordenador das Políticas de Promoção da Cidadania dos direitos LGBT de Vitória da Conquista entre os anos de 2011 e 2016. A partir desse diálogo, foi possível compreender um pouco da realidade local das pessoas trans, desde a forma como acessavam as políticas de saúde, educação e segurança pública, passando pelos projetos realizados por essa Coordenação no que concerne à articulação de eventos culturais, à participação desse público em instâncias de controle social e sua inserção nos projetos de habitação popular e também na elaboração de leis que garantissem seus direitos. Nessa circunstância, foi possível ter acesso à história de algumas delas, saber sobre os lugares que frequentavam e em que trabalhavam, bem como obter

---

<sup>14</sup> No início do período pandêmico a aproximação com o campo de pesquisa aconteceu basicamente através do meio digital, sobretudo através de conversas em aplicativos e o acompanhamento de algumas interlocutoras através das redes sociais.

informações e o contato de algumas, o que permitiu dar seguimento à imersão no campo de pesquisa.

Em seguida, foi realizada uma entrevista, em novembro de 2018, com o então coordenador das Políticas de Promoção da Cidadania dos direitos LGBT, que ocupou o cargo entre os anos de 2017 e 2020, e que narrou sobre as estratégias que estavam sendo realizadas por essa coordenação junto às pessoas transexuais e travestis, sobretudo no que tange ao acesso às políticas de saúde e ao processo transexualizador, além das articulações realizadas, seja para garantir o atendimento desse público na atenção básica de saúde, seja para o combate à discriminação junto ao sistema educacional. Também foram relatadas ações relativas a questões jurídicas para o registro do nome social e ao atendimento psicológico junto às pessoas trans que demandavam cuidados por conta de algum sofrimento psíquico em função de questões relacionadas ao gênero e à sexualidade. Essa entrevista também foi importante para obter o contato de algumas trans, bem como para firmar uma parceria, no sentido que essa pesquisa pudesse contribuir, de algum modo, com as articulações feitas por essa coordenação.

Mais relatos e experiências foram compartilhados com outras pessoas importantes nesse cenário, como a representante local da União Nacional LGBT (UNALGBT)<sup>15</sup> e Conselheira do Conselho Estadual LGBT – BA, em setembro de 2018. Ela falou sobre algumas transexuais e travestis de Conquista a partir de sua experiência de militância e trouxe dados importantes sobre a realidade dos coletivos e movimentos sociais do município.

Nesse percurso, também foi necessário compreender os caminhos trilhados por outros pesquisadores aliados que estudam questões semelhantes nesta cidade, levando em consideração as vicissitudes de cada situação específica. Nessa direção, foi contactado um pesquisador da temática da transexualidade que defendeu sua dissertação de Mestrado<sup>16</sup> no Programa de Pós-graduação em Memória, Linguagem e Sociedade - UESB em 2017 e outro que se debruçou sobre a travestilidade em Vitória da Conquista, mencionado anteriormente, e que em 2019 defendeu sua dissertação de mestrado<sup>17</sup> na

---

<sup>15</sup> Organização da sociedade civil, composta por mulheres e homens, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais de todo território brasileiro, criada em outubro de 2015 na cidade de São Paulo - SP, para lutar pela emancipação política e humana ao defender ideias no campo da consciência de classe, garantia de direitos e combate a discriminação da população LGBT.

<sup>16</sup> AMARAL, Ricardo Andrade. O corpo transexual: campo de memória, norma e resistência em dois curtas-metragens baianos Orientador: Nilton Milanez. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-graduação em Memória, Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2017.

<sup>17</sup> SANTOS, Danilo Bittencourt. “Quem não pode com o pote, não pega na rudia”: encruzilhadas étnicas e de gênero de Tieta, uma travesti em trânsitos. Orientador: Marcos Lopes. Dissertação



mesma instituição, no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

Além do contato com essas pessoas, outra estratégia utilizada para a inserção no campo e a produção dos dados foi a participação em eventos públicos realizados na cidade que contaram com a participação de pessoas trans, entre os meses de março de 2018 até fevereiro de 2020. Não apenas o registro das falas dessas pessoas nos eventos foi importante para a análise, como também essa participação foi crucial para a minha inserção em alguns contextos específicos de sociabilidade das trans de Vitória da Conquista e a indicação de algumas interlocutoras que poderiam fazer parte diretamente desta pesquisa.

O primeiro desses eventos foi a comemoração do dia mulher, realizado pelo partido político Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em março de 2019, quando foi possível conhecer uma travesti que participou da mesa redonda que tematizava a feminilidade travesti. Outro importante evento foi realizado pelo Coletivo Amplitude<sup>18</sup>, momento em que uma transexual foi convidada para falar sobre seu processo de transformação corporal e sua inserção no contexto educacional em uma escola pública de ensino médio na cidade. Vale também citar a participação na comemoração do Dia da Visibilidade Trans, em janeiro de 2019, realizada por um grupo de performers independentes, como outra importante incursão pela sociabilidade trans.

Cabe aqui o destaque para a participação da Mesa redonda “Travestilidades: encruzilhadas étnicas e de gênero” organizada pelo projeto “Enfrentamento da vulnerabilidade social de jovens em razão da orientação sexual e identidade de gênero: cidadania e direitos humanos” da UFBA-IMS-CAT, em maio de 2019. Participaram dessa mesa três travestis e uma mulher transexual, de acordo com a forma como se autoidentificaram, e a mediação desse encontro trouxe a oportunidade ímpar de conversar com as trans, marcar entrevistas individuais, bem como ser convidada para uma reunião festiva que aconteceu na semana seguinte na casa de uma delas. Esse evento foi um marco importante, já que possibilitou o acesso às primeiras participantes, a partir das quais as

---

[Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2019.

<sup>18</sup> A partir de um impulso dado pela OCH-Organização de Combate a Homofobia (Organização de pessoas que lutam pelos direitos da população LGBT no município de Vitória da Conquista), formou-se o Coletivo Amplitude, composto basicamente por estudantes do ensino médio de escolas públicas e particulares de Vitória da Conquista, com o objetivo de discutir a inserção de pessoas sexo-gênero dissidentes nos contextos educacionais, com o foco na conquista de direitos para a população LGBT e combate à homofobia nos contextos escolares.

outras foram sendo indicadas. Além disso, viabilizou a inserção da pesquisadora nas redes de sociabilidade das trans, bem como o estreitamento de laços com algumas delas.

Outros momentos de acesso à experiência trans na cidade foram surgindo paulatinamente, embora tenham sido encontros informais, a exemplo do encontro fortuito com as transexuais e travestis em uma festa carnavalesca ocorrida em março de 2019, assim como encontros com algumas em bares específicos frequentados por elas nas madrugadas, após o trabalho na pista, ou ainda a entrevista concedida por uma delas a uma rádio local, dentre outros encontros. Nos espaços informais, foi possível acessar informações marcadas pelos devires cotidianos dos contextos de sociabilidade, narrativas pronunciadas com desenvoltura, expressões debochadas, chacotas, expressões que provavelmente não seriam acessadas através de outros discursos marcados por significantes hegemônicos.

Nesse trajeto, adentrar os territórios fronteiriços das trans conquistenses não significou apenas frequentar os espaços em que elas se encontravam ou trabalhavam para descrever densamente o que por lá se passava, em busca de uma representação total da memória da travestilidade e transexualidade nesses espaços. Significou, mais do que isso, o compartilhamento de signos, sentidos e afetos. Esses elementos, expressos através das narrativas construídas nesta pesquisa, possibilitaram à memória atualizar a totalidade do passado, a partir da multiplicidade de fluxos vividos, consoante a perspectiva de memória em Bergson, em que é possível construir imagens-lembranças em um tempo vivido como duração. (DELEUZE, 2012).

A partir desse esforço autoficcional de atualizar as virtualidades dessa pesquisa, é possível afirmar que a imersão no campo e a produção dos dados utilizados no processo analítico foi mais intensa no período compreendido entre o primeiro semestre de 2018 e o primeiro semestre de 2020. Não obstante a tentativa de circunscrever essas experiências, vale ressaltar que, mesmo depois desse período, outros encontros foram possíveis, sobretudo através do meio digital, dado o contexto de restrições sanitárias do período pandêmico, conforme acima mencionado, sendo que esses outros encontros aparecem de modo mais profícuo ao longo do processo analítico. Por fim, foi possível estar e ler sobre elas até os últimos momentos da escrita desta tese, por compreender que era preciso nutrir o corpo e nutrir o pensamento para que a escrita fizesse sentido.

Embora existisse a ansiedade de ter acesso às interlocutoras através das entrevistas individuais, prezou-se por uma aproximação paulatina e cuidadosa, tentando compreender um pouco mais sobre os territórios pelos quais elas transitavam, levando em conta que a qualidade do encontro é mais importante que a quantidade de entrevistas. Desse modo, a estratégia para avizinhar-se das interlocutoras, como resposta à pressuposição do desígnio

extrativista das pesquisas realizadas com esse público, foi o investimento em outros encontros que não apenas as entrevistas individuais, em que elas não se considerassem apenas como informantes.

Atenta às possibilidades de correlações, afetos, significações e inserções no campo de pesquisa, durante a realização da segunda entrevista individual com uma travesti, fui convidada para um almoço na casa dela, onde estariam presentes várias transexuais e travestis da cidade. Uma delas destacou que lá existiria a possibilidade de entrar em contato com algumas trans que dificilmente seriam acessadas em outros espaços e que, além disso, dificilmente estariam dispostas a contribuírem com essa pesquisa.

Presumiu-se que a desconfiança de muitas delas diante do aumento do assédio de pesquisadores e pesquisadoras que têm se interessado mais recentemente por esse público pudesse ser arrefecida com a presença da pesquisadora em um ambiente que elas considerassem mais familiar e, conseqüentemente, se sentissem mais seguras e acolhidas. Por este meio, foi possível chegar até as mulheres transexuais e travestis interlocutoras desta pesquisa.

A participação nesses encontros informais foi importante para estabelecer múltiplas redes de relações, intensificar a comunicação com elas e para a compreensão da existência de um plano coletivo, o que se poderia considerar como um *socius*, um grupo específico que co-habita em determinados contextos de sociabilidade. Assim, a pesquisadora passa a conviver com territórios que não conhecia, pelo menos não tão de perto e, com o desenrolar do tempo, passa a participar da vida dessas pessoas, assumir posições e estabelecer diversos tipos de relações com as participantes, em espaços em que a vida, de fato, acontece.

Pode-se perceber, em algumas narrativas, que os discursos diferem a depender do espaço em que são proferidos. Nesse sentido, a entrevista foi utilizada como uma espécie de interpelação do presente, a partir da qual tornar-se-ia possível evocar as lembranças referentes ao processo de reinvenção de si das mulheres transexuais e travestis. Logo, não se trata de interpretar as memórias recorrendo a significados previamente existentes, mas atualizá-las por meio da compreensão das multiplicidades que atravessam os sujeitos enunciados, com vistas ao que os tornam singulares.

Isto posto, diante do interesse e disponibilidade de algumas mulheres transexuais e travestis em fazer parte desse estudo, foram realizadas entrevistas, assentidas através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia, Campus Anísio Teixeira. Algumas interlocutoras não quiseram conceder entrevistas (essa situação será explicitada logo mais

adiante), no entanto, assinaram igualmente os documentos formais autorizando sua participação. Assim, as entrevistas foram audiogravadas e as interlocutoras foram esclarecidas quanto ao anonimato das informações fornecidas em quaisquer formas de divulgação dos resultados desse estudo. Para tanto, a fim de preservar suas identidades, foram utilizados nomes fictícios para cada uma delas, escolhidos de modo fortuito, a fim de evitar identificações posteriores e que, portanto, elas pudessem se sentir mais seguras para abordarem temas melindrosos.

As oito entrevistas realizadas foram registradas entre abril de 2019 e março de 2020, e foram realizadas, assim, com as trans que se dispuseram a participar e conceder parte do seu tempo para responder às perguntas sugeridas por um roteiro semiestruturado, que teve como base as aproximações iniciais com o campo de pesquisa, atreladas aos objetivos preambulares deste estudo. As entrevistas abertas/conversas informais, por sua vez, foram realizadas com outras interlocutoras e interlocutores, sobretudo na fase inicial, em que o campo da pesquisa estava se esboçando, conforme explicitado anteriormente, e não dispunham de roteiros pré-existentes.

As entrevistas foram realizadas a partir de perguntas amplas e abertas sobre o processo de reinvenção de si das trans, abrangendo questões como: empregos de tecnologias para a (re)construção corporal; desdobramento desse processo nos territórios em que circulavam: espaços públicos da cidade, entre amigos, familiares e vizinhos; impactos da (in)visibilidade de seus corpos em diferentes contextos: ambientes de sociabilidade trans, território da prostituição, primeiras aparições públicas; relações afetivas: parceiras/os sexuais, namoradas/os e esposas/maridos, amores, amigas/os e as forças empreendidas no enfrentamento aos diversos tipos de violências.

Foi possível identificar, através dessas entrevistas, vozes condizentes com representações hegemônicas, bem como outras afinadas com saberes mais localizados. De modo que o conhecimento produzido demonstrou-se embasado nas condições sociais, políticas, históricas e econômicas de sua produção.

Foram vários os locais em que as entrevistas foram realizadas, no entanto, em todos eles buscou-se propiciar maior segurança e comodidade para as trans, assim como para a pesquisadora. Duas das entrevistas foram realizadas nas casas das próprias interlocutoras, por sugestão delas. Uma foi entrevistada no seu ambiente de trabalho, depois do expediente. A Coordenação LGBT foi utilizada para a realização de uma outra entrevista. Uma delas preferiu conversar em uma praça pública localizada no centro da cidade. Duas interlocutoras decidiram ceder as entrevistas durante a realização de uma festa na casa de uma amiga trans. Desse modo, prezou-se pela escolha de um lugar privado e tranquilo para que elas

acontecessem. Cabe destacar que as entrevistas aconteceram de modo informal, independente do lugar em que foram realizadas, buscando sempre estabelecer uma relação ética e estética que possibilitasse que a pesquisadora e as interlocutoras pudessem se reconhecer como aliadas.

Vale sublinhar que as duas interlocutoras que não se dispuseram a participar da entrevista individual participaram da pesquisa e contribuíram sobremaneira através de narrativas possibilitadas por meio de conversas informais. Nestes casos, foram requeridas adaptações às questões subjacentes ao roteiro de entrevistas. Isso demonstra que, na pesquisa qualitativa, diante de prováveis intercorrências, faz-se mister um esforço criativo por parte da pesquisadora, que precisa lançar mão de recursos mais flexíveis no processo de elaboração dos dados, já que nem sempre as medidas protocolares são suficientes ou sensíveis às singularidades que constituem o campo material.

Neste ponto, compreende-se que a negociação da natureza das relações estabelecidas entre a pesquisadora e as interlocutoras, no contexto específico imanente à produção de dados, foi o fio condutor da ética dessa pesquisa. Conseqüentemente, o desdobramento dessas relações foi o descentramento da pesquisadora na hierarquia da produção do conhecimento.

Uma das interlocutoras, que possui um bom trânsito entre as transexuais e as travestis de Vitória da Conquista, e que é considerada uma das trans mais velhas da cidade, por diversas vezes se negou a participar da entrevista. No entanto, ela se empenhou bastante para favorecer o trânsito da pesquisadora nos ambientes privados de socialização “das meninas<sup>19</sup>” e articulou a aproximação com várias delas. Com o tempo, tornou-se nítido que ela não se sentia à vontade com a formalização da entrevista, mas que estava aberta a dividir experiências e memórias, de modo que suas narrativas passaram a ser registradas no diário de campo.

Outra importante interlocutora, por sua vez, se esquivou diversas vezes da entrevista, sob o argumento de que era muito tímida. No entanto, nos ambientes em que se encontrava com suas amigas trans e em que demonstrava estar mais confortável e descontraída, ela sempre requeria atenção para falar de si e de suas experiências. Uma situação emblemática ocorreu em uma noite em que a pesquisadora a encontrou em um determinado bar, espaço em que as trans sempre frequentavam para se divertirem depois do trabalho na pista, e ela tirou a blusa, despiu-se ante as pessoas presentes, a fim de vangloriar-se de sua nova conquista: o implante mamário

---

<sup>19</sup> Termo utilizado por elas para se referirem às mulheres transexuais e travestis, sobretudo as que consideram como pares.

de silicone que havia conseguido fazer, depois de muito esforço para juntar dinheiro para o procedimento.

Aqui cabe o esclarecimento de que essas duas interlocutoras faziam parte do que neste trabalho foi considerado um grupo. Ou seja, mulheres transexuais e travestis que moram em Conquista, advindas de diversos contextos, mas que demonstraram partilhar diversos territórios em comum. No geral, elas se consideravam como amigas e costumavam estar sempre juntas, não obstante uma série de desentendimentos e divergências que apresentavam em relação a inúmeras questões.

A escolha das interlocutoras para as entrevistas individuais foi realizada por conveniência e disponibilidade, levando em consideração os seguintes aspectos: autodeclaração como mulher transexual ou travesti, estar morando no município de Vitória da Conquista, ter mais de 18 anos e ter experienciado processos de transformações corporais.

De posse dessas informações, e considerando a noção de memória utilizada neste trabalho, alguns dados, como especificações sobre idade, ocupação, naturalidade das pessoas trans estudadas, serão apresentados ao longo do trabalho, a fim de tornar menos opaco o perfil das interlocutoras que foram entrevistadas individualmente. Pretende-se, pois, compreender de que modo essas existências trans, mesmo sendo invisibilizadas, produzem processos de singularizações. A partir disso, vale dizer que algumas informações concernentes às interlocutoras desta pesquisa vão aparecer na medida em que forem convocadas pelo contexto analítico e que aparecerão sempre articuladas com outras questões necessárias para compreender as possibilidades de evocação de uma memória trans. Essas informações, contudo, não servem como dados a priori, mas serão utilizadas como marcadores sociais que localizam as trans pesquisadas, consideradas como interlocutoras ativas, como “ator material-semiótico” (HARAWAY, 1995, p. 40), na medida em que produzem corporalidades e significados em uma conjuntura sócio-histórica específica.

Dentre as oito interlocutoras entrevistadas, cinco se autodeclararam travestis e três mulheres transexuais. Cinco delas nasceram em Vitória da Conquista e as demais são oriundas de outras cidades e estados. Mesmo algumas participantes tendo experienciado a vida nos grandes centros urbanos, todas são oriundas de cidades interioranas. Três delas concluíram o ensino médio, duas possuem ensino superior incompleto e três não conseguiram concluir o ensino fundamental.

A metade tem a prostituição como principal fonte de renda, enquanto as outras trabalham como professora, cabeleireira, estudante ou recebem algum tipo de benefício do governo. No mais, constatou-se que a maioria das interlocutoras vivem em condições

de pobreza e algumas, inclusive, relataram já ter enfrentado situações de miséria e extrema vulnerabilidade socioeconômica.

A faixa etária está situada entre vinte e cinquenta e um anos. A grande diferença de idade entre elas não foi um aspecto previsto pela pesquisadora, mas a existência de interlocutoras de múltiplas gerações apareceu como aspecto analítico relevante para a compreensão do processo de reinvenção memorialística das trans em diferentes contextos.

É de referir ainda que, neste trabalho, a questão geracional aparece como um importante marcador social em diversos momentos da análise. Desse modo, no decorrer da tese serão feitas referências às interlocutoras como “as mais velhas” e “as mais novas”. Classifica-se, pois, como “as mais velhas”, as interlocutoras que começaram o processo de (re)construção corporal na década de 1990 e que possuem mais de 30 anos de idade. Grande parte dessas interlocutoras, com exceção de uma, se autodeclaram como travestis. Dentre as “mais novas” estão as que começaram o processo de (re)construção corporal depois do ano 2000, sendo que grande parte delas começou na segunda década dos anos 2000, e têm menos de 30 anos de idade. A partir dessa divisão, metade das interlocutoras estão incluídas no grupo das “mais velhas”, enquanto as demais foram classificadas como “mais novas”.

Outra significativa estratégia para a produção de dados desta pesquisa foi o diário de campo. Esse recurso foi utilizado a fim de registrar as lembranças das experiências compartilhadas com as trans no contexto da pesquisa, levando em consideração as intensidades dos corpos, das narrativas e dos pensamentos em suas singularidades constitutivas. A partir dele foi possível imprimir sentido aos contatos com as interlocutoras, às observações dos pressupostos implícitos, assim como às provocações e problematizações que surgiram antes, durante e depois das imersões no campo, das conversas informais e das entrevistas.

O processo analítico dos dados produzidos no contexto da pesquisa se deu a partir de um constante tensionamento entre o virtual e o atual, que resultou na construção de uma gama variada de sentidos sobre a memória de reinvenção dos corpos trans conquistenses. De maneira complementar, a relação de tensão entre esses elementos, embora tenha acontecido de forma fluida, foi capaz de criar uma densidade por meio das condições, das disposições e das contingências compreendidas na experiência de campo.

Conexo à noção bergsoniana, esse processo analítico constituiu-se em uma experiência que levou em consideração a duração da pesquisadora, a partir da tensão constante entre memória e percepção, já que se considera aqui que uma não é possível sem a outra. O corpo da

pesquisadora, então, é tido como um organismo relacional que efetua um corte transversal no movimento incessante do devir, no plano móvel da experiência.

O corpo-pesquisador, neste caso, funcionou como um meio para a ativação de lembranças (potência) com o intuito de responder ao apelo do presente (contingência), não com a finalidade de segmentá-las, mas visando rearticular as diferenciações e materializar o processo analítico, como um compromisso ético e político para acessar as relações estabelecidas nos territórios entre as participantes.

O objetivo, portanto, não foi organizar, neutralizar e estabilizar, com vistas a uma simplificação do fenômeno estudado, mas, inversamente, destinou-se à compreensão das multiplicidades inerentes às forças e às relações compartilhadas durante a experiência da pesquisa, por meio do constante questionamento dos significantes hegemônicos ligados às performances inteligíveis.

Nesse sentido, o processo de análise foi profundamente marcado por críticas e problematizações realizadas à própria pesquisa como um todo. Ou seja, problematizou-se com frequência os objetivos, o delineamento do campo problemático, as teorias que dialogam com esse estudo, as relações constituídas no trajeto, ao passo em que aspectos analíticos foram sendo identificados.

Desse modo, foram encontrados alguns centros de estabilidades, a partir da articulação entre elementos heterogêneos advindos das diversas narrativas (diários de campo, transcrições das entrevistas, diversas fontes documentais acessadas e teorias) que estabelecem entre si relações complexas e singulares. Esses centros, no entanto, foram constituídos por meio do aumento das conexões entre esses elementos e não pela sua subordinação a uma estabilidade homogeneizante.

Esse trabalho é composto por seis seções, a primeira delas constituída por esta introdução. A segunda seção aborda o processo de construção de narrativas sobre a transexualidade e a travestilidade através de um breve percurso da constituição dessas categorias e as possíveis relações e negociações entre elas. A terceira seção, intitulada “Trans-territorializações”, apresenta a territorialidade trans na cidade de Vitória da Conquista, a partir dos trânsitos e das interdições socioespaciais, finalizando com uma discussão sobre violência transfóbica. A seção quatro, por sua vez, discute o corpo trans a partir dos seus deslocamentos e negociações diante das fronteiras de gênero e sexualidade; das transformações técnicas e semióticas; do território fronteiriço da prostituição; das existências nômades. A seção 5 procura, a seguir, trazer à tona as relações de sociabilidade e as táticas de insurgência desses corpos trans interioranos que, através do cuidado de si, são capazes de traçar estratégias



coletivas de enfrentamento aos mecanismos de dominação normatizadores e aos regimes neocoloniais. Para tanto, são apresentadas duas estratégias de enfrentamento analisadas durante a realização dessa pesquisa, uma relativa ao trans-ativismo no período pandêmico e outra relacionada a uma experiência provocativa e insubmissa de insurgência, por meio da arte. Por último, a seção seis dessa tese compreende as considerações finais.

## 2 NARRATIVAS ACERCA DA TRANSEXUALIDADE E DA TRAVESTILIDADE

*Os ikins, caroços de dendê, como um dos signos da sabedoria de Ifá, nos ensinam que o conhecimento, que deve ser lido como força vital, versa em múltiplas línguas [...] Assim, como praticante das margens, corpos rebeldes dotados de ginga e da habilidade do drible, reivindicamos a sabedoria encarnada nos caroços de dendê que riscam signos contendo histórias que nos falam desde a diversidade existente no mundo até o seu próprio inacabamento.*  
(Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino, 2019, p. 28)

A partir de então, será discutida a construção das noções de transexualidade e travestilidade por intermédio de inúmeros discursos e práticas de saber e de poder, cujas experiências estão referidas em processos históricos, sociais e culturais que marcam subjetividades e constituem memórias enquanto grupo social.

Sabe-se que a discussão de gênero trouxe novas perspectivas às discussões sobre sexualidade para além das questões biologizantes e essencialistas. Somente no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, de modo bastante gradativo, é que surge a diferenciação entre sexo e gênero, assim como as discussões sobre orientação sexual, dentre outros conceitos afins. Embora estejam bastante entranhadas nos debates relacionados à díade sexo-gênero, as experiências trans não se circunscrevem a ela, pois tangenciam temáticas relacionadas às questões socioeconômicas, subjetivas, étnico-raciais, regionais, geracionais e transpõem os modelos mais tradicionais dos estudos essencialistas e biologizantes, em que a sexualidade é pensada tão somente a partir dos aspectos biológicos e das funções reprodutivas. Nesse sentido, denunciam explicitamente a influência da moral vitoriana e o desejo de controle dos corpos e regulação da vida. (PERES, 2005).

Cabe aqui destacar que o projeto social da modernidade intenta coagir essas novas identidades sexuais e de gênero, na medida em que se esforça para torná-las normativas (SILVA, 2000), seja desde a patologização dessa experiência, a medicalização dos corpos e a judicialização, assim como da estigmatização social daqueles que assim se identificam ou são identificados. Esse incansável projeto de padronização das identidades possui como efeito direto uma espécie de enfraquecimento das subjetividades, de modo que seria inoportuno falar sobre transexualidade e travestilidade sem considerar a compreensão da multiplicidade das esferas biomédica e jurídica, da racionalidade bionecropolítica e de questões sociais, culturais e religiosas envolvidas com essas normativas.

A experiência da transexualidade e da travestilidade, tratada nesta seção, questiona esse projeto moderno e demonstra a possibilidade de existência de sujeitos que habitam a fronteira, que subvertem a estabilidade das identidades sexuais e de gênero, e que denunciam

o quão fabricadas são as identidades fixas. Tal experiência se configura, assim, por pessoas, desejos e situações que questionam os limites normativos das perspectivas binárias e que propõem categorias que ultrapassam as identidades essencializadas, ao se pautarem em vivências singulares, não moldáveis e intransferíveis.

Com relação mais especificamente à racionalidade bionecropolítica, cabe retomar brevemente o percurso a partir do qual se engendrou esse conceito. A biopolítica é um conceito foucaultiano e se refere a uma das formas do biopoder<sup>20</sup>. Para Foucault (1997), ela vai se desenvolver a partir do século XVII e trata da gestão da vida e do corpo da espécie, assim como da população, incluindo seu nível de saúde, longevidade, natalidade e mortalidade. De acordo com Pál Pelbart, Foucault introduz a temática da biopolítica na discussão sobre a sexualidade, pois esta estaria “entre os dois eixos da tecnologia política da vida, a do indivíduo e da espécie [...] o micropoder sobre o corpo e as medidas massivas.” (PELBART, 2011, p. 58). A necropolítica, termo cunhado por Achille Mbembe (2016) a partir do conceito foucaultiano de biopolítica, por outro lado, diz respeito a uma tecnologia de poder que investe na morte. A bionecropolítica, por sua vez, estaria situada entre esses dois conceitos e, segundo Silvio Gallo (2020), remete a uma lógica que afirma a vida de algumas pessoas, enquanto elege a morte de outras.

Nesta seção, inicialmente, será desenvolvida a noção de dispositivo e discutido como diferentes narrativas sobre a sexualidade foram sendo elaboradas. Em seguida, intenta-se trazer alguns aspectos historiográficos, esquivando-se de uma linearidade cronológica, para a compreensão de cada um desses dispositivos e suas especificidades no contexto brasileiro. Destaca-se, nesse momento, a transexualidade como mais atrelada a discursos médicos, mediante as modificações corporais e a patologização dessa experiência, e a travestilidade como marcada por discursos jurídicos e moralizantes, associada à prostituição e à degradação moral.

Será sublinhado, em seguida, o trânsito das pessoas trans entre esses dispositivos e a disputa de poder entre eles no campo discursivo, atrelada a saberes médicos, jurídicos, movimentos sociais, saberes das próprias trans e a perspectiva de que, não obstante essas

---

<sup>20</sup> O biopoder é um dos conceitos mais difundidos de Michael Foucault e foi explorado pelo autor no primeiro volume da “História da Sexualidade”, obra publicada em 1976. É um poder exercido positivamente sobre a vida a fim de produzir corpos economicamente ativos e politicamente dóceis por meio da disciplina, que seria o governo sobre os corpos dos indivíduos, e a biopolítica, que concerne ao governo sobre a população como um todo. Para Foucault (1997), “este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos da população aos processos econômicos.” (p. 132).

disputas, a sociedade ainda considera essas existências como abjetas. Serão tecidas algumas considerações sobre a (des)patologização da experiência trans e os enfrentamentos possíveis. Por fim, será abordada a convergência da teoria queer com os estudos sobre gênero, sexualidade e corpo, aqui interpostos pela transexualidade e travestilidade, assim como a incorporação dessa estratégia no contexto brasileiro e seus desdobramentos rumo a territorialidades locais e experiências singulares dos corpos trans interioranos.

## **2.1 Dispositivos da transexualidade e da travestilidade**

Vale dizer que as estruturas reguladoras citadas convocam a pensar a sexualidade como dispositivo, conceito utilizado por Foucault (1997) em seus estudos sobre a História da Sexualidade, na medida em que apresentam a confluência de discursos construídos a fim de instaurar saberes e sentenciar verdades acerca da sexualidade que embasam modos de governar, embates morais e teorias. O autor evidencia, nesse percurso, o quão suscetível à transmutação se encontram esses discursos e práticas sobre a sexualidade em seus percursos sociais, culturais e históricos. Para Foucault, um dispositivo é um “conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, filantrópicas e morais.” (FOUCAULT, 2001, p. 244). Ou seja, o dispositivo não proíbe ou nega, mas sim controla e produz verdades, com o objetivo de moldar subjetividades.

A sexualidade considerada como dispositivo enseja o controle da população, seja a partir do controle da natalidade, da sexualidade infantil, da sexualidade para fins reprodutivos, ou mesmo por meio do controle dos corpos, convertendo o sexo em uma área de estudo e intervenção. Nessa direção, se observa que a racionalidade instrumental institui um intenso policiamento sobre os corpos e faz surgir um novo campo científico que considera desvio e patologia tudo que foge às regras da normatividade, abrindo possibilidades para a emergência de disciplinas como sexologia e psicopatologia, a partir de uma “vontade de verdade do sexo.” (FOUCAULT, 1997, p. 44).

Cabe destacar, ainda, as relações possíveis entre os elementos heterogêneos dos dispositivos, que podem estabelecer entre si jogos de poder, mudanças de posição, assim como mudança de funções. O dispositivo também pode ser entendido como um tipo de formação que, em determinado momento da história, é configurado para responder a uma urgência. No que tange à sexualidade, destaca-se a existência de uma matriz discursiva hegemônica que age de forma compulsória na inteligibilidade dos corpos e que, a partir da busca por uma memória identitária, normatiza e domestica esses corpos com vistas à

construção de uma performance heteronormativa. De acordo com Butler (2003), tal norma sustenta e operacionaliza processos de exclusão, como os que acontecem com as travestilidades e as transexualidades.

Cabe aqui evidenciar que, no contexto do capitalismo industrial, ocorreu uma captura e uma otimização da produção dos corpos e do sexo das pessoas, que passam a ser uma questão central da governamentalidade<sup>21</sup> e do governo, sobretudo a partir da sua radical dicotomização. De acordo com Preciado (2011), um dos pilares do capitalismo é o modelo heteronormativo que reafirma os valores modernos de família nuclear patriarcal burguesa, maternidade e pedagogização da infância, de modo que as disciplinas biopolíticas tiveram um importante papel na naturalização do sexo.

Existem conjunções e disjunções dos dispositivos da transexualidade e da travestilidade, moldadas ao longo do tempo em seu percurso histórico, que apontam para o deslizamento contínuo dessas categorias nos diversos contextos sociais em que se apresentam e que dão sentido a elas. Nesta pesquisa, o hiato exposto pelas interlocutoras aparecerá de forma explícita e recorrente e, por esse motivo, pretende-se aqui problematizar a composição desses dispositivos, apontando como eles divergem em alguns momentos para, em outros, convergirem. Também interessa perceber como tais dispositivos são enunciados por diversos campos de conhecimento, que constroem enunciados sobre gênero e sexualidade, ao mesmo tempo em que cumpre observar o fato de que são também saberes construídos, paulatinamente, como experiência de vida, processo de subjetivação e autopercepção de pessoas que afirmam, não obstante todas essas narrativas, terem certeza de quem são. (SANTOS, 2014).

À medida em que segue a discussão sobre os dispositivos transexuais e travestis, nesse trabalho, será utilizada a expressão “experiência trans”, com o intuito de destacar a presença histórica dessas pessoas, assim como a contínua possibilidade de criação de sentido para essas existências. Nessa mesma direção, Caravaca-Moreira e Padilha afirmam existir um “espectro trans” (2018, p. 6), a partir do qual são abertas múltiplas possibilidades de subjetivação dessas pessoas. Um espectro associado à certeza interna de que são singulares e à busca pela transformação de seus corpos, a fim de torná-los inteligíveis na cultura sexual.

---

<sup>21</sup> A governamentalidade, de acordo com Lemke (2017) é um conceito chave nos escritos de Foucault, sobretudo no que tange a noção de governo que aponta para uma relação essencial entre formas de poder e processos de subjetivação, a partir, dentre outras análises, da constituição do sujeito com a formação do Estado.

Não obstante o esforço normativo da ciência sexual moderna (FOUCAULT, 1997) e a hegemonia de saberes, poderes, narrativas e práticas que prescrevem e definem a experiência trans, é notória a existência de projetos que intentam desnaturalizar esses discursos e práticas reguladoras que legitimam uma matriz normativa de sexo e de gênero. Projetos que afirmam a possibilidade de existência de “mulheres e homens que vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas.” (LOURO, 2008, p. 34). Contudo, não se trata apenas de optar por uma representação de gênero a ser desempenhada socialmente, mas também de usufruir da possibilidade de romper com os essencialismos e o constrangimento dos estereótipos sociais e considerar essa experiência como um devir (PRECIADO, 2015).

Embora existam diferenciações entre a transexualidade e a travestilidade, constituídas em expressivos trajetos, elas também encerram experiências e trajetórias muito parecidas em alguns aspectos. Isso, de certo modo, contribui para que essas noções sejam convenientes em contextos e circunstâncias, de forma diferenciada. Logo, vale lembrar a inexistência de consensos no uso dessas noções seja entre as pessoas transexuais e travestis, como nos diversos movimentos sociais e ativismos, na mídia e no meio acadêmico.

Essa inexistência de consensos e a viabilidade de conceber a experiência trans como flexível, maleável e em negociação constante, não prescinde considerar os constitutivos sociais, comportamentais, culturais, subjetivos e históricos dessa experiência, sobretudo no que tange à memória dessas pessoas, já que, em muitos casos, acessar a memória social parece tarefa complexa, em função da inexistência de referências simbólicas, linguísticas ou discursivas comuns. No entanto, é possível apreender algumas das narrativas concebidas por diversos atores que vivenciam, militam ou estudam essa experiência e que serão parcialmente apresentados aqui.

Em princípio, cabe destacar uma das perspectivas mais comuns no desenvolvimento das categorias que compõem a experiência trans e que se refere a uma possível escala cronológica que acompanharia o processo de transição, de modo linear e hierárquico. A pesquisa realizada por Bruno Barbosa (2010) nas “Terças Trans” em São Paulo, por exemplo, demonstra que grande parte de suas entrevistadas se refere a uma espécie de evolução do caminhar da transição rumo a uma finalidade: começam como gays ou mesmo *crossdressers*, passam a ser travestis, e depois chegam ao destino final da transexualidade. O autor aponta a influência direta do discurso biomédico e das ciências psis (psicologia, psiquiatria e psicanálise) nesse trajeto, que direcionam a subjetividade das pessoas trans para uma espécie de “hierarquia do auto-conhecimento de si.” (BARBOSA, 2010, p. 21).

Ao mesmo tempo em que para algumas trans é possível reconhecer uma escala que marca seu processo de transposição do gênero, em alguns contextos se observa sua invisibilidade e o fato de sequer existirem aos olhos da sociedade. Nestes casos, as mulheres transexuais e travestis sofrem extrema marginalização, não acessando serviços ou vias públicas. Como apareceu na produção de dados deste estudo, muitas delas só se arriscavam a sair à noite, mesmo aquelas que não trabalhavam com a prostituição, já que sua existência era indesejada e sua sociabilidade punida, sobretudo em contextos sociais em que os padrões morais e a opressão social substancializam a heteronorma, como acontece em diversos territórios interioranos.

Seja partindo de uma evolução cronológica, invisibilizadas, ou sendo reconhecidas de diversas outras formas, Carvalho (2011b) e Leite Jr (2008) afirmam que o reconhecimento das identidades trans é flexibilizado e utilizado pelas trans, estrategicamente, em diferentes contextos, sendo que, em determinados lugares, será mais adequado autointitular-se como transexuais e em outros como travestis, o que revela os trânsitos possíveis entre esses dispositivos. No geral, contudo, há uma preferência pelo termo transexual, pois mesmo existindo estigmatizações, por conta da patologização associada a esse termo, essa denominação ainda seria melhor, pois funciona como uma espécie de higienização social que as distancia da travestilidade e da prostituição.

É importante questionar, portanto, os interesses existentes nos discursos sobre identidades e suas delimitações precisas, uma vez que tais identidades, ao serem fixadas, muitas vezes podem contribuir para a discriminação e exclusão dos sujeitos. No entanto, alguns pesquisadores e pesquisadoras defendem que o campo científico precisa de uma nomeação e caracterização para que os sujeitos existam e sejam problematizados. De maneira análoga, os movimentos sociais defendem a identificação dessas pessoas, como estratégia para delimitar e apontar com maior acuidade os interesses que lhes são próprios.

Não obstante a indicação dos riscos dessa delimitação identitária, a noção que ainda perdura no senso comum, e que é reproduzida em alguns contextos sócio-políticos, coaduna com os primeiros estudos científicos sobre a transexualidade, realizados em meados do séc. XX, e transmite a ideia de que a principal diferença entre as travestis e as transexuais é que estas últimas desejariam fazer a cirurgia de transgenitalização. Atualmente essa ideia não é mais consensual e, dentre muitas outras estudiosas sobre o assunto, Berenice Bento (2017) a refuta, ao indicar que a reivindicação da identidade feminina é independente do desejo de submissão a essa cirurgia e defende, ainda, a existência de uma pluralidade de configurações dessas experiências. Diante dessa complexidade, Santos (2014), por sua vez, sugere que

[...] o uso de silicone industrial, hormônios feminilizantes e a prática da prostituição aparecem na biografia de várias travestis e mulheres transexuais, aproximando suas trajetórias sociais e identitárias e mostrando que as diferenciações e conceituações ainda carecem de maior habilidade em reconhecer que a vivência das identidades trans é mais complexa do que as nomenclaturas que o vocabulário acadêmico, político e social dispõe para nomeá-las, descrevê-las e caracterizá-las. (SANTOS, 2014, p. 94).

Pode-se dizer que ainda preponderam as referências do discurso medicalizante na definição de corpos e subjetividades da experiência trans, mas que, contudo, é possível perceber diversas redefinições e deslocamentos realizados nestas experiências em suas produções biográficas, que estão diretamente relacionadas com suas memórias. Em vista disso, pretende-se compreender as diversas composições de possibilidades na construção desses dispositivos, em relação aos aspectos em que elas convergem e divergem ao longo de seus processos de constituição, cuja função estratégica consiste em construir e sustentar verdades.

O dispositivo da transexualidade, especificamente, refere-se a um conjunto de saberes produzidos pelo saber/poder médico e psis a fim de controlar a experiência trans, sobretudo a partir da caracterização das identidades sexuais e de gênero baseadas em pressupostos biológicos como cromossomos, neurônios e hormônios. De acordo com Bento (2017), trata-se de uma “parafernália discursiva” (p. 245) que sustenta essa experiência como transtorno, sob a égide das práticas e saberes médicos. O dispositivo da travestilidade, por sua vez, geralmente é reconhecido na sociedade brasileira como desvio moral e constitui redes de sociabilidade marginais, portanto precisa fazer negociações constantes com a justiça. Esses dispositivos, então, englobam diversos

[...] mecanismos sociais que estarão em ação para construir essa nova pessoa a partir da identidade desviante atribuída. Dependendo do desvio e do contexto social, será o saber médico, psiquiátrico e psicológico que lhe atribuirá o lugar de doente, ou a autoridade jurídica que lhe penalizará como criminoso, ou as autoridades morais que lhe sentenciarão como pervertido. É possível, inclusive, que vários desses mecanismos atuem simultaneamente sobre o indivíduo, como a travesti ou a transexual prostituta que tem sua vivência de gênero patologizada, seu trabalho ‘criminalizado’ e sua imagem vista como uma agressão ‘à moral e aos bons costumes’ da nossa sociedade. (CARVALHO, 2011b, p.5).

Não obstante essas categorizações, Bento (2017) afirma que seria improvável a definição de uma identidade de gênero somente por meio de protocolos médicos e psicológicos, já que acredita que o gênero, consoante Butler (2017), se constrói na prática,



com atos cotidianos que desembocam em um reconhecimento social, a partir de normativas construídas socialmente sobre o masculino e o feminino.

Para introduzir um percurso cronológico que serve de fundamento para os dispositivos da travestilidade e da transexualidade, localizados sobretudo a partir da segunda metade do século XX, serão apresentados alguns acontecimentos históricos relevantes, utilizando-se como referências especialmente a tese de doutorado defendida por Jorge Leite Júnior, em 2008, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; bem como o resultado da pesquisa realizada por Bruno Cesar Barbosa nas “Terças Trans” em São Paulo, que resultou na Dissertação de Mestrado defendida em 2010 no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo.

Leite Jr. traz alguns dados históricos acerca desses dispositivos e localiza em 1910 o principal estudo científico moderno que relaciona sexualidade e vestimenta, *Transvestites – the erotic drive to cross-dress*, escrito pelo médico e psicólogo alemão Magnus Hirschfeld, um dos pioneiros da sexologia. Segundo o autor, a partir desse estudo surge a expressão travesti, que relaciona a utilização de vestimentas do sexo oposto a um sentido sexual. Ele afirma além disso que,

Segundo Hirschfeld “[...] ‘travesti’ (transvestite) vem dos termos em latim trans, que significa através e vestitus, com o sentido de estar vestido, e travestismo (transvestism) de trans e vestis, igual a roupa. O Dicionário Houaiss da língua portuguesa data a palavra travesti como originária do francês e tendo sua primeira aparição registrada em 1543, significando disfarçado, derivada de travestire (1512), ou seja, disfarçar-se. Lynne Friedli, em seu texto já citado, afirma que o termo travesti foi usado na Inglaterra em 1652 para designar mulheres que se vestiam como homens. Já para Terry Castle, este passa a ser um termo comum neste país (Inglaterra) durante o Iluminismo, criando nos bailes de máscaras uma verdadeira cultura do travesti. Ainda segundo o Houaiss, apenas em 1831, ‘travesti’ aparece como substantivo para designar um homem vestido de mulher ou vice-versa.” (apud LEITE Jr, 2008, p. 101/102).

A partir desse trecho, vale ressaltar que o travestismo estava relacionado inicialmente às pessoas cujo propósito seria usar roupas que as diferenciavam da sua estrutura corporal e que, posteriormente, o uso dessas vestimentas iria sobrepular a aparência externa e evidenciaria uma estrutura psíquica interior. Começa então a aparecer uma psicologização relacionada à mudança do vestuário. Cria-se, desta maneira, uma nova categoria clínica, ou uma nova identidade sexo-patológica, ligada à autonomização da questão do vestuário e dos sexos, mas não relacionada à homossexualidade, hermafroditismo, ou outras questões. Leite Jr. chama a atenção para o fato de que apenas

gradualmente essa proposição é adotada, pois a correspondência entre sexo, corpo, desejo e comportamento ainda prepondera até o início da segunda metade do século XX.

Apesar da criação de novas categorias clínicas e de novas identidades sexo-patológicas, a medicina e a psicologia não foram as únicas responsáveis pela imposição de novos padrões de gênero e sexualidade, ainda que tenham proposto novas categorias, sempre através de trocas e disputas com os campos da religião e dos movimentos sociais. Enquanto alguns desses campos de saber se esforçaram em discutir as práticas sexuais como sendo variações humanas que não deveriam ser punidas ou patologizadas, uma vertente mais conservadora afirmava que os desvios sexuais deveriam ser tratados.

A perspectiva punitiva e patologizante tende a preponderar e os setores mais conservadores ganham força e disseminam visões normativas e moralizantes a partir do contexto das duas Grandes Guerras, dos totalitarismos e das sucessivas crises econômicas do capitalismo. Segundo Leite Jr., a ciência patologiza os desvios sexuais a partir desse contexto e “desta tensão, surge a moderna ‘sexualidade’, a ‘sexologia’ e as ‘identidades sexuais’, pois estas têm na questão das práticas eróticas ou dos corpos genitalizados o foco central da interpretação da existência.” (2008, p.111).

Nessa sequência, a patologização da transexualidade começa a ganhar corpo, na segunda metade do século XX, na medida em que vai sendo elaborada e divulgada pelo saber médico. Inicialmente, a transexualidade ganha repercussão internacional a partir do caso do soldado norte americano Jorgensen, no início da década de 1950, que vai para a Dinamarca fazer a “mudança de sexo”, ganha destaque na mídia, e torna-se a célebre Christine Jorgensen. A partir de sua história, o mundo todo passa a saber sobre a possibilidade de “mudança de sexo”, termo utilizado à época, e, a partir de então, tem-se o desenvolvimento da noção de transexualidade, pautada especialmente no avanço da tecnologia médica e da influência da mídia.

Harry Benjamin, médico endocrinologista que migra da Alemanha para os Estados Unidos em 1913, ficou conhecido após ser convidado para discutir o caso de Christine Jorgensen. Também se destacou pela discussão sobre a concepção dos termos transexual e transexualismo, a partir do trabalho que realizou com pessoas que queriam mudar de sexo e que resultou na publicação do artigo “Travestismo e transexualismo” em 1953. Ele cunha a noção do verdadeiro transexual e separa o travestismo do transexualismo, pois este último teria o desejo de modificar a estrutura orgânica. Para ele, ambos seriam sintomas do distúrbio da orientação normativa de sexo e gênero, e a variação que estabelece vai orientar muitos estudos científicos daí por diante. De acordo com Leite Jr (2008), Harry Benjamin publica em

1966 “Fenômeno Transexual”, obra em que ele padroniza o tratamento da transexualidade e que é utilizada até os dias de hoje em quase todo o mundo. Para Bento (2017),

Benjamin selecionou alguns indicadores que considerou constantes nas histórias dos/as transexuais e com os quais estabeleceu os parâmetros definidores do verdadeiro transexual. Não demorou muito para que esses critérios fossem considerados como referências para se avaliar os discursos dos demandantes à cirurgia. Esses indicadores foram fixados em termos de características que cristalizam a identidade transexual a partir de um conjunto limitado de atributos. Estava em curso o processo de construção da universalização do transexual (p. 148).

Outro importante teórico para a compreensão do percurso histórico da categoria da transexualidade é o médico e psicólogo John Money, que migra da Nova Zelândia para os Estados Unidos com o intuito de estudar sobre crianças intersexuais, e que tem como um de seus principais argumentos a ideia de que o contexto social pode assegurar a diferença entre os sexos. Ainda segundo Leite Jr (2008), em 1954 Money utiliza pela primeira vez o conceito de gênero, referindo-se às diferenças sexuais, o que confere um importante passo quanto à desnaturalização do gênero ligado à questão biológica, embora continue afirmando a inteligibilidade de gênero.

Personagem relevante no aprofundamento da questão da sexualidade e do gênero na transexualidade, o psiquiatra e psicanalista norte-americano Robert J. Stoller, por sua vez, cunha em 1964 o termo identidade de gênero, para reportar-se aos diferenciados graus do feminino e do masculino em uma pessoa, de modo que essa identidade estaria relacionada a um comportamento influenciado psicologicamente, de maneira que sexo e gênero não estariam necessariamente relacionados. Essa tese, que separa o sexo e o gênero, se tornaria uma das mais importantes para o estudo da transexualidade. De acordo com Castel (2001), Stoller lança o livro *Sexo e Gênero* em 1968, em que introduz a noção de “identidade de gênero nuclear”, trazendo a ideia de que o gênero “nuclear” não pode ser facilmente mudado, já que é criado e estabelecido nos primeiros anos de vida. (LEITE JR, 2008).

Em 1969, a *Harry Benjamin Association* cria a instituição organizadora de Normas e Tratamento para transexuais, o *Standards of Care – S.O.C.*, que passa a ser uma referência para o acompanhamento das pessoas trans no ocidente até os dias atuais. Os *SOC* são uma espécie de cartilha, dividida em três partes: diagnóstico, psicoterapia e tratamento. Alguns anos mais tarde, em 1973, os estudiosos John Money, Norman Fisk e o cirurgião plástico Donald Laub cunham o termo “disforia de gênero”, referindo-se ao incômodo de uma pessoa com o próprio gênero. Muitos teóricos atribuem a Harry Benjamin a origem do termo

transexual, mas o próprio médico atribui o surgimento da palavra ao doutor Cauldwell, em uma revista intitulada *Sexology*. (LEITE JR, 2008).

Os termos transexualismo e transexual passam assim, progressivamente, a ser usados nos escritos médicos e psis, na mídia, entre militantes e ativistas e no imaginário social, sendo que, em 1980, o Código Internacional de Doenças (CID), organizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), os utiliza pela primeira vez. Tem-se, desse modo, a oficialização de uma terminologia utilizada desde a década de 1950 e que passa a orientar o diagnóstico: “transexualismo: desejo de viver como o outro gênero e receber intervenções hormonais e cirúrgicas e profundo mal-estar com o próprio sexo anatômico.” (LEITE JR, 2008, p. 181). O autor chama atenção, no entanto, que essa circunscrição deixa de fora uma grande quantidade de pessoas que se consideram transexuais e não se enquadram nessas características. Como problematiza Bento (2009), em “O que é transexualidade”, ao considerar o transexualismo como transtorno mental, o CID não discute de modo mais amplo as identidades de gênero ou os sintomas que indicariam que toda pessoa transexual estaria disposta a fazer a cirurgia.

O transexualismo também é inserido, nesse mesmo ano, no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), em sua terceira versão, ao tempo em que se retira do manual a identificação do homossexualismo como desvio sexual. Para Leite Jr, trata-se apenas de um redimensionamento da patologização, uma vez que conceitos-chave como sexualidade, gênero, identidade sexual e orientação sexual ainda estavam começando a ser investigados na psiquiatria. Para Judith Butler (2016), o principal aspecto levado em consideração no diagnóstico de transtorno de identidade de gênero é o incômodo que uma pessoa revela ao pertencer a um gênero considerado equivocado. No entanto, não existe uma problematização mais ampla, por parte dos operadores do DSM, se a própria normativa de gênero, tida como estável e natural, não poderia estar ocasionando esse incômodo, inclusive para as pessoas que se enquadram nessas normativas e que às vezes têm um alto custo subjetivo para sustentá-la.

Esses três documentos institucionais, SOC, DSM e CID, são utilizados até os dias atuais para orientar o diagnóstico e o tratamento da transexualidade e encerram inúmeras disputas de saberes. De acordo com Leite Jr. (2008), mais interessante que o aprofundamento histórico são as versões e as relações de saber/poder que caracterizam tais dispositivos e que aparecem na disputa linguística e discursiva para estabelecer uma nova categoria: a transexualidade, que visa, claramente, estabelecer um rompimento com as travestis e conferir status simbólico ao novo sujeito - o verdadeiro transexual.

Leite Jr, nesse mesmo trabalho, chama atenção para uma série de desentendimentos que ocorrem entre os defensores dos direitos das pessoas transexuais e os representantes das

ciências. Às vezes eles estão discutindo a mesma coisa, utilizando as mesmas referências, os mesmos conceitos, mas mostram discursos que apresentam discordâncias conceituais anteriores. Assim, além de destacar as disputas que concorrem na polissemia dos termos, também é importante atentar-se para a fragilidade no imprescindível diálogo entre a ciência e a militância/ativismos e, mais recentemente, com a própria população trans, que tem ganhado espaço e visibilidade nas discussões teóricas e acadêmicas.

Existe uma série de discursos que são acionados na elaboração de sentido do que significa ser mulher transexual e travesti, assim como também existe um esforço histórico de nomeação das distintas categorias, como conceitos clínicos que envolvem questões como disfunções/perversões sexuais, transtornos de gênero e sexualidade e identidades políticas. No entanto, destaca-se aqui a prevalência de uma “antiga moralização política” dos discursos científicos e militantes que classificam os desviantes sexuais como “bons” e “maus”.

No que diz respeito mais especificamente à travestilidade, esta demonstra, de modo mais nítido (para não dizer escancarado), a intersecção entre homens e mulheres, já que a transexualidade pode estar relacionada tanto à masculinidade quanto à feminilidade. As travestis, por sua vez, são consideradas como pessoas que se referem como femininas e que reivindicam seu tratamento como tais, assim, elas “inauguram uma nova forma de inventar o feminino, de borrar as referências de gênero e de propor um outro olhar sobre si mesmas.” (BENEDETTI, 2005, p. 96).

William Peres (2005) propõe, nesse sentido, a utilização do termo travestilidade, a fim de

[...] contemplar uma maior variação das formas e modos de se constituir enquanto travesti, considerando que nem todas as travestis são profissionais do sexo, e nem todas têm aspiração para serem vedetes ou artistas. Trata-se de uma multiplicidade de possibilidades na qual nenhuma deve ser tomada como modelo absoluto, evidenciando processualidades infinitas de corpos que tomam a metamorfose como modos de felicidade. (PERES, 2005, p. 26)

Nessa perspectiva, Fernández (2004) aciona a performatividade travesti como um ato político, como experimentação ativa, como possibilidade de existência, mais do que uma identidade essencializada, pois não se sabe antecipadamente o que vai acontecer. As travestis demonstram seus desejos como atitude irreverente, investidas de experiências nômades, “não apenas por modismos intelectuais, mas sim porque os roteiros sexuais aqui descritos implicam em ressignificações, deslocamentos, reterritorializações, linhas de fuga que se traduzem em novos lugares do político.” (VALE, 2005, p. 21).

Larissa Pelúcio (2005) faz um estudo sobre o tema em São Paulo e São Carlos e aponta para a importância de valorizar as múltiplas experiências das travestis. Utiliza-se, assim, do termo experiência da travestilidade, cunhado por William Peres em 2005. Pelúcio afirma ser este um termo *queer*, na medida em que ressignifica uma expressão normalmente vista como depreciação. Esse termo também aparece na pesquisa de Barbosa (2010), de modo que pode ser reconhecida uma interlocução entre as redes de relações que amparam a construção da identidade trans. O termo travestilidade representa, nesse sentido, a fluidez nas auto classificações. No contexto atual, em que o ativismo prega a ideia de orgulho, ele confirma a conexão entre as demandas dos sujeitos sociais e as formulações acadêmicas.

Ao analisar essa linha da história que perpassa a travestilidade, nota-se que o travestismo decorreu de uma caracterização da sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1997), que estigmatizava e excluía os que estavam fora da norma. Tratava-se de grupos sociais que representavam uma certa monstruosidade e que reforçavam a abjeção de pessoas consideradas como não humanas. A pessoa travesti carregava o estigma de monstro tanto no corpo, através das vestimentas, como na mente, por se comportar como sendo do gênero oposto.

Já na segunda metade do século XX, a sociedade de controle (DELEUZE, 2000) convoca os excluídos a participarem das dinâmicas sociais, a fim de governá-los e tornar lucrativo o gerenciamento dessas instituições de confinamentos e a administração dos problemas sociais. A partir desse contexto, a experiência trans não é mais colocada à margem e é convocada a se adaptar às normas de gênero vigentes, desde que a inteligibilidade de gênero seja aceita e a performatividade seja convincente. Para tanto, ressalta-se “a abrangência e sutileza do poder do discurso médico em qualificar e validar normas e performatividades de gênero.” (BARBOSA, 2010, p.194).

A patologização das pessoas que transpõem as normas de gênero visa, assim, por meio do discurso técnico-científico, vigiar e gerenciar essas sexualidades com vistas a propiciar sua inteligibilidade social. A ideia é que essas pessoas sejam integradas socialmente, através do reconhecimento médico-científico dos seus transtornos. De modo semelhante, se observa que alguns movimentos de defesa de direitos das pessoas trans também buscam, através do argumento político, tornar esses gêneros e sexualidades inteligíveis.

## **2.2 Os dispositivos sexuais e o contexto brasileiro**

É possível encontrar, no Brasil, representações de pessoas que transitam entre os gêneros desde o período colonial, entre os indígenas ou entre negros trazidos da África, ou mesmo nas cidades brasileiras dos séculos XVIII e XIX, de acordo com o antropólogo Luiz

Mott (1988), um importante pesquisador na área de gênero e sexualidade no país. Geralmente, as transformações de gênero ao longo deste período aconteciam no campo da religião, sobretudo nas de matrizes africanas, assim como nas festas, com ênfase para o carnaval e os bailes, mas também no teatro, arena em que aconteciam espetáculos de transformistas.

Ao abordar a trajetória histórica das práticas sexuais dissidentes desde a colonização europeia no contexto brasileiro, João Silvério Trevisan (2000), em sua indispensável obra “Devassos no Paraíso”, apresenta algumas práticas sexuais entre os índios brasileiros que constrangiam os cristãos europeus e suas severas restrições. Esse autor traz informações sobre algumas tribos indígenas em que a homossexualidade e a transexualidade usualmente faziam parte de suas práticas sexuais,

Diferente de outros contextos, em que o termo travesti se referia a um disfarce, intrinsecamente relacionado à representação social, no Brasil o disfarce passa a ser moralmente relacionado à ideia de mentira, já que a pessoa travesti carregava o peso do ambíguo e do incerto. Posteriormente, “as travestis passam a ser associadas no imaginário social à marginalização e à prostituição, independente do quanto esta seja uma relação real ou não.” (BARBOSA, 2010, p.195).

Ao escrever sobre a cultura sexual no Brasil contemporâneo, Richard Parker (1991) chama a atenção para o carnaval como uma festa transgressora, importante na construção dos sentidos sexuais no país, sobretudo através das vestes, das fantasias e da inversão dos papéis de gênero, aspecto que leva a pensar na temática das pessoas travestis em sua relação como travestidos dos blocos de carnaval. O autor, através da análise da festa carnavalesca, afirma que o comportamento sexual brasileiro encerra ambiguidades, de modo que a questão do erotismo, o discurso da sexualidade e as hierarquias de gênero são intercambiáveis, a depender do contexto. Geralmente as pessoas se travestiam nas festas, a fim de experimentar temporariamente a vivência de um gênero oposto, e essa inversão temporária poderia ganhar conotação de ridículo.

No Brasil não havia a criminalização do travestismo, como ocorria em alguns países, no entanto, a medicina e a prática jurídica estavam sempre juntas no julgamento desses casos. Influenciadas pela medicina positivista, que atestava a natureza congênita dessa experiência tida como anormalidade, muitas vezes essas práticas eram utilizadas para justificar crimes.

Green (2000), ao estudar sobre a trajetória da homossexualidade no Brasil, faz um levantamento importante sobre as pessoas travestis. Afirma que o termo começa a aparecer no país na década de 1950, para se referir a homossexuais que usavam vestuário feminino nos

bailes de carnaval, e que essa relação trazia um tom depreciativo. Por outro lado, o termo também era associado a performances artísticas, através de transformistas, com uma forte relação com o teatro. Segundo esse autor, até a década de 1960, portanto, travestir-se não estava diretamente associado à prostituição.

A partir dos anos de 1960 é que a ideia de travesti se uniu à noção de prostituição no país, tanto no imaginário popular, como para o poder policial e médico. Junto com um ideal religioso e conservador, a criminalização da prostituição passa a ser associada às travestis. Nos anos 1980, quando se inicia a redemocratização, o pânico moral ocasionado pelos discursos sobre a aids elege os corpos trans como um dos seus principais inimigos e, nesse contexto, como resposta policial, foi realizada a “Operação Tarântula”<sup>22</sup> em São Paulo, que realizou o encarceramento em massa desses corpos trans tidos como perigosos. Embora essa ação tenha sido realizada apenas na cidade de São Paulo, para Cavalcanti *et al* (2018) é possível identificar ações como essas em outros estados brasileiros, mesmo não tendo havido uma nomeação específica, nem maior divulgação. A ideia principal seria a de higienizar os centros urbanos, extirpando as monstruosidades dos corpos que denunciam a perspectiva artesanal da fabricação das corporalidades.

Já no que se refere à construção da transexualidade enquanto dispositivo, para Fátima Lima (2014) trata-se de algo ainda em construção no contexto cultural brasileiro. Segundo a autora, um contexto

[...] no qual coexistem diferentes espaços de discursos e práticas em torno da transexualidade, como: o âmbito médico (serviços e profissionais de *saúde*), os movimentos sociais (*gays*, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros), a mídia e os próprios transexuais que de alguma forma interagem e disputam também uma “verdade” sobre a transexualidade. (LIMA, 2014, p. 71).

Por outro lado, no tocante à medicalização e patologização dos corpos trans, essa discussão passa a ser engendrada por diversos atores políticos em disputa no Brasil, sendo que o saber médico propõe a mudança de sexo como a melhor resposta para os corpos que insistem em transpor os limites de gênero. Em sua Tese de doutorado,

---

<sup>22</sup> Operação policial que teve início em 27 de fevereiro de 1987 e foi oficialmente suspensa no dia 10 de março do mesmo ano na cidade de São Paulo. Essa operação foi planejada diretamente para travestis que eram acusadas por crime de contágio venéreo, pois o contexto era de pânico em relação a proliferação do HIV e os homens gays e mulheres trans eram culpabilizados diretamente por essa proliferação, a partir do imaginário de uma “peste gay” divulgado pela mídia, pela opinião pública e alguns agentes do Estado. Estima-se que em menos de um mês a operação prendeu mais de 300 travestis e foi suspensa após grupos de defesa dos direitos LGBTs pressionarem a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. (CAVALCANTI *et al*, 2018).



defendida em 2009, Flavia Teixeira discorre sobre os atores rivais no período de elaboração da portaria do processo transexualizador em nosso país, demonstrando que, embora houvesse profissionais de saúde e pessoas dos movimentos sociais envolvidas, o saber médico vigorou a esse respeito, assim como a perspectiva da patologização.

O tratamento foi estabelecido, assim, a partir de uma Resolução do Conselho Federal de Medicina de 1997 (CFM, 1997), embasada no *SOC*, e que compreende o diagnóstico como indispensável para o tratamento que inclui a hormonioterapia, psicoterapia e a cirurgia de transgenitalização, dentre outros acessos. Desse modo, “o atrelamento do diagnóstico à cirurgia [...] relevaria assim o quanto as normas de gênero constituem o pano de fundo da medicina em sua tentativa de produzir corpos normalizados em um sistema de gênero binário.” (BARBOSA, 2010, p. 98).

No Brasil dos anos 1980, se observa que a temática da travestilidade começa a ganhar corpo na mídia, a partir do “fenômeno Roberta Close” e, de certo modo, distancia-se do imaginário da criminalidade e da prostituição. Roberta Close, segundo Leite Jr (2008), representava os ideais de moralidade e de estética feminina esperados de uma “mulher de verdade”. Já na década seguinte, se observa que começam a surgir uma série de estudos nas ciências sociais e humanas a fim de compreender a multiplicidade dos fenômenos da transexualidade e da travestilidade a partir de perspectivas que ultrapassam as normativas biomédicas e o viés patológico. Cabe destacar, nesse sentido, os trabalhos de Neuza Oliveira (1994), Don Kulick (2008) e Hélio Silva (2007).

Kulick, em uma etnografia realizada com as travestis de Salvador em 1997, afirma existir uma especificidade das travestis brasileiras, que possuem atributos femininos e uma subjetividade homossexual masculina, o que faz com que se estabeleçam de forma singular na relação entre gênero e sexualidade. Para ele, a subjetividade homossexual das travestis compreende como masculinas as pessoas que ocupam papel ativo no sexo, e como não-masculinas as que desempenham papel passivo, o que caracterizaria, para Kulick (2008), um sistema de gênero genuinamente brasileiro, que não circunscreve a presença do dimorfismo sexual<sup>23</sup>, mas dos papéis representados nas relações sexuais.

---

<sup>23</sup> Laqueur (2001), traça um longo percurso histórico a fim de apresentar como foi construída a distinção entre os sexos biológicos, bem como a própria noção de sexo biológico, como conhecemos hoje. Ele afirma que até o século XVIII utilizava-se a noção herdada dos gregos, que afirmava a existência de apenas um sexo biológico e a variação estaria na existência de dois gêneros. Portanto, os gregos acreditavam que homens e mulheres teriam os mesmos órgãos sexuais e reprodutivos, mas nas mulheres eles não se externalizavam. Para Laqueur, esse modelo de um único sexo biológico vigora até o Renascimento quando, por questões políticas e epistemológicas, foi criado o modelo do dimorfismo sexual, afirmando a existência de dois modelos de sexo biológico e a diferença radical

Na mesma linha de raciocínio, Parker (1991) afirma existir um “desempenho sexual brasileiro” em que a postura sexualmente ativa é geralmente associada à masculinidade e a passiva, por sua vez, associada ao feminino, de modo que as travestis que se prostituem não sentem vergonha do órgão sexual, pois muitas vezes são demandadas a serem ativas na relação sexual com os clientes e, desse modo, é notória sua postura ambígua diante dos códigos de inteligibilidade. No estudo de Bruno Barbosa (2010), essa questão da ambiguidade também surge entre as colaboradoras da pesquisa, que questionam não apenas o símbolo masculino reiterado pelas travestis na postura ativa na relação sexual, como também questionam a orientação sexual dos parceiros sexuais das travestis, que exercem uma postura passiva no ato sexual.

Nesse momento do texto, cabe aqui falar brevemente sobre algumas perspectivas que se apresentam como possibilidades de combate à desigualdade e como propostas emancipadoras, quanto às questões de gênero e sexualidade no Brasil. A construção de uma política identitária para a inclusão da população LGBT no Brasil, baseou-se tanto na organização de movimentos sociais que representavam essa população, quanto na articulação de políticas para a diversidade sexual implementadas pelo Estado brasileiro, tendo como principais marcos o Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2004) e o Plano Nacional de promoção de Cidadania e Direitos Humanos LGBT (BRASIL, 2009).

No que se refere a alguns segmentos dos movimentos sociais LGBTs, diversas teorias e ativismos questionam suas propostas de emancipação e combate a desigualdade no que concerne às questões de gênero e sexualidade. Isso porque, ao mesmo tempo em que urge a desconstrução das identidades essencializadas, esses movimentos sociais retroalimentam o biopoder do Estado, impulsionado a criar novos aparatos de controle e novas estratégias de governamentalidade (FOUCAULT, 2008), direcionados, sobretudo, aos corpos sexo-gênero dissidentes, na medida em que utilizam arranjos identitários específicos para reivindicar direitos e políticas públicas.

Esses arranjos identitários, edificados sobre discursos que defendem a diversidade, de acordo com Sierra (2013), constitui-se em um problema, pois, ao mesmo tempo que pode servir para aglutinar algumas identidades sexuais e de gênero, deslocando-as do estigma da anormalidade e reivindicando para elas respeito e tolerância, por outro lado, contribui para

---

entre homens e mulheres. Desse modo, as diferenças que com os gregos eram pautadas no gênero, passam a ser biológicas e ganham o respaldo do discurso científico.

ocultar as relações de forças e as disputas de poder que embasam as noções de normal e anormal.

São inegáveis os resultados alcançados por essas lutas empreendidas pelo Estado brasileiro, sobretudo pelos movimentos sociais LGBT, no que concerne a conquista de direitos e o combate à violência contra a população LGBT. No entanto, para Sierra (2013), a díade identidade-diversidade, a partir da reivindicação de respeito e tolerância, não é capaz de dar conta dos processos históricos e estruturais de violência e exclusão que assolam as pessoas LGBT no Brasil e, em alguns casos, acabam sendo excludentes e reducionistas, segundo Colling (2013), por não contribuírem para conter o avanço do preconceito direcionado a população LGBT.

Nesse sentido, os paradigmas da igualdade moralizante e da tolerância surgem, de acordo com alguns estudiosos sobre gênero e sexualidade (COLLING, 2013; SILVA, 2009; MISKOLCI, 2007; CAVALCANTE e SILVA, 2014; DUARTE FILHO, 2018), como uma estratégia de poder que visa a manutenção da cultura heterossexual hegemônica, a partir da naturalização das trajetórias histórico-culturais, do aniquilamento das diferenças e da dissimulação dos processos de exclusão e de violência.

A crítica mais contundente que se faz a questão da tolerância, por exemplo, é que “a tolerância não dá conta do objetivo proposto para a emancipação” (CAVALCANTE; SILVA, 2014, p. 7), ela visa tão somente alargar os limites da aceitabilidade, com vistas a inserir socialmente os que mais se aproximam de uma inteligibilidade admissível e desprezar, de modo mais rigoroso, os que desafiam os limites normativos impostos. Além do que, admite-se “uma certa tolerância com as diferenças sexuais, mascaradas por práticas que apenas são permitidas no espaço privado, como coisas da intimidade.” (MISKOLCI, 2007, p. 22).

Na mesma linha de raciocínio, ao tratar sobre o discurso higienista que surge com a aids entre os homossexuais, Perlongher (1987) se refere aos “gays plásticos”, como aqueles homossexuais que incorporam valores e comportamentos condizentes com a heteronorma e defendem o casamento, a castidade e a monogamia, distanciando-se da perspectiva dissidente das sexualidades marginais em busca de um enquadramento social.

Duarte Filho (2018), por sua vez, critica a existência de uma cultura homossexual privada e despolitizada, cujas bases se sustentam no consumo e na individualização. Uma cultura que não questiona e nem problematiza a política heterossexual, mas que, inversamente, a propaga e mantém. Com base nisso, reitera-se que “as diferenças não devem ser simplesmente respeitadas ou toleradas. Na medida em que elas estão sendo constantemente feitas e refeitas, o que se deve focalizar são precisamente as relações de poder que presidem sua produção.” (SILVA, 2009, p. 88).

Como consequência, é possível afirmar que a tolerância e a igualdade, portanto, não seriam capazes de extinguir os processos de exclusão e violência, através dos marcos legais que utilizam como referência o binarismo de gênero e a orientação sexual, pois tendem a forçar o enquadramento de pessoas não-heterossexuais em uma identidade LGBT. Desse modo, algumas críticas direcionadas aos paradigmas da igualdade, da tolerância e da identidade, são extensivas a alguns movimentos sociais que seguem esses paradigmas, já que reivindicam direitos específicos, para grupos específicos, o que requer políticas especiais que atendem demandas de subgrupos e sugerem graus diferenciados de humanização. Em vista disso, seria necessário assumir a diferença como uma característica intrínseca ao processo de transformação e “em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, dos conflitos e das negociações constitutivos das posições que os sujeitos ocupam.” (LOURO, 2001, p. 550).

### **2.3 Trânsitos e disputas entre os dispositivos da transexualidade e da travestilidade**

Ainda seguindo a linha de raciocínio que problematiza os posicionamentos acima citados, nesse item será abordado o trânsito possível das pessoas trans a partir da transexualidade e da travestilidade, considerados como dispositivos e, portanto, enunciados por diferentes campos de conhecimento e moldados continuamente em diversos contextos culturais e históricos. Nesse sentido, a transexualidade, para se firmar como categoria, teve que se diferenciar da homossexualidade e da travestilidade, e o fez, em algumas situações, de modo a associá-los ao mundo marginal, usufruindo assim da associação já existente entre as travestis e o desregramento social no Brasil. De acordo com uma série de estudos etnográficos realizados no Brasil sobre as travestis, é difícil não as associar à prostituição, já que esse imaginário ultrapassa barreiras geopolíticas e está presente em todo território nacional. Somado a isso, as lutas dos movimentos sociais com foco em identidades sexuais coletivas têm como principais bandeiras, no final dos anos de 1980, a luta contra a estigmatização e a epidemia do HIV/aids.

No que se refere à diferença entre a transexualidade e a travestilidade, ainda vigora no imaginário social uma ideia que surgiu em 1950, quando o endocrinologista Harry Benjamin sistematizou a noção de transexualismo e afirmou que a principal discordância entre transexuais e travestis se localiza na sua relação com a genitália. As travestis, de acordo com Harry Benjamin, citado por Leite Jr (2008), não desejariam fazer a cirurgia de transgenitalização, pois o órgão sexual lhes causaria prazer e elas conviveriam com a

ambiguidade de gênero; as transexuais, por sua vez, desejariam fazer a cirurgia, pois a genitália lhes traria desconforto, por se sentirem como mulheres desde a infância.

Larissa Pelúcio (2005) apresenta dados de sua pesquisa que convergem com essa noção clássica trazida por Benjamin na década de 1950, e que afirma que as travestis utilizam códigos reconhecidos socialmente como especificamente femininos, mas que utilizam o órgão genital na relação sexual e não sentem desejo de tirá-lo. No entanto, a autora afirma ter conhecido pessoas que se autodeclaravam transexuais e que utilizavam o órgão sexual no trabalho com a prostituição, bem como travestis que, mais recentemente, haviam demonstrado desejo de se submeterem à cirurgia de transgenitalização.

Na presente pesquisa, por sua vez, boa parte das entrevistadas associava a memória das travestis à prostituição, como nessa fala:

Só que quando eu comecei eu não era oficial uma travesti, ou seja, eu era uma caçadora. Caçadora é aquele gay que fica na rua andando para lá e para cá caçando homem. Se arranjar um programa tudo bem, se não arranjar é aquela coisa mesmo. [...] Quando eu caí com dezoito foi aonde eu quis mesmo ficar do lado da minha mãe e da minha madrinha e me denominei travesti [...] e eu vou lhe dizer uma coisa: preconceito em questão a isso eu sofro hoje muito menos do que antes como homossexual. (Ana).

As interlocutoras também indicaram que, com o passar do tempo, a travestilidade se transformou e passou a abarcar outras características, o que revela o dinamismo desses dispositivos. Em referência a esse processo, foi possível observar que algumas delas queriam se tornar transexuais e atribuíam essa transformação à cirurgia ou a uma maior e mais complexa feminilização do corpo, como pela inserção de próteses e utilização de outras tecnologias de modificação corporal, o que sugere uma escala entre a transexualidade e a travestilidade, como é possível observar nas seguintes falas:

Como eu te falei, eu tenho dezoito anos de prostituição, antigamente travesti só quem tinha silicone no corpo. Se você tivesse, pelo menos, meio litro, pronto, era travesti. Aí você podia entrar no meio das trava, das travecas. Se não tivesse, era viadinho. Então eu tinha que botar. (Daniela).

Quando você se encaixa como travesti, você transforma a sua vestimenta. A sua vestimenta era de homem, a sua vestimenta é de mulher. Quando você se enquadra como transexual, significa o quê? Transformação do sexo, você está entendendo? É do sexo masculino, passou a ser do sexo feminino, então eu me enquadro como transexual porque eu ainda quero fazer a operação, não me enquadro como um travesti porque o travesti olha pra si mesmo e ele está feliz com o corpo dele e, para ele, tanto faz como tanto fez. (Mirante).

Para exemplificar ainda mais o dinamismo desses dispositivos, segue um trecho da fala dessa mesma pessoa, ao narrar um momento em que se envolveu em uma briga com um transeunte e no qual se autodeclara travesti:

Dei queixa na delegacia, processei ele e depois que eu processei ele, aí ele parou também de me mexer comigo, ele: "Ah, porque eu sou casado", eu falei: "Se você é casado, você não estava na sua posição de homem casado, que homem casado não vai mexer com travesti. [...] Respeite sua mulher, tome vergonha na sua cara! Se coloque como homem casado, que eu sou casada, eu sou travesti. Eu sou travesti, sou casada e eu me coloco na posição de uma pessoa casada. Eu passo sempre por essa rua aqui e você nunca me viu tomar boca ou mexer com homem nenhum, sabe por quê? Porque eu tenho respeito pela pessoa que eu estou, então respeite a sua mulher, tome vergonha na sua cara!" (Mirante)

Outra das interlocutoras afirma, ainda, uma demarcação política do uso do termo travesti, em contraposição ao diagnóstico patologizante que caracteriza a transexualidade:

Eu não preciso passar por uma mulher cisgênero, eu posso ser uma mulher trans feliz, ou uma travesti. Esse termo transgênero eu não acho interessante não. Gosto mais do termo travesti [...] Acho que o termo mulher trans quem inventou foi o psiquiatra, a psiquiatria e travesti quem inventou foi a gente. Eu lá quero esse discurso que a medicina inventou pra mim? Eu não! Eu quero o discurso que eu mesmo e minhas irmãs inventaram pra gente. Muito mais importante. (Luciana).

Ainda no que se refere à demarcação política do termo travesti, Bruno Barbosa (2010) conclui, a partir de sua experiência de pesquisa, que muitas mulheres trans preferem se intitular de trans, ou transex, ou transexuais, mesmo não tendo desejo de fazer a cirurgia ou se identificando com a ambiguidade de gênero que as aproximaria da caracterização como travestis. Apesar dessa aproximação, elas não se autodeclaram como travestis em função da discriminação relacionada com a prostituição e o lugar de marginalidade em que estas são colocadas. É possível ver, nesse sentido, pessoas autoidentificadas como transexuais reconhecerem-se como tais em função do discurso médico e das ciências psis (psicologia, psiquiatria e psicanálise), de modo que “o reconhecimento de si é legitimado pelo crivo do diagnóstico.” (BARBOSA, 2010, p. 16).

Marcos Benedetti (2005) opta, por sua vez, por trazer a perspectiva das próprias travestis por ele pesquisadas, relatando que as travestis modificam seu corpo para alcançar as formas femininas (assim como as transexuais), mas não sentem necessariamente vontade de fazer a cirurgia de transgenitalização. Essa concepção se assemelha à noção do endocrinologista Harry Benjamin, que perdura ainda em muitos contextos, e que continua dando ênfase ao saber médico. Benedetti (2005) tenta diferenciar transexuais e travestis de

homossexuais, ao dizer que as pessoas trans estão mais relacionadas com a questão do gênero e os homossexuais ligados à questão da sexualidade. Por outro lado, consoante Kulick (2008), anteriormente citado, vale lembrar que existiria uma especificidade das travestis brasileiras que mesclam gênero e sexualidade, sendo a homossexualidade um elemento importante de suas subjetividades.

Nesta pesquisa, a associação da identidade de gênero com a orientação sexual apareceu de diversas formas, como nesse trecho de uma das entrevistadas:

Então eu me identifico como travesti pela fisionomia, pelo modo de me vestir como mulher, eu gosto de ser mulher, no meu modo de me vestir, no meu modo de me maquiar, no meu modo de ser. Porque tem gente que confunde muito, ser travesti com sexo, a cama. Não, eu não ligo para a cama. Na cama eu sou qualquer coisa, eu sou homem, sou mulher, eu sou tudo. Está entendendo? Então eu sempre me identifiquei em ser travesti porque eu sempre gostei de me vestir como mulher, desde pequeno<sup>24</sup> que eu me entendo por gente que eu sempre gostava de me vestir como mulher, apanhava muito da minha avó, que fui criado por minha avó até os sete anos de idade. (Valentina).

Também nesta pesquisa foi possível perceber a utilização da nomenclatura transexual ou travesti como dependente do contexto, visto que elas entendiam que utilizar o termo transexual, em algumas situações, poderia trazer uma diferenciação simbólica. Foi possível observar ainda, como já citado, a narrativa de algumas que acreditavam existir uma cronologia na utilização do termo que as definiria: antes elas eram gays, depois passaram a ser travestis e agora são transexuais.

Nos diversos estudos citados, por sua vez, se observa um aspecto recorrente ligado a um esforço erigido a fim de que a imagem das transexuais seja higienizada e desprendida das vinculações com as ambiguidades e o falseamento que estabelece uma relação com o lugar de marginalidade imposto às travestis. Para Barbosa, esse esforço estaria relacionado com “o medo da identificação com o ‘homem vestido de mulher’, ligado aqui à figura do travesti que apenas busca dar vazão a sua suposta depravação moral.” (2010, p. 114).

Diante desses dissensos na configuração dos dispositivos, apontada tanto pelos estudos citados como presente nas falas das trans entrevistadas no presente trabalho, vale reconhecer como o saber biomédico apropria-se desse imaginário. Destaca-se, nesse sentido, que

---

<sup>24</sup>A partir deste excerto, é possível notar a forma como, a partir da afirmação da feminilidade, essa interlocutora - que se identifica como travesti - utiliza o gênero masculino para fazer referência a si em determinado momento de sua infância. O trânsito entre as fronteiras de gênero e sexualidade, aspecto relevante do processo de reinvenção dos corpos trans e que aqui se evidencia, será melhor explorado na seção 4 desta tese.

inicialmente não considera a experiência travesti adequada para se submeter ao tratamento proposto pelo processo transexualizador, uma vez que as travestis não são consideradas femininas, em função da aceitação do órgão genital masculino por algumas delas.

De acordo com o diagnóstico psiquiátrico atribuído às pessoas trans, o processo transexualizador deveria ser realizado apenas se levados em consideração todos os aspectos de gênero possíveis de serem ‘revertidos’, de modo a justificar o tratamento médico que tem como base o diagnóstico de disforia de gênero. Isso justificaria o processo de patologização a que se submetem as pessoas trans, a fim de serem reconhecidas socialmente e, no caso específico do Brasil, terem a possibilidade de acesso ao processo transexualizador através do Sistema Único de Saúde (SUS).

No Brasil, mais especificamente, as cirurgias de transgenitalização nos hospitais públicos foram aprovadas pelo Conselho Federal de Medicina em 1997 (CFM, 1997), em uma mudança provocada pelo aumento dessa demanda nos setores públicos. Acontece que a regulamentação do Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) só veio a ocorrer de fato em 2008, após a publicação da portaria n.457. (BRASIL, 2008).

O acesso ao Processo Transexualizador pelo setor público, todavia, exige invariavelmente um diagnóstico psiquiátrico e, apenas a partir dele, é possível dar continuidade às demais etapas do processo que prevê tratamento hormonal, dois anos de acompanhamento psicológico e, em alguns casos, também psiquiátrico. Só depois de ultrapassadas essas etapas é que se torna possível o acesso às cirurgias de transformação corporal. Esse processo, até 2013, era restrito às transexuais e só posteriormente, com a publicação da portaria 2.803 (BRASIL, 2013), o acesso ao Processo Transexualizador através do SUS foi ampliado para as travestis.

A atenção à saúde da população trans no Brasil é norteadada pela Política Nacional de Atenção Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, instituída pela portaria 2.836 de 1 de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011). As diretrizes operacionais para o atendimento à saúde da população trans preconiza que essa atenção inclua a Atenção Básica e a Atenção Especializada. O primeiro componente é caracterizado como a porta de entrada do usuário na Rede de Atenção à Saúde (RAS), por isso se encarrega de realizar o primeiro contato dessa população com o sistema de saúde, fazer avaliações médicas, bem como os encaminhamentos para o tratamento especializado. A atenção especializada, por sua vez, possui a modalidade ambulatorial, encarregada de oferecer a terapia hormonal e o acompanhamento psicoterápico, e a hospitalar, em que são realizadas as cirurgias e os acompanhamentos que antecedem e sucedem esse processo.



Segundo a designação do Ministério da saúde, as únicas instituições habilitadas a realizar cirurgias de transgenitalização através do SUS são: Hospital das Clínicas de Porto Alegre; o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia, o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife, o Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo e o Hospital Universitário Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro.

É de referir que a falta de profissionais especializados no processo transexualizador para compor a equipe multiprofissional exigida pelo Ministério da Saúde, a falta de preparo das instituições de saúde para realizar esse procedimento de alta complexidade, o aumento progressivo da demanda das pessoas trans por esse processo, todos esses fatores aumentaram ainda mais a fila de acesso para a redesignação sexual que, de acordo com a ANTRA<sup>25</sup>, atualmente variam mais de 10 anos. Somado a isso, houve um agravamento dessa situação durante a pandemia da Covid-19, já que houve redução do atendimento das pessoas trans pelos SUS nesse período.

Frente a todas essas questões e discursos em disputa, alguns movimentos de luta pelos direitos das pessoas trans no Brasil atualmente utilizam da nomenclatura “travesti” como marcador de uma identidade política brasileira decolonial, que atua como contraponto ao saber médico e à patologização da experiência trans, assim como delimita uma crítica à circunscrição do processo transexualizador apenas a operativos técnicos e semióticos pré-existentes, já que cada corpo se articula de modo singular nos diversos territórios, a partir de agenciamentos que servem de suporte à sua força produtiva.

Falar, assim, sobre a existência de mulheres transexuais e travestis que rompem com a perspectiva da cisheteronorma compete falar das experiências singulares da vida dessas pessoas, mas também dos jogos estratégicos de poder que, através da vontade de verdade, buscam regularidades discursivas que também envolvem exclusões, separações e interdições. Desse modo, as disputas simbólicas entre os dispositivos da transexualidade e da travestilidade podem apontar para processos de exclusão, discriminação e estigmatização de um grupo para com o outro.

No entanto, para Bruno Barbosa (2015), essas disputas não ocorrem somente na esfera simbólica. Ele analisa a produção da categoria trans a partir de diversos campos de saberes, argumentando que a compreensão dessa produção é imprescindível para que se possa

---

<sup>25</sup> Benevides (2020). Disponível em; <https://antrabrasil.org/2020/07/27/como-acessar-o-sus-para-questoes-de-transicao/> acesso em: 31 de agosto de 2021.

compreender as disputas entre os saberes dos movimentos sociais, dos ativismos, dos especialistas, bem como das próprias trans e conclui: “procurei mostrar [...] os usos da categoria trans para mostrá-la como polissêmica, como possui diversos significados, e como é disputada nas situações sociais concretas, especialmente se a pensarmos em sua relação com as categorias travesti, transexual, pessoa, homem, mulher.” (BARBOSA, 2015, p. 172).

Ao se tratar dessas disputas deve-se destacar que a taxonomia médica, ou “o protagonismo do saber médico-psiquiátrico na definição das diferenças entre estes corpos” (BARBOSA, 2010, p. 113), incorporada pelas transexuais, serve de argumento distintivo que as diferenciaria das travestis (BENTO, 2017; BARBOSA, 2010 e 2015; CARVALHO, 2011a; LEITE Jr., 2008; LEITE e SANTOS, 2019).

Não por acaso, Carvalho (2001b) defende a hipótese de que as mulheres transexuais são deslizamentos das travestis e que as diferenças entre as mesmas estão nomeadamente na classe social e no processo de higienização social, advindo das estruturas morais da sociedade, representadas, especialmente, pelo saber médico-científico que estabelece critérios diagnósticos para a “verdadeira transexual”. Tudo isso corrobora com a manutenção dos signos de marginalidade atribuídos às travestis e na legitimidade destinada às mulheres transexuais (BENTO, 2017; PELÚCIO, 2012; CARVALHO; CARRARA, 2013).

Somada a isso, existe uma hierarquia de gênero na relação entre transexuais e travestis segundo a qual a questão da feminilidade assume um status superior, tratando-se, assim, igualmente de disputas pela legítima feminilidade. (BARBOSA, 2010). Nesse sentido, o discurso de diferenciação entre travestis e transexuais muitas vezes é utilizado como distinção social entre o próprio grupo e as transexuais, para alcançarem uma determinada feminilidade e diferenciarem-se, desprezam e estigmatizam a feminilidade travesti.

A fim de rebaixar as transexuais, utilizando discursos de patologização, as travestis, por sua vez, geralmente as consideram como loucas, transtornadas, e criticam as transexuais pelo fato destas acreditarem que são “mulheres de verdade”, quando não o são. Por outro lado, as transexuais tratam as travestis como putas e reforçam a criminalização e moralização dos discursos advindos da religião à medicina, da criminologia à política, marginalizando-as. (BARBOSA, 2013).

As disputas identitárias e as relações de poder são explícitas entre transexuais e travestis, no que concerne aos significados do que seja masculino ou feminino. Acontece que, para grande parte das pessoas conformes à cisheteronormatividade, tanto uma categoria como outra pertencem ao mundo das aberrações, da monstruosidade. Ou seja, “o uso estratégico das trans-identidades entre as pessoas que vivem no feminino tenta driblar situações de abjeção e

transfobia, porém a violência perpetrada pelos sujeitos exteriores a esse universo se dirige à travestis e mulheres transexuais indiscriminadamente.” (SANTOS, 2014, p. 86/87).

Outra perspectiva se refere ao “capital corporal” (LEITE JR, 2008, p. 13), que coloca as transformações corporais como centro e como principal moeda de valor nas performatividades, seja nas representações como na incessante busca pelo feminino. Leite Jr (2008), a partir do pensamento de Bourdieu (1998), afirma que o termo transexual tem, contudo, o “capital linguístico<sup>26</sup>” mais valorizado do que o termo travesti, afinal a linguagem não se resume à comunicação, ela também serve como instrumento de poder. Desse modo, o capital linguístico é capaz de ser revertido em capital social, o que pode permitir ou não o acesso dessas pessoas em determinados lugares, a depender da forma como elas se identificam ou são identificadas. O fato é que o uso estratégico das (trans)identidades entre as pessoas que desejam o reconhecimento social a partir da feminilidade vai no sentido de esquivar-se da abjeção e do preconceito.

Bruno Barbosa chama a atenção, ainda, para a interseccionalidade nesse cenário, com ênfase nas sexualidades trans, ao apontar que outros fatores são imprescindíveis para se pensar a hierarquia de gênero, tais como a questão socioeconômica, pois, segundo ele, as trans que são de classe média possuiriam maior passabilidade e maior apropriação das categorias e dos jogos de poder envolvidos na definição e produção dessas categorias. Nesse sentido, acabariam fazendo um uso mais fluido destas a depender do contexto, pois possuem o aval e o status necessários para definir esse trânsito e justificá-lo, o que geralmente não acontece muito entre as trans que são pobres, ou analfabetas, pois estas não possuiriam seus discursos legitimados em função de outros preconceitos que pairam sobre elas.

Ou seja, é importante notar que essas categorizações em disputa não estão relacionadas apenas a questões de gênero e sexualidade, mas envolvem também os marcadores socioeconômicos, regionais, geracionais e étnico-raciais. Uma das interlocutoras dessa pesquisa, por exemplo, demonstra claramente como a apropriação dos jogos de poder está ligada também ao pertencimento a determinado estrato socioeconômico, e a ter acesso a capital intelectual, dentre outros marcadores. Essa interlocutora, que se autodeclara travesti por uma questão de identidade política, transita tanto entre o meio artístico e intelectual da cidade, quanto entre as travestis que estão na pista se prostituindo. Portanto, a partir da compreensão desses jogos de poder, ela utiliza-se de performances diferenciadas, a depender do contexto e da situação em que se situa, cruzando e embaralhando signos, linguagens,

---

<sup>26</sup> Para Bourdieu (1998) a língua não é apenas um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder.

gestos. Além disso, ela lança, desse lugar, uma série de questionamentos sobre a patologização da identidade trans e o pânico moral da sociedade, sobretudo no que tange às relações monogâmicas e heteronormativas, e provoca ainda a construção do conhecimento científico nas pesquisas realizadas com as pessoas transexuais e travestis.

Carvalho (2011b), ao fazer análise das primeiras etnografias realizadas no Brasil com travestis (KULICK, 2008; BENEDETTI, 2005; SILVA, 2007) e compará-las com a entrevistada de sua pesquisa, reafirma a condição socioeconômica como importante fator na trajetória de “transgressão do sistema sexo-gênero.” (CARVALHO, 2011b). Grande parte das travestis pesquisadas nestas etnografias eram pobres, pessoas que migraram de cidades menores ou de estados mais pobres para os grandes centros urbanos, a fim de viverem sua sexualidade e seu gênero de modo mais livre, e que tiveram que trabalhar com a prostituição por essa ser a via mais acessível para essas pessoas.

No que se refere às entrevistadas com melhores condições socioeconômicas, mesmo vivendo uma experiência desviante, estas se orientaram pela via da medicalização. Não se pode ignorar, portanto, que a condição social, o acesso à educação formal e a localização em um lugar social mais estável, “deve ter uma influência nos deslizamentos entre as identidades travesti e transexual.” (CARVALHO, 2011b, p 62).

O fato é que esse debate em torno dos dispositivos de transexualidade e travestilidade não é conciliador seja entre os teóricos que estudam a temática, nem entre as militantes que lutam pelos direitos dessas pessoas e nem mesmo entre as próprias pessoas que vivem a experiência trans. Mesmo com as modificações de nomenclatura propostas pelos Manuais Diagnósticos ou as críticas avolumadas pelos movimentos de defesa por direitos das pessoas trans, ainda permanece a patologização dessa experiência, bem como a legitimidade médica e científica nas questões referentes ao trânsito entre os gêneros.

#### **2.4 Medicalização das condutas desviantes e a (des)patologização das experiências trans**

Crescem, assim, constantemente as iniciativas dos movimentos sociais internacionais<sup>27</sup>, assim como as discussões, no âmbito acadêmico, quanto à despatologização da experiência trans. No Brasil, ainda prepondera a patologização dessas vivências (TEIXEIRA *et al*, 2015), influenciada pelos Manuais Diagnósticos da psiquiatria norte-

---

<sup>27</sup> As inúmeras discussões a respeito da orientação sexual e da identidade de gênero no contexto brasileiro, bem como a construção de políticas públicas para o público LGBT tiveram forte influência de Tratados Internacionais, somadas a reivindicações internas dos movimentos sociais.

americana, a despeito do alargamento da perspectiva de saúde a partir da noção de Saúde Integral apregoada pela saúde pública. De acordo com Arán (2008), a integralidade da saúde pode contribuir para a problematização da visão patologizada da transexualidade e travestilidade, sobretudo através da articulação de saberes, desde os saberes dominantes (a exemplo das ciências médicas e jurídicas), até os saberes localizados e minoritários, a partir da compreensão de que essa experiência não se circunscreve aos aspectos relacionados apenas à sexualidade.

O poder de um saber técnico e semiológico sobre o corpo – um “agenciamento tecnosemiológico<sup>28</sup>” – opera por meio de discursos. Tratam-se, assim, de dispositivos de poder tecno-instrumental sobre o corpo que se dão por diversos domínios, dentre eles o poder biomédico. Segundo Teixeira (2001), no entanto, essa interposição não ocorre indispensavelmente por intermédio das instituições ou dos profissionais de saúde, já que está vinculada a um complexo sistema que programa os sujeitos e seus encargos com relação a um público, em um contexto intencionado para oferecer serviços, cujas finalidades não são as que os pacientes procuram.

Pode-se questionar quais os interesses da medicina e das ciências psis em estudar a transexualidade e operar sobre seus corpos. A partir disso, pode-se pensar ainda que este seria um modo de a ciência autorizar a existência desses corpos, trazendo-os para perto, a fim de saber mais sobre seu funcionamento para melhor controlá-los. Para Veiga-Neto, os saberes psis, que definem normas e critérios para lidar com essas existências, “são criados socialmente, inventados por meio de intrincados processos discursivos que estabelecem os regimes de verdade sobre uma população.” (2005, p. 72).

Portanto, cabe o questionamento sobre os aspectos que impulsionaram o aumento dessa demanda, desde as questões concernentes às lutas sociais do segmento LGBT no Brasil, passando pela relação de saber/poder das áreas psis e biomédicas, que buscam um enquadramento nosológico e o desejo de docilização das experiências subjetivas desses sujeitos, bem como o manejo possível com a diversidade da experiência trans.

O enquadramento dessa experiência, como já dito, aparece de modo categórico nas classificações psiquiátricas dispostas no Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais (DSM), organizado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA). Considerado

---

<sup>28</sup> Ricardo Teixeira (2001) afirma que as técnicas influenciam, mas não determinam as subjetividades e sociabilidades, já que o meio técnico não age sozinho, mas precisa se articular com agenciamentos coletivos e redes compostas por elementos distintos.

como transtorno, o “transexualismo” foi incorporado, em 1980, à terceira edição do DSM, o DSM III. Em sua quarta edição, publicada em 1994 (DSM IV), esse termo foi substituído por “transtorno de identidade de gênero”. Já no DSM V, publicado em 2013, depois de reiteradas discussões, o termo “transtorno de identidade de gênero” foi renomeado como “disforia de gênero”.

Desde as discussões que antecederam a última atualização do DSM, começou a organização da Campanha Internacional *Stop Trans Pathologization* (2012), vinculada a uma das mais importantes organizações internacionais do ativismo trans, a fim de pressionar a APA para retirar a inscrição patológica de “transtorno de identidade de gênero.” (BENTO; PELÚCIO, 2012). A assimilação das demandas ativistas ocorreu, na medida do possível, com a inclusão da noção de “incongruência de gênero”, que redefine a questão não como uma identidade ou uma noção psicológica, e sim como um problema clínico, ou seja, uma noção médica.

Em consequência disso, a revisão dos critérios diagnósticos passa a ser pautada através do olhar do diagnosticador médico e não na legitimação do sujeito a ser diagnosticado. Disso decorrem mudanças significativas no manejo clínico e na saúde pública. Portanto, a campanha *Stop Trans Pathologization* afirma que essa mudança de termos apenas suaviza a noção de transtorno mental, mas não resulta em um passo importante no sentido da despatologização. Contudo, de acordo com Henriques e Leite, “isso denota que os transtornos psiquiátricos são transitórios, possuindo fronteiras maleáveis que exigem certo grau de negociação pública em sua definição.” (HENRIQUES; LEITE, 2019, p.4).

Uma observação importante a esse respeito se refere às críticas feitas pelos estudos decoloniais quanto à hierarquização do saber, sobretudo considerado na relação norte-sul e ocidente-oriental na geopolítica do conhecimento. A partir dessa perspectiva, é importante situar a elaboração do Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais (DSM) pelo conhecimento médico norte-americano, através da Associação Americana de Psiquiatria (APA), que produz um conjunto de saberes e expande a ingerência dos Estados Unidos aos demais países do mundo.

Para Bento (2017), a cirurgia de transgenitalização, nos moldes e exigências como vistos no Brasil, configura um dispositivo que reproduz as práticas heteronormativas, ao sugerir uma adequação corporal para que os sujeitos se tornem “verdadeiros” transexuais. Desse modo, tais sujeitos têm que se aproximar dos modelos masculinos e femininos. Disso decorre que tudo aquilo que foge a esses modelos passa a ser considerado patológico.

Vale ressaltar, contudo, que o desejo de enquadramento da experiência trans não está circunscrito ao saber biomédico, e que os movimentos sociais também o propiciam, sobretudo com o desejo da construção de uma identidade política que se pauta na pretensa “purificação” dos estigmas das antigas identidades desviantes. (SANTOS, 2014). As novas performances, além de serem políticas, são também higiênicas. Berenice Bento (2011b) chama atenção para o paradoxo encontrado nas lutas dos movimentos trans, pois embora as experiências trans sejam revolucionárias, por desestabilizarem as normas sexuais e de gênero, muitas vezes a organização de suas identidades, ao evocar o reconhecimento e reiterar o binarismo, tende à normatização.

Nesse sentido, Carvalho (2011b) aponta para o fato de que, enquanto o movimento feminista discute muito sobre o que é ser mulher, com o intuito de desconstruir os papéis de gênero criados socialmente, no caso específico dos movimentos LGBTs, parece que estes estão em busca de uma delimitação constante das identidades. Em outras palavras, “tudo se passa como se fosse necessário constantemente reiterar as fluidas margens das identidades, constituídas nas diversas possibilidades de transgressão da matriz heterossexual, desejáveis para o movimento.” (CARVALHO, 2011b, p. 50).

Em estudo etnográfico realizado com transexuais e travestis ligados aos movimentos sociais, Carvalho (2011b) traz duas perspectivas dessa “purificação da diferença” que reforçam a violência direcionada às trans: uma delas está relacionada à medicalização e a outra à politização das identidades. A partir disso, ele defende que a principal estratégia para lutar contra essa violência seria a transformação, política e simbólica, do status de abjeção direcionado a esses corpos, pois muitas travestis são mortas por não serem consideradas como pessoas, de acordo com as “possibilidades de purificação que visam superar a exclusão simbólica de travestis e transexuais do espectro de inteligibilidade do humano.” (CARVALHO, 2011b, p. 39). O autor afirma que um dos mais fortes rituais de purificação que temos em nossa sociedade civilizada talvez seja a medicalização das condutas desviantes.

Com efeito, a absorção de um gênero considerado poluído, ou borrado, pode ocorrer através do processo de higienização e da formação de um feminino medicalizado, em que a transgressão do gênero passa a ser considerada transtorno mental. “Porém, a eficácia simbólica desse ritual depende da compreensão dos signos ritualísticos em questão, ou seja, de compreensão, aceitabilidade e respeitabilidade do discurso médico-psiquiátrico.” (CARVALHO, 2011b, p. 40).

A medicalização é, nesse sentido, uma perspectiva reducionista, somática e com foco apenas na doença. Ela se refere às transgressões de gênero e relaciona-se a um ritual que inclui

o controle médico do desvio, através de intervenções hormonais, psiquiátricas e cirúrgicas. Assim, intenta-se disciplinar esses corpos considerados abjetos, para que se alcance uma inteligibilidade de gênero na construção da feminilidade idealizada. Nas palavras de Carvalho (2011b),

[...] mais uma vez, é a imposição de uma regra, um protocolo diagnóstico, que constrói uma suposta posição de gênero rigidamente feminina em transexuais em oposição a uma ambiguidade travesti. Nesse sentido, não deveríamos falar de uma diagnose, mas de uma perícia, que tem por finalidade identificar o grau de adesão do indivíduo à categoria psiquiátrica de TGI.<sup>29</sup> (p.87).

Cabe ressaltar que a patologização dessa experiência, em algumas situações, pode até mesmo ser desejada ou aceita dentro das possibilidades existenciais de algumas pessoas trans, ou seja, “a retirada da carga moral sobre as transgressões da matriz heterossexual via medicalização depende da posição social dos sujeitos envolvidos” (CARVALHO, 2011b, p. 42).

A partir desse mesmo raciocínio, Barbosa (2010) afirma que as pessoas transexuais não são passivamente medicalizadas, já que elas buscam esse processo, muitas vezes, como possibilidade de conforto para a sua angústia, disforia e incômodo de estar em um corpo e possuir uma genitália com a qual não se identificam. Em favor de seu argumento, o autor recorre às palavras de uma de suas entrevistadas que afirma: “pois quando sabemos o que somos, e que somos doentes, é possível se sentir como pertencente a algo, e abre-se a possibilidade de ajuda, de que é algo natural.” (BARBOSA, 2010, p. 21).

Conexo a esse pensamento, o acesso dessas pessoas à saúde, segundo Arán e Murta (2009), deve ser ampliado, não somente com a construção de uma rede de serviços credenciada, como também com a problematização da indispensabilidade do diagnóstico psiquiátrico, já que a noção de sofrimento – psíquico ou corporal – não precisa ser patologizada. De acordo com as autoras, a perspectiva da saúde integral amplia e modifica a configuração da experiência trans, de modo que o diagnóstico psiquiátrico não seja a única forma de regular o acesso à assistência em saúde das travestis e transexuais.

Nessa seara, Butler (2016) traz a ideia de que prezar ou não pelo diagnóstico não são posicionamentos díspares, e que se tratam de possibilidades de busca de autonomia que, em alguns momentos, podem ser divergentes. Cada pessoa, assim, se utiliza das condições dadas e das possibilidades traçadas para buscar essa autonomia. Nesse sentido, criminalizar e

---

<sup>29</sup> O autor refere-se ao “Transtorno de identidade de Gênero” utilizado pelo DSM.



discriminar as pessoas que optam pela transformação via diagnóstico contribuiria ainda mais para reforçar uma série de processos discriminatórios a que essas pessoas já estão sujeitas.

A apropriação que cada pessoa vai fazer desses discursos está relacionada, assim, com o contexto e a situação social que as envolve. É possível reelaborar os discursos médicos, militantes e acadêmicos, no sentido de ressignificá-los de acordo com cada experiência, de modo que uma pessoa, que em uma determinada ocasião se considere *crossdresser* possa, em outro momento, se enxergar como transexual e, mais tarde, se identificar como travesti. Isto é possível não simplesmente para seguir a trajetória de ressignificação dessas categorias em suas experiências de vida, como também para marcar seus processos de singularizações subjetivas.

Neste âmbito, a discussão sobre os percursos históricos que constituíram o dispositivo da transexualidade, sob a ótica médico-psiquiátrica, auxilia a pensar a (des)patologização e as múltiplas perspectivas de inteligibilidade para além do transtorno mental. É possível pensar as experiências da transexualidade e da travestilidade através das fissuras que estas propiciam no regime cisheteronormativo, na transposição dos interesses biopolíticos do Estado e dos saberes acadêmicos, na fuga do controle epidemiológico e de saúde, assim como na transposição da delimitação identitária de determinados movimentos sociais e na afirmação de vivências da singularização subjetiva que ultrapassem essas normativas.

Consoante a essa perspectiva, vale tornar explícito que os estudos *queer* contribuíram sobremaneira nesse cenário de disputas discursivas, ao problematizarem a construção das identidades de gênero vinculada às questões de sexualidade e da subjetividade. Esses estudos defendem, dentre outras questões, a desnaturalização das identidades e afirmam, decisivamente, a diferença, partindo da defesa da multiplicidade, da proclamação da dissidência, da subversão das performances sexuais e de gênero e da compreensão do corpo como biopoder.

## **2.5 Os estudos queer e produção de saberes em contextos subalternizados**

O *queer*, intrinsecamente relacionado aos processos sexo-gênero-dissidentes, se propõe a pensar como as marcas da diferença - gênero, raça, sexualidade – interferem nos diversos aspectos da vida social, enquanto eixos de diferenciação interseccional que rompem com a normatividade e os ideais criados em uma sociedade sobre si mesma. Por estar intrinsecamente relacionado à abjeção, o *queer*, enquanto experiência de recusa social, e por ameaçar identidades e sistemas pretensamente estáveis e ordenados, propõe que “[...] ao invés de ensinar e reproduzir a experiência da abjeção, o processo de

aprendizado pode ser de resignificação do estranho, do anormal como veículo de mudança social e abertura para o futuro.” (MISKOLCI, 2012, p. 63).

Embora o *queer* esteja relacionado a uma teoria, cumpre também apontá-lo como estratégia política que afirma um modo de vida que ousa problematizar e contestar os discursos hegemônicos, ao mesmo tempo em que propõe uma repolitização do campo sexual por meio de críticas aos regimes de verdade e aos discursos disciplinares. Propõe, em oposição a estes, a afirmação radical da dimensão do anormal, da abjeção e da monstruosidade.

Do mesmo modo, leva em consideração, a partir dos estudos foucaultianos, especialmente de seus estudos sobre a sexualidade, o uso dos prazeres, a disciplina e o controle, que a resistência atua sempre como contraponto do poder, portanto, aponta para a destabilização dos binarismos e das verdades absolutas e universais. Então, é justamente no cerne das regulações normativas que é possível reafirmar o caráter mutável, impermanente e múltiplo do desejo, fazer eclodir multiplicidades e não apenas o circunscrever a conteúdos eróticos.

Ao mostrar que tanto a heterossexualidade quanto a homossexualidade são construções sociais, o *queer* também denuncia a violência do heterossexismo como uma espécie de terrorismo cultural. De acordo com Miskolci (2012, p.35), “o terrorismo cultural é um nome que busca ressaltar a maneira como opera o heterossexismo, fazendo do medo da violência a forma mais eficiente de imposição da heterossexualidade compulsória”, uma vez que não se trata de um fenômeno individual e sim de uma experiência coletiva que é imposta.

Torna-se, então, imprescindível para os estudos de gêneros e sexualidades divergentes a problematização da matriz heterossexual e dos binarismos ligados à noção de sexualidade, gênero e subjetividade que foram vigorosamente questionados pelos estudos *queer*,

[...] são os estudos *queer* que apontarão o heterossexismo das teorias feministas e possibilitará, por um lado, a despatologização das experiências identitárias e sexuais até então interpretadas como ‘problemas individuais’ e, por outro, dedicarão uma atenção especial às performances que provocam fissuras nas normas de gênero. (BENTO, 2017, p. 74).

Nessa seara, talvez seja possível falar, igualmente, em alguns pontos de convergência da teoria *queer* com os estudos sobre gênero, sexualidade e corpo, aqui interpostos pela transexualidade e travestilidade, em virtude dessas experiências, consoante a perspectiva *queer*, suplantarem inúmeras tentativas de captura: da subjetividade capitalística,

das normativas de gênero e sexualidade, dos aparatos tecno-semiológicos de (re)construção corporal e da patologização outorgada pelos documentos oficiais. (BENTO, 2017).

Convém, a partir disso, expor um recorte temporal que pode auxiliar na compreensão da trajetória *queer* e seus desdobramentos, enquanto teoria e/ou estratégia política, com vistas a entender seus arranjos atuais em nosso contexto sociocultural. Isto posto, tem-se que nos anos 1980 surge um movimento chamado “transgenderismo” nos EUA e na Europa, cuja premissa foi denunciar a opressão gerada pelo binarismo de gênero. Para Preciado (2018), os estudos *queer* seriam uma política como contraponto aos modelos universais europeus e norte-americanos heterossexuais, às teorias de gênero liberais e à cultura integracionista dos movimentos gays.

A partir desse contexto, o *queer* aparece enquanto um movimento político inspirado nos novos movimentos sociais que surgiram em décadas anteriores, a exemplo dos movimentos civis americanos, do feminista e dos homossexuais, todos eles responsáveis pela irrupção de novos sujeitos históricos. No geral, ao se falar de *queer* existe uma associação direta com as questões da sexualidade e do gênero, mas essa proposta pode ser vista de modo mais amplo e mais complexo. (MISKOLCI, 2007).

Na Europa o *queer* aparece ligado, sobretudo, aos movimentos anarquistas e a algumas culturas transgêneros que começam a despontar. A estratégia política e a teoria *queer*, ainda de acordo com Miskolci (2007), tem seu auge com a epidemia da aids e o pânico gerado em torno dela, pois, além de questões biológicas, se construíram, socialmente, discursos em torno dessa doença viral, tratada como doença sexualmente transmissível (DST)<sup>30</sup> e como uma espécie de punição para as sexualidades dissidentes.

A partir dos anos de 1990, discute-se com mais ênfase a desontologização, a desnaturalização e a-historicidade do gênero e do feminino. A “desontologização do sujeito da política sexual” (PRECIADO, 2011) teve como propulsora a teoria de gênero que ultrapassa os movimentos identitários e redefine as lutas e os limites do sujeito político.

*Hija de la Perra*, personagem chilena que critica as tradicionais formas de viver a transexualidade, relata, sobre o aparecimento do *queer* na América Latina dos anos de 1990, que “a cultura da viadagem sempre existiu dentro de nossos limites, mas não se havia focado sob um olhar que unisse esses fatos como matéria de luta ao modo de uma tropa ou um movimento no sentido do percurso histórico das novas identidades sexuais” (PERRA, 2014, p. 2). Como

---

<sup>30</sup> Atualmente tem-se utilizado o termo IST, já que algumas pessoas são infectadas pelo vírus, mas por conseguirem controlar a carga viral, não necessariamente desenvolvem doenças.

consequência do modo como a resistência dos corpos dissidentes foram se constituindo na América Latina e como isso foi lido a partir da teoria *queer*, essa autora aponta diversos desdobramentos: enquanto uns endeusavam a perspectiva como a última possibilidade de radicalizar as políticas sexuais, outros viam a possibilidade de dar voz à precariedade e à monstrosidade como potências criativas, bem como fugir das normativas políticas identitárias. (PERRA, 2014).

No território brasileiro, por sua vez, de acordo com Colling (2015a), já existiam estudos sobre sexualidade e gênero que criticavam as identidades essencializadas e normatizadas, bem como as universalizações e serializações produzidas pelo modo de produção capitalista, antes mesmo da incorporação da teoria *queer*, a exemplo dos trabalhos realizados por Perlongher (2008) e Edward McRae (1990). Colling cita, ainda, a relevância da noção de micropolítica, atualizada no Brasil por Suely Rolnik na década de 1980, que considera os processos de subjetivação, ao ponderar questões políticas, culturais e sociais e os novos modos de existência, capazes de dismantelar os modos de vida do capitalismo e as práticas identitárias. (ROLNIK, 2007).

Assim, a partir da fala de Pelúcio (2012), é possível ter uma pequena noção do contexto existente no Brasil durante a incorporação dos estudos *queer*:

Nós estávamos ainda tateantes atrás de um vocabulário menos falocêntrico, de uma ciência menos canônica, de uma gramática menos heterossexista, ficamos fortemente impressionados com aquelas leituras feministas, transgressivas, descoloniais. (...) acho que isso tem a ver com essa busca da qual eu falava há pouco, por novos referentes, por um léxico torcido, fresco o suficiente para não estar marcado pelo peso dos saberes psi, médicos e jurídicos. (PELÚCIO, 2012, p. 414).

Em contrapartida, Bento (2017) discorda que o *queer*, considerado como insulto, cause, no Brasil, o mesmo impacto de protesto que tem nos Estados Unidos. Ela chega a propor a utilização do termo “estudos transviados” com a finalidade de abarcar as bichas, sapatões e travestis. A ideia é combater os modelos universalizantes que desconsideram as singularidades e, no que se refere à sexualidade e ao gênero, apontar que estes conceitos nem sempre foram compreendidos de modo substancial em diferentes contextos, já que eles realizam “intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas.” (BUTLER, 2003, p.20).

No que se refere às políticas identitárias, Bento (2017) questiona o impacto desses estudos no Brasil. De acordo com essa autora, ao mesmo tempo em que urge a desconstrução das identidades essencializadas, os movimentos sociais brasileiros

retroalimentam o biopoder do Estado e o controle das vidas, na medida em que utilizam arranjos identitários específicos para reivindicar direitos e políticas públicas.

Não obstante a existência desse cabedal científico que antecede e respalda a incorporação da teoria *queer* no Brasil, a produção de teorias e os espaços de experimentação do gênero e da sexualidade ainda é demasiado demarcada no país. Essa realidade requer, portanto, com certa urgência, a elaboração de instrumentos teóricos, conceituais e metodológicos próprios, investidos na produção de conhecimento nos territórios periféricos. Para tanto, Pelúcio (2016) afirma que a incorporação da teoria *queer* no Brasil carece de uma problematização mais contundente a respeito de suas implicações epistemológicas e adverte que, no contexto brasileiro, que possui experiências específicas de um contexto periférico, ainda são incipientes as articulações entre as teorias de gênero, sexualidade, raça/etnia e regionalidade, que marcam a interseccionalidade.

A estratégia *queer* ganha cada vez mais corpo no Brasil, no entanto, de acordo com Mombaça (2016), por ter chegado ao Brasil por meio da academia, o *queer* tornou-se “antes uma abordagem do que um modo de vida e sua geografia afetiva.” (n.p.) Somado a isso, Berenice Bento (2017) destaca o fosso ainda existente entre os movimentos sociais, diversos ativismos e os estudos e atividades realizados nas universidades brasileiras.

Como contraponto à defesa irrefletida desses estudos, Pereira (2012) traz uma provocação ao questionar se o gesto político *queer* possibilitaria uma abertura para novos saberes ou seria apenas mais uma disputa epistemológica por um campo de saber. Com base nessa provocação, cabe aqui o questionamento se os corpos submetidos às transformações tecno-semiológicas, consoantes às normativas sexuais e à inteligibilidade, ou mesmo se a utilização da sigla “Q”, na “sopa de letrinhas” (FACCHINI, 2005) dos movimentos LGBTQIA+, seriam suficientes para denunciar a coerência e o privilégio das vidas precariamente normatizadas.

Pereira (2012), ratifica a potência política do *queer* na subversão dos processos de captura subjetiva do capitalismo mundial integrado na contemporaneidade, mas adverte que, no movimento de transformar o xingamento em autodesignação, muitas vezes a ênfase recai sobre o adjetivo, correndo o risco de se tornar uma política identitária, e desconsiderar a possibilidade de tornar-se ação política insurgente. Salienta, ainda, a proposta de transformação, a instabilidade que torna o *queer* um verbo, uma ação: “um verbo que desenha ações e deslocamentos arriscados, delineando trajetórias múltiplas de corpos instáveis, provisórios e cindidos. (PEREIRA, 2012, p. 373).

No contexto acadêmico brasileiro, desde os anos de 1990, os teóricos *queer* têm realizado composições, tanto com teóricos dos países centrais, como os de outros países periféricos. Neste cenário, a estratégia *queer* aparece em consonância com a crítica decolonial, enfrentando a produção do conhecimento hegemônico, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, congruente à noção de que a colonização dos países periféricos é também epistemológica. (MIGNOLO, 2003).

A discussão preliminar do colonialismo caracteriza-o como um fato histórico que remete à dependência política de um país ao país colonizador, a partir de sua presença física. Sua associação à dominação europeia, sobretudo a partir do século XVI, corresponde ao projeto europeu de exploração comercial que impulsionou o sistema econômico capitalista. Com o fenômeno do “achamento” da América, inicia-se também a implantação de um projeto de modernidade, cuja razão iluminista assume o poder, e a concepção de domínio racial ganha corpus ao negar a ancestralidade étnica - o conhecimento dos indígenas e dos africanos - e expressa a colonialidade de poder hegemônico por meio de uma racionalidade específica, o eurocentrismo. (QUIJANO, 2005). Assim, constrói-se uma pseudoindependência política nos países latinos tidos como colonizados, que permanecem como espaço de subjugo da Europa e, sobretudo, mais contemporaneamente, dos Estados Unidos.

Mesmo não existindo, hoje em dia, a presença física e, de modo tão explícito, a dependência política com relação aos países colonizadores, a colonialidade sustenta a exploração de estruturas e mentalidades jurídicas, econômicas, sociais e políticas dos colonizadores que pregam a subalternidade dos países colonizados.

Anibal Quijano (2000) alerta que a colonialidade imposta pelo capitalismo contemporâneo, mais que o colonialismo, é eficaz por incluir a dimensão simbólica no subjugo material, cultural e subjetivo. De maneira sucinta, os estudos pós-coloniais e decoloniais problematizam e desafiam os conceitos herdados da cultura ocidental moderna tais como raça, cultura, subjetividade, linguagem e classe e se propõem a pensar questões comuns das sociedades colonizadas, hierarquizadas, racializadas e generificadas, dos países periféricos do eixo sul global.

Essas especificidades do capitalismo periférico são substanciais para que se compreenda a colonialidade, tanto de poder, como de saber, a partir do que Berenice Bento (2017) considera como “epistemologia das margens”. Existe uma aposta de que esses estudos forneçam “o modelo adequado para a análise de questões políticas de ‘raça’ e gênero, de políticas colonialistas e estratégias políticas de descolonização.” (KILOMBA, 2020, 50). O exercício decolonial, nesse sentido, promove a reflexão sobre

a devastação e as cicatrizes geradas pelo processo de exploração colonial e subalternização dos povos do sul, cujas existências são precarizadas.

Cabe aqui, porém, mais um questionamento: “No contexto do capitalismo cultural, que expropria e revende modos de vida, não haveria uma tendência crescente, por parte dos chamados excluídos, em usar a própria vida, na sua precariedade de subsistência, como um vetor de autovalorização?” (PELBART, 2011, p.22). Neste trabalho, parte-se do pressuposto de que a resposta a essa pergunta é afirmativa, uma vez que a própria potência da estratégia *queer* ganha consistência no eixo sul global como estratégia potente para assolar as capturas do capitalismo, ao afirmar e valorizar o que comumente é considerado marginal e que ainda carrega marcas da colonização.

Portanto, este trabalho aponta a possibilidade de falar do *queer* e de sua atualização em contextos periféricos e em territorialidades locais, considerando as estratégias utilizadas frente à colonização da sexualidade e a abjeção das dissidências sexo-políticas na cultura moderna ocidental branca cristã e heterossexual. As estratégias *queer* serão, assim, retomadas ao longo deste trabalho, e essa contribuição será discutida especialmente em sua articulação com as questões sobre a produção de saberes locais em um contexto interiorano, uma vez que essa tese considera os territórios específicos e as experiências singulares da memória de reinvenção dos corpos trans na construção da travestilidade e transexualidade.

### 3 TRANS-TERRITORIALIZAÇÕES

*Nós fomos malditas, bem vistas, queridas e odiadas,  
na noite fizemos castelo e ruína,  
na vida, balbúrdias e solenidade.  
Você, forte travesti preta, mulher do fim do mundo,  
me ensinando a desbravar essa estrada  
nos confins do Sertão da Ressaca  
e das avenidas que vão a lugar nenhum.  
Você virou algumas décadas  
para o desprazer de todos esses porcos imundos  
que nos querem mortas.  
(Gisberta Kali, 2018)*

A dinamicidade, a fluidez e o deslocamento são marcas insuspeitáveis dos territórios contemporâneos que sustentam a circulação de pessoas, de capital, de informação, de imagens, de bens de consumo. Se antes o sentido e o pertencimento a um território se pautavam em tradições e relações comunitárias, hoje em dia essa relação está cada vez mais relacionada a vinculações comerciais. As pessoas que não têm acesso ao capital, portanto, sentem-se cada vez mais expropriadas das dinâmicas territoriais.

De acordo com Pelbart (2011), o capitalismo contemporâneo não cessa de inventar novos modos de exclusão e, associado a isso, cria uma nova modalidade de angústia: o medo de desfiliação. Essa angústia está associada ao medo de desestabilização diante do desconhecido, já que a velocidade das transformações no novo modelo capitalista é avassaladora. Como consequência, esse autor afirma existir, nas últimas décadas, uma nova relação entre o capital e a subjetividade.

Em sua nova roupagem, o modo de produção capitalista se apropria da vida e de suas forças vivas e imanentes de criação e cooperação, próprias do processo subjetivo, a fim de regular e modular sua expansão e de explorar, não mais somente a sua força econômica, como também a cultural e a subjetiva. Segundo Rolnik (2018), os encantos das telas, da virtualidade e do consumismo parecem ocultar esses modos incisivos de dominação neocolonial, subjetiva e tecnológica.

Diante desse processo de desterritorialização permanente, tem-se que o capitalismo contemporâneo não se defronta apenas com subjetividades amorfas, já que elas se configuram como uma força mais abrangente, sub-reptícia e, portanto, de difícil oposição. Nesse sentido, a subjetividade tende a se reconstruir e se recompor de forma reiterada para escapar do imobilismo, a partir da constituição de relações singulares com o território, com o coletivo, com a existência.

Os territórios, desse modo, passam a ser constituídos por constantes ressignificações, que tanto podem estar a serviço de uniformizações, quanto de processos subjetivos



singularizados. Portanto, eles não devem ser considerados apenas por suas espacialidades, mas como instâncias dinâmicas e inter-relacionais, persuadidas reciprocamente pelas subjetividades constituintes, atravessadas por diferentes dimensões e escalas, que apresentam diferenças entre os sentidos temporais atribuídos às territorialidades.

Dessa forma, existem tantos territórios quantas forem as possibilidades de resignificação, semiotização e de processos subjetivos que possam criar territórios enunciativos. “Mas não devemos nos contentar com esse primeiro aspecto de diversificação diacrônica. Existe igualmente, a cada instante de demarcação aqui e agora, um folheado sincrônico de espaços heterogêneos.” (GUATTARI, 2012, p. 136).

De acordo com Lima e Yasui (2014), por sua vez, as produções coletivas e suas articulações culturais, semióticas, sociais e históricas, bem como conformações espaciais singulares e uma organização político-administrativa e institucional específicas, conferem existência a um território. Ou seja, também aqui este vai além da questão espacial, dos limites geográficos, já que transforma os cenários históricos e sociais produzidos pelas pessoas. Assim, é possível observar essas transformações a partir da

[...] memória dos acontecimentos inscrita nas paisagens, nos modos de viver, nas manifestações que modulam as percepções e a compreensão sobre o lugar; relações que surgem dos modos de apropriação e de alienação desse espaço e dos valores sociais, econômicos, políticos e culturais ali produzidos; modos múltiplos, contíguos, contraditórios de construção do espaço, da produção de sentidos para o lugar que se habita por meio das práticas cotidianas. (LIMA; YASUI, 2014, p. 597).

O território não deve, assim, ser compreendido apenas como materialidade, nem tampouco como recurso analítico. Assim como não é algo dado, não pode ser pura invenção, embora encerre determinada ficcionalidade em sua construção. Portanto, ele não é aqui considerado como espaço neutro, que serve apenas como palco para representações, tendo em vista encerrar elementos semióticos que não se circunscrevem a significantes estruturais. O que está em jogo contemporaneamente, em função da velocidade vertiginosa das transformações sociais, mais do que os aspectos estruturais e tecnocráticos, são os aspectos estéticos, éticos e políticos dos territórios. (GUATTARI, 2012). Torna-se, assim, indispensável resignificar a finalidade das atividades humanas para além dos automatismos e investir na compreensão dos territórios enquanto campo de invenção e experimentação incessante.

Partindo dessa noção de experimentação, e em diálogo com o pensamento bergsoniano, tem-se que percepções sobre os territórios são interpeladas pelas lembranças,

mas não àquelas relacionadas às representações já existentes de um passado que se julga verdadeiro, já que o sentido conferido à atualização dessas lembranças na constituição dos territórios conduz à proliferação de processos subjetivos de reinvenção. Assim, as composições territoriais encerram diversos aspectos: “estilístico, histórico, funcional, afetivo [...] são máquinas enunciativas. Elas produzem uma subjetivação parcial que se aglomera com outros agenciamentos de subjetivação” (GUATTARI, 2012, p. 140)

No que se refere às interpelações a respeito das memórias de reinvenção dos corpos das transexuais e travestis, que interessam a este estudo, cabe destacar que esses corpos habitam um território fronteiriço, o qual é constituído por agenciamentos sincrônicos de dimensões heterogêneas e dinâmicas. Assim, as performatividades de gênero e sexualidade dos corpos trans, desde suas territorialidades, embaralham as representações essencialistas e os significantes comumente encontrados no espaço público, gerido, em grande parte, por binarismos e pela cisheteronorma.

Habitar a fronteira significa, por meio de reinvenções constantes, a promoção de deslocamentos territoriais que favoreçam a emergência de novos e diversos saberes, sobretudo para os corpos periféricos e subalternizados que por muito tempo tiveram suas memórias invisibilizadas pela colonialidade de saber e poder, instauradora de um regime político de homogeneização sexual.

Assim, consoante Foucault (2005), admite-se que a construção desse saber colonial hegemônico vale-se de um conjunto de saberes silenciados por circunstâncias históricas e políticas e se relaciona com um conjunto de poder que o torna verdadeiro e subjuga e deslegitima os demais conhecimentos. A partir dessa premissa, torna-se essencial destacar os efeitos de poder dos conhecimentos historicamente privilegiados e desnaturalizar essas verdades, já que “nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência” (MOMBAÇA, 2021, p. 75).

Indo mais além, Pereira (2012), citando Butler, tece uma crítica ao próprio Foucault, que, ao falar da biopolítica e manifestar que a morte não seria mais uma grande ameaça à saúde e à vida, estava enunciando um conhecimento eurocentrado e que, portanto, não ponderou sobre a precariedade da vida no eixo sul global. A emergência da noção de biopolítica (FOUCAULT, 1997), situa-se social e historicamente na modernidade e se pretende universal, utilizando, para isso, do silenciamento de outros contextos socioculturais, históricos e locais colonizados.

Com efeito, o europeu trouxe a idealização ocidentalizada e moderna da sexualidade, ratificada e manipulada pelas instituições científicas e religiosas, também vindas do além-mar

e, como consequência, “aniquilou nossa originária e rica cultura indígena.” (PERRA, 2014, p. 1). Nesse cenário, a cultura latino-americana, segundo Simakawa (2014), ainda vive exposta à estúpida dicotomia moral e aos valores sociais, culturais e religiosos herdados da matriz colonial. Essa perspectiva inunda a construção dos saberes sobre gênero e sexualidade que produzem narrativas sobre modos de subjetivação, territórios existenciais e experiências sexuais no continente.

A provocação para se pensar as estratégias de invenção de outros saberes, além das teorias majoritárias que produzem conhecimento do norte global, alia-se à teoria *queer*, desde as margens, com o intuito de desafiar a imposição dessas teorias feitas ao território que se convencionou chamar de América Latina e no Brasil. Para Mombaça (2016), isso significa tecer críticas também à universalidade e a generalização de alguns modelos teóricos, como os de gênero e sexualidade, focos de análise nesta tese, e afirmar as singularidades dos saberes nos contextos locais. Isso deve ser feito ao levar em consideração as realidades concretas e interpelando diversos mediadores na construção desses modelos.

O fato é que a incorporação dos estudos *queer* no Brasil possui peculiaridades que não devem passar despercebidas, consoante Bento (2017). A autora defende que esse campo de estudo surge do ativismo e propõe novas práxis epistemológicas que redimensionam o humano, de modo a não mais admitir a violência subjetiva ocasionada pela submissão das corporalidades desviantes ao desejo do outro. Desse modo, as pessoas gênero-dissidentes só se afirmarão na medida em que expuserem suas “fechações” (para utilizar uma expressão comum no universo trans), transarem com quem tiverem vontade, contestarem a monogamia, se afirmarem donas dos seus corpos e construirão seus próprios conhecimentos sobre si.

Como uma das consequências desse redimensionamento, de acordo com Sofia Favero (2020), psicóloga e ativista trans, surge no contexto brasileiro uma maior inserção das pessoas trans no âmbito acadêmico, bem como a maior divulgação de trabalhos elaborados anteriormente por elas. A autora reconhece que isso foi impulsionado, em especial, pelos estudos transfeministas que ganharam ênfase no Brasil através das universidades, a partir de 2010. Como demonstração, ela cita uma série de pesquisadoras<sup>31</sup> trans que têm feito trabalhos importantes sobre as questões relacionadas ao gênero e à sexualidade, sobretudo a partir da dissidência, e vale ressaltar que esses trabalhos têm ganhado cada vez mais visibilidade e

---

<sup>31</sup> Bia Bagagli (UNICAMP), Viviane Vergueiro (UFBA), Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ), Emilly Mel Fernandes (UFRN), Alícia Krüger (UEPG), Fran Demétrio (UNB), Megg Rayara (UFPR), Adriana Sales (UNESP), Luma Andrade (UNILAB), Ariane Senna (UFBA), Rebecka de França (UFRN), Marini Bataglin (UFRGS).

dado voz a um sujeito enunciativo, de modo que as trans deixam de ser apenas pesquisadas e passam a ser também pesquisadoras. (FAVERO, 2020).

Pereira (2012), por sua vez, aponta para a potência, bem como para os limites da teoria *queer* quando incorporada pelos países periféricos. Apenas dizer que o *queer* é uma política da diferença pode omitir as variações existentes dentro da própria teoria, bem como ocultar histórias locais, a partir dessa pretensa generalização. Portanto, o autor chama atenção para os contextos de enunciação e as especificidades de cada variação teórica e, para tanto, propõe uma análise de implicação cuidadosa e ininterrupta, a fim de que as teorias não sigam apartadas das realidades circunscritas a determinados territórios.

Nesse ponto, cabe destacar que as especificidades do capitalismo periférico são substanciais para que se compreenda a colonialidade, tanto de poder, como de saber. Na colonialidade brasileira, que se mantém através de mecanismos sub-reptícios de distinção de classes sociais e da propagação de operadores simbólicos, tem-se a especificidade de uma “modernidade periférica” (SOUZA, 2003), que autoriza pessoas e grupos a hierarquizarem a sociedade.

A sociedade brasileira, de acordo com Souza (2006), exhibe um fosso moral entre as classes incluídas e herdeiras da europeização e os pobres, pessoas excluídas do contexto valorativo que propaga dignidade, que o autor compreende como “ralé estrutural”. Somado a essa concepção restrita de cidadania, os fenômenos de violência no capitalismo periférico apresentam características singulares, uma vez que também se associam à concentração de renda e ao patrimonialismo, como projeto que se constitui desde o Brasil colônia e se atualiza com os ideais civilizatórios dessa modernidade periférica.

Nesse controverso contexto valorativo, a população brasileira marginaliza e trata como abjetos os corpos sexualmente dissidentes. No caso específico da experiência trans, a partir da patologização e da criminalização, proporciona um certo higienismo social, através do desejo de eliminação das transexuais e travestis do espaço público. Trata-se, portanto, de uma violência sistêmica, já que estrutura as relações sociais, por meio de uma sustentação cultural e histórica (LOURO, 2008), e não deve ser atribuída a características individualizantes.

No que refere às relações sociais assimétricas, esses novos modos de dominação estabelecem que existe um princípio estruturante hierárquico que configura todas as relações como de dominação, dividindo os seres e as coisas em superiores ou civilizados e inferiores ou selvagens. No entanto, de acordo com Grosfoguel (2019), o próprio conceito de civilização deve ser questionado, uma vez que ele tem sido utilizado para demarcar uma espécie de

darwinismo social em que a civilização ocidental se considera superior às demais, a partir de um julgamento que privilegia elementos culturalistas, conhecimentos científicos, desenvolvimento tecnológico e o Estado de direito. A partir desse argumento é possível afirmar que essa civilização moderna pauta-se em preceitos racistas, sexistas, heteronormativos, cristãos, eurocêntricos, binários, para estabelecer relações de dominação.

Nessa mesma linha de raciocínio, presume-se a necessidade de deslocar o sentido do que é considerado “centro” a fim de historicizar e contextualizar as hierarquizações e categorizações responsáveis pela efetivação de privilégios históricos de setores hegemônicos da sociedade. As localidades reconhecidas como “centro”, ao expropriarem a alteridade, se auto elegem autorizadas a falar, à medida que deslegitimam os saberes periféricos, colocando-os à margem do que se constituiu enquanto norma e ratificando a ficção do projeto moderno-colonial.

Nessa direção, a noção de “centros urbanos”, que interessa a este estudo, denota a existência de relações assimétricas e dinâmicas de privilégio que condicionam o acesso a esse território à aproximação de determinados códigos culturais, semânticos, técnicos e operacionais. Esses códigos, no que se refere ao gênero e a sexualidade, sem dúvida, ratificam as normas sociais e simbólicas nos contextos institucionais de poder que, conseqüentemente, operam na dominação de corpos e subjetividades.

Nesse sentido, os deslocamentos epistemológicos das teorias decoloniais são relevantes, na medida em que auxiliam a pensar as relações complementares de poder e saber, os ideais regulatórios, suas tecnologias e suas narrativas. Sublinha-se, no entanto, que esses deslocamentos devem acontecer não apenas entre os países do centro e da periferia global, numa perspectiva geocultural contemporânea, mas até mesmo na colonialidade interna, entre periferias.

De acordo com Haesbaert (2021), a colonialidade interna refere-se ao domínio e a exploração de certos grupos hegemônicos sobre outros, em consonância com as disputas internas de poder e as dinâmicas sociais intranacionais, considerando as escalas regional e local e não apenas a supranacional. Um bom exemplo de colonialidade interna, como destacado por Mombaça (2016), trata-se da dominação epistêmica do saber acadêmico em contraposição a outros tipos de saberes, considerados subalternos na geopolítica do conhecimento. Outro bom exemplo desta modalidade de dominação interna, que remete a especificidade do contexto sociocultural e histórico da sociedade brasileira, refere-se aos contextos de colonialidade a partir dos grandes centros urbanos brasileiros e das regiões Sul e Sudeste do país.

No que se refere a hierarquização regional, destaca-se que a popularização do *queer* no Brasil tem evidenciado modismos, em que é possível acompanhar o enaltecimento de tendências consideradas fluidas e desconstrucionistas, anunciadas sob o título de *queer*, advindas, principalmente, dos contextos mais urbanizados. Esses modismos, no entanto, podem funcionar como regimes de verdade, à proporção que produzem novas formas de exercício de poder, por sua vez, capazes de ditar novas lógicas de colonialidade que contribuem para práticas de exclusão em função de classe, raça, etnia, regionalidade, faixa etária, dentre outras. (GRUNVALD, 2017)

Presume-se, pois, que a imposição desses modismos, tende a desconsiderar as experiências como atualização das virtualidades. (BERGSON, 1999) Somado a isso, é importante sublinhar que a grande maioria das pessoas trans ou sexo-gênero-dissidentes, nos dias atuais, em seus mais variados contextos, têm acesso a uma infinidade de informações por meios virtuais e tendem a incorporar essas tendências e ressignificá-las, sem, no entanto, se dobrar irrefletidamente a elas.

Com base nesses argumentos que foram apresentados, acredita-se, pois, que o foco nos contextos interioranos pode auxiliar a expor os regimes que sustentam determinada posição de privilégio dos territórios centrais. Somado a isso, o estudo do contexto interiorano pode trazer à tona diversos saberes que, desde as suas localidades, contribuem para pensar as possibilidades infinitas de composições singularizadoras das experiências sexuais, corporais e de gênero.

Falar dos corpos trans no contexto interiorano não significa, no entanto, referir-se à identidade de uma população circunscrita às fronteiras geográficas e jurídico-políticas de um território urbano. Trata-se, por outro lado, de considerar os grupos sociais que compartilham e constroem dinâmicas territoriais pautadas em estruturas culturais e históricas, cuja temporalidade e espacialidades são mais complexas e mais fluidas e, portanto, incluem uma multiplicidade de estruturas de poder: políticas, religiosas, espaciais, econômicas, linguísticas, sexuais, de gênero, de saber, dentre outras.

Com vistas a contextualizar a experiência das mulheres transexuais e travestis interioranas, sobre as quais esta pesquisa se debruça, pretende-se elaborar uma reflexão mais localizada, ressaltando que muitas dessas experiências ocorreram em contextos em que as sexualidades dissidentes e as corporalidades desviantes foram, e continuam sendo, invisibilizadas ou alvo da necropolítica do terror. Trata-se de territórios que muitas delas abandonaram ao migrarem para centros urbanos maiores, capazes de possibilitar outros trânsitos e experiências culturais e de ressignificarem suas trajetórias interioranas.

Assim, a questão não seria reivindicar esse lugar de identidade das trans-interioranas, como mais um regime de verdade, mas compreender a multiplicidade de formas a partir das quais elas se reinventam em seus contextos. Trata-se de deslocar a centralidade do poder das ficções normativas e compor novos territórios que tornem possíveis o acesso não só de novos saberes, como de novas composições afetivo-relacionais (SILVA, 2018). Em virtude do que foi mencionado, um deslocamento que precisa ser feito com certa urgência, refere-se, no contexto brasileiro, às ficções de poder desde os grandes centros urbanos e desde o sul/sudeste do país, já que é notória a existência de uma disparidade entre esses contextos.

Xan Marçall, professora, pesquisadora e arte-educadora travesti, ao discutir sobre colonialidade, afirma que “as bichas<sup>32</sup> no interior não têm acesso a hormônios e próteses” e que, portanto, “em São Paulo as travestis sempre têm acesso a tecnologias bioquímicas e biopolíticas que escondem as travestilidades latinas” (informação verbal)<sup>33</sup>. Ainda de acordo com essa pesquisadora, por terem menos recursos financeiros e menos acesso às tecnologias de transformação corporal, as travestis e transexuais que moram no nordeste do país e, sobretudo, as que vivem no interior, no geral, são tidas como exóticas e, sobretudo as que não têm passabilidade, recebem o estigma de feias e atrasadas por outras que, por inúmeras razões, conseguiram passar por transformações que lhes conferem inteligibilidade.

Conforme observado, as trans que habitam as territorialidades periféricas são estigmatizadas, desde os centros, como fracassadas, feias, esquisitas e, como consequência, ficam ainda mais expostas a constrangimentos e vulnerabilidades e, por vezes, ainda têm seus saberes interditados e expostos à condição de descrédito e subalternidade.

Cabe aqui destacar brevemente algumas contraposições da experiência da transexualidade e da travestilidade em contextos interioranos, com vistas a suscitar condições para uma prática de uma outra enunciação, já que essas trans anseiam por outros territórios onde operam níveis diferenciados do desejo e onde possam ser olhadas sob outras perspectivas, nas quais seus corpos sejam considerados legítimos, sem necessariamente precisarem se deslocar para os grandes centros urbanos.

A premissa, largamente disseminada, de que todas as pessoas trans que vivem no interior querem passar a viver nos grandes centros urbanos ou nas capitais, de certo modo, visa naturalizar determinados códigos culturais e gerar processos subjetivos estabilizadores.

---

<sup>32</sup> Forma como as travestis e mulheres transexuais se referem entre elas, através da estratégia *queer* de incorporação do xingamento.

<sup>33</sup> Fala de Xan Marçall no XVII Encontro de estudos multidisciplinares em cultura (ENECULT), realizado em Salvador – Ba, em agosto de 2019.

No entanto, as trans que permanecem no interior não deixam de se reconhecer como corpos travestis e transexuais, já que a multiplicidade de territórios pelos quais transitam possibilitam, dentre outras coisas, a afirmação e o deslizamento de suas experiências sexuais e de gênero.

Nesse sentido, o corpo trans, que é tido socialmente como ininteligível, desviante e cuja existência não goza de legitimidade social, pode territorializar-se de modo disruptivo e é capaz de “refletir sobre a necessidade de se relacionar com o outro, a aventura de se atentar para as linguagens do corpo como campo de possibilidades plurais para experiências de liberdade.” (SIMAS, RUFINO, HADDOCK-LOBO, 2020, p. 31).

Ao recusar as referências estética hegemônicas - ou por discordância ou por falta de condições sociais, simbólicas e financeiras - os corpos trans que transitam por territórios periféricos, a exemplo de alguns contextos interioranos, afirmam uma repolitização estética do gênero e da sexualidade, que passa ao lado dos estigmas que elas carregam por não se aproximarem dos modelos hegemônicos e da premissa da inteligibilidade social sustentados pela idealização da experiência trans, usual nos grandes centros do sul e sudeste do país.

Mas as trans interioranas não fogem à luta e não se resignam. Diante da “capacidade de inventar a vida no perrengue” (SIMAS, 2020, p. 132), resistem, ao transmutarem esses modelos impostos e, consoante a uma ética *queer*, ressignificarem incessantemente os valores e significados atribuídos ao corpo, ao gênero, à sexualidade, ao desejo.

No que tange às especificidades dos contextos locais, Yuna Vitória (informação verbal)<sup>34</sup>, pesquisadora, cantora e mulher trans, ao falar sobre os processos de transição das travestis e mulheres transexuais em um evento acadêmico realizado na cidade de Salvador – Ba, fez uma analogia entre o “Pau de Arara” e as letras das músicas de Luiz Gonzaga, que mencionam a transição do nordestino para os grandes centros urbanos, referindo-se ao fato de que os corpos trans subalternizados, a exemplo de muitos que transitam pelos territórios nordestinos, não deveriam se submeter, dentre outras coisas, à indústria da transexualidade e à incorporação do protótipo de cisgênero forjado pela patologização da experiência trans, sobretudo a partir dos regimes de verdade disseminados nos contextos reconhecidos como centro.

Por fim, problematizar a díade centro-periferia ou centro-interior não se trata de considerar esses contextos como opositores ou sempre em disputa. Nesse sentido, pensar uma

---

<sup>34</sup> Fala de Yuna Vitória no XVII Encontro de estudos multidisciplinares em cultura (ENECULT), realizado em Salvador – Ba, em agosto de 2019.



perspectiva decolonial dos corpos trans que habitam as territorialidades interioranas significa pensar que esses corpos, sempre em trânsito, são capazes de habitar a fronteira e erodir as narrativas colonizadoras de modo a reinventá-las através da atualização de suas memórias.

A ideia é combater essa estrutura aparentemente rígida entre esses polos e trazer a discussão para a intensidade do que é singular. Ou seja, compreender de que modo as trans interioranas trazem a potência desestabilizadora dos artefatos naturalizados a partir da qual, movidas por uma ética, devoram as culturas, as narrativas, as normativas fabricadas externamente, traçam alternativas coletivas de sobrevivência e constroem algo que lhes é próprio, através das frestas e de fissuras.

O foco em contextos regionais e locais pode se tornar um importante marcador social da diferença, tendo em vista que, muitas vezes, os contextos interioranos são estudados através de vetores políticos e econômicos, que deixam de lado outras perspectivas, como a da sexualidade. Esse vetor desenvolvimentista contribui, sobremaneira, para que essas pessoas que vivem no interior se tornem duplamente subalternizadas e marginalizadas, em função do não reconhecimento da singularização de seus processos subjetivos e identitários. Essa invisibilidade atinge de modo especial as pessoas trans, já que elas também dão sentido às suas performances a partir do território, este constituído por narrativas e práticas sociais. Como destaca Pereira,

Não há como pensar esses corpos descontextualizados dos intrincados contextos que os produziram [...] descontextualizar esses corpos e almas seria proceder um tipo de violência epistemológica que atua retirando aquilo que é mais caro para os sujeitos envolvidos, desprezando suas invenções e formas de agir. (2012, p. 389).

É importante enfatizar as diferenças dos contextos regionais, não para consubstanciar a hierarquização entre essas territorialidades, mas para desconstruir algumas ficções de poder. Desde esse ponto de vista, sabe-se que a territorialidade interiorana comporta características urbanas e sociabilidades de cidades de diferentes portes e, a partir dessa noção, este trabalho refere-se às formas como os corpos trans se apropriam e ressignificam o território interiorano de uma cidade de médio porte. Haesbaert (2021) traz a importância da análise escalar no estudo dos territórios, embora, para o referido autor, considerar essa dimensão não significa ter acesso a uma realidade concreta ou imutável, já que a escala não é uma categoria fixa ou determinada.

Ainda de acordo com Haesbaert (2021), a utilização de várias escalas na análise das organizações sociais dos territórios é importante, desde a ótica decolonial, pois contribui para

realçar as meso e micro escalas. Isto porque, a dinâmica colonial capitalista costuma realizar análises desde uma escala continental, enfatizando os processos em nível macro, sobretudo a partir das dinâmicas políticas e econômicas de poder. Portanto, mesmo levando em consideração que as escalas envolvem diferentes temporalidades e ritmos, as análises em nível macro acabam subjugando as práticas e experiências locais à escala global do sistema-mundo.

Nessa direção, cumpre apontar que Vitória da Conquista é uma cidade de médio porte e possui características fluidas e contingentes, que acionam, em suas práticas cotidianas, conformidades materiais e simbólicas, bem como comportamentos e ações que funcionam como referência para os diversos grupos sociais que agrega. Essas características, indiscutivelmente, a distinguem de outros territórios interioranos, inclusive das cidades de pequeno porte e de territórios rurais, bem como dos grandes centros urbanos. Sua localização estratégica, como será demonstrado no item seguinte, a modernização do campo e o crescimento exponencial do setor de serviços, sobretudo nas últimas décadas do século passado, posicionou a cidade como um polo regional que, desde esse período, ganha o status de cidade de médio porte. Ou seja, em um período relativamente curto, a cidade deixa de ser uma grande cidade pequena e passa a ser uma pequena cidade grande.

Afirmar, portanto, que essa cidade se aproxima dos territórios interioranos significa considerar que a construção de escalas no âmbito territorial, além de um importante fator analítico, refere-se também a um uso político dessa noção. Conexo a esse pensamento, é possível afirmar que o território conquistense interiorano, no que se refere à dissidência sexual e de gênero, alvo da análise desse estudo, encerra saberes invisibilizados e subalternizados, a exploração de determinados grupos sociais, a distância dos centros de poder e a constante desvalorização e estigmatização desses corpos. Nesse sentido, pensar a interiorização, desde a perspectiva decolonial que aqui se adota, significa pensar as relações de poder e seus múltiplos desdobramentos “em escalas que vão do nacional ao local.” (HAESBAERT, 2021, p. 127).

Faz-se aqui, portanto, uma aposta na potência do *queer* decolonial, enquanto fissura que subverte, com vistas a contribuir com reflexões localizadas, que não se referem a traduzir as teorias dos territórios centrais para os periféricos, mas produzir um conhecimento nas fronteiras e nas margens, destacando as inúmeras riquezas que essas localizações possibilitam. A partir dessa noção, no item seguinte serão abordadas, com base na problematização dos dados produzidos nesta pesquisa, as características do território interiorano em questão, a saber, a cidade de Vitória da Conquista; as formas de apropriação e ressignificação desse

território pelas corporalidades trans; bem como os atravessamentos que municiam a ontologia de um corpo trans-fronteiriço, e seus trânsitos entre os limites do gênero e da sexualidade.

### **3.1 Território interiorano: especificidades do município de Vitória da Conquista**

Para compreender um pouco mais sobre o trânsito que caracteriza a memória dos corpos trans que habitam e circulam em Vitória da Conquista, será feito um breve sobrevoo sobre as características desse município situado no polígono da seca, região sudoeste do estado da Bahia, uma vez que a exposição de certas especificidades históricas, políticas, econômicas e sociais deste território pode oferecer elementos que subsidiem a melhor compreensão da memória de reinvenção dos corpos trans que habitam esse interior.

A região onde atualmente se situa o município foi ocupada por colonizadores, a serviço da Coroa Portuguesa, na segunda metade do século XVIII (SOUZA, 2010), momento em que recebeu a denominação de Sertão da Ressaca (MEDEIROS, 2001). Os indígenas que ocupavam a região foram exterminados, uma vez que eram incompatíveis com o projeto de exploração do interior e a política de povoamento instituídos pelos agentes colonizadores, interessados na criação de gado bovino.

O Arraial de Conquista, mais especificamente, foi criado no final do século XVII pelo colonizador João Gonçalves da Costa, que ficou conhecido como um grande proprietário de terras sertanejas, cuja “família seria o tronco original de um poder endogâmico que dominaria a cidade após a sua emancipação no século XIX e manteria traços de continuidade ainda por décadas do século XX” (SOUZA, 2010, p. 43).

Ainda de acordo com Souza (2010), a endogamia familiar conquistense seria por muito tempo responsável pelo controle não apenas das terras, como do poder econômico, político, jurídico e ideológico da cidade. Desse modo, as elites locais exerciam forte influência sobre as esferas sociais, políticas e econômicas, colocando as instituições públicas a serviço dos interesses privados de seus familiares. Esses troncos familiares permaneceram no poder através dos coronéis, que gozavam de grande status pessoal, sobretudo no período de transição da nação rural para a urbano-industrial.

Esse coronelismo começa a perder força no período da primeira república, com o federalismo, já que o poder local se torna obrigado a fazer articulações políticas com grupos da capital (SOUZA, 2010). Apesar disso, a herança coronelista marca significativamente a região, o que funciona como subsídio para o não reconhecimento de modos de vida, ideias e comportamentos que não coadunam com o modelo heterodoxo, marcado estruturalmente por instituições como família e religião, com vieses patriarcais, sexistas e heteronormativos.

Desse modo, é possível afirmar que Vitória da Conquista ainda é fortemente marcada por heranças coloniais, prenhe de valores civilizatórios com forte rigor moralizante. No que se refere às transexualidades e às travestilidades especificamente, a tentativa de controle e vigilância sobre corpos e comportamentos aparece na fala de uma das interlocutoras da pesquisa que narra sua experiência de transição, no período em que lecionava em uma instituição de ensino privada da cidade, na primeira década dos anos 2000:

Eu estava ensinando literatura e língua portuguesa em dois colégios particulares em Conquista, e aí eu tive férias, quando eu voltei, já voltei garota. Aí imagina o pânico que foi no colégio, foi de uma forma, voltou de outra. Quando voltei de outra, eu fui demitida. Teve uma reunião no colégio e falaram assim: ‘não tem mais como você ensinar’. Aí eu fiquei sem emprego. (Luciana)

Voltando ao breve sobrevoo histórico sobre o município, a vila foi elevada à condição de cidade durante o regime republicano e, apenas em 1943, a partir do decreto 141, recebeu o nome de Vitória da Conquista. (SOUZA, 2010). O fato é que a região sempre foi caracterizada pela transitoriedade, um local de fluxos de pessoas e mercadorias, seja entre a região das Lavras Diamantinas e o litoral baiano, o sertão da ressaca e a região cacauzeira de Ilhéus, ou mesmo entre o norte de Minas Gerais e a região de Feira de Santana.

Não obstante esse fato, até o final da década de 1940 a região de Conquista só contava com exíguas estradas. Em 1948, a abertura da BR-116, conhecida como Rio-Bahia, possibilitou a integração das regiões centro-sul com a região nordeste do país e possibilitou o maior desenvolvimento do município de Vitória da Conquista.

Ao mesmo tempo, a abertura da rodovia Ilhéus-Lapa, segundo Souza (2010), também contribuiu com a expansão econômica da região de Conquista que, a partir de então, investe em melhorias de infraestrutura urbana e passa a atrair pessoas das demais regiões da Bahia e do estado de Minas Gerais, bem como de outros estados do nordeste, entre as décadas de 1940 e 1960. Assim, “o isolamento provincial ficava para trás, a urbe sertaneja irradiava influência e atraía tantos outros para si” (SOUZA, 2010, p. 89).

Com a modernização do campo, impulsionada pelo “complexo cafeeiro” implantado na cidade na década de 1970, Vitória da Conquista passa por uma intensa reformulação urbana e ganha feições de uma cidade média. Desse modo, “a dinâmica econômica, urbana e demográfica [...] em consequência do desenvolvimento cafeeiro representa um ponto importante e profundo na compreensão dos processos sociais que

culminaram na formação do espaço urbano recente da cidade.” (SOARES DOS SANTOS, 2013, p. 75).

Ainda de acordo com esse autor, uma contribuição desse período para a mudança do espaço urbano foi a concentração fundiária e o êxodo rural, ocasionados, sobretudo, pela modernização do campo e modificação das leis trabalhistas. Associado ao desenvolvimento da cafeicultura, outros suportes essenciais também cresceram, como a construção de estradas, fornecimento de energia, comunicação e créditos financeiros. Houve, portanto, um considerável impulso econômico.

Este status do município enquanto polo de circulação permite compreender a circulação de várias travestis que transitaram na cidade durante as décadas de 1980 e 1990, muitas delas vindas de outros estados do nordeste. Em uma entrevista realizada em julho de 2018 com o ex-coordenador de políticas LGBT de Vitória da Conquista (que atuou entre 2011 e 2016), este relatou um fato que considerou curioso, e que exemplifica nitidamente a grande circulação de pessoas de outros estados do nordeste assim como a importância da BR-116. Segundo relata, durante uma ação governamental censitária realizada com as transexuais e travestis do município em sua gestão, “a maioria das travestis, residentes na cidade, veio de outras cidades, em sua maioria do estado do Ceará, municípios de porte igual ou menor ao de Vitória da Conquista.” (SANTOS, 2019, p. 45).

Atualmente, com uma área de 3.254,186 km<sup>2</sup> e com uma população estimada de 343.643 habitantes (IBGE, 2020), a cidade recebe milhares de pessoas em busca de serviços especializados diariamente, sobretudo nas áreas de saúde e educação, bem como para a realização de negócios. Segundo a Secretaria de Planejamento do estado da Bahia, seu território de identidade é composto por 24 municípios, sendo Vitória da Conquista o único de médio porte dentre eles.

Com uma localização estratégica, Conquista, alcunha que recebe dos munícipes, também é cortada pela rodovia BA 262, que conecta as regiões sudeste e centro-oeste do estado, bem como a BA 415, que liga muitas cidades do estado ao litoral sul da Bahia. Por isso é considerada um polo regional, que suporta crescente migração populacional. (SOARES DOS SANTOS, 2013). Dentre essa crescente população migrante, estão mulheres transexuais e travestis oriundas de outros municípios de pequeno porte, não apenas de outros estados, como também de cidades circunvizinhas e de outros municípios baianos.

Durante a pesquisa de campo, foi possível constatar a presença de pessoas trans que deixaram suas cidades e vieram para Conquista, atraídas não apenas pela

possibilidade de poderem estabelecer relações sociais com menos opressões no que tange à sexualidade e ao gênero, como também pelo desenvolvimento econômico da cidade e pela possibilidade de terem acesso a serviços. Uma das interlocutoras da pesquisa, que há dez anos mora no município, vinda de uma cidade de pequeno porte que fica a aproximadamente 350 km de Vitória da Conquista, relata:

Na verdade, eu cheguei num patamar lá que num tinha mais como crescer. Que eu tinha vontade de fazer uma faculdade, entendeu? Eu tinha vontade de realmente sair da minha cidade, que não dava mais. [...] Eu não imaginava que um dia eu ia ter um salão, que eu nunca tive vontade, nunca tive mesmo. Mas aí quando eu cheguei pra cá, as portas se abriram. Sofri muito pra conseguir emprego e tal. Eu trabalhava lá e com o dinheiro que eu ganhava eu voltava pra cá, pra pagar aluguel, pra continuar procurando emprego. Mais de um ano nessa situação. Não planejava fazer cabelo, mas é aquela questão, né. O que você sabe fazer, você vai mostrando aos poucos e você chega em algum lugar, né. Desejei chegar em algum lugar e eu tenho meu salão hoje. (Cibele).

Diante desse sobrevoo, o que interessa mais especificamente, ao pensar o tempo como duração e heterogeneidade advinda da articulação do real (BERGSON, 1999), é a reapropriação que as trans fazem deste território urbano e em que medida os aspectos dessa reapropriação compõem suas memórias de reinvenção de si. Para evocar Guattari, “uma tal nostalgia do passado parece-me no mínimo aleatória, dado que a história não oferece jamais os mesmos ‘pratos’ e que toda apreensão autêntica do passado implica sempre uma recriação, uma reinvenção radial” (2012, p. 140).

Portanto, desde esse ponto, cabe destacar a seguir alguns componentes (subjetivos, técnicos, políticos e estéticos) que se articulam no processo de recriação do território da BR-116, a partir das linhas de singularização traçadas pelos corpos trans-fronteiriços que habitam (ou habitaram) Conquista na década de 1990 e nas primeiras décadas dos anos 2000, descolando-se dos seus antigos territórios de referência.

### **3.2 Corpos na Pista: a BR-116 e algumas possibilidades de trânsito**

A cidade de Vitória da Conquista, ao ser atravessada pela BR-116, é passagem obrigatória para quem transita das regiões sul e sudeste do país em direção à região nordeste e vice-versa. Segundo Soares dos Santos (2013), a privilegiada localização geográfica e a logística de transporte do município são um dos fatores que explicam o crescente desenvolvimento do município de Vitória da Conquista e sua atual posição como um entreposto comercial regional.

De acordo com o Relatório do Plano Diretor Urbano de 2004 (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2004), o trecho da BR-116 que corta a cidade é responsável pela segregação da Região Leste (mais rica) da Região Oeste (mais pobre) da cidade, o que ocasiona uma série de problemas, tanto no que se refere aos aspectos urbanísticos, quanto às questões sociais e simbólicas.

Esta segregação socioespacial de Vitória da Conquista, que demarca lado leste x lado oeste, contribui não apenas para a manutenção da pobreza de milhares de munícipes, como para a estigmatização e violências direcionadas a diversos grupos sociais, como aponta Soares dos Santos (2013, p. 240): “a segregação tem razões específicas: manter os privilégios por parte da elite econômica, apropriação diferenciada do espaço urbano, e dominar socialmente os outros grupos sociais”. Destarte, no último Plano Diretor Urbano, elaborado em 2006, esse trecho da rodovia é transformado em uma avenida urbana.

Mesmo antes do Plano Diretor, a BR já se constituía como um dos mais importantes corredores comerciais da cidade, por abarcar uma série de serviços relacionados ao tráfego rodoviário de grande porte (SOARES DOS SANTOS, 2013). A presença de inúmeros postos de gasolina, ruas largas e estabelecimentos comerciais que só funcionam durante o dia, são fatores que contribuem sobremaneira para a prática da prostituição das transexuais e travestis nesse trecho da rodovia que corta a cidade.

Os objetivos arquitetônico, político e urbanístico atribuídos ao trecho da BR-116, sobretudo aqueles voltados para romper com a segregação no município - o que lhe conferiu o nome de Avenida Integração - não encerram a complexidade dessa Avenida que converge fluxos que lhe conferem vida própria e que se caracteriza como um espaço social que agrega circulação, vizinhança, construções, violências e processos subjetivos, como no caso da apropriação deste espaço que é feita pelos corpos trans. As lembranças relacionadas a esse território remetem a ressignificações da prática da prostituição, tanto no que se refere aos cenários diferenciados nos períodos noturno e diurno, quanto às negociações e relações de poder ali existentes:

É muito interessante, né? Só você olhar o que acontece na BR, de dia e de noite. passa lá agora de dia pra ver como é que tá, as mães passeando com seus filhos no colo, os cachorrinhos, os idosos tomando sol, né? quando dá a noite rááááá...parece outro ambiente. (Luciana).

[...] eu fui para esse ponto onde ela ficava que era no Canaã<sup>35</sup> e aí começou a me cobrar uma certa taxa que eu achei abusiva, aí eu falei: “Olha, sabe de uma?”. Eu me senti cafetinada, porque eu não entendia desses negócios [...] eu fui para São Paulo e quando eu voltei, eu montei o meu próprio ponto. Eu vim na cara e na coragem, já com a mente formada e cheguei pra ela, que ela era aqui a matriarca da Rio-Bahia toda, e falei: “Olha, eu vou ficar naquele ponto ali a partir hoje, eu só vou trabalhar lá”. Ela: “Não. Tranquilo. Gostei da sua atitude, como você chegou a mim e falou e pronto”. Pronto. Firmei meu ponto e só ficava lá quem eu queria. Não que eu era cafetina e nem nada, só ficava quem eu queria, porque quem fundou ali fui eu. (Daniela).

Esse trecho da fala de uma das interlocutoras, que trabalha há mais de 18 anos como prostituta, revela que o uso singular feito pelas transexuais e travestis que trabalham à noite na pista, no trecho da BR-116 que corta a cidade de Vitória da Conquista, diz respeito a uma reapropriação que subverte, de algum modo, as imposições funcionais, econômicas, materiais e ambientais instituídas no Plano Diretor e demais políticas de reurbanização territorial.

A pesquisa de campo que subsidiou esta tese identificou, assim, a BR-116, uma das mais importantes rodovias federais de ligação do país, como um território de referência para as trans que estão em Vitória da Conquista, não apenas do ponto de vista geográfico, como também cultural, econômico, social e estético. Não obstante a segregação socioespacial cisheterossexista que experienciam em alguns trechos dessa rodovia, muitas interlocutoras da pesquisa foram capazes de encontrar novas referências e estabelecer novas sociabilidades nos diversos trânsitos e interações entre seus corpos e esse espaço constantemente ressignificado.

A metade das transexuais e travestis acessadas trabalhavam com a prostituição no momento desse estudo, sendo os principais pontos de prostituição frequentados por elas localizados nessa rodovia. Mesmo aquelas que não trabalhavam diretamente com a prostituição demonstraram estar de algum modo atreladas a esse território que também funcionava como um dos principais espaços de socialização entre as trans da cidade, como pode ser verificado nos trechos a seguir:

E a gente encontrava em alguns lugares. Não era nem para prostituir, era para contar experiência, conversar, fazer amizade. (Gabriela).

Aí esse ponto (de prostituição) do cemitério mesmo eu vi acontecer, eu tava lá por perto, desde que as meninas começaram a frequentar. A gente ia lá, ficava conversando, mas nunca com a intenção: ‘ah, vamos nos prostituir aqui, vai dar certo!’ Não, a gente foi experimentar um local, por que assim, não é só um local de prostituição, a gente chega lá pra poder conversar, pra

---

<sup>35</sup> Posto de Gasolina que fica na BR-116, próximo a rodoviária, motéis e galpões de empresas de transporte, conhecido na cidade por ser um ponto de pouso de caminhoneiros e onde se localizava um dos pontos mais conhecidos de prostituição da cidade.



beber, pra marcar encontro, pra se ver, porque é meio difícil a gente se ver. (Luciana).

A BR 116, com a finalização do intenso comércio e do trânsito de automóveis e pessoas que vigoram durante o dia, se transforma em território heterotópico<sup>36</sup>, onde os corpos trans deixam em suspenso a cisheteronorma prevalente diuturnamente. Contudo, muito embora no espaço público caminhem diversas pessoas, independentemente de como elas performam o gênero, existem formas de se vivenciar o gênero que continuam irreconhecíveis, por estarem desafiando a norma imposta para se pensar a corporeidade, e até mesmo o que pode ser considerado humano (BUTLER, 2016), como ocorre com as travestis e mulheres transexuais.

Outro aspecto relevante atinente à constituição dos territórios, refere-se à ideia de que as estruturas materiais e os dispositivos técnicos e políticos que forjam um determinado espaço, também moldam processos de subjetivação atrelados a ele. Apoiado nessa ideia, é possível pensar a complexidade dos territórios de prostituição, segundo a circulação de pessoas e veículos, os olhares dos passantes, as vizinhanças, a arquitetura, dentre outros aspectos. Em função disso, presume-se a existência de uma atmosfera inerente a esse território que, inclusive, pode ser diverso de acordo com o período do dia (como no caso da BR-116, aqui já citada).

Ao narrar sobre o processo de constituição de um ponto de prostituição na cidade, algumas interlocutoras descrevem determinados modos de ocupação desses territórios que podem ser até mesmo divergentes. Evocam as lembranças relacionadas à fixação desse ponto, em que elas estabeleceram frequência e ritmo na reapropriação do espaço, para que não fossem expulsas. Nesse processo, levaram componentes semióticos e técnicos condizentes com a “cultura travesti”, a fim de negociar e, por vezes, impor sua presença no local, como nesse relato feito por Luciana:

No começo, quando a gente começa a ocupar uma esquina, um beco, um prédio abandonado, rola conflito com a vizinhança, porque elas não querem nossa presença lá. Porque é meio constrangedor, né, ver os filhos passarem e tá uma travesti se prostituindo na rua. E a gente não só se prostitui, a gente fica de biquíni na rua, a gente usa tudo que não pode ser usado, né, perto das famílias. Então, gera esse atrito com a polícia também, mas a partir do momento que a gente estabelece uma permanência, uma frequência, é muito

---

<sup>36</sup> Consoante Foucault, a heterotopia refere-se a espaços singulares, capazes de reunir corpos diversos e que fogem à designação inicial e formal de determinados contextos normalizadores, à medida em que possibilitam, de modo temporário, novas experimentações. (FOUCAULT, 2013).

mais nosso do que da vizinhança e eles temem passar pelo local. eu sinto que toda travesti é territorialista. (Luciana).

Ao mesmo tempo, elas têm ciência de alguns limites que não devem ser transpostos, sob o risco de que a apropriação do espaço e os caminhos já traçados percam sua consistência. Assim, uma delas explica sobre uma negociação feita com a polícia para que pudessem permanecer em uma rua, que antes era tida apenas como área habitacional:

Firmei meu ponto e só ficava lá quem eu queria. Não que eu era cafetina, mas porque quem fundou ali fui eu. Porque eu levei pedrada. que tinha um prédio assim em cima, jogava água. Era tanta coisa, chamava a polícia, falava que estava muita baderna e realmente era baderna. Todo o ponto de prostituição tem as suas baixarias. E onde eu ficava era muita vizinhança ao lado. E aí eu permaneci até o fim, porque para firmar ponto tem que estar lá todo dia. Quando deu, mais ou menos, quatro meses, eu lembro como hoje, por deus do céu, uma viatura chegou. A polícia me fez uma proposta: “Você vai continuar aqui, desde que você me prometa que não vai fazer mais baixaria e as suas amigas, quando vierem, manear mais, não falar alto e que não tenha roubo e nem nada”. A partir disso, pronto, concretizei o meu ponto. (Daniela).

Essa negociação realizada com a polícia denota, em alguma medida, que a defesa dos trânsitos dessa corporeidade por territórios múltiplos serve para suavizar a pressão regulatória imposta sobre a vida generificada, a fim de tornar a vida mais vivível, já que, consoante Butler (2017), algumas das definições estabelecidas por esses diversos saberes são naturalizadas, a ponto de determinar quais são as vidas vivíveis e as não-vivíveis. Sendo assim, depois de demonstrar algumas articulações de forças que possibilitaram, de modo singular, os trânsitos dos corpos trans conquistenses, no item seguinte serão apontados alguns dispositivos necropolíticos que impedem os processos de subjetivação desses corpos em determinados territórios.

### **3.3 Territórios interditos e a violência transfóbica**

Mais uma vez, quando se faz referência à construção dos corpos sexuados e generificados, é importante falar do seu caráter artesanal e sua natureza imitativa que, no entanto, é atravessada por interesses particulares e apontada como “essencial” e “natural”. Portanto, como já argumentado anteriormente, a regulação estrutural dessa construção se referencia, de modo recorrente, no padrão moral de grupos sociais que estão em condições de privilégio e que representam a si e aos demais ao tomarem como referência a sua ética e sua estética, ao tempo em que negam e subordinam as manifestações das quais divergem.

Com vistas a desnaturalizar essa construção, torna-se urgente a compreensão dessa dinâmica que perpassa pelo entendimento das estruturas de poder que sustentam as normativas e as narrativas utilizadas para legitimar e perpetuar um projeto de poder neocolonial capitalista, moderno, cristão, heterossexual, branco e sexista, ligado a dispositivos econômicos, políticos, religiosos, raciais e científicos que se conectam e se desdobram em processos como a heterossexualização compulsória, a racialização e a civilização.

Existe, nesse sentido, um contexto estrutural e um projeto político que empreendem esforços para invisibilizar e transformar os corpos que enfrentam a estrutura disciplinar de gênero e sexualidade em máquinas a serviço da colonização. Assim, essa estrutura de poder “opera por ficções, que não são apenas textuais, mas estão materialmente engajadas na produção do mundo. As ficções de poder se proliferam junto a seus efeitos numa marcha fúnebre celebrada como avanço, progresso ou destino incontornáveis.” (MOMBAÇA, 2017, p. 4). Dentre esses efeitos, está, sem dúvida, o genocídio das corporalidades desviantes, racializadas e, sobretudo, precarizadas.

A partir da abjeção e do desprezo a esses corpos, o Brasil é um país que registra altos índices de violência direcionada à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros. Geralmente são crimes e homicídios motivados por questões de sexualidade e gênero que refletem a violência estrutural e a vulnerabilidade social a que está exposta essa parcela da população. O preconceito direcionado a ela é naturalizado ao ponto de essas pessoas internalizarem essa inferioridade que lhes foi imposta e não se considerarem dignas do usufruto de direitos. Outro agravamento decorrente desse cenário é o sentimento de impunidade, ocasionado, dentre outros fatores, pela ausência de sanções cabíveis para o tipo de violação que normalmente sofrem.

Peixoto (2018) afirma que a violência contra LGBTs no Brasil é sistêmica e está ligada a uma complexidade de fatores históricos e culturais que remontam ao início da colonização do país. À essa população associava-se à devassidão e o pecado, em uma primeira tentativa de moralizar os corpos e as sexualidades que se contrapunham a lógica da racionalidade e civilidade europeias, que contribuíram não apenas com a violência, como também para a invisibilização das pessoas não heterossexuais.

Essa realidade perdura até os dias atuais e, dentre as ofensivas dirigidas aos segmentos LGBTs, os crimes resultantes de atitudes transfóbicas são os mais comuns e se desdobram habitualmente em violências letais, sob a especificidade de homicídios considerados como execuções, amiúde efetuadas com extrema crueldade, como denunciado nesta narrativa:

Eu sinto que a transfobia acontece em relação ao teor da violência, porque o homem pode transar com a travesti percebendo ela como mulher, mas quando vai bater na travesti, ele bate como se ela fosse um homem, então ele bate mesmo, ou então como se ela fosse menos que um homem, como se não fosse nem ser humano [...] uma amiga minha, ela morreu com cinco tiros na cabeça, um tiro bastava. porque deram cinco? um tiro bastava. Isso é ódio. Um tiro bastava. (Luciana).

Essa atrocidade contra os corpos trans narrada por Luciana não se trata de um fenômeno isolado e, por este motivo, é importante explicitar os fatores estruturais que se articulam para a produção dessa violência, com vistas a não esvaziar a questão social desse fenômeno. Torna-se imprescindível ainda tirar o foco da individualização e da patologização comuns na interpretação desses casos, já que se julga não se tratar de um fato concretizado por indivíduos patológicos. No entanto, o terror e a truculência dispensados às dissidências sexuais, a partir dos marcadores de identidade de gênero e orientação sexual, trata-se de um empreendimento político da morte na contemporaneidade.

Nesse ponto, admite-se que a moralização da população brasileira, como projeto que se constitui desde o Brasil colônia e se atualiza com os ideais civilizatórios dessa modernidade periférica, pode ser considerada responsável pelo agenciamento do racismo estrutural, assim como pela marginalização e abjeção dessa população, através do desejo de eliminação das transexuais e travestis do espaço público. Desse modo, o projeto necropolítico destrói as pessoas em massa, utilizando-se das tecnologias contemporâneas de guerra, e demonstra a continuidade da colonialidade nas novas democracias liberais que atestam algumas vidas como subalternizadas e assim expõem alguns grupos de pessoas à morte e à coisificação.

Nesse mesmo diapasão, vale explicitar que as relações étnico-raciais não foram o foco deste trabalho, no entanto servem como importante marcador social para a compreensão da necropolítica trans. (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2018) Em uma perspectiva interseccional, é fundamental analisar os sistemas de dominação e privilégios históricos do Brasil, desde a indissociabilidade das questões de raça, classe, sexualidade e gênero.

A necropolítica trans, de acordo com os autores supracitados, direciona-se a pessoas que ousaram romper com o padrão normativo binário e transpor os interditos sociais e que, por este motivo, passaram a ser compreendidas como vidas precárias, sendo humilhadas e expostas à morte pelos autodeclarados soberanos. Estes soberanos, no entanto, são representados não somente pelo Estado, mas por qualquer um que reproduza as normas sociais tidas como apropriadas dentro da normativa cisgênera e heterossexual.

Esses ataques direcionados aos corpos trans, segundo Benevides e Nogueira (2019), são caracterizados como crimes de ódio e materializados por meio de agressões físicas e psicológicas ou por mortes, aguçadas pela intolerância ou não aceitação de outras possibilidades de expressões de gênero ou de vinculações afetivo-sexuais que destoam da cisheteronorma. Ao considerar as lembranças de um passado maculado por um processo de colonização extremamente violento, e seus desdobramentos posteriores com o coronelismo, é possível perceber na cidade de Vitória da Conquista os resquícios de uma moral social hegemônica que subjuga, invisibiliza e extermina esses corpos sexo-gênero dissidentes. Somado a isso, existem poucas ações, leis e políticas implementadas pelo poder público a fim de conter esse quadro lastimável.

Muitas vezes, o próprio Estado, que deveria garantir os direitos dessa população, a violenta, ao não reconhecer sua identidade de gênero, tal como se observa na realidade encontrada em algumas instituições públicas que desconsideram o nome social dessas pessoas. Durante a produção dos dados dessa pesquisa, foram recorrentes os relatos de pessoas trans que passaram por humilhações e situações vexatórias em escolas e serviços de saúde, dentre outros:

Quando eu retornei à escola eu já era travesti. Eu já tinha mudado o meu gênero mental. Na caderneta não tinha aquele negócio de me chamar pelo nome social, porque antigamente não tinha essa lei. As professoras me chamavam pelo meu nome social, já os professores, me chamavam pelo nome de batismo mesmo, pelo nome de documento. Então para mim era uma coisa constrangedora, como ainda hoje é uma coisa constrangedora em alguns lugares que eu vou. (Ana).

E o ruim era que você chegava num lugar de mulher e o povo: “Senhor”. Sempre no masculino. Aí veio esse negócio desse nome social que, para mim, foi uma porcaria, que não adiantava em nada! Até a gente com o nome civil, tem gente que ainda pega a identidade e te chama pelo masculino. Eu não entendo que diabo é isso! Aí eu pergunto: “Venha cá, teu filho, teu marido se veste desse jeito? Porque, se você estiver olhando aqui, você está vendo uma mulher. Então, você está chamando uma mulher de senhor”. (Valentina).

A inaplicabilidade do nome social e o uso do banheiro foram as causas mais comuns dessas humilhações, como se existisse uma ambição coletiva de apagar a existência das pessoas trans. No que se refere aos espaços educacionais, grande parte das interlocutoras desta pesquisa afirmaram ter sofrido algum tipo de violência no percurso da educação formal. Sabe-se que muitos desses espaços reiteram a rejeição de práticas dissidentes com jovens que estão vivendo de modo intenso a sexualidade nos contextos de socialização. As experiências

sexuais dissidentes, no geral, são silenciadas, o que contribui para o aumento do preconceito direcionado sobretudo a homossexuais e transexuais.

Para César (2009), a escola serve como espaço de controle e produção da potência dos corpos. A autora conceitua como Pedagogia do Controle as técnicas de poder que incidem sobre a sexualidade e os corpos com o intuito de produzir um domínio minucioso que desemboque em subjetividades específicas que normatizem o sexo-corpo-gênero linearmente. De modo complementar, pode-se dizer que a escola é um “espaço de reprodução do heteroterrorismo”, no sentido atribuído por Bento (2011a), uma vez que, partindo da reiteração das representações binárias, tende a patologizar e marginalizar tudo que escapa a essas normativas.

Nesse sentido, as interlocutoras desta pesquisa, ao atualizarem as lembranças de suas vivências escolares, trazem relatos de diversos tipos de humilhação que sofreram, desde chacotas e xingamentos até agressões físicas. Algumas relatam que foi na escola que sofreram as primeiras experiências de exploração sexual, geralmente por parte dos colegas que as violentavam no banheiro. Houve, ainda, um relato impactante de uma das interlocutoras que afirmou que, a fim de evitar esse tipo de violência, desenvolveu problemas renais, pois ficava um turno inteiro na escola sem poder ir ao banheiro. Relatou ainda que, em todo o período do ensino médio, não foi ao banheiro nem uma única vez.

Nesse sentido, há também relatos de situações assombrosas de transfobia:

Foi uma vez, uma pessoa chegou e falou para mim desse jeito: "Eu prefiro ter o meu filho um ladrão, um estuprador, um bandido do que ter um filho homossexual", aí foi na hora que a cabeça começou a trabalhar mais rápido, eu falei: "O que um gay, o que um transexual faz por alguém? Nada. Não ofende nada, sabe por quê? Porque o gay está usando apenas o corpo dele, ele não está matando ninguém, não está abusando de ninguém, ele não está trazendo mal para a sociedade, mas um estuprador, um matador traz". Aí foi a hora que eu calei a boca dele. (Mirante).

Mesmo sabendo que as transexuais e travestis de Vitória da Conquista sofrem essas violações, são vítimas de inúmeras violências e são expostas à morte, não se sabe de nenhum documento que reúna dados ou possa dar visibilidade a essas questões na cidade, de modo que essa violência segue invisibilizada, com a anuência das subnotificações da mídia e da omissão do próprio poder público.

Mas essa não é uma característica apenas de Vitória da Conquista. No Brasil, quase não existem dados oficiais referentes à violência sofrida pela população LGBT em âmbito nacional nem mesmo na área de segurança pública, sendo que grande parte das informações

referentes a esse fenômeno advém de instituições da sociedade civil que fazem esse mapeamento, a fim de denunciar, mais que as diversas violações de direitos, a omissão do Estado para com esse público. Os primeiros dados produzidos no país foram organizados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), utilizando-se de estatísticas hemerográficas, ou seja, dados obtidos em mídias sociais ou digitais ou veiculados na imprensa, ainda na década de 1980, e, durante muitas décadas, essa foi a única fonte estatística sobre esse tipo de violência.

Desde 2017, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) começou a traçar o mapa de homicídios da população Trans no Brasil. Sem nenhum incentivo do Estado, essa instituição produz dados importantes e utiliza informações noticiadas nas redes sociais e digitais e na imprensa, bem como notificações das mortes obtidas a partir de redes de apoio em vários municípios do país. Sem dúvida, esses relatórios e dossiês constituem a mais importante fonte de dados sobre violência letal que acomete a população LGBT no Brasil e gozam de grande notoriedade, em função de sua maior abrangência e do respaldo que as instituições que os produzem possuem junto aos movimentos sociais e a população LGBT, nacional e internacionalmente.

Sabe-se que Conquista já foi um município muito mais violento com o público trans, de acordo com as lembranças evocadas pelas interlocutoras deste estudo, de modo que elas não ousavam sequer aparecer nos espaços públicos, sobretudo em lugares com grande fluxo de pessoas, como no centro comercial da cidade. Elas sofriam muito mais com a acentuada segregação socioespacial que as impossibilitava de transitar por alguns espaços urbanos de modo mais livre, como é possível perceber nos trechos abaixo:

As travestis, elas moravam bem lá em cima<sup>37</sup>, bem lá em cima, já não tinha nem casa. Elas moravam lá, Conquista já tinha, assim, históricos muito violentos de travestis, de morte, tudo. (Gabriela).

Eu acho que ela é nova demais [...] ela nunca sofreu, assim, o que a gente já sofreu de apanhar, entendeu, de correr da polícia [...] Então, é porque hoje em dia no patamar que ela está da vida dela de travesti, mudaram muitas coisas. (Vanessa).

Nesse último trecho, Vanessa se refere a uma amiga travesti, de quem foi madrinha<sup>38</sup> e que é vinte anos mais nova que ela. Essa fala ocorreu em uma roda de conversa sobre

---

<sup>37</sup> Gabriela mora em um bairro periférico localizado na parte mais elevada da cidade e, nesse trecho, ela se refere ao limite do município, em que não havia mais sinais de urbanização, nem mesmo casas. Desse modo, ela demonstra a exclusão não apenas simbólica, como também socioespacial dos corpos trans em Vitória da Conquista nas últimas décadas do século XX.

travestilidade na Universidade Federal da Bahia, no *campus* de Vitória da Conquista, em maio de 2009. Vanessa ressalta que muitas transformações ocorreram no que concerne à presença das travestis nos espaços públicos e destaca a violência policial como um dos principais agentes que reprimiam o uso do território urbano pelas travestis na década de 1990.

Ao ser questionada mais diretamente sobre a violência vivida pelas trans na cidade, uma interlocutora refere-se às mudanças fundamentais, ocorridas ao longo do tempo, com destaque para o cotidiano da prostituição:

Já teve mais, hoje tem menos, eu não vivi o princípio das dores, mas eu vejo minhas amigas que tem 20 anos de BR falarem pra mim que o povo jogava pedra [...] de dentro de carros, de bicicleta, de moto. Hoje joga bexiga com coisa dentro, xixi, qualquer coisa do tipo, mas antigamente era pior, né. Antigamente jogava com muito mais frequência. (Luciana).

Diversos estudos destacam que a maioria das mortes de transexuais e travestis estão diretamente relacionadas à atividade da prostituição que transcorre em vias públicas e as expõe à alta vulnerabilidade e à morte prematura em função da sociabilidade violenta a que estão expostas. (DE SOUZA *et al*, 2018; CARRARA e VIANNA, 2004; GUIMARÃES *et al*, 2013).

As trans mais velhas, que passaram pelo processo de reinvenção corporal na década de 1990 e início dos anos 2000, admitem que antes era muito mais difícil a negociação de espaços e o posicionamento como travesti ou mulher transexual e como prostituta. Eram vítimas de violência policial, eram desacatadas, insultadas e até mesmo apedrejadas por transeuntes. Não tinham fácil acesso às novas tecnologias de transformação corporal produzidas e difundidas pelas esferas científica e midiática, nem apoio dos movimentos sociais que, segundo Veras (2019), obtiveram maior politização e visibilização no Brasil nas últimas décadas, mas ainda ficaram circunscritos aos grandes centros urbanos.

A concepção restrita de cidadania, somada à concentração de renda e ao patrimonialismo desdobram-se em processos específicos de violência no capitalismo periférico do eixo sul, em função da peculiaridade do processo de colonização desses países. Como consequência disso, segundo Souza (2003), a população é dividida entre cidadãos e

---

<sup>38</sup> As madrinhas ou mães de rua são as travestis ou transexuais mais velhas e experientes que acolhem e protegem as trans mais novas. Geralmente elas ensinam estratégias técnicas e semióticas para a construção do feminino em seus corpos, desde orientações sobre como começar a hormonização, até o uso de maquiagem, vestimentas, linguagem, dentre outros. Aquelas que trabalham com a prostituição também ensinam como conquistar os clientes, como se defenderem em casos de violência e, além disso, também protegem as 'filhas' de outras trans quando há disputa de território nos pontos de prostituição.



subcidadãos. Esse processo gerou mecanismos sub-reptícios de distinção e propagação de operadores simbólicos que autorizam pessoas e grupos a hierarquizarem a sociedade.

Os ditos cidadãos exercem o poder sem lei, orgulham-se do direito de matar e decidem sobre as vidas que importam e as que são dispensáveis. Por conta disso, atitudes como a da interlocutora Mirante, que já foi estuprada na adolescência por dez homens, são frequentes:

Eu não saio sem uma faca. Você está entendendo? Sem alguma coisa para me proteger. Aí você fala assim: "Você vai matar alguém?", não, é só para me defender. Por quê? No momento que eu puxar alguma coisa para alguém, ela vai pensar duas vezes antes de vir em cima de mim, aquilo já vai inibir ela, ela vai pensar: "Eu não vou encostar nela porque vai acontecer alguma coisa" e, se vier, realmente eu faço, porque eu não vou apanhar e ficar quieta e ficar que nem muitas que está aí na estatística, que morre e não acontece nada, porque travesti não tem valor nenhum para a sociedade. (Mirante)

Esse trecho da fala de Mirante, assim como os relatos de violência extrema que ela sofreu na juventude, demonstram que, em suas vidas diárias, a população de transexuais e travestis é exposta à morte e é colocada fora da jurisdição humana. A partir dessa realidade, é possível perceber a “banalização do mal transfóbico” (CAVALCANTI *et al.*, 2018), como nessa impressionante narrativa dessa outra interlocutora sobre um dos inúmeros episódios de violência sofridos por ela:

A terceira vez foi um cara que eu marquei com ele um programa em troca de um aparelho celular. Ele foi, fez o programa comigo e depois quando terminou tudo, eu fui me levantando e já recebi um murro. Quando eu recebi o murro, ele já me empurrou, eu fui tentar correr e ele pegou pelos meus cabelos, segurou com a mão, me jogou no chão e ele já veio aqui em cima. Pegou uma pedra de um paralelepípedo e começou a macetar minha boca na pedra. Não foi nem a pedra na minha boca, foi a minha boca na pedra. Depois ele começou a me chutar no abdômen. Foi onde eu vi que não tinha mais escapatória. Ou eu me fingia de morta ou eu ia ser morta realmente, então minha alternativa foi me fingir de morta. Ele voltou, me deu mais uns três chutes no abdômen. Quando eu cheguei na Rio-Bahia, de frente à rodoviária, esperei uma viatura passar. Pedi socorro, a viatura não parou, um taxista passou, pedi socorro e não parou. E eu tive que ir para casa andando sem socorro nenhum. (Ana).

No rol das barbáries direcionadas às trans considera-se, consoante Simas e Rufino (2019), que “o terreiro do corpo é o primeiro lugar de ataque do colonialismo: o assassinato, o encarceramento, a tortura, o estupro [...]”. Assim, tornam-se evidentes as marcas do genocídio colonial, sentidas na pele das transexuais e travestis conquistenses, especialmente as empobrecidas e racializadas. Ana é uma travesti negra, pobre e não se enquadra nos modelos idealizados de feminilidade, portanto, para ela, o próprio ato de transitar nas vias públicas pode ser perigoso, pois sua presença pode ser considerada inapropriada e sua aparência

ofensiva. Durante a entrevista ela citou três casos brutais de violência transfóbica de que foi vítima, ao ser considerada como um corpo abjeto, por estar excluída dos domínios de inteligibilidade da sociedade e trazer à tona as experiências de classe, cor e sexualidade.

Um outro relato funesto de violência qualificada, ocorrido no final da década de 1990, foi igualmente narrado por uma das entrevistadas que se autodeclara como transexual:

Depois eu sofri outra violência. De um homem, ele me pegou na rua, eu ia descendo na Lauro de Freitas e ele veio com uma arma. E ele só falava assim: “Você vai para onde eu for”. E ele me levou para o terreno do Conquistinha, eu acho que lá perto da biblioteca. Eu lembro que ele me deu um murro no rosto. E não lembro de mais nada. Eu acordei dentro de um buraco. Eu estava sem roupa. Eu abri só um olho, a minha boca estava cheia de sangue, meus dentes quebrados e o meu corpo todo cortado. Mas eu não conseguia ficar em pé e eu fui me arrastando, eu saí numa rua que dava para um posto. E eu ia andando de quatro. E vinha um carro, o carro parou. Aí o homem desceu do carro, ele ficou horrorizado com a imagem que ele viu. Aí ele chamou as pessoas do posto. Aí o rapaz falou: “Ela passou por aqui agora, ela estava arrumada. O que aconteceu?” Meu cabelo era só lama. Aí eles pegaram lá os jornais, me enrolaram e me levou para o hospital. Aí lá, por muito perguntar, eu consegui... falei que tinha o meu irmão. Aí o médico falou: “Olha, você está muito machucada. Nós vamos fazer todo tipo de exame, você foi violentada pelo jeito”. Aí fiz o exame de HIV e tudo. Mas eu não podia levar ponto porque eu estava dentro de um esgoto, então estava infeccionada. Hoje as minhas pernas são todas cheias de marca, meu corpo todo cheio de cortes. (Gabriela).

Essas memórias de violência apontam que o “transfeminicídio seria a expressão mais potente e trágica do caráter político das identidades de gênero” (BENTO, 2017, p. 234). Essa autora sugere o termo transfeminicídio, a fim de diferenciar os assassinatos contra as mulheres trans, motivado pela violência de gênero, da perspectiva generalizante da violência LGBT.

Ainda de acordo com essa autora, as mulheres trans sofrem violência de gênero e suas vidas são passíveis de serem exterminadas em função de duas questões: primeiro porque elas negam o gênero que lhes foi atribuído socialmente desde o nascimento, causando uma inadmissível ruptura com as normativas de gênero e, segundo, porque requerem o reconhecimento público, a partir de um gênero que é desqualificado socialmente, o feminino. Ela aponta algumas características atroztes comuns nos episódios de violência sofridos pelas mulheres trans, diferenciando-os, por exemplo, dos tipos de violência que ocorrem com as mulheres cisgênero ou com os gays afeminados. Dentre essas características, destaca-se a ritualização da violência, já que os corpos geralmente são mutilados e espancados, e a ocorrência em lugares públicos, sobretudo em lugares desertos.

Consoante a essa análise, tem-se o relato de um episódio repulsivo de violência vivido por outra interlocutora, ocorrido também no final da década de 1990:

Nesse dia, as pessoas que me perseguiram estavam usando drogas dentro do Poço Escuro. E aí eles me pegaram, me bateram, me machucaram e fizeram todo tipo de arte comigo. Quando foram me achar eu estava desmaiada, toda suja, toda urinada, eu estava dentro de um buraco numas cavernas que tinha lá dentro do Poço Escuro com mais de dez homens e já era mais de uma hora da manhã. E eu me machuquei toda, porque eu tenho problema no pé até hoje, que eles pegaram uma pedra e bateram no meu pé, nos dois pés. Bateram no pé, eu não podia me movimentar e a dor foi tão intensa que eu não fiquei acordada, acabei desmaiando. Foi estupro. Foi com mais de dez homens. Quando eu fui acordar já era uma hora da manhã. E aí eu encontrei um vigia, que na época ele vigiava o Poço Escuro. Conteí o que tinha acontecido. Ele falou: olha, meu filho vinha passar a tarde comigo aqui. A roupa dele está aqui. Você tem que ir na delegacia. Só que eu fiquei com vergonha. Eu tinha na época acho que uns quinze, dezesseis anos. E aí eu lembro que eu tomei um banho, coloquei a roupa do rapaz que ia passar a tarde com o pai. Aí na hora que eu cheguei em casa já era quase uma e meia da manhã. Meu pai me perguntou aonde foi que eu estava, aí eu falei pra ele que tinha caído, que eu tinha desmaiado e tal. Não contei tudo o que aconteceu. Eu sei que por cima disso ainda eu levei uma surra. Eu levei uma surra que eu fiquei com febre acho que quase uma semana. (Mirante).

Mirante foi violentada em um lugar ermo, um pequeno trecho de mata ciliar, que hoje funciona como uma reserva ambiental. A partir da narrativa do fato, ela evoca a memória do silenciamento que perdurou durante anos, até a idade adulta. Afirma que só recentemente conseguiu falar sobre este episódio, depois de superar uma série de questões, inclusive com ajuda de profissionais de psicologia. Seus pais também tomaram conhecimento do fato há pouco tempo e ela afirma que na época não pôde compartilhar seu sofrimento, pois era vítima, no próprio ambiente familiar, de uma série de represálias e discriminações em função da sua performance de gênero e sua sexualidade, o que lhe incutiu desde a infância sentimentos de medo e culpa.

Além da falta de apoio dentro de casa, muitas delas não fazem denúncia das agressões a que são submetidas por saberem que não serão ouvidas e levadas a sério pelos agentes públicos, que muitas vezes não investigam o caso por imperícia, omissão ou mesmo negligência. Somado a isso, as trans, já vulnerabilizadas, ficam com medo de se exporem ainda mais diante dos agentes de estado, já que, em alguns casos, eles também são os responsáveis por violações, como estigmas e preconceitos, e até mesmo atos de violência contra esses corpos.

Baseada na banalização dessa violência, grupos inteiros de transexuais e travestis perdem as referências das instâncias de vinculação social como a família, a casa, o trabalho;

se privam de referências políticas e são privadas do direito sobre seus próprios corpos. São perdas que se referem à morte social e simbólica dessas existências.

Por outro lado, para transpor essa ordem regulatória, necessita-se de práticas de resistência e posturas de enfrentamento, já que é possível, a partir da própria abjeção, traçar alternativas às normas hegemônicas. Destarte, é por intermédio do corpo migrante, “linguagem primeira do ser, suporte de saberes, campo de possibilidades e encanto, mandingas, rasura a lógica imposta pelo encarceramento” (RUFINO, 2019, p. 278), que as transexuais e travestis migram dos territórios estanques do gênero e da sexualidade e constroem uma nova gramática dos afetos, novas modulações da vida, múltiplas e imanentes.

### **3.4 Corporificando o lugar do trânsito**

Ao longo dessa seção, destacou-se o pressuposto de que as pessoas se vinculam a determinados territórios a partir de suas experiências, culturas e formas de sociabilidade. As experiências sociais assentes em um território, no geral, são extremamente diversas e estão direcionadas para as mais variadas finalidades. No contexto interiorano, sobre o qual se atém este trabalho, vimos que a memória colonial e do coronelismo se prolonga até os dias atuais por meio de repertórios, discursos e convenções que se esforçam para gerenciar vidas e moldar mentalidades e interações sociais. A partir deste gerenciamento, regulam a ordem sexual vigente que, em seus efeitos, é perpetuada e passa a ser compreendida como lei natural.

Portanto, o modelo de família nuclear, a monogamia, a cisheteronorma, os binarismos, dentre outras normativas, não são problematizados e reforçam o tradicionalismo das relações sociais de poder e das opressões sexual e de gênero. Como consequência, tudo que escapa a essa ordem, passa a ser marcado como anormal e a ser taxado sob o crivo da subalternidade, produzindo, conseqüentemente, desmantelamentos das relações sociais, traumas e apagamentos das memórias.

O efeito contínuo das práticas coloniais idealiza aquilo que comumente se considera caracterizar as “mulheres de verdade”, seguindo a lógica linear entre sexo, gênero e desejo:

[...] são heterossexuais, desejam ser mães, são passivas e emocionalmente frágeis. Nessa perspectiva, não há possibilidade de articular as esferas constitutivas dos sujeitos fora desse roteiro. Os deslocamentos são vistos como problemas individuais, talvez fruto de algum "distúrbio", como seria o caso dos/as transexuais. (BENTO, 2017, p. 6).

Por estarem inseridas em uma sociedade que preconiza padrões estéticos e que dissemina preceitos morais sobre o que é belo e desejável, a partir da articulação com

referências que instituem socialmente modos de ser da feminilidade e da masculinidade, as mulheres transexuais e travestis também se articulam nesses territórios em busca de pertencimento social. Portanto, elas “não são aberrações incompreensíveis e sem identidade, mas seres tão construídos quanto qualquer um de nós, que cotidianamente marcamos em nossos corpos um gênero, um pertencimento de classe, uma identidade étnica.” (PELÚCIO, 2005, p. 107).

Cabe destacar que, ainda que as trans busquem a inteligibilidade social através de adequações às normatizações sociais, sua própria existência e sua aparição nos espaços públicos operam rupturas com modelos dominantes. Isso leva a crer que a produção desses corpos, mesmo que por vias regulatórias, dribla os padrões canônicos, não obstante suas intencionalidades, consoante a provocação de Berenice Bento:

Deve-se seguir perguntando: não seria equivocado exigir que as/os transexuais sejam naturalmente subversivos/as, quando também compartilham os sistemas simbólicos socialmente significativos para os gêneros? Será que a própria experiência já não contém em si um componente subversivo, à medida que desnaturaliza a identidade de gênero? (BENTO, 2003, p. 8).

As rupturas com esses modelos normativos, quando vistas sob uma ótica individualizante, contribuem para o processo de patologização da transexualidade e da travestilidade, como se toda a complexidade dessa questão fosse resumida ao sujeito, tido como patológico. Essa perspectiva tende a invisibilizar os insumos históricos, culturais e políticos das práticas discriminatórias e estigmatizantes e esconde um projeto de sociedade construído por grupos que detém a hegemonia política, econômica e religiosa e empenham-se em forjar padrões coesos de sociabilidade herdados das tradições heterossexistas, patriarcais e conservadoras.

Em vista disso, os corpos trans apresentam um desafio para esse conjunto de saberes normativos, à medida em que ultrapassam os sistemas de significações prescritos e ousam evidenciar os saberes das frestas, minoritários e locais, não autorizados pelos saberes oficiais. Com isso, são capazes de denunciar a arbitrariedade dos saberes instituídos e proclamam o sexo e o gênero como tecnologias, portanto manufaturáveis, tornando indiscerníveis os limites entre a verdade e a representação da verdade. Sendo assim, ao manifestarem as múltiplas possibilidades de intersecção entre corpo, gênero, sexualidade e desejo, suas experiências são tidas como ambíguas, paradoxais ou mesmo inclassificáveis.

Nessa direção, é possível afirmar que os corpos trans habitam a fronteira e vivem no limite. E viver na fronteira pode significar viver no limiar do novo. Esses corpos reconfiguram

seus territórios a partir de inúmeras referências e convocam a memória para embasar suas experiências concretas e imanentes, sem necessariamente estarem presos apenas a formas ou territórios já conhecidos.

Como o movimento é uma marca inolvidável da realidade contemporânea, diante da contínua desterritorialização imposta pelo modelo capitalista, viver na fronteira pode estar relacionado à transposição, como também ao usufruto desse lugar que aponta para a constituição de relações fluidas. Essa locomoção, por outro lado, também se encontra atrelada a condicionantes políticos, econômicos, culturais e linguísticos de determinados territórios, bem como à produção de significados e às relações de poder instituídas em seu interior. (HAESBAERT, 2014).

Nos caminhos traçados pelos corpos trans, a transitoriedade é uma condição precípua de uma existência expandida, portanto aberta e criativa, que se empenha em desfrutar da composição de novas territorialidades. Sem dúvida, nessa perspectiva, o trânsito não diz respeito unicamente aos deslocamentos geográficos compulsórios que algumas delas fizeram para conseguirem sobreviver aos contextos violentos, transfóbicos e heterossexistas, embora a migração seja um aspecto relevante nas memórias do processo de reinvenção de si de algumas trans acessadas nesse estudo.

Assim sendo, por meio de territorialidades corpóreas específicas, as trans convocam a memória dos saberes locais com vistas a "enxergar a migração como um elemento fundamental do processo de construção das travestilidades." (SANTOS, 2019, p 34). Assim, as fronteiras nas quais os corpos trans se situam são bem mais que uma localização, configurando-se como modos de corporificar o lugar do trânsito.

Um aspecto relevante que concerne a constante migração e mobilidade das trans é a consequente dificuldade que impõem à biopolítica estatal para controlar e vigiar esses corpos. A relação fluida entre essa população e os múltiplos territórios que ocupam escapa ao ordenamento espacial, às instituições e táticas, cujo poder específico visa exercer uma governamentalidade sobre essa população. (FOUCAULT, 2008). Nesse ponto, a vivência fronteira de transexuais e travestis adverte sobre outras formas de experienciar os territórios, não obstante o contínuo aliciamento estatal, apostando na mobilidade do tempo para fortalecer as travessias.

Por exemplo, Vanessa, uma interlocutora que se autodeclara travesti e que mora há mais de vinte anos em Vitória da Conquista, narra de modo singular as lembranças evocadas do trânsito compulsório que realizou quando ainda era criança. Em função de experiências de exclusão e exploração, ela fugiu e veio parar na Bahia. Depois de um tempo morando na Bahia, foi para São Paulo, onde trabalhou com a prostituição em vias públicas e depois

retornou para Vitória da Conquista, onde reside até os dias atuais. Vanessa narra com muito entusiasmo que conhece vários estados do país, que conheceu muita coisa em mais de 30 anos de prostituição. Não obstante esses trânsitos, ela afirma que não quer mais morar em outra cidade, então, pode-se afirmar que ela habita em Conquista, já que decidiu se vincular a esse território. Afirma ainda que, sendo uma cidade interiorana, possibilita-lhe mais tranquilidade ao tempo em que possibilita que ela continue transitando por outros territórios, caso queira.

Assim como Vanessa, as trans mais velhas que foram acessadas, afirmam que querem continuar morando em Vitória da Conquista. Um exemplo curioso é o de Valentina, uma travesti que atualmente tem cerca de 50 anos, já morou um tempo na Itália e hoje divide sua vida entre a capital baiana, Salvador, e a cidade de Vitória da Conquista. Valentina relata que veio para a Conquista através de uma amiga travesti que era muito influente e que, na ocasião, lhe apresentou outras pessoas trans com as quais fez amizade. Hoje, de posse de uma casa própria em Conquista, ela afirma que gosta de ficar na cidade, pois tem inúmeras amigas e amigos, com os quais compartilha bons momentos de alegria, afetos e histórias. Ela demonstrou possuir um bom trânsito nas redes de sociabilidade das trans conquistenses, onde goza de certo prestígio, não apenas por sua postura imponente, como também por sua trajetória na prostituição e no universo trans.

A partir do exposto, pressupõe-se que o campo virtual que contém as memórias das relações desses corpos com os diversos territórios encerra uma complexidade de aspectos: econômicos, técnicos, políticos e desejantes. Essas memórias, ao se atualizarem, apresentam a possibilidade de fixação em uma cidade de médio porte que, ao mesmo tempo, pode propiciar maior acesso a bens e serviços e também pode viabilizar a vivência do gênero e da sexualidade a partir da composição de territórios éticos e estéticos mais variados que os contextos de cidades de pequeno porte. Essas cidades de médio porte, por vezes, também podem propiciar contextos menos violentos e competitivos que os grandes centros, o que aponta para justificativa da escolha de algumas pessoas trans em habitar esse território.

A partir disso, na próxima seção serão abordadas, em maior detalhe, algumas atualizações dos corpos trans desde sua posição fronteiriça em diversos territórios, além de alguns movimentos de desterritorialização e reterritorialização referentes ao corpo, ao gênero e à sexualidade empreendidos na atualização da memória de reinvenção de si. Também será discutida a forma pelas quais esses corpos ressignificam o próprio espaço interiorano até aqui delineado, construindo saberes no contexto de uma cidade que escolheram para morar e viver, mesmo que passageiramente.

#### 4 MEMÓRIAS DOS CORPOS TRANS-FRONTEIRIÇOS: COMPOSIÇÕES E TRÂNSITOS ENTRE GÊNERO E SEXUALIDADE

*Quando você embarcou nessa viagem eu me lembro que me olhou e disse que queria transforma-se em uma onça, como se a tecnologia do seu corpo pudesse se misturar com a dela. Sem limites fixos, essa permeabilidade deverá ser vista não como uma fraqueza, mas como um futuro. Suavidade num toque forte. Força em seu toque suave. Eu não cruzei a fronteira. A fronteira me cruzou e através de meus olhos eu posso te deixar ir. Com a porta que você me abriu para acessar outros conhecimentos, interiorizo com a minha própria impermanência.*  
(O Sussurro do Jaguar, 2018)

Como afirmado anteriormente, pensar o corpo trans, e seus trânsitos entre os gêneros, como um território fronteiro, significa pensar que a reinvenção desse corpo se compõe como uma multiplicidade qualitativa e se refere a um movimento heterogêneo e contínuo, portanto, inacabado. Assim, consoante a noção de duração em Bergson (1999), a composição da memória de reinvenção desses corpos não se faz pela captura de pontos imóveis ou de representações estanques da trajetória das trans nos territórios percorridos, sob o risco de espacialização do tempo.

Desconsiderar o corpo em sua imanência e considerá-lo como a-histórico e natural, sustentado apenas pela materialidade de suas bases biológicas, tem se mostrado uma estratégia frágil, uma vez que os significados atribuídos a essa materialidade podem caracterizá-la como dentro ou fora dos padrões, natural ou artificial, desejável ou indesejável. Como contraponto, propõe-se pensar os territórios trans-fronteiriços como campos possíveis de experimentação da vida que fujam das forças que estabilizam saberes e corpos por meio de identidades e padrões pré-fixados. Além disso, significa assumir a condição precípua de compreender os movimentos desses territórios como uma sucessão contínua de instantes descontínuos, ou seja, uma materialidade que usufrui de referências nômades de discursos, simbolismos e significados.

Nesse sentido, entende-se que, no cruzamento dos territórios experimentados, as memórias de reinvenção dos corpos trans estão atreladas a um suporte corporal imanente que revê e ressignifica as coisas evocadas a partir do presente, com o intuito de produzir trilhas e caminhos insólitos. Este processo de atualização das memórias, carrega consigo o princípio de imprevisibilidade, portanto, irremediavelmente em movimento, o corpo trans aprende que esse trânsito não visa desfechos ou um caminho único. Do mesmo modo, já que pode enfrentar barbáries, capturas e apagamentos incessantes, torna-se



indispensável a ele uma “atenção à espreita” (PARNET, 1988), que responda ética e criativamente às ofensivas de dominação e subalternização.

Essa memória anuncia composições possíveis dessa presença fronteiriça em busca do feminino e, portanto, ela opera por organização da representação e não pela apresentação da realidade. Ao fazer isso, contribui para desnaturalizar os códigos de representação – por exemplo, dos signos que representam a feminilidade ou a masculinidade –, e se torna agente e não mais objeto dessa. Assim, “embora as representações de gênero possam ser produzidas com o objetivo de modelar os comportamentos a partir de determinados padrões de inteligibilidade, os sujeitos investem e agenciam de múltiplos modos essas representações, tornando-se plurais.” (VERAS, 2019, p. 58).

Dito em outras palavras, esses corpos não fogem da realidade, mas a reinventam e apontam essas reinvenções. Não negam, assim, a existência proeminente do binarismo de gênero nas relações sociais, mas habitam, transitam e embaralham a fronteira entre o masculino e feminino, ou seja, “questionam o dispositivo histórico da sexualidade e dificultam a produção do corpo educado da norma, fazendo com que o próprio dispositivo se reconfigure a partir do que ameaça.” (SILVA, 2014, p. 28). Além disso, ao transpor a destinação biológica dada aos seus corpos, tornam exaustiva a tarefa de tentar classificá-los, já que desestabilizam a correspondência entre sexo-gênero-corpo-desejo.

A busca do feminino, notável estratégia de reinvenção do corpo de mulheres transexuais e travestis, pode estar atrelada a uma série de processos e multiplicidades de formas que, ao olhar normatizador, podem parecer contraditórios, ambíguos ou mesmo frágeis. Como assinala Butler, em algumas situações “o corpo é apresentado como mero instrumento ou meio ao qual uma série de significados culturais estão relacionados apenas externamente. Mas o corpo é em si uma construção, como são as miríades do corpo que constituem o domínio dos sujeitos com gênero.” (BUTLER, 2003, p. 27).

Dessa maneira, os corpos trans, na proposição de novas formas de subjetivação, ora tendem mais ao que se espera socialmente das mulheres, ora dos homens, tornando as performatividades de gênero, muitas vezes, ininteligíveis e pouco identificáveis. Assim, encerram uma efemeridade que acolhe os distintos modos de desejos, orientações e performances sexuais e de gênero e, com isso, tendem a se distanciar das noções naturalizadas e reificadas.

Por estarem severamente submetidos às forças compulsórias da cisheteronormatividade, esses corpos tangenciam o desviado, o pervertido, a monstruosidade

e as ambiguidades dos devires sexuais. Portanto, consoante a uma ética *queer*, e mais especificamente uma perspectiva decolonial dessa ética, esses corpos "têm a virtude de oferecer uma novidade que implica etimologicamente um cruzamento dos limites sem se referir a nada em particular, o qual deixa a questão de suas denotações abertas às controvérsias e à revisão." (PERRA, 2014, p. 7).

A partir do exposto, objetiva-se discutir alguns trânsitos realizados pelos corpos trans por entre diversos territórios fronteiriços. Para tanto, serão explicitadas algumas lembranças evocadas sobre o processo de reinvenção desses corpos desde a infância até a fase adulta, a utilização de técnicas de transformação corporal como a ingestão de hormônios, aplicação de silicone industrial, dentre outras técnicas. Além disso, será analisada a relação das trans com o saber biomédico e farmacológico, a partir do questionamento que elas fazem sobre os modelos prescritivos e a idealização do corpo feminino, com vistas a enfatizar que, não obstante as imposições, os assédios e os fascínios dos aparatos técnico-farmacológicos, elas são capazes de resistir e reinventar seus corpos autonomamente.

#### **4.1 Transformações técnicas e semióticas dos corpos trans interioranos**

Trata-se de uma ficção poderosa, o gênero, enquanto ideal regulatório que postula a territorialização do corpo, e que o toma como essência e como desígnio biologizante, sobretudo por omitir as articulações de poder e seus sistemas de valores. Essa ficcionalidade atua não apenas como narrativa, mas está presente na materialidade dos corpos e se valida junto aos seus efeitos.

Nessa direção, destaca-se a colonização dos sentidos atribuídos aos corpos, através da reificação de verdades, ativadas para a construção de uma forma-corpo. Através da modelação de significados e representações, essas verdades também funcionam como mecanismos específicos de conhecimento e enquanto estratégia de controle da vida, que incidem na relação do sujeito consigo mesmo, por meio de um controle social e moral, e no processo de subjetivação.

Com vistas a problematizar o regime político que busca confinar o gênero e a sexualidade, busca-se compreender as memórias de reinvenção do corpo de travestis e mulheres transexuais interioranas enquanto movimentos de diferenciação. Para tanto, consoante a noção bergsoniana de memória, compreende-se a diferenciação como uma força explosiva que cria diferenças nas circunstâncias proporcionadas pelos obstáculos materiais condizentes com as tendências funcionais e adaptativas dos seres vivos.

Baseado nisso, pressupõe-se a memória como autoficcional, já que, na acepção proposta por Bergson (1999), ela opera por organização de representações e não através de apresentações da “realidade”. Ou seja, a partir da profusão de possibilidades para articular o real e subjetivar-se enquanto sujeito feminino, os corpos trans organizam e assenhoram-se do que consideram condizente ao feminino em seus corpos, sem necessariamente se pautar apenas nas identidades estandardizadas sobre o que é ser feminina.

Assim, aspira-se destrinchar algumas composições possíveis dos caminhos percorridos pelos corpos trans, em sua materialidade direcionada ao feminino, considerando-os não mais como objetos (que se resignam diante dos modelos de feminilização disseminados), mas como agentes da representação, que maquinam incessantemente suas existências femininas e que afirmam sua potência criativa.

Entende-se, assim, que a memória dessa reinvenção se compõe pelas lembranças evocadas, em composição com diversos efeitos protéticos, farmacológicos e tecnológicos que atualizam de modo singular a virtualidade do passado. Esse processo de atualização embaraça a distinção entre a verdade e a representação da verdade e constrange a ficção de origem, ao escancarar a ficcionalidade e interpelar sobre o que é original e o que é invenção na construção das sexualidades, dos corpos, dos desejos e dos gêneros, ancorada na inequívoca atuação de elementos sociais, culturais, discursivos, políticos e desejantes, concernentes às relações de poder imbuídas nessa corporalidade.

Com o intuito de transpassar a discussão que separa as noções de corpo, sexo e gênero e determina valores e crenças sobre cada uma delas em nossa sociedade, propõe-se abarcar a materialidade do corpo a partir dessas noções e do entendimento de que elas possuem representações relativas a contextos históricos, sociais e culturais específicos e que a separação entre materialidade e representação diz respeito a uma questão eminentemente política (PEREIRA, 2014).

Admite-se, desse modo, uma materialidade do corpo que aprendeu a se reinventar constantemente desde os desvios, pois o corpo “é múltiplo e plástico, possuindo uma pluralidade de expressões que não podem se reduzir ao masculino e ao feminino” (PEREIRA, 2014, p. 110). Propõe-se aqui pensar esse corpo como mecanismo sensório-motor (BERGSON, 1999) que, através das lembranças e das impressões recebidas, a cada encontro, escolhe trajetos para se transformar e se compor. Esse corpo vislumbra novas formas de existência na encruzilhada do presente, orientado para a ação por meio de todo o passado que o constitui, portanto, não se trata de compreender sua constituição tão somente prática e sim ontológica (BERGSON, 1999).

Desse modo, essa memória da reinvenção, considerada autoficcional - ficcional, não porque lhe falte realidade material, mas por construir singularizações -, ao atualizar o virtual, corrobora com a ideia de que as lembranças são irredutíveis às representações, já que, enquanto espaço de negociação, apontam para o inacabamento da realidade presente por meio de movimentos de diferenciação, enquanto permanecem inextricavelmente ligadas ao passado por raízes profundas. (BERGSON, 1999).

Constantemente em obras, o corpo trans acessados neste estudo utilizam, de modo idiossincrático, ferramentas práticas e semióticas para construir a feminilidade a partir dos deslocamentos e das composições possibilitadas pela realidade em que vivem, a saber, um contexto interiorano e periférico que muitas vezes atualiza a violência sistêmica dos modelos cisheteronormativos. Portanto, a partir desse ponto, será discutida a autoficcionalidade dessas memórias dos processos de (re)construção corporal, considerando processos de identificação, hormonização, ingestão de silicone, mudanças comportamentais e gestuais, utilização de roupas e acessórios, dentre outras performatividades.

Com a noção sempre presente de que o corpo é inacabado e incansavelmente reajustado, as transexuais e as travestis ousam se libertar das polaridades com a ajuda de hormônios, técnicas cirúrgicas, maquiagens e vestimentas para suprimir as características do gênero que lhes foi designado ao nascer, em proveito daquele com o qual passaram a se identificar. Esse corpo ficcional passa por incessantes ressignificações (técnicas, semiológicas, sociais e políticas), conforme essa fala provocadora de de Linn da Quebrada no documentário *Bixa Travesty*<sup>39</sup>, que aborda o corpo político da artista: “Desculpa, continuamos em obras, vou continuar em obras, por muito tempo, e o transtorno é todo de vocês. Com todo prazer.” (2019).

No que se refere à (re)invenção do corpo trans, não se trata aqui de compreender quando surgiu exatamente sua identificação com o gênero oposto, já que, consoante os movimentos de diferenciação do ser propostos pela teorização bergsoniana: “o que difere por natureza nunca é uma coisa, mas uma tendência.” (DELEUZE, 2006, p. 38). Procura-se, no entanto, entender como se deu sua contínua aproximação com o feminino, a partir da composição de possibilidades que lhes foram apresentadas, em diferentes contextos, levando em consideração a existência de uma maquinaria que constrói intencionalmente modelos normativos, aos quais o corpo é submetido, antes mesmo de nascer.

---

<sup>39</sup> Documentário. Produção de Direção: Claudia Priscilla e Kiko Goifman. Lançamento no Brasil: 21 de novembro de 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/bixa-travesty/t/c5LxGg2M7f/>

Um bom exemplo disso é o ritual do “chá de revelação”, tão em voga nos dias atuais, que acontece antes mesmo de a criança vir ao mundo e que tem se tornado uma das primeiras ficções do corpo generificado. O masculino e o feminino, enquanto essências imutáveis que constituem as convenções de gênero, são pautadas, historicamente, em questões biológicas e anatômicas que são reiteradas pelos ritos e representações sociais e culturais e controladas pela sociedade, pela religião e pelo Estado. Assim, consoante Butler (2016), o corpo só se humaniza quando o sexo biológico desse corpo é revelado. A noção de masculino e feminino, ao mesmo tempo em que torna o corpo inteligível socialmente, cria expectativas sociais quanto aos comportamentos esperados nos espaços públicos e aprisiona o gênero ao sexo.

Vale a pena tornar explícito que as noções de sexualidade e de gênero estão estreitamente ligadas a estes modos de subjetivação, pois se referem às imagens, discursos e sentidos elaborados e que repercutem nas relações. Butler (2003) afirma que o gênero existe desde o começo da inserção social dos sujeitos, de modo que não seria possível falar em sexo sem gênero. A autora defende, assim, a inexistência de um corpo natural sem inscrição cultural, de modo que o gênero é concebido como ato, como um exercício, um fazer, e não uma essência de um sujeito que preexistia àquilo que foi feito.

Esse ritual, portanto, deveria talvez ser denominado “chá de construção”, já que encerra discursos que reforçam o binarismo e atribui uma natureza essencializada àquilo que se refere, na perspectiva butleriana, a uma construção discursiva que só ganha significado no contexto das relações de poder. No dizer de Berenice Bento (2003), e com relação ao tema aqui pesquisado, trata-se de corpos trans que “já nascem cirurgiados por tecnologias discursivas” (p.1) e que não raro situam na infância e/ou adolescência o início do processo de transformação corporal e o reconhecimento de si enquanto corporalidades singulares.

Entre as trans que participaram desse estudo, muitas afirmam que já sabiam que algo diferente lhes ocorria desde muito novas, como se não se identificassem com as regras sociais de gênero e sexualidade explicitadas pelas brincadeiras, comportamentos e vestimentas. Ainda que não soubessem exatamente o que lhes acontecia, por falta de referências nos contextos que vivenciavam, já era nítida a não correspondência às expectativas de sua família e da sociedade de modo geral. Relatam, ainda, que a adolescência foi o momento em que apareceu, de modo mais premente, a dissonância entre as expectativas sociais e seus desejos.

Algumas delas afirmam terem sido despertadas para novas experiências sexuais e de gênero a partir de incessantes provocações externas, sobretudo de familiares e colegas da escola. Mirante relata que, na infância, sofreu muito com o preconceito de colegas da escola

que desprezavam e discriminavam seu jeito afeminado e, mais ainda, com seu próprio pai, que lhe exigia uma postura masculina:

Não é que a gente se percebe diferente, as pessoas que percebem você primeiro [...] eu sofri muito bullying na escola, um garoto que me detestava jogou um prato de sopa quente na minha cara. Nossa, foi o dia que eu mais sofri! [...] dentro de casa era cobrado de mim para eu falar como homem, porque eu tinha uma voz muito fininha. Raspavam meu cabelo. Aí meu pai vinha com um pedaço de pau ou um cabo de vassoura e batia [...] então, por várias vezes eu fui despertada para uma coisa que eu nem sabia. Aí, um belo dia, na adolescência, eu falei: ‘Meu Deus, as pessoas tanto falam que eu sou isso, que eu quero descobrir como é que é’ [...] eu não tinha entrado né no mundo gay, nem no mundo trans. Mas eu tinha curiosidade de saber por que aquelas pessoas falavam isso com relação a mim.’ (Mirante).

No relato explicitado acima, pode-se notar uma questão que é comum nos trajetos de identificação sexual e de gênero percorrido pelas pessoas trans. Weeks (2018) denomina esse processo de “sensibilização”, em que “o indivíduo torna-se consciente, através de uma série de encontros, da diferença dele ou dela em relação à norma, por exemplo, por ser rotulado por seus pares [...]” (2018, p. 91). Assim, tal como relatado por Mirante, essas pessoas vão, com o passar do tempo, se tornando sensíveis a essas provocações externas e começam a compreender, gradativamente, sua dissidência sexual e de gênero.

Outro ponto comum na memória de reinvenção corporal narrada pelas interlocutoras é a autoidentificação com outras mulheres transexuais e travestis mais experientes que encontraram no passado, sobretudo nas vias públicas. Algumas atribuíram seu desejo de transformação corporal ao momento em que viram essas pessoas na rua, quando com elas se identificaram e passaram a querer ser semelhantes. Em seus relatos, várias afirmaram ter achado ser este o momento em que, finalmente, conseguiram compreender um pouco mais sobre o que sentiam. Se referem, nesse sentido, a um estado de arrebatamento provocado pela percepção da presença dessas pessoas, já que “a visibilidade social e a inserção cotidiana das travestis garantem um lugar de legitimidade para os desejos sexuais e de transformação [...] é uma das únicas referências positivas que elas têm em meio às repressões e proibições a que são submetidas.” (BENEDETTI, 2005, p. 101).

Nas memórias de Ana, por exemplo, a infância é marcada pelo fato de que sempre gostava de brincadeiras consideradas “de menina” e que vestia roupas e usava maquiagem da mãe. Conta, ainda, que sentia atração sexual por homens e que foi aos 16 anos que se descobriu travesti. Quando viu as travestis se prostituindo na rua, achou lindo e resolveu que queria aquilo para si: “comecei a me montar para fazer vida e aí eu vi que poderia unir o útil ao agradável. Uma vida que eu gostava, da noite, da vida noturna”. Outras interlocutoras

também reconhecem que suas referências estavam muito mais ligadas às travestis que tinham acesso, do que aos modelos femininos de atrizes e cantoras famosas:

A minha inspiração que eu tive é uma conterrânea minha. Eu achava ela muito chique. Ela foi para a Itália bem primeiro que eu. Ela era muito vencedora. Construiu tudo. Eu achava ela muito bonita, muita plástica que fazia. Mas eu me inspirei muito nela porque, assim, atriz não, porque eu acho assim, a gente que é travesti, eu acho que a gente tem que se inspirar num semelhante nosso. Uma pessoa que nasceu como a gente e ficou bonita, porque atriz, ela já nasceu feminina. E sempre me inspirava nas que davam certo, sempre fui para o lado das que davam certo. (Valentina).

Eu queria ser como a finada Mara Maravilha<sup>40</sup>. Quando eu passava na Rio-Bahia que eu via aquela mona com aquele peitão lá no Gogó, lá em cima. Então, assim, para mim, eu via um ícone, até hoje, é um ícone. E eu falava: “Um dia eu vou ser assim.” (Daniela).

As narrativas de Valentina e Daniela remetem ao trabalho etnográfico realizado por Benedetti (2005) com travestis de Porto Alegre, em que o autor intitula essas narrativas que se referem ao início do processo de transformação corporal como “os mitos de origem”, o que também aponta para um aspecto autoficcional, os quais analisa especialmente quanto às estratégias utilizadas pelas travestis para dar significados positivos a esse processo. Para o referido autor, as primeiras lembranças evocadas pelas travestis, referentes ao início da transformação, são comumente localizadas na infância, por se referirem a uma essência natural e ingênua e não à deliberação individual.

Nesse seguimento, com o intuito de enfrentarem a marginalização e o estigma atribuído a seus corpos, para as travestis “os atributos da sexualidade e do gênero são usualmente investidos de uma característica natural [...] contrariando a alegação de que o processo de transformação do gênero vivido pelas travestis tem um fundo moral.” (BENEDETTI, 2005, p.100). Essa estratégia ratifica a característica autoficcional da atualização do aspecto virtual que compõe essas memórias, construídas com referência aos eventos que reiteram a especificidade de suas vivências infantis como destino biológico, tentando escapar do subjugo moralizante.

A materialidade do corpo trans usufrui, ainda, de biotecnologias e de signos para atingir o que é considerado socialmente como próprio do feminino. Esse projeto de feminilização utiliza-se da memória que ilumina uma certa porção do passado quando este

---

<sup>40</sup> Mara Maravilha era uma das travestis mais antigas de Vitória da Conquista. Segundo os relatos de algumas entrevistadas, Mara trabalhava com a prostituição e era uma das mais conhecidas da pista. Relatam ainda que ela fazia uso contumaz de drogas e morreu vítima de um assassinato.

se apropria da percepção do presente através do corpo enquanto mecanismo sensório-motor (BERGSON, 1999). Então, mesmo que as lembranças sobre o início do processo de reinvenção de si, evocadas pelas interlocutoras deste trabalho, estejam relacionadas com as experiências/referências das travestis que estão há mais tempo na pista, como demonstram os relatos supracitados de Ana, Valentina e Daniela, é possível afirmar que a concepção de feminilidade para esses corpos também se modifica incessantemente.

Nas lembranças de constituição desse processo não existe, portanto, um roteiro inevitavelmente prescrito, nem uma sequência cronológica formada por etapas discerníveis. A reinvenção do corpo trans é possibilitada por um conjunto de forças manifestamente articuladas que o aproxima do ideal que cada uma tem do que é ser feminina e que torna possível múltiplas expressões dessa feminilidade, até mesmo porque,

uma identidade feminina, por exemplo, não deve ser considerada como uma exclusividade de mulheres, pois as bases para a classificação não são inerentes aos objetos em si, mas dizem respeito à maneira como eles são negociados e com que finalidade. (MESQUITA, 2020, p. 322).

Desse modo, a construção ficcional das feminilidades na experiência trans pode ser expressa através de: o esforço obstinado para se afastar dos caracteres fenotípicos associados às representações do masculino; a utilização de técnicas em busca de um corpo curvilíneo e exuberante; o investimento na sensualidade e erotização de um corpo desejado; a perseguição do ideal de feminização cisgênero e da inteligibilidade social; a busca do feminino atrelado à fragilidade e à passividade; a constituição de uma feminilidade ambígua em relação a masculinidade, ou mesmo a construção na genitália feminina por meio da cirurgia de transgenitalização.

Embora exista um ideal de feminilidade perseguido por muitas mulheres transexuais e travestis, vale destacar que, mais do que repetir as regulações impostas aos seus corpos, em suas vulnerabilidades e atravessados por essas estratégias supracitadas, teimam em encontrar brechas para se reinventarem. Isso não significa que essa reinvenção seja marcada apenas por alegrias. Na virtualidade que compõem suas histórias, perdura o peso da vergonha, da culpa e da exclusão que muitas carregam desde a infância, perduram os grilhões da gestão política e sexual de seus corpos, mas é exatamente daí que elas retiram a força para propor outros usos possíveis de seus corpos e problematizar discursos e práticas que criam verdades sobre a sexualidade e o gênero.



Diante das múltiplas possibilidades de transfiguração desde o presente, as trans evidenciam a artificialidade da construção corporal, como demonstra a fala dessa interlocutora:

A gente nasce e a sexualidade a gente vai criando. Ela vai acontecendo. É uma coisa que vem [...] de um instinto da pessoa, do gostar da pessoa, do tesão da pessoa [...]. Eu gosto de ser travesti porque ser travesti é você ser mulher, é você querer se vestir de mulher, é ter os hábitos femininos. Que a gente vai se conhecendo no decorrer do tempo, que a gente vai crescendo, a gente vai se descobrindo. (Mirante).

Tal entendimento, seguindo os pressupostos da teoria *queer*, adverte que “o sexo, o corpo e o próprio gênero são construções culturais, linguísticas e institucionais geradas no interior das relações de saber-poder-prazer” (CÉSAR, 2014, p.171). De acordo com Butler (2009), existem signos que atuam na construção desse corpo sexuado, sem os quais ele não poderia ser socialmente legível. Signos que não devem ser reduzidos a aspectos meramente culturais ou materiais, muito embora não se possa discernir o que é material e o que é cultural na construção ficcional do corpo. Uma das entrevistadas demonstra a complexidade dessa construção, ao evocar as lembranças do seu processo de transformação:

Assim, eu sou filha rapa de tacho. Nasci por último [...]. Lá para os cinco anos, já me chamavam de mariquinha, eu nem sabia o que era. Nem que falasse, eu não reconhecia isso em mim, mas a sociedade, a família impõe, então a gente vai aceitando. (Gabriela).

Se na infância as pessoas que ousam transpor as barreiras de gênero utilizam recursos mais simples e acessíveis, a partir da adolescência e início da idade adulta, já convictas de que a expressão da corporalidade constitui-se em elemento fundamental em seus processos de subjetivação, muitas delas buscam nos aparatos tecnológicos mais complexos e onerosos a complementação ficcional para a construção da corporalidade trans, com vistas a invisibilizar traços fenotípicos e comportamentais associados à masculinidade.

Com maior autonomia sobre seus corpos, deixam as unhas e os cabelos crescerem e destinam maiores cuidados a eles. Aprendem a se maquiar. Investem dinheiro em vestuários femininos. Eliminam os pelos do corpo. Usam enchimentos. Investem nas modificações performativas: aprendem novos movimentos e gestos mais delicados com o corpo e a cabeça e novas posturas dos braços e pernas; forjam movimentos faciais mais suaves; aprendem o manejo da voz para que fique mais aguda e em um tom mais baixo. Ou seja, uma série de construções realizadas em busca de modelos femininos cobiçados, assim como cuidados de si dedicados ao corpo para que este possa ser lido socialmente.

Nessa memória de transformação, a construção de um corpo ciborgue (HARAWAY, 2000) através da utilização de técnicas que alteram a biologia parece, no entanto, ser o passo decisivo no campo de batalha de transposição dos gêneros, não somente pela sua irreversibilidade, mas pela ritualística envolvida neste ato disruptivo. Além da ingestão de hormônios e da aplicação de silicone, procedimentos mais comuns na construção do corpo trans, recorre-se ao uso de tecnologias mais sofisticadas como implantação de próteses, correções cirúrgicas, depilação a laser e tratamentos dermatológicos (PERES, 2011). Nesse sentido, o conhecimento biomédico, sempre presente enquanto dispositivo regulador e patologizante, torna-se um importante aliado para essa redistribuição das fronteiras de gênero.

A ingestão de hormônios caracteriza-se como uma das técnicas mais significativas na composição desses corpos, sendo mais frequente o uso de progesterona, estrógeno e bloqueadores de testosterona para eliminar características que denunciem traços fenotípicos masculinos e ativar caracteres sexuais secundários. Os hormônios femininos ingeridos deixam a pele mais macia, impedem o crescimento de pelos, arredondam as formas e desenvolvem as glândulas mamárias (BENEDETTI, 2005). Também, segundo relatos das trans, possuem efeitos indesejados: engordam, diminuem o apetite sexual e provocam irritabilidade.

Todas as interlocutoras acessadas afirmam já terem feito uso de algum hormônio. As que iniciaram a (re)construção corporal há mais de dez anos admitem terem feito este uso a partir da indicação das travestis mais velhas, enquanto que as que começaram mais recentemente contaram com protocolos biomédicos e o avanço e maior difusão da farmacologia nessa terapia hormonal.

Gabriela, 50 anos, e Mirante, 36 anos, começaram a fazer a hormonização ainda na adolescência, utilizando dos conhecimentos das travestis mais experientes, transmitidos através da oralidade e da observação, como demonstram esses relatos:

Bem antes, as travestis eram vistas como marginais mesmo. Elas não saíam durante o dia na rua, só saíam à noite. E elas começaram: ‘Olha, você precisa tomar tal remédio assim que vai ficar muito bem em você’. (Gabriela).

Eu comecei a fazer de orelhada. Ouvia falar: ‘Toma isso’ e aí tomava [...] na época eu fiquei com um peito maravilhoso, uma perna maravilhosa [...] Eu estava ficando uma lady, com o corpo lindo. (Mirante).

Atinente aos relatos de Gabriela e Mirante, sabe-se que o acesso de mulheres transexuais e travestis aos serviços de saúde públicos e gratuitos era impensável para essas pessoas há algumas décadas atrás. Nesse contexto, essas pessoas sofriam muito mais preconceito e violência e seus corpos, marginalizados e vulneráveis, tinham uma

espacialidade muito mais restrita. Gabriela, que começou a hormonizar seu corpo na década de 1980, enfatiza:

Conquista já tinha históricos muito violentos de travestis, de morte. [...] eu estava, assim, na adolescência, me descobrindo, e a gente ia se conhecendo. E aí elas foram chamando: ‘Menino, tu és uma mulher, tu só precisas disso’. E assim a gente vai se achando, buscando informações e tudo. (Gabriela).

As travestis mais velhas gozam de determinado status entre elas, por se hormonizarem há bastante tempo, e passam a se constituir em uma referência para o grupo que as procuram em busca de informações sobre os regimes hormonais<sup>41</sup> mais adequados, bem como sobre os possíveis riscos e os efeitos colaterais. Geralmente elas indicam informalmente hormônios de baixo custo, aos quais elas têm acesso através de compras sem receita, compartilhamentos e trocas informais, compras pela internet, ou doação de sobras. Em suma, elas utilizam múltiplos hormônios afirmando a autonomia sobre seus corpos, portanto, se locupletam do “biocapitalismo farmacopornográfico” (PRECIADO, 2018), sem necessariamente se submeterem a ele.

Entre as trans que participaram desse estudo, muitas não seguem à risca as dosagens e combinações prescritas, mesmo quando as indicações advêm das travestis mais experientes. Elas incrementam doses e combinações por conta própria a fim de obterem resultados mais imediatos, ainda que estejam cientes dos riscos que isso pode ocasionar à saúde ou mesmo tenham sido advertidas que o uso excessivo de tais substâncias não agiliza os efeitos dos hormônios.

Algumas interrompem o uso de maneira brusca, ou por não atingirem a transformação desejada, ou por sentirem que a utilização de hormônios estava interferindo em suas performances sexuais, como na experiência de Valentina:

Hormônio eu nunca gostei de tomar, não. Eu tomava, mas eu interrompia porque eu odeio me furar, o comprimido não funcionava em mim. Como a injeção também não funcionava, o peito não crescia de jeito nenhum, porque eu gozava muito e você tem que ficar um tempo sem gozar e eu não conseguia. E sempre fui de querer gozar, pegava muito homem e gozava. Porque não é só ele gozar. Não! Tem sensação no sexo anal, mas o gozo é o gozo. Então, assim, hormônio eu nunca tomei muito, tomei muito pouco. Uma época, na Itália, que eu fiquei lá, eu tomei, mas já estava com trinta e poucos anos. Fui tomando, tomando, começou a me dar tontura. Eu peguei, parei de tomar. (Valentina).

---

<sup>41</sup> “Regimes hormonais são combinações e dosagens de hormônios feitas por e para o público trans”. (GALINDO; MÉLLO; VILELA, 2013, p. 27).

Outras afirmaram que interromperam o uso do hormônio, definitiva ou temporariamente, em função do uso de outras substâncias, sobretudo o álcool, como aparece neste relato:

Só tomei um hormoniozinho básico. Mas aquela coisa, eu parei de tomar por causa da bebida, parei porque eu bebo muito e tem os problemas que decorrem da saúde da gente. Porque misturar hormônio com bebida não dá certo, então, eu parei. (Daniela).

Desse modo, é possível afirmar que a autorregulação desses fármacos se relaciona diretamente às sensações corporais e às expectativas que cada uma tem quanto ao processo de conquista da imagem corporal desejada. Assim, a maleabilidade do uso dessas substâncias sintéticas reafirma a ideia de que o gênero é igualmente sintético, portanto, a memória de sua construção pode ser considerada como autoficcional.

Na atualização das lembranças dessas trans, no contexto de uma cidade interiorana, a construção ficcional do corpo se distingue daquele das que atualmente dispõem de maior acesso aos serviços de saúde e do auxílio de protocolos médicos para transformarem seus corpos. Nesse sentido, Vanessa relata:

Hormônio eu tomei só dos quinze até os vinte, mas não me dei bem, porque me enchia de furúnculo [...]. É porque não tinha informação, a gente na época tomava qualquer um também. E hoje em dia tem informação, você vê que tem uma travesti, que é uma gayzinha, vai ali no postinho, passa pelo médico, pela enfermeira, ‘eu quero ser mulher’, eles passam um hormônio certo. (Vanessa).

Cabe aqui falar de modo resumido sobre a atenção à saúde da população trans em Vitória da Conquista. De acordo com a Coordenação LGBT do município, a Secretaria Municipal de Saúde não dispõe de uma área técnica ou de profissionais especializados na saúde da população trans. Em decorrência disso, por muito tempo essa população foi referenciada pelo serviço que presta atendimento a pessoas que convivem com o hiv/aids, o que reforça o estigma ocasionado pela associação das pessoas trans à aids.

Mais recentemente, desde 2018, o atendimento às pessoas trans passou a ser centralizado na Unidade de Saúde Dr. João Melo Filho, no entanto, ainda não há um projeto específico ou profissionais especializados para esse atendimento. O encaminhamento das demandas de saúde das trans geralmente é feito pela coordenação LGBT, órgão municipal de referência para esse público na cidade. As trans que procuram essa Coordenação para ter acesso ao processo transexualizador têm acesso à realização de alguns exames e atendimentos

médicos e psicoterápicos na cidade, mas geralmente esses atendimentos não são realizados por profissionais especializados em saúde da população trans. Quanto às etapas de maior complexidade desse processo, elas são realizadas através do encaminhamento dessas pessoas aos núcleos de convênio mais próximos através do Tratamento Fora de Domicílio (TFD). Quando as trans desejam acessar a cirurgia de redesignação sexual, de acordo com a Coordenação LGBT, elas são encaminhadas para o Estado de Goiás.

Quanto ao acesso à atenção básica, é possível afirmar que as pessoas trans sofrem processos de exclusão dos serviços de saúde em Vitória da Conquista. Em pesquisa realizada junto aos profissionais de saúde que atuam nas unidades do Programa de Saúde da Família (PSF) no município, Bitencourt e Ribeiro (2019) apontam alguns aspectos que contribuem para situações em que as pessoas trans se vêm constrangidas e alijadas aos direitos à saúde, a exemplo da não utilização do nome social nas unidades de saúde, conforme preconizado pela portaria 1820/2009 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2009), sobre a qual os profissionais entrevistados, todos técnicos de nível superior, sequer tinham conhecimento.

Ainda de acordo com essas autoras, a falta de informação dos profissionais de saúde que participaram da pesquisa aponta para a existência de preconceito e discriminação com as pessoas trans, já que grande parte deles demonstrou desinformação e desinteresse quanto às diferenças entre orientação sexual e identidade de gênero, sendo que alguns não sabiam nem mesmo discernir homossexuais de pessoas trans e pessoas que trabalham com a prostituição. Dentre os 18 profissionais entrevistados no estudo, todos afirmaram nunca terem atendido uma pessoa trans nas unidades de saúde em que trabalhavam. Além disso, não existia, entre eles, o desejo de formação e/ou capacitação continuada quanto às questões de saúde da população LGBT.

Corroborando a conclusão das autoras citadas, observou-se que dentre as trans entrevistadas nesta pesquisa que começaram a manipulação corporal mais recentemente, como Luciana (29 anos) e Danuza (27 anos), e que afirmam já utilizarem hormônio sob prescrição médica, persiste a percepção de que os médicos da cidade, mesmo os que fazem atendimento privado, como os acessados por elas, ainda sabem muito pouco sobre o corpo das travestis e sobre suas questões de saúde específicas:

Eles não sabem o que a gente faz na cama e como a gente deve se cuidar. Sabe que é camisinha, o básico [...]. Eu perguntei pra minha médica – ‘Sim, tem alguma implicação de higiene pelo fato de eu esconder meu órgão genital perto do ânus?’ Ela ficou sem saber. Eu chego pra minha médica endocrinologista e falo “eu tomo acetato de ciproperon seis anos da minha

vida. O que que isso pode acontecer? ‘Ah, num sei’ Num sabe o que o hormônio pode causar no nosso corpo! (Luciana).

Em função disso, algumas trans conquistenses que buscam o processo de hormonização nos dias atuais fazem críticas contundentes ao saber biomédico e, de modo insurgente e provocador, optam por utilizar os conhecimentos das travestis mais velhas que obtiveram esse conhecimento a partir da própria experimentação em seus corpos, bem como as informações veiculadas nas redes sociais sobre esse tipo de intervenção biotecnológica.

Embora o acesso aos serviços de saúde tenha sido expandido de modo geral no Brasil, vale destacar que ainda são exíguos os ambulatórios e os profissionais especializados em hormonioterapia para o público trans e que essa realidade é ainda mais proeminente no interior do país, como denunciam as narrativas das trans acessadas nesse estudo.

Na Bahia, especificamente, não existem estabelecimentos habilitados em Unidade de Atenção Especializada no processo transexualizador na modalidade hospitalar, o que evidencia o desacordo com o que prescreve a portaria 2803 de 2013 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2013). Por esse motivo, as pessoas que desejam se submeter a procedimentos de alta complexidade como as cirurgias, através do SUS, devem se dirigir a outros Estados. Já no que se refere ao atendimento ambulatorial, o Estado da Bahia conta com apenas dois ambulatórios destinados a promover atenção especializada de média complexidade, o Ambulatório do Hospital Universitário Prof. Edgar Santos e o Ambulatório do Centro Estadual de Diagnóstico, Assistência e Pesquisa, ambos localizados na cidade de Salvador, capital do Estado. De igual maneira, se observa que as pessoas trans que residem no interior do Estado devem se deslocar até a capital para terem acesso à atenção especializada de média complexidade, a exemplo dos acompanhamentos pré e pós operatórios e a hormonioterapia.

Como consequência das dificuldades de acesso até aqui apontadas, as dosagens e combinações dos diversos hormônios, compartilhadas informalmente pelas travestis e mulheres trans em suas experiências cotidianas ou nos espaços virtuais da internet, tornam-se espaços privilegiados de saber que, de certo modo, resistem aos dispositivos clínicos e patologizantes.

As técnicas subsumidas no processo de transformação corporal não se referem, no entanto, apenas à escolha em utilizar as novas tecnologias de transformação corporal, mas ao fato de que a própria presença dessas tecnologias já traz em si a resignificação do que seria a construção de um corpo atinente à performatividade de gênero e aponta para determinada irreversibilidade. Nesse âmbito, os hormônios funcionam como instrumento de regulação de

suma importância no “regime de governo dos corpos e das populações. Acabam mobilizados como mercadorias que, em sua dimensão pornográfica, agem na intensificação dos prazeres pela gestão de imagens de corpos desejáveis” (GALINDO; MÉLLO; VILELA, 2013, p. 21)

Assim, é possível observar o crescimento acelerado das grandes corporações farmacêuticas e biotecnológicas atualmente, que também passam a se interessar em tratar e medicalizar doenças. A relação médico-paciente é atravessada pelas empresas farmacêuticas e se torna uma relação médico-consumidor-empresas farmacêuticas, em um processo que passa a ser reconhecido como “farmacologização”. (GALINDO; MÉLLO; VILELA, 2013).

As novas tecnologias e o saber biomédico podem trazer a questão da “eugenia liberal” apontada por Habermas (2010), já que colocam a disposição, daqueles que podem pagar, a possibilidade de investimento em uma boa performance corporal. Destarte, depreende-se que essas corporações estão inclinadas a atrair investimentos e criar demandas de mercados para as suas descobertas. Para tanto, ambicionam compreender de que maneira (ou em que proporção) a reinvenção do corpo trans pode ser rentável para a indústria farmacêutica, assim como para a biomedicina.

A partir desse quadro, essas empresas aumentam seus investimentos em propagandas, a fim de aumentar o consumo dos seus produtos e serviços, de modo que as pessoas que eram reconhecidas como pacientes passam a ganhar o status de consumidoras. Portanto, esse processo de farmacologização aparece como desdobramento do já conhecido fenômeno da medicalização, acrescido do vetor consumo, estimulado pela indústria farmacêutica.

Nesse sentido, a automedicação e a autoprescrição também podem ser consideradas como uma afronta ao poder/saber biomédico, já que apontam para a existência de uma prolífica cultura travesti, recheada de práticas, crenças, valores, comportamentos e desejos que prescindem da standardização dos protocolos médicos e farmacêuticos. Trata-se de um processo capaz de quebrar a sensação de normalidade, uma cultura das frestas.

Em uma mesa redonda realizada em maio de 2019 na UFBA, sobre a saúde da população trans, Luciana defendeu o trabalho das bombadeiras<sup>42</sup> e fez críticas contundentes às instituições e aos fenômenos (a exemplo da medicalização) que tiram a autonomia dos sujeitos sobre seus corpos e seus modos de vida:

---

<sup>42</sup> Travestis mais velhas que geralmente já injetaram silicone industrial em seus corpos e que resolveram ganhar a vida fazendo aplicação deste silicone nas mais novas. Esse procedimento, intitulado por elas como bombaço, é feito de maneira informal, através de agulhas e seringas de uso veterinário. A bombaço tornou-se uma possibilidade de fonte de renda legitimada na cultura trans e foi minuciosamente demonstrada e problematizada no documentário *Bombadeira: a dor da beleza*, dirigido por Luís Carlos Alencar e produzido em 2007 na cidade de Salvador-BA.

E o que acontece hoje é que existe uma demonização das bombadeiras, uma criminalização das bombadeiras. Mas o que são as bombadeiras? São outras travestis. Como teve uma travesti aqui em Conquista que está sendo investigada pela Polícia Federal e Polícia Civil porque ela estava aplicando silicone industrial em várias pessoas aqui em Conquista. Eu acho errado, tipo, condenar criminalmente uma pessoa trans que faz bombaço, porque [...] ela não força as pacientes a realizarem o processo e é uma coisa que já faz parte da cultura trans. E tem outro porém também, o Ministério da Saúde não tem política pública para transição de corpo, porque a pessoa trans ela precisa transicionar, é uma questão de saúde pública.

A autonomia que elas reivindicam para agenciar as intervenções em seus corpos, definida por Pelúcio (2005) como “autonomia terapêutica”, caracterizam-nas como “hackers de gênero” (PRECIADO, 2018), uma vez que se apropriam dos avanços das tecnologias biomédicas e bioquímicas, apontando para invenções corajosas da existência. Como propõe Preciado: “consideramos os hormônios sexuais como biocódigos livres e abertos cujo uso não deve estar regulado nem pelo Estado nem confiscado pelas companhias farmacêuticas.” (2018, p. 59).

Por conseguinte, a análise sobre dissidências sexuais e de gênero, a partir da noção (de)colonial, assente ao incentivo para a produção de saberes mais localizados, desvela os obstáculos, sobretudo institucionais (mas não só), que excluem os corpos dissidentes das instâncias de decisão e produção do conhecimento, com ênfase as que estão intrinsecamente ligadas ao saber-poder biomédico. Anuncia, ainda, a existência histórica de inúmeras outras possibilidades de experimentação do gênero e da sexualidade, que se distanciam das regulações normativas e dos valores da cultura ocidental hegemônica.

Se, de acordo com as lembranças de pessoas que se transicionaram durante as décadas de 1980 e 1990 no Brasil, só era considerada travesti quem fazia uso de silicone industrial, ou considerada transexual quem se submetia à cirurgia de transgenitalização, hodiernamente essas técnicas não determinam por si só o processo de transgressão das representações que limitam os gêneros das pessoas autodeclaradas travestis ou transexuais.

Dentre as interlocutoras deste estudo, as que passaram pela transição corporal durante as décadas de 1990 e no início dos anos 2000 se referem à hormonização não-medicalizada e à utilização do silicone industrial como técnicas imprescindíveis. Nesse sentido, existe inegavelmente um componente geracional relacionado ao acesso às inovações tecnológicas utilizadas para a construção do gênero no corpo.

Daniela, já aqui convocada, afirma que até a adolescência não sabia muito bem discernir o que significava ser um menino *gay* afeminado ou uma travesti. Foi depois de sua



ida para São Paulo, no início dos anos 2000, que aprendeu que, para ser travesti naquela época, era necessário injetar silicone no corpo. E assim o fez: bombou seu corpo com silicone industrial a fim de adquirir formas mais femininas, ressaltar o quadril, destacar a cintura e tornear as pernas.

Nessa seara, várias rememoram ter utilizado os serviços das bombadeiras em cidades de grande porte. Recorrem à lembrança de que essa era a única possibilidade que existia para acentuar as curvas do corpo, sobretudo para aquelas que não dispunham de recursos financeiros para a realização de procedimentos técnico-cirúrgicos de implante de silicone e outros procedimentos estéticos.

Para as que trabalham com a prostituição, como a maioria das que foram acessadas nessa pesquisa, o silicone industrial é a alternativa mais acessível, em função do baixo custo, bem como pela instantaneidade dos resultados. Elas compartilham da ideia de que necessitam de um corpo feminino para despertar o desejo sexual dos clientes e, além disso, as mais velhas reafirmam a necessidade desse recurso para se sentirem pertencentes à cultura travesti.

Daniela afirma que tem oito litros de silicone no corpo e que já drenou alguns litros por conta de inflamações. Evoca, em suas lembranças, que quando começou a se prostituir, cerca de dezoito anos antes, teve que recorrer ao silicone industrial: “muitas faziam isso, não faziam por querer, mas por necessidade, para se enturmar naquele grupo. Foi o que eu fiz” (interlocutora Daniela). Valentina, por sua vez, afirma possuir 12 litros de silicone no corpo, resultado de cinco intervenções, e que não se arrepende:

Ai, minha filha, eu fiz e me destruí toda, botei silicone na cara, na bunda, no peito. É, porque assim, na época que eu botei silicone, eu era muito nova, então a gente não tinha a informação que tem hoje. Então, mas eu não me arrependo não. Só falta coisas para eu fazer mais. Esperando alguém doar alguma coisa para mim para agilizar, tirar os defeitos. (Valentina).

A busca do feminino, “muitas vezes se inscreve no corpo através de cortes, injeções, supressões, introduções, em uma combinação de diferentes técnicas, algumas com probabilidade de causar infecções e outros danos à saúde.” (PRATES, 2014, p. 128). O risco e a dor que experienciam com a injeção de silicone industrial funciona como uma espécie de ritual de passagem e são superados pelo desejo de produção semiótica e técnica de um corpo reconhecido socialmente e autoidentificado como um corpo feminino:

Mas é porque o corpo de uma trans, de uma travesti, ele é construído. Ele não vem fácil, é com muita dor, é arriscando a vida. E entre arriscar a vida e ficar do jeito que está, a gente prefere arriscar a vida. Eu conheço muitas que

colocaram silicone, silicone desceu, não pode precisar fazer uma xerox do pulmão [raio-x], porque não aparece nada. (Gabriela).

Não obstante a existência da diversidade quanto à produção de significados e representações do corpo feminino, a ingestão de hormônios e o uso do silicone industrial para a manufatura dos seus corpos ainda “[...] movem processos de subjetivação e constituição identitária calcados na instituição de modelos de normalidade em consonância com padrões comportamentais e higienistas considerados universais” (SILVA, 2014, p. 28). Para tanto, as técnicas farmacopornográficas de normatização (PRECIADO, 2018), associadas a inúmeros procedimentos biomédicos, com o apoio das indústrias médicas e farmacêuticas, visam construir um ideal normativo do gênero validado socialmente.

Muitas vezes, para se distanciarem dos estigmas que julgam seus corpos como aberrações ou monstruosidades, “[...] as travestis também se deixam seduzir pelos apelos da moda, por padrões estéticos rigidamente estabelecidos pela mídia, e assim muitas delas buscam legitimidade reproduzindo esses valores estéticos.” (PELÚCIO, 2005, p. 100). O enquadramento aos modelos de feminilidade dominantes, todavia, pode causar dor, culpa e diversos outros tipos de sofrimento. Como assinala Bento, “estas idealizações são lugares inabitáveis” (2003, p. 11).

A partir desse raciocínio, entende-se que a inteligibilidade social dos sujeitos está relacionada às normativas sociais e ao controle biopolítico desses corpos que, de acordo com Butler (2017), associa-se diretamente às normas políticas e às instituições sociais. Assim, acredita-se que a memória do corpo trans, orientada para o real, sob o julgo da cisheteronormatividade, acopla essa memória ao presente e reproduz, de certo modo, os comportamentos esperados socialmente, que aprisionam o gênero ao sexo.

Não obstante este enquadramento, se observou que algumas trans interioranas já questionam esses imperativos dos padrões hegemônicos e idealizações da feminilidade. As Trans entrevistadas que começaram a modificação corporal na última década não injetaram silicone industrial, seja por medo dos seus efeitos, seja por entenderem novas referências estéticas e simbólicas na construção de um corpo feminino socialmente inteligível. Ana, 26 anos, afirma, por exemplo, que já teve vontade de colocar silicone, “mas quando eu vi que a sociedade me aceitava do jeito que eu sou e que eu estou, então eu desisti”. Luciana, por sua vez, para além do medo, questiona os padrões de beleza impostos às mulheres:

Eu fiquei com medo quando eu vi minhas amigas com rejeição de silicone. Abre crateras, sai pus, tem meninas que desce pro pé, dá câncer, tem trombose, perdem as pernas, desce pro testículo, pro pênis. Uma série de

complicações [...] eu acho que esse negócio de silicone industrial é muito mais da sociedade do que do povo trans, porque eles querem que a gente tenha um corpo que o imaginário masculino constrói, porque eu mesma percebo uma diversidade de corpos femininos. (Luciana).

A construção dessa feminilidade hegemônica também tem sido criticada, sobretudo por algumas feministas, mas também por algumas ativistas trans, por reforçar o binarismo e os estereótipos de gênero, bem como por invisibilizar o reconhecimento de pessoas transgêneras que não se enquadram nesses modelos restritivos. (LANZ, 2016).

Por fim, vale ressaltar, consoante Benedetti (2005), que a busca por ser identificada socialmente como feminina também se caracteriza, simultaneamente, como uma prática de resistência, na medida em que a noção de pertencimento social não depende apenas do autorreconhecimento, mas da validação conferida pelo grupo social. A feminilização da corporalidade trans requer assim novas perspectivas sociais, políticas e culturais, que transpõem as regulações médicas e jurídicas e perpassam, de igual modo, pela reinvenção estética de si. Como questiona Bento: "Será que a própria experiência já não contém em si um componente subversivo, à medida que desnaturaliza a identidade de gênero?" (2003, p. 8).

Ainda que as trans busquem a inteligibilidade social através de adequações às normatizações sociais, defende-se que sua própria existência opera, em diferentes graus e escalas, rupturas com os regimes morais e normativos, gerando processos singularizadores. Isso leva a crer que a produção desses corpos, mesmo que por vias regulatórias, dribla os padrões canônicos a fim de propor novas corporalidades, expressões das sexualidades e dos gêneros e novos processos desejanter através do corpo tido como complexidade permanentemente aberta.

A memória da (re)construção do gênero atualizada nesse corpo revela, assim, a profundidade da superficialidade e torna possível a construção da performatividade do gênero feminino de diferentes formas. Por meio dos conhecimentos e técnicas acumulados pelos saberes médicos farmacêuticos e bioquímicos, elabora estratégias de rupturas com esses saberes e se metamorfoseia com outros saberes mais localizados, bem como de saberes ancestrais, através de estratégias refinadas de aprendizagem de gestos, posturas, expressões e modos de vida reelaborados e ressignificados pela cultura travesti, que sobrevive nas frestas da ordem institucional.

Destacaram-se, nesse sentido, as estratégias inventadas pelas transexuais e travestis em uma cidade de médio porte do interior da Bahia para a (re)construção e a (re)modelação de seus corpos, através de técnicas de baixo custo, através de críticas ao saber biomédico, sobre quem detém o controle sobre o acesso às técnicas, assim como da idealização da

hiperfeminilidade. Ao contrário do que se pode crer, essa é uma tática que também aponta que as trans estão retomando sua responsabilidade ética diante da vida, no sentido de que precisam se preparar, enquanto coletivo, para enfrentarem os projetos de subalternização e exclusão direcionados a seus corpos. (MOMBAÇA, 2017).

O que se pretende, a partir desse ponto, é trazer aspectos memorialísticos referentes à negociação entre o masculino e o feminino das mulheres trans e travestis acessadas nesta pesquisa, com o intuito de problematizar algumas generalizações referentes a esse binarismo, bem como apontar particularidades no processo de subjetivação dessas pessoas no contexto interiorano. Dentre esses aspectos, é possível elencar o fato de que algumas: se relacionam sexualmente e afetivamente com homens e/ou mulheres, assumindo orientações sexuais diversas; buscam a passabilidade e serem reconhecidas socialmente como mulheres; outras vezes, são afeitas a realizar cotidianamente tarefas tidas socialmente como masculinas; querem se sentir desejadas, respeitadas e até mesmo cortejadas, como acontece nos territórios de prostituição; assumem-se como sujeitos híbridos, a partir de uma vivência nômade que prescinde de autorizações institucionais para existir.

#### **4.2 Negociações entre gênero e sexualidade na territorialidade trans**

A inserção de questões sobre a sexualidade nas discussões de gênero trouxe inúmeras problematizações que contribuíram e continuam contribuindo sobremaneira para redimensionar os estudos que interseccionam gênero e sexualidade. A esse respeito, as pessoas trans contribuíram especificamente, ao embaralharem a lógica dos imperativos binários (macho/fêmea, homem/mulher/masculino/feminino, ativo/passivo). Será feita, assim, uma pequena exposição inicial da trajetória dessa intersecção no território brasileiro.

No Brasil, até o final do século XX, as trans eram comprimidas na categoria mais ampla de homossexuais. Durante as décadas de 1970 e 1980, segundo Carvalho (2011b), o movimento brasileiro de homossexuais, em busca de uma respeitabilidade social, tenta se dissociar a homossexualidade do estigma da efeminação, o que resulta em uma mudança de comportamento por grande parte dos homossexuais. Para tanto, se esforçam para afastar a identidade gay da identidade travesti, associando essa última à feminilidade, o que contribuiu ainda mais para a sua maior estigmatização.

Nesse período, durante a Assembleia Nacional Constituinte, o movimento gay se organiza de forma mais pragmática, a fim de incluir o termo orientação sexual no capítulo da Constituição que versa sobre Direitos e Garantias Individuais, e assim tentar diferenciar a performance de gênero do desejo sexual. De acordo com Carvalho (2011b, p. 25), “é no topo

das transformações por que passa a categoria ‘homossexual’ nos anos 1970, que se projetam gays, de um lado, e travestis, de outro.”

Além desse processo, o autor destaca outros dois importantes fatores que contribuíram sobremaneira para o avigoreamento da identidade travesti nesse período: o desenvolvimento e o maior acesso às tecnologias de transformações corporais e o arrefecimento da perseguição policial sofrida pelas travestis que ocupavam os espaços públicos durante a ditadura militar e seus desdobramentos nas décadas seguintes.

Um exemplo dessa perseguição foi evocado nas lembranças de Vanessa, uma travesti que contribuiu com esse estudo. Ela relata que, no início da década de 1990, sofria muita repressão policial quando se prostituía nas ruas de São Paulo. Em um desses episódios, ela narra que estava se prostituindo, poucos dias depois de ser “bombada” com silicone industrial, quando foi surpreendida por uma perseguição policial. Nessa ocasião, começou a correr, juntamente com outras travestis, e o silicone que havia bombado desceu para os pés. Até hoje ela carrega a marca dessa violência e atualmente procura, sem êxito, um tratamento de saúde para reverter esse quadro, por medo de desenvolver uma trombose.

No que se refere à identificação como travesti, vale retomar que em outros relatos das interlocutoras desta pesquisa, algumas afirmam que antes eram “gayzinhas”, por não saberem ainda discernir as categorias sexuais e de gênero. Essa característica denota, mais uma vez, a memória do território fronteiriço que elas ocuparam e, por vezes, continuam ocupando:

Eu tinha oito anos e já sofria violência. Inclusive das professoras que falava: “se comporte como homem” [...] e eu percebo que o meu sofrimento era decorrente desse conflito de identidade. As pessoas me taxavam como gay, mas eu nunca gostei só de meninos. Sempre gostei de meninos e de meninas, mas me impunham isso. Você é gay e eu era gay. Eu não sabia nem o que era ser bissexual, embora tinha o desejo lá, né. Também não sabia o que era ser travesti, transexual, não tinha esse nome não. Esses nomes não eram muito claros não, sabe? (Luciana).

Experienciar essa zona limítrofe, nas memórias dos corpos trans, significa também uma condição constante de passagem entre fronteiras socialmente reconhecidas dos territórios do gênero e da sexualidade, vivenciada como uma condição existencial cotidianamente reafirmada. Em outra narrativa construída nesse estudo, Daniela traz uma lembrança emblemática que demonstra o quanto algumas definições e siglas continuam embaralhadas em um entrecruzamento que denota claramente esse território de fronteira. Lugar que abarca questões de gênero, sexualidade, identidade, representação, trabalho e ativismo:

Aí esses últimos tempos, que surgiu esse modo de trans, de transfobia, de não sei o que. Porque antigamente não tinha nada disso, ou era traveco ou era travesti ou transexual operada, só. Não tinha esse negócio. Ter tinha, mas não era divulgado o LGBT, LBGBTS e não sei o que, é tanta sigla que surgiu agora. (Daniela).

Na sociedade brasileira, entretanto, perdura a rigidez dos papéis e desejos afetivo-sexuais. Uma comprovação evidente disso são os processos terapêuticos formais que condicionam as pessoas que desejam se submeter ao processo transexualizador. Essas pessoas, até chegarem à cirurgia de redesignação, precisam passar por acompanhamento psicológico e psiquiátrico por dois anos e alcançar um diagnóstico psiquiátrico. Esse diagnóstico está embasado no conceito de transexualismo criado por Harry Benjamin na década de 1960, como explicitado em seção anterior dessa tese, que estabelece a distinção entre travestismo e transexualismo, bem como a exclusão da homossexualidade. (ARÁN, 2006) Ou seja, há uma exigência da orientação heterossexual nos protocolos diagnósticos a que são submetidas as pessoas que buscam esse procedimento, o que, além de reiterar a rigidez dos papéis sexuais em nosso contexto cultural, reitera também a noção de desvio associada à homossexualidade.

Ainda hoje perdura, na sociedade em geral, a inclusão das travestis na categoria mais ampla de homossexuais. Se antes o movimento de homossexuais reivindicava sua respeitabilidade dissociando sua identidade da identidade travesti, atualmente, de modo inverso, as travestis reivindicam sua identidade política e reclamam da associação generalista feita entre homossexuais e travestis e o uso indistinto da orientação sexual e da identidade de gênero, perspectiva identificada na narrativa de uma das interlocutoras deste estudo:

Então eu me identifico como travesti pela fisionomia, pelo modo de me vestir como mulher, no meu modo de me maquiar, no meu modo de ser. Porque tem gente que confunde muito, ser travesti com sexo, a cama. (Valentina).

Não obstante a reivindicação da dissociação da identidade travesti a homossexualidade, como explicitada nessa fala de Valetina, muitos trabalhos realizados com o público trans afirmam que a prática sexual homoafetiva, nesse cenário, se caracteriza como um traço constitutivo do processo de subjetivação de inúmeras trans. Silva (2007) afirma que o desejo sexual por homens, ainda na infância, é uma característica comum entre as travestis brasileiras. Ademais, durante a produção dos dados desta pesquisa, quase todas afirmaram terem tido relações sexuais com homens mais velhos na infância e no início da adolescência, sendo este um aspecto crucial em suas trajetórias. No entanto, esse aspecto também encerra

uma série de violências, já que a maioria sofreu violência sexual, ainda na infância, de vizinhos, padrastos, tios, pais e até mesmo do pároco da cidade.

#### **4.2.1 Idealização do feminino e aspiração da passabilidade**

Existem pessoas trans que se defendem da ambiguidade e querem se tornar “mulheres de verdade”. Reiteram, constantemente, a evidência de sua performatividade feminina, para que não suscitem mal-entendidos e respondam às expectativas sociais quanto às representações do gênero desejado.

Essas mulheres geralmente se intitulam como transexuais, trans ou mulheres trans, tencionando diferenciar-se das travestis que, segundo elas, consoante a noção que perdura no senso comum, seriam pessoas que não desejam ser completamente mulheres:

Quando você se enquadra como transexual, significa o quê? Transformação do sexo. É do sexo masculino, passou a ser do sexo feminino, então eu me enquadro como transexual porque eu ainda quero fazer a operação, não me enquadro como um travesti porque o travesti olha pra si mesmo e ele está feliz com o corpo dele<sup>43</sup> e, para ele, tanto faz como tanto fez. (Mirante).

O desejo de passar pelo processo de transgenitalização, mesmo implicando o assujeitamento a um diagnóstico psiquiátrico, é um traço comum da maioria das interlocutoras que se autodeclararam como mulher transexual neste trabalho. Algumas relataram que já haviam tentado procurar a Coordenação LGBT do município a fim de viabilizar esse processo, mas que a morosidade e a complexidade que precisariam enfrentar para se deslocarem para outras cidades e Estados e se submeterem a todas as etapas deste fizeram com que elas desistissem. Dentre elas, nenhuma enfrentou nem as primeiras etapas de formalização do complexo processo transexualizador. Essa realidade poderia ser diferente, caso houvesse um ambulatório especializado no atendimento à saúde da população trans no município ou mesmo o empenho da Secretaria Municipal de Saúde em implementar as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População LGBT no município.

Esse desejo de transformação, por sua vez, divide as opiniões das trans conquistenses. Nesse sentido, algumas consideram que a cirurgia não garante que as transexuais sejam

---

<sup>43</sup> O uso do masculino para se referir às travestis, neste caso, mais que indicar as possibilidades de transmutação das existências trans para além da masculinidade e feminilidade, parece funcionar mais como uma tentativa de rebaixar as travestis, reforçando as relações hierárquicas entre os dispositivos da transexualidade e travestilidade, como discutido na seção 2 desta tese.

aceitas como “mulheres de verdade”, já que a genitália não é visível socialmente, então, sob essa ótica, os códigos de inteligibilidade social seriam muito mais eficazes que a submissão a um diagnóstico patologizante. Luciana, por exemplo, traz à tona a discussão de que ser mulher e ser homem, vai além da questão da genitália, de se ter uma vulva ou um pênis.

Dentre as que se autodeclararam transexuais, algumas afirmavam que sentiam nojo ou indiferença pelo seu órgão genital, inclusive algumas afirmavam que a relação sexual não tinha muita importância em suas vidas ou que assumem uma posição de passividade durante essa relação, como relatado por Gabriela:

Por que eu sou uma mulher trans? Porque a mulher trans, ela é na mente, assim, ela se realiza como mulher. Não gosta de ter órgão, não gosta de característica nenhuma masculina. O sexo para mim nem é tão importante porque eu vejo assim, a travesti, ela gosta de ter o órgão, ela gosta de ter relação sendo passiva ou ativa. Já no meu caso não. Eu sou passiva, sou uma mulher mesmo.

O papel ativo ou passivo na relação sexual, que reforça os estereótipos de gênero na cultura heterocentrada, também aparece nas narrativas de algumas trans. Parker (1991) e Kulick (2008) afirmam existir um aspecto singular da cultura sexual no Brasil, de modo que a assunção do papel sexual ativo ou passivo se configura como uma característica fundamental na definição dos papéis de gênero. Assim, as pessoas que possuem desejo sexual por homens e que incorporam a postura de passividade em uma relação sexual podem ser identificadas como femininas.

Um outro ponto importante na defesa da ambiguidade das transexuais que querem se tornar “mulher de verdade” é a busca incessante da passabilidade, através da afirmação e corporificação dos códigos sociais atribuídos ao feminino. Benedetti (2005) aponta que o *passing* é um termo cunhado por Garfinkel (1967), em um estudo realizado com uma transexual americana e refere-se à

[...] aprovação social do comportamento, ou seja, as características masculinas do corpo e o comportamento já não são identificados ou visíveis para as pessoas com quem a transexual convive ou divide espaços, não havendo dúvidas sobre sua construção feminina. (BENEDETTI, 2005, p. 104).

Em busca da passabilidade, as pessoas trans modificam seus gestos, sua voz, seus comportamentos, investindo em performatividades, relações sociais e sexuais que se aproximam mais da feminilidade idealizada no contexto heteronormativo. São corpos milimetricamente pensados e esculpidos, já que “as arestas grosseiras da montagem apontam



para a artificialidade na construção dos corpos.” (SANTOS, 2020, p. 118). Nesse sentido, Mirante afirma:

Comecei também a aprimorar as maquiagens. Aquelas técnicas de maquiagem que é para esconder tudo para você se transformar em outra pessoa, em outro personagem. Na hora que lava tudo, fica in natura, meu amor, volto a ser aquela bruxa! [...] aí e fui melhorando para não ficar tão evidente que eu estou maquiada e também não ficar aquela coisa assim: "Oh, estou reconhecendo que você está maquiada, você não é uma mulher, você é um traveco". (Mirante).

As trans que desejam conquistar a passabilidade constroem cuidadosamente seus corpos para se livrarem das características atribuídas socialmente ao masculino e esse projeto é auferido dia-a-dia, permanentemente. Esse é o caso de Flor, uma participante que se autodeclara como mulher trans. Ela usava roupas curtas, com muitos decotes e sempre andava com uma maquiagem impecável. Seu rosto possuía traços sutis, e seus gestos, sempre muito contidos, sugeriam a representação de um ideal feminino associado à fragilidade, delicadeza e passividade. Ela quase não se manifestava nas conversas entre as demais e expunha-se mais durante as festas, sobretudo sob o efeito de bebidas alcoólicas, através da dança e do canto (ela adorava cantar).

Nas redes sociais, espaços privilegiados para a produção e difusão de signos, Flor postava com frequência fotos em poses sensuais, fazendo uso de lingerie e roupas curtas que acentuam as curvas do seu corpo, assumindo assim uma performance sedutora e hiperfeminilizada. Notou-se que ela objetivava mostrar-se desejável, através da glamourização de sua feminilidade, sobretudo para os homens.

Essa construção laboriosa da performance feminina adquire sentido na demonstração social dessa adaptação que visa pleitear uma existência plena, um *close*<sup>44</sup>. Para tanto, muitas representam o papel de frágil, dócil, dengosa, por acreditarem que a incorporação dessas características (ou estereótipos) relacionadas ao gênero feminino, lhes garantiria o status de mulher.

Percebeu-se que o esforço empregado por Flor na reconstrução do seu corpo para ser reconhecida como mulher, processo muitas vezes vivido de forma dolorosa e solitária, é motivo de muito orgulho ao lograr êxito. Como consequência, em algumas incursões no campo de pesquisa, notou-se que Flor era excluída pelas colegas, sob o argumento destas de que ela não se sentia confortável habitando o território da fronteira entre os gêneros e buscava

---

<sup>44</sup> Termo êmico utilizado pelas trans e significa chamar a atenção para si de forma positiva.

incessantemente a mulher idealizada, pautada no protótipo de pureza feminina. Denota-se daí que a corporificação dos códigos de inteligibilidade social passa também a ser um distintivo hierárquico nas memórias do processo de reinvenção desses corpos.

Nessa direção, existem algumas críticas direcionadas a essas transexuais, advindas sobretudo de alguns setores do movimento feminista, pautadas no argumento de que a busca da passabilidade contribui para reforçar os estereótipos de gênero já superados pelas mulheres. A esse respeito Bento (2003, p.8) afirma que, segundo esse movimento, as mulheres transexuais seriam “as responsáveis por recordarem uma época de subordinação das mulheres. No entanto, as performances discursivas que reproduzem a idealização da mulher dona de casa, esposa fiel, mãe, não se limitam às mulheres transexuais”. Cabe ainda o destaque de que a idealização da feminilidade pelos corpos trans é apenas uma das existências possíveis, portanto, não se deve generalizar essa experiência.

Nesse âmbito, presume-se que as mulheres trans estão mais suscetíveis à aprovação ou à reprovação dos seus corpos, na medida em que evidenciam suas corporalidades femininas. Sendo assim, mesmo que se aproximem da forma que idealizaram para seus corpos, estão cientes que não alcançarão a finalização desse projeto de construção, pois, além de se referir a um ideal, trata-se de uma construção caótica, sempre em crise, como aponta esse relato de umas das interlocutoras: “O tempo inteiro eu quero quebrar meu corpo, destruir meu corpo. Quero, a partir de meu corpo, criar outro corpo, e ele é um campo de batalha porque ele não é confortável nem para mim, nem para as pessoas que estão perto de mim, então é o tempo todo em conflito”. (Luciana). Esse desconforto, no entanto, não é uma prerrogativa dos corpos trans. Isso porque, ao levar em conta os sistemas operacionais e institucionais que submetem os corpos às normativas compulsórias e reproduzem incessantemente seus domínios, mantendo-os sob vigília, é possível afirmar que essa condição marca os corpos cisgêneros e transgênero indistintamente.

#### **4.2.2 Inclinação às características atribuídas à masculinidade**

Ao compreender o gênero como estratégia social que atribui significado aos corpos, relações sociais, valores e crenças, concebe-se que as memórias de travestis e mulheres transexuais evidenciam o gênero construído em direção ao feminino, ao passo que algumas não se subjetivam na posição da feminilidade atrelada às noções de fragilidade e de passividade.

A depender do contexto em que estão inseridas, se observa que elas usufruem das características masculinas e, através de negociações e ressignificações, utilizam de modo singular os ingredientes dos gêneros. Desse modo, “para terem mais segurança no processo de inserção no mundo do outro gênero, alguns/umas tentam reproduzir o modelo da mulher submissa e do homem viril, pondo em destaque traços hegemônicos do gênero.” (BENTO, 2003, p. 8) e reiterando o caráter ficcional de sua construção.

Um exemplo dessas negociações realizadas no território fronteiriço do corpo trans, aparece de forma explícita no relato de Valentina, uma travesti que feminilizou seu corpo fazendo uso de grande quantidade de silicone industrial. Ela afirma que embora se sinta muito feminina em suas curvas corporais, gosta de fazer atividades consideradas masculinas. Diz não se identificar muito com os serviços domésticos e com outras atividades naturalizadas como pertencentes ao suposto universo feminino, e que gosta mesmo de “serviços pesados”. Ela afirma possuir um comportamento ativo em relação às demandas práticas do cotidiano e quando possível, também nas relações sexuais.

Depreende-se que tais preferências não estão relacionadas com a forma atual do seu corpo travesti, pois ela se identifica socialmente como mulher, busca a feminilidade constantemente e, no cotidiano, alterna suas atividades de prostituição com atividades consideradas masculinas:

Então, eu sempre gostei do mais pesado como até hoje. Até hoje, dentro de casa eu faço, eu limpo uma casa, faço uma comida, sei fazer muito bem, mas eu sempre gosto da parte da furadeira, entendeu? Da maquina. Então, era muito musculosa devido a esse esforço, gostava de subir em pé de árvore, pé de coco, pé de mangueiras. Amava trepar no pé de árvore! (risadas). (Valentina).

Mais de uma pessoa entrevistada neste estudo critica a relação de passividade atribuída às mulheres e aponta como reverterem isso em algumas negociações. Durante a atividade da prostituição, por exemplo, em que homens tentam trapaceá-las, muitas vezes elas precisam explicitar que também podem se subjetivar no lugar masculino de agressividade, para não sofrerem mais violência.

Nesse sentido, foi possível presenciar uma atitude de agressividade em uma imersão no campo de pesquisa, a partir de um episódio no trânsito:

Assim que as primeiras convidadas foram chegando na festa, fizemos uma vaquinha e fomos comprar cerveja, Vanessa, Valentina e eu. No carro de Valentina ouvíamos a música Chame Gente, na voz da animadíssima Ivete Sangalo. Assim que saímos da garagem, um carro que ia passando na rua não esperou a manobra e quase íamos colidindo. Valentina começou a xingar

e gritar com o homem e disse que se ele batesse no seu carro, ela ia atrás dele. Afirmou não admitir certas posturas dos homens no trânsito em relação às mulheres e conta que uma vez, em uma briga de trânsito, um homem jogou um extintor no carro dela e ela enfrentou a dominação masculina e foi atrás, com várias meninas dentro do seu carro, fechou o carro dele e deu um tapa no para-brisa que rachou todo. (Diário de campo, 26 de maio de 2019).

Em outra circunstância, ao narrar o caso de uma travesti que teve sua casa incendiada pelo companheiro em uma de suas brigas, um homossexual, que participava do círculo de amizades das interlocutoras dessa pesquisa, lamentou a impossibilidade de essa travesti negociar os sentidos atribuídos socialmente aos gêneros: “O problema é que ela esqueceu que é homem, ela fica muito no lugar de mulherzinha”. (Luiz<sup>45</sup>). Neste caso, ele parece referir-se ao papel desprivilegiado da mulher na equação binária da diferença sexual.

Essas outras possibilidades de relações a partir do gênero denunciam a urgência de análise e problematização a que devem ser submetidas as classificações sexuais e de gênero. A possibilidade de habitar a fronteira não significa que a existência trans se posicione a partir de um terceiro gênero. No entanto, ao escapar da premissa dual sobre os gêneros feminino e masculino, pode-se supor um *continuum* que transita entre o masculino e o feminino de modo processual na composição das performatividades desses corpos.

### 4.3 O território fronteiro da prostituição

O território da prostituição também é um contexto fluido e em constante deslocamento, no que se refere às características do masculino e do feminino e, ao longo das décadas, esse território foi transpassado por inúmeros sentidos e experiências. Nesse espaço, as trans valem-se das características sociais e culturais para experimentar o gênero e a sexualidade e compor outros modos de existência coletiva, por intermédio de diversificadas práticas, ritos, valores e signos.

Na segunda metade do século XX, o travestir-se passa a se constituir como identidade social de um grupo que possui trânsito entre os gêneros e que constrói e luta por valores próprios relacionados ao feminino e ao masculino. Isso se dá em função da efervescência de discussões e questionamentos sobre a sexualidade, que decorre na década de 1960, compreendida não apenas como meio para a reprodução humana, mas, sobretudo, como fonte de prazer.

A identidade feminina travesti é concebida no Brasil em contextos como o carnaval e a prostituição, por se tratarem de territórios mais flexíveis e permissivos (DAVI; DE TOLEDO

---

<sup>45</sup> Informação verbal obtida através de uma conversa informal realizada em 14 de setembro de 2018.

BRUNS, 2015). Leite Jr (2008), em revisão e análise feita sobre essa temática em inúmeros estudos na área de ciências sociais, conclui que, em todo o território nacional, a identidade travesti está intimamente ligada ao contexto da prostituição. Em outro trabalho, o autor afirma que “‘travesti’ em nosso país é principalmente uma classificação local, não se referindo ao conceito clínico de ‘travestismo’ [...] ‘travesti’ também é uma classificação nativa brasileira vinda da cultura popular e midiática”. (LEITE JR, 2014, p. 45).

Em seu importante estudo historiográfico sobre a homossexualidade no Brasil no século XX, James Green (2000) aponta que, a partir da década de 1960, a correspondência entre a identidade travesti e a prostituição vai sendo feita paulatinamente, não somente pela cultura popular, como também pelas instâncias médicas e policiais. Essa identidade territorializada começa a ser então, aos poucos, associada à pobreza, à marginalização e à criminalidade.

No imaginário social, a corporalidade travesti passa a ser considerada desprezível, indecente, imoral, por ser vinculada ao espaço das ruas e da pornografia. Muitas travestis sofreram perseguições e violência por parte de instituições policiais, sobretudo no período da ditadura civil-militar brasileira na segunda metade do século XX, ao se verem associadas ao mundo do crime. Mesmo não existindo no país, naquele momento, uma lei que criminalizasse a prostituição, elas eram acusadas de práticas públicas de atos obscenos, perturbação da ordem pública, vadiagem, dentre outras acusações. (CAVALCANTI et al, 2018; LEITE JR, 2006; VERAS, 2019).

A partir da década de 1980, ao tempo em que as travestis que trabalhavam como prostitutas sofriam com o estigma da marginalização e da aids, por outro lado, também começaram a surgir, com o auxílio da mídia, espaços de visibilização e resistência, através de denúncias da truculenta perseguição policial que sofriam, bem como da construção de outras narrativas acerca de suas experiências. (VERAS, 2019).

No entanto, é importante ressaltar que o espaço da prostituição é, sem dúvida, um dos mais importantes nas memórias de reconstrução dos corpos e do gênero das mulheres transexuais e travestis, bem como para as suas sociabilidades e construções identitárias e subjetivas, portanto, não deve ser considerado tão somente pela possibilidade de obtenção de renda que oferece.

Inúmeros estudos realizados sobre esse tema destacam que, nesse espaço, elas aprendem sobre a construção do feminino em seus corpos, assim como sobre uma série de códigos e signos que garantem sua inserção social em um universo simbólico criado nas vivências da rua e compartilhado nas práticas de sociabilidade, através do amadrinhamento,

que geralmente é feito pelas trans mais velhas para as mais novas, por meio do estabelecimento de vínculos recíprocos de solidariedade e deveres. (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009; FERREIRA, 2007; JEOLÁS, 2009; ORNAT, 2008; SILVA, 2004; BENEDETTI, 2005; SILVA, 2007)

As trans têm assim, nesse território, a principal (e para algumas única) possibilidade de convívio social em que, dentre outras práticas, negociam roupas, objetos, acessórios e drogas. (BENEDETTI, 2005). Gabriela, interlocutora que se autodeclara mulher transexual e que tem mais de 50 anos de idade, nunca trabalhou com a prostituição, mas afirma, a partir das memórias de reinvenção de si, que quando começou a entender que queria transpor o gênero que lhe foi designado, começou a procurar pessoas afins para se socializar e trocar experiências. Conta que em Vitória da Conquista naquela época, início dos anos de 1990, era difícil defrontar-se com pessoas que estavam passando por questões semelhantes. Na ocasião, passou a frequentar os pontos de prostituição da cidade à noite, pois aquela era a única possibilidade para socializar e trocar informações com outras travestis.

Outra interlocutora, por sua vez, afirma que a rua foi o único lugar em que se sentiu acolhida em Conquista, durante seu difícil processo de se construir/assumir como pessoa trans:

Minha ocupação aqui na cidade seguiu algumas orientações de identidade, né? Quando eu tinha uma vivência de gay Cis, eu frequentava a universidade, os bares gays e as ruas era um motivo de conflito pra mim. Depois que eu passo a me assumir como travesti acontece uma reviravolta, né? Eu sou rejeitada em muitos lugares, principalmente nos lugares que eu ensinava, né? Então a minha ocupação das ruas começou por eu ser expulsa de lugares que eu frequentava. Eu não era mais bem recebida nos bares gays, eu não era mais bem recebida na universidade, eu não era mais bem recebida no meu emprego, aí eu fiquei assim, perdida, né? Aí fui acolhida pela rua, com tudo que a rua tem, as travestis, os drogados, os assaltantes, todo mundo que vive na rua. (Luciana).

Em tais espaços, geralmente públicos e exclusivos, elas fortalecem a cultura trans, que inventa ou reelabora maneiras de viver, e atribuem determinados sentidos à realidade circundante, por meio de costumes, ritos, linguagem, valores. Neles, aprendem técnicas e elaboram artifícios para lidar com a imprevisibilidade das ocorrências cotidianas: “aprendi a como lidar no mundo da prostituição. Ou seja, como a gente sempre diz, que esse mundo da rua é um mundo cobra. Então eu aprendi a ser mais cobra ainda. Aliás, eu já era, só aflorei minha cobra.” (Ana).

Ademais, o território da prostituição é também o lugar em que se sentem valorizadas, em contraposição aos espaços de trabalhos formais, em que muitas são humilhadas e desrespeitadas (KULICK, 2008) além de, geralmente, ocuparem cargos mal remunerados. Enquanto em diversos lugares da cidade esses corpos são considerados socialmente como abjetos, nos territórios em que se prostituem, eles podem ser admirados, reconhecidos e desejados sexualmente, como indica a seguinte memória de uma interlocutora:

Aí me apaixonei pela vida da prostituição porque, naquela época, você não achava homem para lhe tratar bem. Na prostituição, o homem pagava e ele ainda tratava bem. Tinham homens belíssimos que me pagavam, levavam para motel: “Você quer o quê? Você quer como?” E, na rua, a gente não achava isso. Então, me apaixonei. (Valentina).

No entanto, mesmo sendo um território imprescindível para a construção de subjetividades e identidades das pessoas trans, vale pôr em evidência que muitas mulheres transexuais e travestis caem<sup>46</sup> na prostituição por não disporem de outras oportunidades de inserção social, o que caracteriza essa atividade como uma estratégia perversa de sobrevivência. No livro em que narra suas memórias, Luísa Marilac lembra de como foi impelida à vida de prostituta:

Até que surgiu a oportunidade de ser faxineira no puteiro do cubano. Secretamente, eu sempre havia sonhado em deixar os programas. Sei que muitas prostitutas acreditam que a prostituição é um emprego como qualquer outro, do qual ninguém deve se envergonhar. Elas têm todo direito de pensar desse jeito e serem respeitadas por isso. Para mim nunca foi assim. Questão de vocação, talvez? Nunca gostei de estar ali, sempre me vi obrigada a permanecer.” (MARILAC; QUEIROZ, 2019, p. 169).

Muitas delas não conseguem trabalho no mercado formal, o que consiste efetivamente em um problema, uma vez que, quase sempre abandonadas pelas famílias, não têm como garantir sua sobrevivência econômica. Além disso, diante da possibilidade de muitas vezes ganharem mais dinheiro na prostituição do que em outros empregos formais, segundo relatam, outras tantas deixam o emprego para trabalhar apenas com a prostituição.

Assente a essa discussão, torna-se prudente suscitar questões sociais, históricas, políticas e econômicas inextricavelmente associadas ao território da prostituição, tais como a exploração sexual infantil, o tráfico de drogas, homicídios e diversos tipos de violência,

---

<sup>46</sup> Benedetti (2005) insinua que esse termo utilizado pelas travestis que praticam a prostituição pode ter dois sentidos: um primeiro relaciona-se com uma ideia, muito utilizada pelo senso comum, de queda como representação da prostituição como uma ocupação degradante, uma experiência humana inferiorizada. Um segundo sentido refere-se a queda como uma mudança de condição que representa a passagem para a vida adulta. Nesta pesquisa as interlocutoras utilizaram esse termo em ambos os sentidos.

incluindo a policial (PINHEIRO, 2014). Somado a isso, o medo e a insegurança marcam a vivência desses corpos que convivem cotidianamente com assaltos, brigas, acertos de conta e ofensas de transeuntes, o que aponta para a complexidade desse território.

Muitas delas narram sobre seus medos, sobretudo quando estão sozinhas nas ruas durante a madrugada e precisam fazer um programa. Para isso, entram no carro de um cliente e, a partir dali, mesmo tendo suas estratégias de defesa, elas não sabem mais o que pode lhes acontecer, como relatado nesse trecho da narrativa de Valentina, interlocutora que trabalha há mais de 30 anos como prostituta:

you já desce na rua, you já desce esperta, you desce sempre com pé atrás, porque you sabe que lá é uma zona de risco. You está entrando, mas you não sabe se vai sair, entendeu? Tem o risco do cliente ser um psicopata, de ser um transfóbico, de ser um ladrão, de ser uma pessoa perversa. A primeira coisa que eu faço quando entro no carro, eu pego logo na neca do homem. Se eu vir que não está ficando dura, está com alguma maldade.

Ainda há outros desafios que são postos aos corpos trans nas vias públicas em que praticam a prostituição, como o frio, o sono e os longos períodos em pé, geralmente sob saltos altos. Nesse ambiente, elas usam o mínimo de roupa e investem ainda mais na construção do feminino em seus corpos, já que esse muitas vezes é um fetiche dos clientes. Muitas relatam desconforto com os saltos, as roupas apertadas e o frio que passam durante as madrugadas em Vitória da Conquista, cidade em que, no inverno as temperaturas chegam a 8 graus.

Valentina também narra, a esse respeito, seu sofrimento com a prostituição na Itália, pois quando chegou não tinha casacos para enfrentar o frio europeu e, em função disso, começou a fazer uso de bebidas alcoólicas:

Comecei a beber na Itália por causa do frio, aí me acostumei e hoje em dia eu bebo, porque eu não bebia também. Um frio do inferno. Eu chegava toda em carne viva por causa do frio. Meu braço queimou todo. Queimou minha "neca" toda, os homens queriam chupar, era um inferno para ela ficar dura, toda ardendo. Quando eu cheguei lá não tinha roupa adequada, desci a primeira vez com um casquinho curtinho, morrendo de frio. Fui morar com uma "bicha" e ela foi me ensinando às coisas, onde vendiam roupas mais baratas. Fui comprando casacos, fui me organizando. (Valentina).

O uso de substâncias psicoativas é muito comum entre as mulheres transexuais e travestis que trabalham com a prostituição, não somente em função do envolvimento com a tráfico de drogas, mas principalmente em função das condições adversas que encontram em suas experiências notívagas, como apontado nesse relato:



Aí você me pergunta: “Mas por que vocês bebem tanto?”. Eu não vejo uma travesti que não se coloca, se coloca que a gente fala é: ou usa droga, ou bebe, ou fuma. Porque, muitas vezes, só assim para tomar coragem para fazer certas coisas. Porque imagina, três horas da manhã, você sozinha na rua, em um nevoeiro e você precisando de dinheiro. Para um carro com homem de todo o tamanho, com uma cara de maluco, bêbado e te oferece tal dinheiro que você está precisando. Aí a gente fala assim: “Eu vou, ou não vou? E agora, meu Deus?”. A precisão fala mais alto. Agora, se a bicha estiver bêbada ou o que for, não vê altura, não vê nada, entra logo e emboca (risos). Emboca e ainda fala: “Eu entro pelo porta-malas ou pela frente?” (risos). (Daniela).

Esse clima de insegurança vivenciada por elas nas ruas também reverbera em outros espaços de sociabilidade, ainda que os mesmos sejam frequentados apenas por pessoas amigas e conhecidas, como nas festas que elas realizam em suas próprias residências. Situação semelhante foi notada durante uma imersão no campo de pesquisa realizada em março de 2019:

Elas me receberam muito bem, fizeram questão que eu ficasse à vontade e em alguns momentos até entrevistaram em algumas situações que presumiram que eu estava sendo importunada por algumas pessoas presentes. Vanessa logo sugeriu que eu escondesse minha bolsa lá no quarto dela, pois lá ela estaria mais segura. Isso remete, de certo modo, às lembranças relacionadas a situações de insegurança que as travestis experimentam em suas experiências cotidianas, embora as pessoas que estivessem na festa fossem pessoas com as quais elas já compartilharam inúmeras vivências, havia o reconhecimento de que ali poderia desenrolar alguma situação indesejada. (Diário de campo, 26 de maio de 2019).

Em seus relatos autobiográficos sobre suas experiências com a prostituição, publicados no livro *E se eu fosse puta* (2016), Amara Moira, travesti doutora em Teoria e Crítica Literária pela UNICAMP, admite que mesmo tendo vivido 29 anos como homem cis e tendo tido acesso privilegiado à educação, não pôde escapar da violência sexual de um cliente, ao ser lida como uma travesti prostituta:

Eu, que me achava poderosa, em condições de peitar quem quer que fosse por conta da criação que tive, não dei conta de evitar que o cliente me forçasse a seguir com o programa mesmo depois de ele ter me machucado, mesmo depois de eu sem vontade alguma, eu sentindo as dores não só físicas, mas também as de não conseguir dizer não. Sinalizar sofrimento não foi o bastante para evitar que ele continuasse e, na verdade, hoje me parece até que se excitou mais em imaginar que, com seu pau, conseguiu machucar uma profissional do sexo. (MOIRA, 2016, p. 58).

Nesse mesmo livro, um pouco mais adiante, ela denuncia as marcas do machismo estrutural e da nossa herança colonial e patriarcal, que não estão circunscritas ao contexto da

prostituição, mas que favorecem uma leitura menos romantizada desse território, considerado por ela, em função dessas características, um lugar inerentemente violento:

[...] cada novo cliente que me aparece, a experiência da rua se torna mais parecida com uma experiência de abuso de violência...se a camisinha arrebenta e o cliente tenta continuar mesmo assim [...] (os relatos que ouço de lixo que tirou o capuz sem a travesti perceber ou que pôs arma na cabeça dela e obrigou a dar sem), as violências verbais todas, as falas a respeito da esposa (“sou casado, então não dá pra vacilar”), tudo tem transformado radicalmente a imagem que eu fazia da prostituição.” (MOIRA, 2016, p. 95).

Portanto, diante da impossibilidade de escapar completamente dessa realidade social condescendente com a produção da subalternidade e a regeneração das feridas coloniais inscritas nos corpos trans, resta a possibilidade de causar fissuras, deslocamentos e construir, a partir desses dispositivos, experiências de singularização, como as constantes negociações que acontecem entre elas e os clientes.

Esse deslocamento ou fissura pode ser reconhecido quando as trans costumam exibir suas formas corporais e sua performance feminina nos territórios públicos da prostituição, ao mesmo tempo em que na prática sexual, que geralmente ocorre em espaços privados desse mesmo território, elas negociam as representações sobre o masculino e o feminino com seus clientes a partir da interpenetração de discursos, práticas, mentalidades:

Na cama eu sou qualquer coisa, eu sou homem, sou mulher, eu sou tudo [...] eu sou daquela pessoa que eu estou com um homem na cama, eu sou pau para toda obra! O que ele quiser a gente faz, se ele quiser ser só homem, ele é homem; ou se ele quiser ser homem e mulher, é homem e mulher; se ele quiser ser só mulher, ele vai ser também. O que eu quero é chegar ao meu orgasmo. (Valentina).

O embaralhamento dos códigos associados ao feminino e ao masculino, a ambiguidade e a ocupação do território fronteiro não se circunscrevem apenas às transexuais e travestis que se prostituem, mas engloba também seus clientes que, relativamente a esta pesquisa, no geral trata-se de homens cisgêneros, muitos deles casados, que compartilham, mesmo que irrefletidamente, do deslocamento desses signos auferido no universo da prostituição. Cabe destacar que a fluidez desses códigos, assumidos pelas trans e por seus clientes, depende dos acordos feitos em cada relação e são distintos em cada contexto. Com efeito, as noções de passivo/ativo, alinhadas às noções de feminino/masculino, reiteram a ideia de que as relações sexuais conferem sentido às relações de gênero construídas e vivenciadas na reinvenção de si dos corpos trans que se prostituem.

O mais intrigante é que, de acordo com inúmeros estudos realizados sobre as trans e a prática da prostituição, e que são ratificados pelas memórias das interlocutoras dessa pesquisa, a grande maioria dos seus clientes, embora seduzidos pelas corporalidades e performances femininas - exibidas pelas trans através das curvas corporais, das vestimentas minúsculas, dos cabelos longos e bem cuidados, dos gestos sensuais -, exercem o papel passivo nas relações sexuais e o pênis representa a centralidade do seu desejo sexual.

Existem, ainda, outras representações ambíguas conferidas aos corpos trans que se prostituem, sobretudo quanto à sua presença nos espaços públicos e privados aqui já citada. Em seus relatos, as interlocutoras desta pesquisa revelam que muitas vezes são discriminadas e humilhadas em certos espaços públicos, ao mesmo tempo em que são procuradas e desejadas por essas mesmas pessoas que as discriminam e humilham nos espaços escuros e desertos em que se prostituem. Afinado a essa ideia, Peres (2005) relata esse aspecto percebido na obra de alguns autores que discutem o tema, os quais “[...] perceberam contradições entre a cultura rígida e conservadora a respeito das sexualidades e dos gêneros, e ao mesmo tempo, uma certa tolerância com as diferenças sexuais, mascaradas por práticas que apenas são permitidas no espaço privado, como coisas da intimidade.” (PERES, 2005, p. 22).

As práticas sociais e sexuais que envolvem as pessoas trans no terreno da prostituição denotam certa ambiguidade também por estas serem vistas simultaneamente como sedutoras e perigosas. Vistas, neste contexto, tão somente como objetos de desejo sexual, são consideradas mais atraentes e, em algumas ocasiões, são tidas como fetiches sexuais, por encerrarem em suas corporalidade aspectos referentes aos modelos femininos e masculinos simultaneamente.

Essas corporalidades trans, que são eminentemente desejadas e consumidas, provocam assim reações disruptivas que desacatam as normatizações cis-heterossexuais e são consideradas, portanto, como aberrações em uma conjuntura sociocultural prenhe de representações pré-fixadas. Esses corpos, tão desprezados socialmente, são sigilosamente cobiçados, sobretudo por homens que mantém relações conjugais estáveis com mulheres cis, mas que muitas vezes só satisfazem seu desejo sexual por intermédio da prostituição e da pornografia. Assim, de acordo com Dionys Melo dos Santos (2019), o Brasil é o país que mais consome pornografia com travestis, estando 57% acima da média global. Ou seja, os corpos trans são desejados na mesma proporção em que são negligenciados e violentados em nosso país.

Em um interessante estudo sobre pornografia bizarra como entretenimento, o pesquisador Leite Jr (2006) faz uma distinção entre pornografia e erotismo, a partir da qual

conclui que a pornografia está ligada ao mundo da prostituição e se relaciona aos apetites sexuais desregrados e imorais, que insinuam a perspectiva carnal, comercial e explícita. O erotismo, por sua vez, evoca algo mais sublime, delicado e sugestivo e não algo explicitamente exibido. Para o autor, essa diferenciação pauta-se em uma representação hierárquica que disputa por um poder capaz de estabelecer a distinção social entre os grupos sociais que se enquadram às normativas e os que são considerados abjetos, sendo os primeiros representantes do erotismo, enquanto os outros são corolários da pornografia.

Essa disputa aparece claramente em um diálogo estabelecido com uma das interlocutoras desse estudo, em que ela narra a atitude de uma mulher cis que postou em uma de suas redes sociais: “Esse povo acaba com a boa moral da família”. No que ela retrucou imediatamente, “ô meu amor, comece a pensar duas vezes antes de dizer que eu destruo sua família porque é o seu marido que vem até mim pra poder fazer sexo comigo, ele rompe com a família dele pra entrar em espaços que não são da família. Num é muito por aí, não é a gente que vai até vocês não. Mas saiba que você beija a boca do seu marido com gosto de minha gala.”

A fala da mulher cis, que posiciona os corpos das trans que se prostituem em um lugar de abjeção, traz à tona que o mesmo projeto normatizador que empurrou esses corpos sem alternativas viáveis de inserção social ao território paradoxal da prostituição, culpabiliza e subalterniza esses corpos com o intuito de manter as hierarquias das estruturas de saber-poder.

É importante frisar que a moralidade cristã atua de modo incisivo na racionalidade moderna ocidental, incutindo nesse contexto concepções como culpa, punição e meritocracia. Em seu projeto colonial ainda em curso, o Estado moderno, mesmo se autointitulando laico e sem filiações religiosas explícitas, perpetua esses valores em suas organizações sociais, influenciando moralmente e delimitando as relações afetivo-sexuais. (NÚÑEZ, DE OLIVEIRA, DE SOUZA LAGO, 2021).

Para tanto, os grupos sociais estabelecidos desde essas estruturas, a fim de manterem-se em lugar de privilégio, valorizam suas diferenças - que funcionam como limites indispensáveis para instituir o “normal” como um protótipo socialmente desejável - diante dos grupos que possam ameaçar não somente sua hierarquia, como também seus valores. Somado a isso, utilizam-se de estratégias nefastas como agressões simbólicas, psicológicas, morais, sexuais e até físicas, para se manterem em posições privilegiadas. (DE CARVALHO, 2019). Nesse contexto, se o sujeito não se enquadra ou não se assujeita à inscrição compulsória dos códigos de inteligibilidade social, passa a habitar o limite do reconhecimento, o que implica a própria viabilidade de sua vida.

A atualização das experiências afetivo-sexuais na memória de reinvenção de si tangencia diretamente o território de prostituição ressignificado pelos corpos trans. Alguns autores (PELÚCIO, 2005; KULICK, 2008) afirmam que as relações afetivas com travestis são bem diferentes das relações heterossexuais e monogâmicas, embora naquelas ainda paire a idealização do amor romântico. Diferente das tradicionais relações cisheteronormativas, nos relacionamentos sexo-gênero dissidentes, no geral, os parceiros não saem para jantar, ir ao cinema, não apresentam seus parceiros aos amigos e à família.

Diante da impossibilidade e dos entraves em torno dessa vivência afetiva, se observa que muitas trans encontram na prostituição a única possibilidade de se relacionarem afetivamente. Nesse sentido, o primeiro contato desses corpos com a pista nem sempre ocorre em função da contrapartida financeira, já que algumas delas a experimentam com o intuito de encontrar um parceiro sexual-afetivo. Com o passar do tempo, entretanto, reconhecem que esses parceiros continuarão preferindo relações sigilosas e passageiras e, então, passam a praticar a prostituição com dupla finalidade, como demonstra esse relato:

Eu acho que nós, travestis, temos uma dificuldade imensa de nos relacionarmos para além da prostituição [...] têm milhões de homens que tem interesse, tipo assim, gosta de você e quer namorar com você, mas é escondido, não assume você para a sociedade. Que daí eu falei assim, antes de dar meu cu de graça e comer um cu de graça, eu tenho que cobrar por isso, é melhor! Pelo menos todo mundo que eu quero vai me pagar, vai ser escondido, meu amor, então pague pelo sigilo, está ótimo! (Luciana).

Existem também, no ambiente da prostituição, relações estabelecidas com alguns homens que não envolvem pagamento. As mulheres transexuais e travestis que se prostituem, por vezes realizam programas gratuitos levando em consideração uma série de atributos em homens que geralmente julgam como interessantes: posição social, tamanho do pênis, corpo “ másculo”, dentre outros. Um aspecto importante observado na imersão no campo, e que aparece em alguns estudos sobre as travestis que atuam na prostituição (BENEDETTI, 2005; KULICK, 2008), é que esses homens quase sempre exercem uma função ativa na relação sexual, reafirmando os artefatos utilizados para a (re)construção do gênero feminino na memória ficcional desses corpos.

#### **4.3.1 Fronteiras entre territórios afetivo-sexuais**

A idealização do amor romântico foi um outro traço presente na memória autoficcional das mulheres transexuais e travestis que participaram dessa pesquisa. A expectativa de

encontrar o par perfeito, que aponta para o aspecto ficcional de uma completude afetiva, é um traço premente entre elas. De acordo com Rougemont (2003), o amor romântico, superestimado no ocidente, trata-se de uma negação dos devires do presente a partir de uma promessa irrealizável de completude. Para o autor, o surgimento do amor romântico está diretamente relacionado à tentativa das religiões cristãs de desqualificar a condição mundana, por meio da fuga da materialidade da vida. Como consequência, esse amor sacralizado não visa a realização de uma experiência afetiva concreta e sim, sua interdição, por meio da idealização de algo inatingível.

A experiência arrebatadora do apaixonamento no encontro do par perfeito é a principal promessa de felicidade do ideal do amor romântico, o que mantém viva a utopia extasiante de uma relação de completude. Em uma profícua discussão sobre o ideal do amor romântico na contemporaneidade, Toledo (2013) ressalta que, com a expansão do capitalismo e do consumismo, a indústria cultural e a publicidade alimentam a idealização da completude amorosa como um bem primoroso. Assim, o amor romântico é vendido como condição *sine qua non* para a felicidade contemporânea e para a solução de todos os males. Essa ideia de um amor de conto de fadas é, portanto, largamente veiculada e impulsionada através de diferentes produtos culturais.

Em uma imersão para a produção dos dados deste trabalho, que ocorreu em um espaço festivo de sociabilidade em maio de 2019, na casa de uma das trans, foi possível observar essa idealização em um momento em que elas estavam todas entretidas com conversas, risadas, histórias e danças. Entretanto, assim que apareceu na *playlist* a música “O homem ideal”, popularizada pela banda paraibana de forró *Magníficos*, todas elas interromperam o que estavam fazendo e cantaram em uníssono: “só quero um homem que me dê carinho e viva só pra mim” (Diário de campo, 26 de maio de 2019).

Este foi um momento singular em que elas evocaram, a partir da música, aspectos da memória dos vínculos afetivos de mulheres transexuais e travestis interioranas. De certo modo, elas expressaram o desejo de estarem ligadas permanentemente a alguém, através da intensidade dos vínculos afetivos. No entanto, muitas delas alteram a crença emocional fundante do amor romântico, simultaneamente, já que problematizam o casamento monogâmico e o pacto de exclusividade afetivo-sexual.

Muitas, ainda, querem que o parceiro, marido ou namorado, não se intimide quando junto a seus amigos, ou no momento de conhecer sua família. Que, em última análise, o vínculo estabelecido não seja apenas o de uma relação sigilosa, o que demonstra, em alguma medida, o anseio por uma vinculação afetiva que possibilite sua inserção e aceitação social, o

respeito por seus corpos e identidades e a valorização das suas performances e dos seus desejos, como demonstram esses relatos:

Menina, amor, amor, eu só tive esse que tô, porque o restante, a gente ficava, mas era aquela coisa...ficava só no centro, não era aquela coisa de frequentar ambiente de amigos meus. Só foi meu marido mesmo que foi lá em casa, eu fui na dele, conheceu meus amigos mais íntimos, ficava na casa de meus amigos. E esses outros dois a gente só se encontrava na boate, ficava na boate, depois ia pro motel. Do motel eu ia pra casa, e ele ia pra casa dele. (Valentina).

Eu acho que eu tive paixão; amor, não conheci não, mas era muito unilateral, era muito mais eu amando, então não deu muito certo. Como é que eu vou me relacionar com uma pessoa que não me assume socialmente, que não me assume pra família, que não me assume nem pra si mesmo? Eu não posso conviver com essa pessoa, então é melhor eu viver só. Embora eu saiba que até nutre um afeto por mim, mas a covardia era muito grande: - Ah, como é que vou me assumir, eu tenho uma família, eu tenho um nome a zelar. Ó, então meu amor, vá embora da minha vida. Então pague. Pague, então, agora. Pague cada hora que ficar comigo. (Luciana).

Valentina afirma que, nas lembranças do seu processo de reinvenção, sua vida se transformou, mesmo, no momento em que encontrou seu marido e não quando passou por processos de reconstrução corporal. Reafirma assim, com sua narrativa, a existência de uma articulação de vários componentes semióticos na reelaboração de si enquanto travesti. Para Benedetti, “essa relação desempenha um importante papel na construção do feminino das travestis [...] sentir-se desejada como mulher parece se constituir mesmo em um objetivo, uma meta a ser atingida quando decidem iniciar o processo de transformação do gênero.” (2005, p. 118).

O que se observa, ao mesmo tempo, é que as trans interioranas acessadas nesta pesquisa, em alguma medida, inventam outras formas de vinculação afetiva e sexual que questionam a naturalidade e a universalidade requeridas pelo ideal do amor romântico. Elas ensinam que os vínculos afetivo-sexuais, mais que uma condição imprescindível para a felicidade humana, podem se caracterizar por uma relação singular e ética em que os parceiros possam construir juntos os caminhos que guiam sua intimidade, seus afetos, seus desejos e seus corpos.

Valentina, por exemplo, convive com seu marido há mais de vinte anos. Ela afirma que viveram muitas coisas juntos, foram morar na Itália, construíram um patrimônio, passaram por algumas dificuldades, mas que permanecem unidos. Ela conta que o conheceu numa boate, se apaixonaram e permanecem até hoje juntos:

Você, naquela época, conhecia um homem que era muito bonito e o homem te assumir. Com quinze dias, te levar em casa, apresentar a mãe, de apresentar o pai. Depois ele morar com você, te assumir e trabalhar para te ajudar. [...] Uma travesti, em noventa e seis, estar morando com um homem bonito, saía comigo de mãos dadas, dentro de ônibus, me beijava, está entendendo? Você encontrar uma pessoa que gosta de você. A gente briga e tudo, mas ele é apaixonado por mim, que ele mesmo fala que não sabe, que essa paixão dele não acaba, que diabos foi o que eu fiz. Então, para mim, o pico do pedestal lá em cima foi aquilo, foi quando eu conheci ele. (Valentina).

Depois de mais de vinte anos juntos, eles decidiram formalizar o matrimônio com uma festa em sua casa, com a presença de familiares e amigos. Valentina atualmente transita entre a cidade de Vitória da Conquista e Salvador e continua com a prática da prostituição. Ela convidou suas amigas trans conquistenses para o casamento e com a ajuda delas comprou seu vestido de noiva, branco, com véu e grinalda, em Conquista. Ela postou inúmeras fotos do evento em suas redes sociais vestida de noiva, junto a um bolo de noiva encomendado especialmente para a ocasião.

Em outro momento de imersão no campo de pesquisa, Valentina mostrou com orgulho as fotos do seu casamento. Lembrou que esse tinha sido um momento muito importante para ela, sobretudo pela presença da sua família e da família de seu marido, pois, não obstante os inúmeros problemas que havia passado no contexto familiar, ela pôde demonstrar que conseguiu ganhar dinheiro, construir um patrimônio e hoje ela consegue viver bem. Relata com pesar que sua mãe, mesmo sendo convidada, não compareceu, e, de certo modo, não esperava uma postura diferente.

Em outro contexto uma outra interlocutora, Ana, ao falar sobre um dos momentos mais marcantes de sua vida, menciona um amor não correspondido:

Só tem a história de um cliente meu, que eu acabei foi pegando um amor platônico pelo cliente. Ele me ligava, isso e aquilo e, no dia que eu vi esse cliente com uma mulher, isso me marcou tanto que eu falei: “Gente, eu não posso, eu tenho que ser extremamente profissional”. A gente, na prostituição, é objeto de desejo e de consumo, então, quando tem alguém que dá uma atenção a mais pra gente, a gente acaba se afeiçoando à pessoa. E quando eu vi essa pessoa com uma mulher, eu me senti no direito de dizer: “O que você está fazendo com meu homem?” Depois daquele dia ele nunca mais saiu comigo. E foi isso que me marcou. (Ana).

Ana, é uma das interlocutoras que se autodeclara travesti. Ela advém de uma família muito pobre, tem uma história de vida comovente e carrega um corpo marcado por inúmeras violências - físicas e estruturais. Seu rosto possui algumas cicatrizes de episódios brutais de



violência transfóbica que foi vítima. Ela mora com sua família e trabalha com a prostituição desde a adolescência, antes mesmo de alcançar a maioridade. Ana foi evocada aqui para falar sobre alguns atravessamentos desses corpos trans com a paixão amorosa, pois ela foi quem narrou de modo mais sensível a paixão que tivera por um cliente.

A história de Ana traz à tona a dificuldade de muitas mulheres trans de se relacionarem afetivamente, sendo que algumas vão se prostituir em função dessa dificuldade. Ana rememora o fato de que quando começou a se prostituir ela ainda não se entendia como travesti, era apenas uma ‘caçadora’. Ou seja, desde uma perspectiva êmica, ela se considerava um adolescente gay cis que, no território da prostituição, atualizava suas questões afetivo-sexuais, já que os relacionamentos com as pessoas sexo-gênero dissidentes, sobretudo no interior, tendem a acontecer de modo sigiloso, efêmero e discreto.

Mesmo vivendo paixões arrebatadoras, no geral, os homens que dividem esses sentimentos com elas não são capazes de assumir publicamente esse amor. De acordo com Baldim (2017), essas pessoas podem se tornar igualmente marginalizadas por desejar e se excitar com esses corpos em um contexto que funciona para a manutenção da cisheteronorma. Assim, as pessoas com envolvimento afetivo-sexual com os corpos sexo-gênero dissidentes vivem o conflito de sentirem desejo por esses corpos e, ao mesmo tempo, por estarem em uma sociedade imersa no conservadorismo e no moralismo religioso, sentirem repulsa e medo de explicitar esse desejo publicamente.

Como contraponto, existem corpos trans que reagem às estigmatizações intrínsecas dos gêneros e das sexualidades e cumprem a função política de redimensionar os projetos destinados contemporaneamente a eles, na medida em que anunciam a oportunidade de questionamento e transposição da ordem legitimadora dos corpos, sustentada sobretudo pelos operadores binários. Doravante, serão apontadas algumas reflexões sobre esses corpos que habitam exatamente na zona limítrofe das ficções de gênero e sexualidade.

#### **4.4 Existência fronteiriça e territorialidade nômade**

Sob outra perspectiva, é possível ainda notar a existência de algumas trans que não buscam a inteligibilidade e preferem se locupletar desse lugar de fronteira e manter a ambiguidade dos gêneros por meio da construção de corpos híbridos. Elas ocupam o lugar de incerteza e conduzem suas próprias experiências sobre o feminilizar-se, reconstruindo e reinventando incessantemente as noções artificiais sobre gênero e sexualidade. Elas inventam

mundos e constroem o feminino a partir do masculino ou um feminino que é também masculino, evidenciando processualidades infinitas.

Um campo eficaz de invenção de mundos, mais do que seu reconhecimento, requer uma atuação a partir do nomadismo. O nomadismo, para Deleuze e Guattari (1997), é uma práxis política referente à força de criação que subverte as forças instituídas eivadas de controle, homogeneização e referências unitárias. Essa força encarrega-se de inventar o novo, o múltiplo e produzir intensidades. Desse modo, uma postura nômade atua nos fenômenos fronteiriços e é capaz de compor novos territórios existenciais ao agenciar a multiplicidade imanente.

Esses corpos nômades transitam entre os padrões hierarquizadores e instituições regulatórias, e entre práticas de resistência e singularização. Mostram, por intermédio de suas performances subversivas, que a coerência e a inteligibilidade previstas para os gêneros são questionáveis, e são capazes de analisar seus deslocamentos em relação às performatividades de gênero. Trata-se de uma errância, que em seus diferentes níveis de experiência, se singulariza e se conecta com diversos outros agenciamentos, no plano cotidiano.

Ao mesmo tempo, resiste em conceber a idealização de identidades fixas, de modelos universais ou de lugares originários, mesmo sob o risco de serem discriminadas ou até mesmo violentadas, já que corajosamente desafiam uma verdade. Isso pode significar abrir mão de lugares de privilégio e correr o risco de se tornar uma subjetividade periférica, um lugar de abjeção. Portanto, tais existências se arriscam ao resistir, já que “essa dificuldade em localizá-las em uma definição segura de gênero e orientação sexual as faz fascinantes e perigosas, sedutoras e poluidoras, com sensível predominância dos segundos termos dessas díades” (PELÚCIO, 2009b, p. 77).

A resistência aos limites das categorias que determinam o que é legível socialmente passa a ser realizada pelos corpos trans não necessariamente através da construção de novas formas e valores estanques, mas sim através de performances que incitam a multiplicidade, que dificultam a tentativa de sua apreensão, que disseminam sentidos e produzem novas estratégias de luta.

Nesse âmbito, uma das travestis pesquisadas fala que não quer mudar seu nome nos documentos oficiais e que prefere continuar com o nome de registro. Evoca a lembrança de que quando é chamada em algum lugar público pelo seu nome de registro, se levanta de cabeça erguida, mostrando toda a sua feminilidade que, nesse contexto, frustra as expectativas sociais das pessoas presentes. Ela afirma que através desse ato, que pode também ser

considerado performático, se sente como se estivesse afirmando uma posição política, sente-se como se estivesse constringendo em um lugar em que por muito tempo foi constringida.

Essa discussão remete à ideia de que as trans não querem necessariamente um dado biométrico para sua identificação, mas apostam nas relações sociais. Muitas reivindicam respeito à sua identidade de gênero, que poderia acontecer com a utilização do nome social, sobretudo em instituições públicas – serviços de saúde e educação, já que muitas relatam terem passado por constrangimentos nessas instituições. O nome, nesse caso, não se relaciona apenas a um dado, mas a um lugar social construído. Por que depois de tanto trabalho para se vestirem como mulher, se portarem como mulher, escolherem um nome de mulher, precisam passar pelo constrangimento de serem chamadas por um nome masculino, já que nitidamente se apresentam como corpos femininos? Proferir o nome social, nesses casos, significa evocar um corpo e uma subjetividade que são reconhecíveis para elas, capazes de corresponder à pessoa apresentada ali.

Nessa estratégia de luta, a ficção de gênero, habitualmente compreendida pela sociedade como verdade interna, perpassa por uma negociação com o poder. Nessa acepção, a alternativa política para aquelas pessoas que são gênero-inconformes, ou as que pagam altos preços para se adequarem às normas previstas, passa a ser a reconstrução imediata da realidade generificada, sem a prescrição de um ideal ou modelo a ser seguido, ou então, passam a ser associadas ao ilícito e ao abjeto.

Nessa direção, a proposta *queer* nos provoca a pensar os atravessamentos e a potência do anormal. Aposta na micropolítica ativa e nega, de uma vez por todas, as explicações ontológicas, essencialistas e metafísicas que não conseguem abarcar novas configurações de alteridade. Viabilizar as sexualidades dissidentes, portanto, requer a transmutação das dimensões corporais, dos desejos, da produção ficcional dos sexos, das expressões de sexualidade e incita a aproximação com o que aparece como anormalidade e patologia, em direção a uma ressignificação do campo sexual, através da viabilidade de identidades fluidas e plurais, instaurando a potência de subversão em um tom reivindicativo:

A estratégia *queer* por excelência é a da reapropriação da injúria e a conseqüente afirmação da diferença marginalizada como ponto de vista privilegiado para uma crítica antinormativa da normatividade. A partir de um giro radical, é a criatura *queer* – desobediente de gênero e dissidente sexual – que se posiciona no centro da corpo-política contemporânea, reivindicando um corpo, uma voz e uma ética inteiramente diversas com respeito àquela imposta pelo domínio da heteronormalidade. (MOMBAÇA, 2016).

Em outro momento da pesquisa, durante uma imersão nos espaços de sociabilidade das trans, em uma festa na casa de uma delas, surgiu a oportunidade de acompanhar um diálogo

muito interessante sobre os trânsitos e entrecruzamentos entre gêneros e sexualidades. Uma travesti admitiu que gostava muito das festas carnavalescas e que adorava especificamente o carnaval de Salvador. Em seguida, começou a narrar um episódio que aconteceu por lá:

eu estava no carnaval de Salvador com uma sapatão e essa sapatão adorava dar o cu. Eu ia andando com ela atrás do trio e comi ela horrores! Depois saímos pra um sexo a três, mas o cara não queria comer ela, porque ela era meio machão, então resolvemos assim: o cara me comeu e eu comi a sapatão'. Assim que concluiu a fala, uma outra travesti acrescentou: 'mas esse é o tchan do gênero!' (Diário de campo, 16 de junho de 2019).

O trânsito e as negociações entre os gêneros, nesta acepção, referem-se a um posicionamento existencial marcado por singularidades. A partir deles, torna-se viável a construção de territórios fluidos e abertos, capazes de ocupar espaços, sem necessariamente se prender a eles. Como consequência, no entanto, colocam novas questões, exigem a construção de saberes mais localizados e de novos posicionamentos sociais, culturais e políticos.

Compreender o nomadismo das trans, numa vida estradeira que habita as encruzilhadas, significa perceber que seus corpos transitam incessantemente por meio da atualização da memória. Essa atualização, no processo de reinvenção de si, encerra continuidades, advindas de inúmeros territórios pelos quais elas circulam - afetivos, geográficos, simbólicos, sociais, sexuais - assim como de diferenciações, capazes de criar territorialidades heterogêneas, reversíveis, mutáveis e capazes de alterar a paisagem vigente.

William Peres concebe o corpo travesti como um “projeto epistemológico de nomadismo” (2005, p. 544). Ou seja, corpos que atribuem novos sentidos e narrativas aos caminhos que trilham e rompem com os processos performativos de gênero, por meio de identidades móveis e transitórias. São corpos aqui compreendidos como ficção política, uma vez que, cercados por suas cicatrizes, esboçam rotas provisórias, com o intuito de evidenciar as ficções de poder dos regimes de normatividade e colonialidade, que insistem no genocídio das corporalidades desviantes.

As experiências fronteiriças dos corpos trans, consente as memórias de reinvenção de si, são também ficcionais. Não porque não possuem materialidade e sim por serem incessantemente reinventadas em processos constantes de negociação. Assim, é possível pensar a reinvenção do corpo trans, como um campo de batalha (BITENCOURT, 2017), uma construção desobediente, que tem por finalidade romper com a lógica de conhecimento colonial sobre seus corpos e desejos; transcender o conhecimento produzido nas universidades; e a conquista do reconhecimento, da visibilidade, da autodeterminação e, em alguns casos, até mesmo a sobrevivência.

Em decorrência disso, na próxima seção, serão apresentados modos de existência das trans elaborados no sentido de transfigurar o presente, por meio da análise das relações de sociabilidade que estabelecem em diversos territórios pelos quais circulam, bem como das táticas de combate que elaboram contra os abusos do regime colonial-capitalista e que orientam seus corpos e seus desejos em direção a uma trans-territorialidade capaz de criar processos coletivos de insurgência.

## 5 TERRITÓRIOS DE SOCIABILIDADE TRANS E TÁTICAS DE INSURGÊNCIA

*À revelia do mundo, eu as convoco a viver apesar de tudo. Na radicalidade do impossível. Aqui, onde todas as portas estão fechadas, e por isso mesmo somos levadas a conhecer o mapa das brechas. Aqui, onde a noite infinita já não nos assusta, porque nossos olhares comungam com o escuro e com a indefinição das formas. Aqui, onde apenas morremos quando precisamos recriar nossos corpos e vidas [...] Onde nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras e manifestam, com sua dissonância, dimensões e modalidades de mundo que nos recusamos a entregar ao poder. Aqui. Aqui ainda.*  
(Jota Mombaça, 2021, p. 14)

A reinvenção dos corpos trans, nesta seção, será considerada também como possibilidade de reinvenção de territórios políticos. Desse modo, considera-se que esses corpos, em exercício constante de reflexão sobre si, são capazes de criar outras expressões criativas, novos vínculos afetivos e novas experiências capazes de reinventar a política em torno de modos de vida comuns.

Essas inventividades, portanto, carregam em seu bojo a viabilidade de formas transversais de resistência às condições de assujeitamento impostas pelas técnicas de governo modernas, portanto, tendem a se afastar das relações institucionais. Nesse âmbito, serão apresentados alguns aspectos referentes aos territórios de sociabilidade elaborados pelas trans, valendo-se da contribuição histórica de outras gerações de travestis e transexuais e de outros saberes minoritários, bem como a invenção de táticas de insurgência que reivindicam o direito à vida e sua expressão criativa: o riso, a fecheação, o close, bem como a possibilidade de escandalizar e de carnavalizar.

A partir desse ponto, concebe-se que a construção do comum no interior das tramas relacionais dos corpos trans interioranos, serve de palco para a reinvenção de outras formas de ser e viver. Serve também para a composição de espaços coletivos autônomos, formados por uma pluralidade de vínculos. Nesse sentido, segundo a forma como compreende-se Foucault (2009), as relações de amizade, constitutivas desses contextos, são relações pautadas em novos valores, sensibilidades e novas possibilidades de troca que surgem da postura crítica e reflexiva sobre si e sobre os outros.

No entanto, destaca-se que, o compartilhamento do comum não significa que essas relações são consensuais e harmônicas, mas sim relações em que as diferentes modulações das forças se apresentam da forma mais nítida possível. Portanto, a construção coletiva de territórios de sociabilidade se dá a partir do reconhecimento do outro como alteridade e da construção de uma ética pautada no encontro com o outro. Nesse sentido, a relação de amizade pode ser “entendida como um jogo intenso, às vezes arriscado, em que as regras são estabelecidas pelos

parceiros no momento mesmo de jogar e são apenas válidas para esse jogo” (ORTEGA, 1999, p. 150).

### **5.1 Constituição de territórios de sociabilidade entre as trans conquistenses**

Com vistas a compreensão desses territórios de sociabilidade e da construção das táticas de insurgência pelas trans, será feito um retorno ao território de Vitória da Conquista. Em sua complexidade territorial, Conquista se caracteriza, em certo sentido, por ser uma cidade progressista e de oposição, que ganhou destaque no cenário político em função das disputas contra os coronéis e pela participação no movimento nacional antigetulista, conforme analisado por Maria Helena Ferraz de Oliveira (2021), estudiosa do movimento de mulheres na cidade. É a partir desse contexto que surge um movimento aguerrido destas na região, através de lutas travadas com vistas a combater as estruturas de poder que reforçam a opressão de gênero.

Ainda de acordo com essa autora, no que se refere às relações de gênero, no entanto, perduram as condições sociais que substancializam a dinâmica sexista que mantém as mulheres em posição de subalternidade e que apontam para os inúmeros desafios a serem enfrentados quanto à conquista de direitos por elas.

Mesmo usufruindo do reconhecimento como cidade vanguardista, é notória a exclusão de diversos grupos da sociabilidade pública em Conquista, incluídos neste cenário os grupos dissidentes sexualmente. Somado a isso, a cidade registra diversos tipos de violência e inúmeros crimes de motivação LGBTfóbicas que se desdobram em violências letais, mas que muitas vezes não são investigados, nem punidos como tais. São assassinatos que apontam para uma espécie de higienização social, ou seja, o desejo de expulsar essas pessoas do espaço público. Frente a esse contexto, as políticas direcionadas à população LGBT não devem omitir em suas análises os aspectos culturais e históricos diante dessa violência estrutural e sistêmica.

Em seu estudo sobre os movimentos LGBTs em Conquista, Luciana Lacerda (2021) reflete sobre a construção sócio-histórica da abjeção direcionado aos corpos sexo-gênero dissidentes na cidade:

Nas memórias dos pesquisados a população religiosa é citada como uma possibilidade de justificativa para o conservadorismo alinhado à égide cis-heteropatriarcal presente em Vitória da Conquista. A presença religiosa cristocentrista contribuiu para a existência de uma desaprovação velada quanto à expressão pública das identidades e sexualidades dissidentes. (LACERDA, 2021, p.79).

A autora ainda afirma que os movimentos LGBT começam a emergir na cidade na última década dos anos de 1990, conferindo maior visibilidade e existência política às pessoas que viviam outras possibilidades de vinculação afetiva e sexual dissidente à heterossexualidade, cisgeneridade e a monogamia. No entanto, suas presenças continuavam restritas aos espaços privados, como festas e reuniões.

Outra constatação de Lacerda é o fato de que as festas LGBTs foram ganhando notoriedade e se tornaram a principal estratégia para que esses corpos dissidentes ocupassem os espaços públicos da cidade, sobretudo nos bairros nobres, na zona leste da cidade. O ápice, no trajeto apontado pela pesquisadora, foi a *I Parada do orgulho LGBT*, organizada no ano de 2010 por coletivos LGBTs com apoio da Prefeitura Municipal e que funcionou como “quebra de tabu em uma sociedade com forte presença de valores religiosos pautados na concepção hegemônica de gênero, identidade e orientação sexual”. (LACERDA, 2021, p.87).

O crescente reconhecimento da diversidade social e sexual, a partir das novas configurações familiares e dos direitos civis conquistados, sobretudo, por movimentos sociais identitários de gays e lésbicas (casamento homoafetivo, adoção de filhos por casais homossexuais, dentre outros), também pode ser compreendido como novas formas de regulação social. (SILVA, 2000). Isto porque, à medida que a sociedade começa a se interessar pela vida de seus membros, - através da uniformidade moral, crescimento econômico, segurança nacional, higienização, saúde -, ela se interessa cada vez mais em disciplinar os corpos e regular as práticas sociais e sexuais.

Esta regulação realiza-se, portanto, por meio de instâncias legais, morais, higiênicas e médicas, e se manifesta mediante de uma série de preocupações: questões familiares, demarcação de papéis masculinos e femininos, comportamento procriativo, desvios sexuais, relações entre adultos e crianças, diferenças de classe e raça. Como consequência, o reconhecimento da diversidade social e sexual também impulsiona, como contraponto, o surgimento de posturas ainda mais intolerantes, de modo que os desafios das dissidências sexuais e de gênero tendem a se avolumar.

A problematização dessas novas formas de regulação social se intensifica a partir dos estudos *queer*, que sugerem outras compreensões sobre as identidades e questionam, sobretudo, o identitarismo do movimento gay norte-americano das décadas de 1970 e 1980, notadamente formado por homossexuais brancos e de classe média, assim como as teorias e métodos utilizados até então nos estudos LGBTs. Assim, o *queer* se opõe a características estáticas e afirma a fluidez como um desafio para as identidades, já que os corpos experimentam a



sexualidade, o gênero e o desejo de múltiplas formas, de modo que, mais do que a ênfase nas diferenças sexuais, seria necessário uma “desontologização das políticas de identidade.” (PRECIADO, 2011).

A partir desse entendimento, tem-se que o *queer* marca uma singularidade que não está localizável em grupos ou territórios identificáveis e contribui para desestabilizar os movimentos sociais com pautas identitárias, assim como a cultura cientificista. Desse modo, em termos políticos, o *queer* começa a surgir nesse espírito iconoclasta, “na luta por desvincular a sexualidade da reprodução, ressaltando a importância do prazer e a ampliação das possibilidades relacionais.” (MISKOLCI, 2007, p. 22). Enquanto uma parcela do movimento homossexual procurava uma certa adequação às normativas sociais e aos valores hegemônicos, a proposta do *queer* é rechaçar esses valores, tendo-os como principais geradores de estigmas e abjeções, desprezo e humilhações.

Sabe-se, contudo, que existem muitas diferenças dentro dos movimentos homossexuais e dos movimentos LGBT. No entanto, a crítica aqui explicitada refere-se especificamente aos movimentos sociais institucionalizados, que dialogam mais diretamente com o Estado para a constituição de políticas públicas e se utilizam da afirmação da identidade como prática política. De acordo com Colling (2015b), a estratégia utilizada por esses movimentos que lutam pela igualdade, a partir da criação de identidades muito rígidas, acaba por gerar exclusões de pessoas subalternizadas que não se encaixam nas características prescritivas que as permitiriam ser reconhecidas como pertencentes a determinada identidade coletiva. Ainda segundo esse autor, não se trata de negar as conquistas sociais e políticas desses movimentos, mas de questionar como eles podem lutar pela visibilidade e pela conquista de direitos por meio do respeito às diferenças e sem criar novos regimes de verdade.

A exclusão e a desigualdade acirrados por essa regulação social, afetam o acesso da população LGBT a seus direitos, especialmente no que tange ao direito à cidade, não obstante a garantia universal de diversos direitos sociais como saúde, educação, lazer, moradia e segurança prevista na Constituição Federal Brasileira de 1988. Dentre esse público, as pessoas transexuais e travestis estão ainda mais vulnerabilizadas, em função de processos históricos excludentes a que estão submetidas, como a patologização, a discriminação e a invisibilização, em parte aqui já mencionados.

Os debates sobre a presença de transexuais e travestis no contexto urbano foram silenciados por muito tempo, portanto, remetem à ilusão de que são fenômenos inéditos, já que desconsideram sua intrínseca ligação com os processos de interdição dessa experiência,

subsidiados por discursos normalizadores e pelas narrativas a-históricas sobre a sexualidade e gênero que compõem os dispositivos da sexualidade.

De acordo com Butler (2009), torna-se necessário analisar as condições sociais sob as quais os sujeitos tornam-se inteligíveis e desejáveis, tanto para as políticas de Estado, quanto para a vida em sociedade. Para a autora, a precariedade é uma condição social a que são submetidos determinados corpos, segundo a localização dos sujeitos no campo do reconhecimento, e que os tornam mais vulneráveis. Essa ideia é importante, a medida em que problematiza o *a priori* dos processos normativos da sociedade democrática e da igualdade de condições entre os sujeitos.

Convém ressaltar que as memórias dos corpos trans são marcadas pela política de normalização e por diversos dispositivos de violência a que são submetidos esses corpos nos múltiplos territórios urbanos pelos quais transitam. Em decorrência dessas interpelações cis-heteronormativas, as trans ficam tolhidas de experienciar a cidadania plena outorgada pelo Estado, já que a falta de reconhecimento social as impede de gozar dos direitos sociais. (CARVALHO; CARRARA, 2013).

De modo consequente, os movimentos sociais que lutam pela conquista dos direitos das pessoas transexuais e travestis cresceram exponencialmente nas últimas décadas e, dentre as principais pautas, além das denúncias sobre a violência extrema direcionada às pessoas trans e o combate a discriminação e a invisibilização, estão pautas como a retificação do nome no registro civil, a inserção no mercado de trabalho e o acesso às políticas públicas.

No que se refere ao acesso às políticas públicas, as políticas de saúde foram as que mais avançaram quanto à inclusão de pessoas sexo-gênero-dissidentes, com destaque para o *Programa Brasil sem Homofobia* em 2004. Outro marco que expõe a dimensão política da sexualidade são as campanhas de hiv/aids, que ajudaram a dar visibilidade ao movimento trans no Brasil, a partir do uso dos financiamentos direcionados às reivindicações de direito à saúde e implementação de políticas públicas. (PELÚCIO, 2007;2001; PERES, 2004, 2008).

De acordo com Vale (2005, p. 211), essas campanhas acabam tendo um papel paradoxal, pois ao tempo em que permitem que a população trans ganhasse visibilidade - já que financiaram os principais encontros nacionais das travestis e transexuais e contribuíram sobremaneira para a articulação política nacional dessas pessoas - elas também contribuíram para o aumento do preconceito social e da discriminação em torno desse grupo, que até os dias atuais é associado ao hiv/aids, como demonstrado nesse relato de uma das interlocutoras desse estudo, em uma mesa de debate sobre a saúde da população trans, em maio de 2019:

Então, tudo para a gente é diferente, a gente quando chega num lugar, a gente é olhada como soropositivo, a gente tem que fazer o exame. Eu cheguei num ambulatório médico mesmo, eu tenho um cisto na minha cabeça. Eu cheguei na médica e ela pensou que eu era mulher, ela fez: "quando você menstrua?", eu digo: "não, mas eu sou travesti", ela "você tem que fazer hiv, isso e aquilo". (Valentina).

O HIV e as doenças sexualmente transmissíveis, como a gente vê, não tem corpo de risco, o corpo de risco é todo tipo de corpo. Porque quem vive na prostituição sabe que não tem corpo de risco, porque a gente não sai com travesti, a gente sai com homens heteros, a gente não sai com gay, a gente sai com homens casados que vivem uma vida frustrada com suas esposas em casa e outros que gostam também da brincadeira diferente, da montanha-russa! (Vanessa).

Em decorrência de questões como esta, surgem algumas críticas aos movimentos que buscam direitos e visibilidade tão somente por vias institucionais. Se por um lado, eles auxiliam na demarcação de alguns espaços e na conquista da visibilidade, por outro, correm o risco de contribuir com o aumento do preconceito e a guetização das sexualidades dissidentes, constituindo novas formas de regulação social, como ocorreu, de certo modo, com o movimento de homossexuais, conforme explicitado acima. Nesse sentido, as próprias performances das pessoas transexuais e travestis, que traçam por conta própria as suas demandas e que abarca múltiplas diferenças, podem ser consideradas como um modo micropolítico (ROLNIK; GUATTARI, 2006) de causar fissuras nas normas compulsórias cisgêneras e heterossexuais.

Trata-se de uma espécie de ativismo de rua que resiste e que ousa intervir no espaço público, na medida em que constrói uma rede de saberes sobre o corpo. A inserção das travestis e mulheres trans em novos espaços, como os meios de comunicação, a música, as artes e na luta por direitos, tem deslocado a atuação dessas pessoas que, a partir de estéticas insurgentes e táticas de autodefesa, denunciam a discriminação e o ódio direcionados aos seus corpos, bem como as ficções de poder hegemônicas. A rua, assim, em breve será apenas mais um território de sociabilidade e construção de subjetividades e corporeidades trans. (DAVI *et al.*, 2010).

Conexo a esse pensamento, considera-se as primeiras aparições públicas de algumas transexuais e travestis que participaram desse estudo como importantes marcos políticos na memória de reinvenção de si. Elas lembram, com detalhes, a primeira vez que ousaram se apresentar publicamente com vestes e performances femininas:

Um belo dia, uma amiga minha foi na minha casa e disse: "esse negócio de gay não combina não. Você tem um jeitinho assim mais afeminado, eu acho que se você deixasse o cabelo crescer um pouquinho, colocasse uma

roupinha mais feminina, você passava despercebida. Olha, eu vou lhe maquiar e vou lhe montar. Beleza. Deixei essa menina me maquiar. Eu sei que ela colocou um aplique no meu cabelo, um tique-taque lá. Menina, na hora que eu olhei no espelho, eu falei: “Não é que eu sou uma mulher”. Olha, menina, eu acho que eu fui corajosa demais, viu? Porque têm pessoas que ficam assim, se monta à noite e, de dia, é uma coisa e, de noite, é outra. Eu não, na hora que eu me vi vestida de mulher, que eu olhei na frente do espelho, linda e maravilhosa, nunca mais desci do salto, minha filha. E na hora que eu saí, que eu fui para a rua linda, com um vestidinho maravilhoso, aqueles vestidinhos todo cheio de babadinho, todo cheio de coisinhas, que o rapaz falou assim: “Moça, vem cá” (risos). Ah, minha filha, eu falei: “Sou eu” (risos). Aí mudei radicalmente, minha filha. (Mirante).

É importante notar ainda, como sugerem outros relatos, que, em função da discriminação que muitas sofrem no seio da família consanguínea, desde a infância, algumas precisam fazer negociações para serem reconhecidas:

[...] como a minha mãe descobriu que eu estava me vestindo de mulher, aí eu saí fugida de casa, fui para Porto Seguro. Era menor de idade, eu tinha uns onze anos, por aí. Foi quando eu fiquei, mais ou menos, um ano e meio lá, ela descobriu que eu estava lá, eu tive que ir para São Paulo. É onde o meu pai mora, o meu pai me deu guarita. Olha só que o meu pai ainda me aceitou, já sabendo que eu era assim. Enfim, me deu guarita, porém, ele me exigiu que eu vestisse de homem e eu tive que vestir. Enfim, aí ela foi até São Paulo, me buscou e me trouxe. Mas eu falei: “Eu só vou se você me aceitar, eu dessa forma. Porque eu sou assim e não vou mudar e fazendo programa”. (Daniela).

Outras, no entanto, contam com o apoio do entorno social para se tornarem reconhecíveis, como no caso de Gabriela que contou com o apoio das mães de seus alunos para se apresentar socialmente como professora:

Quando foi no outro dia, chegaram umas cinco mães na escola, depois da aula, e elas falaram: “Olha, a gente quer conversar com você”. Eu falei: “Eu não fiz nada” [...] Ela falou: “você causou um problema muito grande pra gente. Em casa, quando os meninos chegam, às vezes eles perguntam se você é tio ou tia e a gente não sabe definir porque você se refere como professor. E a gente queria que você tomasse uma postura porque você está confundindo os meninos”. Aí, na época, eu falei, fui verdadeira, falei: “Olha, não me sinto professor, eu me sinto a tia, é assim que eu me vejo quando eu me olho no espelho”. Elas falaram: “Então, a partir de agora, você vai para a escola do jeito que você se sentir bem”. Aí eu falei: “Vou vir de saia, vou vir de salto”. Elas falaram: “Nós vamos dar todo o apoio e ai de quem mexer com você”. [...] Então, houve uma festa da reforma da escola e, nesse dia, eu botei o meu primeiro vestido lá na escola. E todo mundo elogiou. E eu me senti muito segura. (Gabriela).

O exemplo de Gabriela demonstra a intervenção política de um corpo sexo-gênero-dissidente em espaços públicos, nos quais comumente se disseminam padrões de

comportamentos, processos de subjetivação e de constituição identitária pautados em discursos enrijecidos sobre o corpo, o gênero e a sexualidade. Portanto, ao transpor as fronteiras rígidas do binarismo de gênero, a experiência dos corpos trans demanda um reposicionamento diante das normas e evoca outros conhecimentos e outras experiências, com o intuito de questionar as formas de regulação historicamente produzidas, tais como aparecem em contextos conservadores e heterodoxos.

Contextos que deveriam ser um espaço de vivência das diferenças, a exemplo do espaço escolar, muitas vezes se apresentam como lugar de violência e interdição. Assim, os discursos normativos que permeiam esses cenários, invisibilizam ainda mais os corpos já apagados do segmento trans, de modo que “aliada à negação de direitos básicos, às interdições e à discriminação – vista principalmente na sacralização dos espaços públicos por meio do discurso de ‘lugar de respeito’ – tem-se uma cidade interdita: uma cidade que nem todos podem acessar” (JÚNIOR, 2017, p. 49).

Como consequência, os corpos trans passam a habitar os becos, as vielas ou a delimitarem sua existência a espaços privados, uma vez que subvertem as normas instituídas que naturalizam cotidianamente as injustiças sociais no espaço público, cada vez mais gentrificado e gourmetizado. Júnior (2017) intitulou esse espaço como cidade-armário<sup>47</sup>, ao levar em consideração a existência de padrões morais, implícitos e explícitos, que caracterizam os espaços públicos e os tornam palco de disputas entre diferentes grupos.

A idealização da cidade como espaço público ou democrático é contraposta pelas manifestações de hostilidades e violências direcionadas aos corpos trans à luz do dia. Nesse sentido, adverte Peres:

Somos surpreendidos por discriminações que se somam ao fato de uma pessoa ser travesti e ter outros atributos, tais como, o de raça e etnia, de classe social, geracional, religioso,[...] para um corpo que não reproduz o padrão estético normativo restam a coragem e determinação no enfrentamento dos processos de estigmatização, ou de suportar as dores e angústias que lhe cabe, preferindo muitas vezes se contorcer de dor em suas casas do que se submeter aos maus tratos dos que as excluem de direitos e acesso aos serviços de qualidade. (2008, p. 3).

---

<sup>47</sup> “A cidade-armário pode ser entendida, num primeiro momento, como a interdição dos espaços urbanos a partir de uma construção ideológica feita pelos cidadãos e pela própria cidade. O que significa, ainda, uma forma de espacialização de cidadania tendo como ponto de inflexão a própria sexualidade e/ou identidade de gênero dos que se propõem a acessar a urbe, de modo a constituir espaços interditos mediante uma construção discursiva e, por conseguinte, ideológica. Assim, trata-se de um imaginário urbano construído coletiva e individualmente, visando o apagamento das subjetividades e alteridades”. (JÚNIOR, 2017, p. 48).

As que ousam transitar livremente em diversos espaços de sociabilidade, geralmente passam por situações constrangedoras em estabelecimentos comerciais, no ambiente familiar, no trabalho ou mesmo em vias públicas, ao enfrentarem contextos muitas vezes conservadores e até mesmo intolerantes. Desse modo, as pessoas trans carregam inúmeros estigmas e seus corpos são vinculados às representações de pecado, imoralidade e depravação. Essa interdição ocorre, segundo Haesbaert (2004), pelo fato de que o território tem seu foco centralizado na espacialidade das relações de poder, de modo que nem todos usufruem de igual maneira de determinados espaços: “Eu tô me sentindo ultimamente meio excluída, sabe? Praças assim eu não vou, eu não vou em praças mais. Antes eu ia tanto em praças [...] acho um incômodo ficar lá e as pessoas ficarem olhando para você e ficarem interferindo na sua existência ali e falando. É muito chato!” (Luciana).

Acrescenta-se a isso que, além da condição social e do acesso às tecnologias de transformação corporal, a autoconfiança caracteriza-se como um importante fator que contribui com a forma com que as pessoas trans lidam com a compreensão ou a hostilidade do contexto social e cultural nos quais estão inseridas. (LE BRETON, 2014).

Assim, Luciana, além de não se sentir confortável em alguns espaços públicos da cidade, também já sofreu exclusão em ambientes privados, como na ocasião em que foi expulsa de um restaurante da cidade sob o argumento do gerente de que aquele era um ambiente familiar. No entanto, ela afirma que se fosse nos dias atuais ela reagiria: “Ele pediu que eu me retirasse Na época eu não tinha nenhum tipo de empoderamento, simplesmente abaixei a cabeça e sai. Se fosse hoje, metia um processo, chamava a política e acabava com o circo. Na época não tinha força nenhuma, fui expulsa”. (Luciana)

Ao reconhecerem a abjeção socialmente difundida em diversos territórios, grande parte das trans têm vergonha ou medo de se apresentarem publicamente a partir de sua performance feminina. Com frequência, as interlocutoras participantes dessa pesquisa preferem os espaços privados, sigilosos e discretos, com exceção de alguns territórios constituídos por bares, praças e ruas, considerados socialmente como espaços marginais, que funcionam para os corpos trans como os territórios mais democráticos da cidade.

Muitas desistem de frequentar determinados lugares ou mesmo de acessar alguns serviços, para não terem que se expor. Gabriela, por exemplo, embora já se sinta reconhecida e respeitada pela comunidade escolar onde trabalha, ainda sente dificuldade em acessar alguns serviços, sobretudo os de saúde, como aponta essa narrativa:

O problema todo é esse, é ter que estar explicando. Aí eu queria chegar, fazer o exame normal como qualquer pessoa, mas aí eu tenho que explicar: “Eu sou assim, não sei o quê”. É muito chato isso [...] Mas e se precisar ser internada? Eu fico pensando: como será? Será que as pacientes vão me aceitar? Então, tudo para gente é bem mais difícil do que para as outras pessoas. (Gabriela)

Durante a produção de dados dessa pesquisa, foi possível observar ainda que, na grande maioria das vezes, ao se sentirem excluídas, elas optam por sair e estar apenas com seus pares, pois sentem-se mais tranquilas, mais seguras e, entre elas, não precisam ratificar e justificar a todo momento sua existência trans, como é possível perceber no seguinte relato:

É uma sensação de não pertencimento eterna [...] eu, por exemplo, quando eu estou com minhas amigas e a gente faz muito isso, é tanto que as travestis convivem muito umas com as outras, em casa só de travestis. A gente vai pruma praia que só tem a gente, até que seja movimentada, mas que a gente tá assim no nosso gueto, no nosso grupinho, na nossa ganguezinha. Então, acontece que eu me esqueço um pouco. Aí eu me vejo como pessoa. É mais tranquilo, parece que a gente se protege [...] porque eu acho que o que faz a pessoa se esquecer do que ela é, é ela se sentir identificada com o outro [...] por que você esquece que você é cis, porque todo mundo aqui é cis. Agora, como eu esqueço que eu sou trans? Se eu olho aqui a rua, eu olho o bar, eu olho as lojas, não tem ninguém trans. Como é que eu esqueço que eu sou trans? (Luciana)

Cabe aqui um destaque para a dimensão simbólica compreendida no território, que se torna visível por intermédio da identidade cultural dos grupos sociais que apropriam o espaço onde vivem. Assim, o território está mergulhado em sistemas de significação e pode ser compreendido como recurso político, locus de poder. (HAESBAERT, 2003). Nesse sentido, Butler (2017) igualmente problematiza a noção do sujeito moderno constituído por uma interioridade substancial e apartada das contingências históricas e contextos socioculturais, sendo que “aquilo que acreditamos constituir uma realidade transcendente e uma coerência e linearidade interna (de sujeitos, identidades, subjetividade, gênero, sexualidade), seriam efeitos ficcionais que reiteram relações de poder através de atos performativos.” (LAGO; SANTOS, 2015, p. 98).

Assim, do mesmo modo que é visível o processo de segregação das transexuais e travestis pela sociedade em geral, é possível notar também a existência de relações de diferentes regimes de poder e conhecimento que se sobrepõem e assim constroem e desconstroem relações hierárquicas entre as próprias trans. Tais relações, por sua vez, podem ser de diferentes ordens, tanto políticas, quanto econômicas ou simbólicas. São explícitas as relações de poder relativas às práticas de cafetinagem e exploração nos

territórios de prostituição, muitas vezes em função tão somente de questões referentes à frequência e a permanência de determinada pessoa em um determinado ponto.

Desse modo, nesta pesquisa foi possível perceber a disputa de privilégio, já habitual, em determinados territórios da prostituição, por causa da ocupação dos pontos mais estratégicos para atrair clientes. Por vezes essas disputas ultrapassam as discussões e xingamentos verbais e envolvem outros tipos de violência:

[...] uma coisa entre as travestis, que é uma coisa de hierarquia, tipo assim: tem uma travesti que chegou aqui e ela fundou o ponto. Aquela esquina é dela. Ela é mais antiga naquela esquina, então ela diz quem fica naquela esquina e quem não fica naquela esquina. Então, se chegar uma travesti de outra cidade e tudo mais vai rolar atrito. Eu já vi travesti esfaqueando travesti em rua, cortando o cabelo, matando, inclusive. (Daniela).

É comum entre elas, mesmo se tratando de um espaço público, a cultura de “pagar rua”, por exemplo. Trata-se de um processo de reificação das travestis mais antigas que se apropriam de determinados territórios e condicionam o usufruto deste espaço, pelas trans mais novas e recém chegadas, ao pagamento de taxas e de porcentagens sobre o valor total recebido em cada noite de trabalho. Tal prática se constitui como um símbolo de distinção, pois significa que aquelas que recebem tais valores são bem relacionadas e gozam de um certo poder na relação estabelecida entre elas no espaço público. Na análise dos dados dessa pesquisa foi possível observar algumas das interlocutoras que se vangloriam pela conquista desse status:

Eu transito em todos os pontos de prostituição de Vitória da Conquista, sem pagar rua e ainda vou em outros lugares [...] eu não pago rua em Salvador porque eu tenho amizade lá em Salvador. Belo Horizonte eu também tenho uma amiga lá e eu também não vou pagar rua em Belo Horizonte, então assim eu comecei a estabelecer uma rede de contatos das meninas, por amizade. (Luciana).

Conforme observado, o controle dos territórios, estabelecidos através das relações de poder, acontece de múltiplas formas e pode envolver a sociedade como um todo, determinados grupos ou mesmo os próprios indivíduos. Nesse âmbito, de acordo com Sack (1986 *apud* HAESBAERT, 2004), o controle de determinado território tem por finalidade atingir ou controlar as pessoas, os grupos e as relações sociais estabelecidas entre elas, tal como o controle realizado pelas travestis e cafetinas nos territórios de prostituição.

Outros indícios da exclusão e segregação exercidos internamente entre elas foram notados ao longo da pesquisa. A percepção de um deles foi em uma festa privada que ocorreu



na casa de uma travesti que trabalhava com prostituição. Diante do questionamento sobre a ausência de uma trans que sempre estava entre elas, uma das participantes da festa foi enfática, ao responder que ela fora excluída pois queria ser “mulherzinha, operada” e estava se sentindo superior às demais. Esse comentário, de algum modo, sugere a disputa hierárquica existente entre os dispositivos da travestilidade e da transexualidade, como exposto na seção 2 desta tese.

No entanto, essa não é uma realidade apenas das travestis conquistenses. Peres (2005), no processo analítico de sua Tese de doutorado, relata sobre a dificuldade das travestis em conviverem e/ou aceitarem as pessoas que se autodeclaravam transexuais, uma vez que essa categoria é relativamente recente e é compreendida como uma imposição do saber biomédico, tida como o principal responsável pela patologização de suas experiências. O autor traz evidências dessa dificuldade, ao narrar sobre as posturas das travestis nas primeiras edições do Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Trabalham com a Aids (ENTLAIDS): “(as travestis) insistiam em dificultar para as transexuais as inscrições e o acesso a bolsas de financiamentos, por sentirem dificuldades de assimilar tal conceito nos espaços sociais e políticos de suas comunidades. (PERES, 2005, p. 29).

Como contraponto, na defesa da autonomia dos corpos, mesmo que pela via da patologização, Butler (2016) traz a ideia de que prezar ou não pelo diagnóstico não são posicionamentos díspares, e que se tratam de possibilidades de busca de autonomia que, em alguns momentos, podem ser divergentes. Cada pessoa, assim, se utiliza das condições dadas e das possibilidades traçadas para buscar essa autonomia. Nesse sentido, criminalizar e discriminar as pessoas que optam pela transformação via diagnóstico contribuiria ainda mais para reforçar uma série de processos discriminatórios a que essas pessoas já estão sujeitas.

Desse modo, o que se quer aqui ressaltar é que, não obstante o processo de discriminação a que estão sujeitas pela sociedade em geral, é possível encontrar diferentes tipos de exclusão dentro do próprio grupo das trans, o que coincide com a ideia de que “o poder pode ser uma articulação de múltiplos parceiros procedendo por aliança e negociação e não de uma relação de dominação entre instâncias hierárquicas das quais ninguém pode escapar,” (GUATTARI, 2012, p. 154).

Acontece que, assim como a dissidência homossexual estivera por muito tempo resguardada às festas e às reuniões privadas, em função do medo da política de higienização direcionada a seus corpos, as pessoas trans continuam se sentindo seguras apenas em locais reservados e entre seus pares. Desse modo, é possível afirmar a existência de uma delimitação dos espaços de socialização desses corpos que, em Vitória da Conquista, com exceção dos

pontos de prostituição e das festas de rua, permanecem circunscritos às festas e reuniões privadas que ocorrem geralmente em suas casas: “não se faz festa, afinal, porque a vida é boa. A razão é exatamente a inversa” (SIMAS, 2020, p. 132).

Esses espaços privados de sociabilidade das mulheres transexuais e travestis na cidade foram importantes para a produção de dados desta pesquisa. A partir do convite feito por elas para algumas festas em suas casas, foi possível perceber um pouco da dinâmica desses espaços de sociabilidade que acabam por ressignificar o espaço urbano, e que se contrapõem à segregação que lhes é imposta pela sociedade em geral.

Trata-se de um território autogestionado em que é possível, assim como nos contextos de prostituição, perceber um coletivo de forças que vislumbra um território existencial, por meio do compartilhamento de valores, regras, costumes, até mesmo aspectos singulares da linguagem. Uma importante característica apreendida na construção desse espaço é a livre expressão dos afetos manifestada nas conversas, brincadeiras e outras expressões observadas, não somente entre as trans, mas também com outras pessoas sexo-gênero-dissidentes que sempre participavam desses momentos, geralmente homossexuais<sup>48</sup> que compunham o círculo de amizade das interlocutoras. Um traço eminente desses espaços é a efetiva relativização dos lugares fixos e assimétricos do masculino e do feminino instituídos pela hierarquização social dos gêneros.

Embora circunscrito, ali se apresentava um espaço de insurgência contra a exclusão socioespacial, a invisibilização e os silenciamentos inscritos na memória desses corpos. Notou-se uma maior horizontalidade nas relações de poder, não obstante a impossibilidade de esquivar-se desse tipo de relação. Assim, foi possível notar, por exemplo, a reapropriação da força de vida dessas pessoas, através da reapropriação da linguagem.

Nas incursões feitas nessas reuniões esta reapropriação da linguagem era nítida nos comportamentos, nos gestos e também nas falas. Elas pareciam experimentar uma liberdade despudorada, estavam bastante comunicativas, se movimentavam em ritmo frenético, dançavam prazerosamente, sentavam no colo umas das outras e, em algumas

---

<sup>48</sup> Esses homossexuais, masculinos e femininos, que frequentavam as festas na casa das trans, presumivelmente, representavam uma maior dissidência em relação aos demais, certamente por não se enquadrarem nos modelos de inteligibilidade social, o que também os tornam mais vulneráveis. Outros marcadores sociais como classe social, questão étnico-racial, performances efeminadas (no caso dos gays) ou masculinizadas (no caso das lésbicas), parecem estar relacionados à vontade de muitas dessas pessoas continuarem na invisibilidade e procurarem os guetos onde se sentem mais seguros e acolhidos.

situações, friccionavam seus corpos voluptuosamente, expressando alegria e bom humor em gestos sensuais e às vezes eróticos.

Presenciar a alegria desses corpos nas imersões de campo desta pesquisa, remete a uma possibilidade de acompanhar os discursos dos sujeitos pesquisados, tendo em vista seu campo semântico e seu domínio pragmático, em seu entrelaçamento com os discursos coletivos que atuam como regimes de verdade ou de resistências. A produção do saber relativa à memória de reinvenção desses corpos trans interioranos se relaciona com produções localizadas social e historicamente. Esse movimento, por sua vez, não aconteceu como busca incessante por uma verdade última, já que isto pode soar coercitivo e impedir, como consequência, a passagem das multiplicidades de sentidos que se acredita contidas na rememoração.

Nesse processo de experimentação, evoca-se a lembrança da produção ética de um acontecimento que vibrava em uníssono. Comemorava-se a possibilidade de potencialização da vida, da descoberta de novos modos de subjetivação e de ampliação dessas vozes que adquirem coragem e ganham fôlego quando estão juntas, em grupo. Já que esses guetos funcionam tanto como espaço de ajuda mútua, como para a autocompreensão das participantes enquanto seres coletivos. Nesses espaços, elas estavam traçando outros trajetos que não precisavam de nenhuma autorização externa ou institucional, senão a implicação de seus corpos nesse movimento de transmutação em contextos heterotópicos de sociabilidade.

A reapropriação da linguagem também pôde ser observada por meio da fala, já que, utilizavam frequentemente termos em pajubá<sup>49</sup>, demonstrando que essa linguagem já estava entranhada em seu cotidiano, mesmo que soasse estranho e incompreensível aos ouvidos de quem possuía poucas experiências com o universo trans.

Contatou-se, de modo evidente, que elas queriam falar de si. Durante as imersões em campo, foram recorrentes os momentos em que falavam sobre alguns aspectos de suas vidas, com falas sobrepostas, todas falando ao mesmo tempo, ou umas tentando falar mais alto que as outras. Em alguns momentos, algumas solicitaram que o volume do som fosse diminuído, para assim garantir que suas histórias fossem ouvidas.

Outras requisitaram a atenção da pesquisadora para narrar detalhes de suas experiências, sobretudo alguns aspectos que, ao que parece, não se sentiram à vontade

---

<sup>49</sup> "Pajubá' é uma linguagem popular construída de palavras de vários dialetos africanos misturadas com palavras em português, usada pelas travestis e povo de Santo". (MOMBAÇA, 2015, p. 13).

para relatar nas entrevistas individuais, como a relação com substâncias psicoativas, envolvimento com o tráfico e brigas e desentendimento com outras trans.

Nos contextos em que estavam diante do coletivo, demonstravam estar mais confortáveis para relatar algumas situações comuns às suas histórias de vida. Nos momentos de efusão das festas, muitas já sob efeito de álcool, evocavam algumas lembranças de abuso ou marginalização, a exemplo do momento em que foram expulsas de casa ou em que fugiram da violência familiar. Narravam sobre os preconceitos que viviam em seus locais de origem, no início da adolescência, bem como sobre suas primeiras relações sexuais. Tais eventos foram evocados de maneira jocosa, como se através da afirmação de novas perspectivas pudessem ressignificar e transmutar os efeitos desses traumas e afirmar a potência da vida.

De modo semelhante puderam ressignificar também seus espaços privados de encontros. As trans enunciaram, assim, a viabilidade de territórios de produção de vida comum em tais espaços, inicialmente compreendidos apenas como o lugar específico para os corpos vulnerabilizados e inconformes quanto ao gênero e à sexualidade, apontando para inúmeras possibilidades de conexões afetivas e de movimentos da existência. Em outras palavras, um terreno propício para a produção de outros modos de se pensar a vida em conjunto. Com essa euforia, elas se lançam para alguns espaços públicos, certas de que a resistência pode ser alegre.

Nesse sentido, a ocupação das ruas em festas públicas, como no carnaval de rua e nas festas de São João, por exemplo, pode ser vista como movimentos micropolíticos que, para as trans, significam a superação do isolamento social e da invisibilidade, ao mesmo tempo em que proporcionam a instauração de novas cenas na ocupação urbana. Somado a isso, funcionam como espaços de insurgência na memória de reinvenção dos corpos trans.

Através da fronteira indiscernível entre estética e política, as pessoas trans, ao participarem dessas festas, transpõem os limites do espaço cotidiano e passam a ocupar a esfera pública. Esses são espaços de aprendizagem, em que elas começam a expor suas existências e divulgar suas experiências, transformando-os em uma arena de formação. Essa anunciação trata-se, sem dúvida, de atos políticos, não obstante as intencionalidades ou sua racionalização.

Vale frisar que as intervenções das trans nos espaços públicos não estão limitadas a um recorte cronológico estanque, já que é possível acompanhar seu prolongamento desde o passado até o momento presente. No contato com as trans conquistenses, durante as experiências de campo, foi possível se contagiar com a alegria e a expectativa delas para participarem da pequena festa carnavalesca que aconteceu em uma praça pública em

fevereiro de 2020. Ficaram vários dias falando sobre a festa, os trajes que usariam e o que gostariam de fazer para garantir sua diversão.

Durante a festa, elas estavam muito animadas e ficavam sempre juntas em um lugar específico. Presumivelmente, ao estarem unidas com suas companheiras, poderiam inventar trajetos mais seguros e sentirem-se menos vulneráveis. Exibiam suas performances com trajes curtos, rostos maquiados, brincos grandes, cabelos arrumados, unhas pintadas e saltos altos. Tinham gestos largos, ousados e comportamentos sensuais. Pareciam se divertir, apresentavam-se de modo extrovertido, falavam coisas engraçadas, contagiando as pessoas que estavam à sua volta, através da expressão genuína de uma existência que aparentava estar mais livre e alegre.

A festa de carnaval, de acordo com alguns estudos antropológicos, cumpre a função de permitir e até mesmo estimular a inversão das convenções sociais. Para as pessoas LGBT, o carnaval favoreceu sua maior aceitação e visibilidade (GREEN, 2000), como também serviu de palco para a conquista e ocupação de novos territórios, assim como possibilidade de atuação política.

No que se refere ao público de transexuais e travestis, o carnaval pode ser considerado como um acontecimento importantíssimo para a compreensão da emergência e da transformação histórica desses sujeitos no Brasil durante o século XX. Os bailes de carnaval, as festas temáticas e os concursos de beleza foram eventos que, na primeira metade do século, promoveram maior visibilidade e publicização dessas pessoas que arriscavam coletivamente uma aproximação com o feminino, mesmo ainda sendo identificadas como homossexuais. Este período foi denominado como o “tempo das perucas”, em que o termo travesti não estava relacionado a uma identificação do sujeito, mas a uma prática eventual que inaugurou novas possibilidades de manipulação do feminino e do masculino. (VERAS, 2019).

Veras (2019) compreende o carnaval como “heterotopia de gênero”, ou seja, intervalo de tempo em que é possível colocar em suspenso as normas regulatórias de gênero e ousar experimentar, inventar outras possibilidades de relações, locupletando-se da ruptura, mesmo que passageira, com a ordem social cotidiana. Na segunda metade do século XX, ainda de acordo com Veras (2019), as festas carnavalescas passaram a ser um espaço para a exibição das transformações corporais realizadas pelas travestis, viabilizadas pelo avanço e inovação das tecnologias de transformação corporal. Tanto essas festas, quanto a mídia, passam a construir narrativas sobre os corpos trans esculpidos com silicones e hormônios e não simplesmente por vestimentas e enchimentos.

Esses corpos passam a buscar uma identificação baseada nas diferenças de gênero, rumo à performance feminina. Como consequência, começam a surgir inúmeros discursos que instituem a fabricação do sujeito travesti, que inaugura uma nova estética, pautada em tais diferenças. A partir de então, esses sujeitos deixam de ser intérpretes e passam a constituir uma identidade. Nesse sentido, a mídia contribuiu para a constituição desse sujeito, não somente através da espetacularização, como também da vigilância, e despertou admiração no público em geral, tanto quanto curiosidade.

Como já discutido, o desafio que é lançado por estes corpos é utilizado, muitas vezes, para justificar atitudes de violência e preconceito direcionadas às pessoas trans, consideradas como seres abjetos. Todavia, a abjeção não significa um assujeitamento dessas pessoas às normativas de gênero e sexualidade. A inventividade dos corpos transexuais e travestis, que transgride a matriz heterossexual compulsória, cada dia mais o faz publicamente, pois não se tratam apenas de corpos de sujeitos notívagos, eles aparecem e reluzem à luz do dia e questionam, performaticamente, as matrizes sexual e de gênero construídas e impostas por uma sociedade machista e misógina.

No Brasil, na medida em que cresce um novo tipo de conservadorismo, proliferam novos tipos de ativismos macro e micropolíticos que não se restringem à luta pela igualdade de direitos, mas que ampliam a luta para o direito de existir e o direito à vida como potência criadora, ou seja, “nessa transterritorialidade criam-se condições mais favoráveis para a mobilização da potência de criação das práticas ativistas, bem como da potência micropolítica nas práticas artísticas.” (ROLNIK, 2018, p. 35). A premissa, nesse caso, seria ativar a potência política da arte a partir da experiência que promove, e não com foco no objeto que dela resulta. O corpo trans, nesse caso, em sua potência de criação, pode ser considerado como um corpo sempre em construção, uma obra-acontecimento, estrategicamente utilizado como potência estética e como força disruptiva.

## **5.2 Táticas de insurgência de corpos trans interioranos**

Pretende-se aqui pensar algumas narrativas de si memoráveis na reinvenção dos corpos trans interioranos, constituídas por linhas de singularidades compostas por eles. Apresenta-se, nesse sentido, alguns percursos pessoais, mas não individualizantes, entendidos como trajetórias estético-políticas: “Histórias que contam vidas - e vidas contam.” (SILVA, 2014, p. 18).

Sem dúvida, o Brasil está passando por um recrudescimento de discursos conservadores e um agravamento das manifestações de violência direcionadas às pessoas

sexo-gênero dissidentes, que através de inúmeras ofensivas deslegitimam as conquistas sociais e políticas do público LGBT e reiteram a noção de que ser travesti e transexual significa desvio moral, pecado ou patologia. Existem indícios da existência de um projeto colonial-capitalista que lança mão de dispositivos que continuam lutando para impedir que a história desses corpos seja escutada, para impedir o reavivamento de suas memórias e que reiteram a guerra para o seu apagamento. Desse modo, a evocação das memórias do corpo trans que habita o contexto interiorano é compreendida aqui como uma atitude política contestatória a essas investidas.

Mais recentemente, no Brasil, foi eleito o presidente Jair Bolsonaro, por efeito de pautas conservadoras e anti-LGBTs, que deprecia especialmente pessoas trans. O governo de Bolsonaro apresenta uma gestão autocrática, cujo desdobramento não só interrompe os avanços da política sexual, como também, de acordo com Reis (2020), causa retrocessos de conquistas emancipatórias referentes ao gênero e à sexualidade, como no avanço da discussão sobre o aborto, na proteção à mulher vítima de violência e na criminalização da transfobia.

Na política estatal do governo Bolsonaro, posições dogmáticas e ataques aos direitos conquistados pelas pessoas LGBT desempenham um papel central. Nesse sentido, diversos parlamentares da base governista aproveitam a crise decorrente da pandemia para propor projetos de lei que objetivam retirar os direitos duramente conquistados pela população LGBT no país. Esses posicionamentos reiteram uma disputa política sobre gênero e sexualidade no Brasil, bem como evidenciam uma estrutura necrogovernamental (REIS, 2020) que, no decurso da pandemia, reforça as vulnerabilidades a que está historicamente exposto o segmento LGBT no país.

A governamentalidade do neoliberalismo tem determinado produções de subjetividades em que os sujeitos, capturados, devem agir segundo as demandas do mercado, do capital e do consumo. O desafio então é pensar alternativas de recomposição política com formas de cooperação à altura do neoliberalismo. Se o capitalismo captura as formas de vida de modo cada vez mais rápido e complexo - como consequência da integração mundial possibilitada pela virtualidade tecnológica e a celeridade dos fluxos imateriais -, por essa mesma razão, as modalidades de insurgência também tendem a se expandir e a se complexificar, ampliando seu poder de reinvenção. Isso gera um certo alento, uma vez que é possível pensar na potência afirmativa e criativa de novos modos de existência que cada vez mais ampliam seu poder de transgressão, de experimentação e inventividade de si e dos outros em tais contextos.

Na constante tensão entre as engrenagens de poder exploratórias e discriminatórias e os sujeitos que insistem em se afirmar, segundo Galvão (2014), a memória é o elemento que conecta o sujeito consigo mesmo, uma auto-afecção, enquanto que o esquecimento trata-se de uma força contrária, o descuido de si. Esses dois aspectos, constitutivos do processo de subjetivação do sujeito, permitem a ele, mesmo estando imerso nesses mecanismos de poder, reinventar-se incessantemente a partir da memória e da reflexão constante sobre si. No geral, o sujeito está condicionado a uma série de representações que circunscrevem o potencial criativo de sua existência e insistem em dizer quem ele é, de modo que ele pode esquecer ou desprezar suas possibilidades de vir a ser e com isso reproduzir, muitas vezes despropositadamente, modos de assujeitamento.

Desse modo, a proposta é pensar essas práticas levando em consideração a espessura do intervalo de tempo que conforma o presente, enquanto duração que prolonga o passado no presente e propicia a esses corpos a possibilidade de abertura para que possam se diferenciar de si mesmos (BERGSON, 1999), em movimentos de singularização. Ao conceber o tempo como a principal característica do ser, consoante ao pensamento bergsoniano, considera-se que as práticas de insurgências dos corpos trans são resultado de uma memória que, a partir de todo o passado conservado enquanto virtualidade, requer constante reinvenção.

Essas práticas resultam de um esforço reflexivo realizado por essas pessoas, de si e de seus pares, que constituem um modo singular de (re)elaboração de suas existências. Nesta direção, à luz dos conceitos foucaultianos de cuidado de si e estética da existência, serão analisadas algumas dessas práticas, compreendidas como a tomada de uma posição ética dessas trans, rumo a uma estética da existência, visto que o que elas estão sendo capazes de inventar em contextos áridos e desfavoráveis permite afirmar que essas pessoas têm mais força do que as que julgam ter.

Desse modo, na atualização contínua dos corpos trans em direção à incontáveis formas e relações entre os indivíduos, eles são capazes de elaborar modos de vida que realizam o enfrentamento à regularização da vida por códigos normativos e disciplinares. Esse movimento reflexivo contínuo em relação à multiplicidade foi denominado por Foucault (2010), nos escritos de sua última fase, como estética da existência. Segundo o autor, nesse processo o sujeito é capaz de se relacionar criticamente consigo e, como consequência, com a alteridade e o tempo presente, através das técnicas do cuidado de si. Um processo que se desdobra, ainda, na reinvenção de novas formas do viver em comum, bem como de outras sociabilidades, sensibilidades e amizades.



A articulação de um território comum ao corpo trans traz a noção de que esse corpo, considerado abjeto e monstruoso alhures, pode encontrar a possibilidade de um pertencimento social que pode fortalecer a aquisição da autonomia e a tomar para si o poder de transformação. Em decorrência disso, o sujeito trans que busca autonomizar-se pode ser considerado como foco de exercício de poder, à proporção que resiste à força coextensiva e contrária que tende a enquadrá-lo e marginalizá-lo. Assim, recupera e protege sua autoestima, produzindo efeitos anti paralisantes e respondendo socialmente, investido da potência de existir.

Em vista disso, a autonomização dos sujeitos trans refere-se a processos de subjetivação não-individualizantes que questionam os rígidos delineamentos das identidades sociais contemporâneas. Nesse sentido, não pretendem ser universais, nem devem ser generalizados para todos os contextos. Por outro lado, esses sujeitos se reconstroem cotidianamente e colocam para si regras de existência por meio de ações, exercícios e técnicas, assim como estão imbuídos na construção de espaços de referência e de ajuda mútua, capazes de criar novos modos de viver consigo e com os outros, a partir da recusa dos discursos de verdade construídos sobre si mesmos. (DUARTE; CÉSAR, 2012).

Nesse sentido, as travestis e mulheres transexuais são investidas desse vir-a-ser, uma vez que se despontam para inúmeras composições de possibilidades quanto ao gênero e à sexualidade, dentre muitos outros trânsitos possíveis entre múltiplas fronteiras. Nesse estudo, foi perceptível a reinvenção insurgente das trans manifestada, por exemplo, na reconfiguração das noções de família, de parentesco e dos pactos de exclusividade afetivo-sexuais. A seguir, serão evocadas algumas lembranças que conectam histórias, registros e temporalidades que não são contínuas, nem homogêneas, mas que remetem a aspectos singularizantes, fluidos e errantes do percurso das interlocutoras Tieta e Gisberta<sup>50</sup>, que articularam práticas cotidianas de enfrentamentos que podem ser reconhecidas como insurgências criativas.

### **5.2.1 TIETA: o devir ativista no período pandêmico**

As lembranças de Tieta sobre como veio morar em Vitória da Conquista apresentam ao limiar da sua consciência situações marcantes da passagem de sua infância para a vida

---

<sup>50</sup> Tieta e Gisberta, interlocutoras aqui evocadas, tiveram seus nomes sociais revelados neste estudo, em função da impossibilidade de manter sigilo sobre suas identidades nesta seção. Diante disso, ambas assinaram uma declaração autorizando a divulgação de seus nomes sociais, a fim de que suas ações e obras pudessem ser citadas e discutidas.

adulta. Ela narra que vivia com sua família em uma cidade de pequeno porte no interior de outro estado do Nordeste e que lá começou a sofrer abuso sexual do pároco da cidade. Quando a família tomou conhecimento do caso, colocou-a para fora de casa e, aos dez anos de idade, com a ajuda do padre que queria vê-la o mais distante possível, Tieta foi trabalhar com a prostituição em um “cabaré”<sup>51</sup> de uma cidade vizinha. Lá, ela era explorada pela dona do estabelecimento que, além de obrigá-la a ter relações sexuais com homens mais velhos, a estimulava a roubar os clientes.

Pouco tempo depois, Tieta tomou coragem e fugiu dessa realidade extremamente violenta a que era submetida, em um processo de migração compulsória. Pedindo carona aos caminhoneiros pelas rodovias que atravessam o Nordeste do país, chegou à cidade de Vitória da Conquista ainda na adolescência. Permaneceu no município por um período e logo em seguida, movida por sua inquietude, foi “fazer vida” em São Paulo. Passados alguns anos, depois de experimentar a vida como travesti e prostituta em um grande centro urbano, ela retorna para Conquista, lugar em que afirma gostar de viver e onde pretende morar pelo resto de sua vida - especialmente por ter muitos amigos e também por ter tido a oportunidade de ter uma casa própria nesta cidade.

Dona de uma vivacidade impressionante, ela mostra, a partir das suas risadas e do seu bom humor, a possibilidade de se reinventar, nas fissuras do projeto colonial capitalista que insiste em apagar sua existência, uma vida singular e cheia de alegria. Ela narra, por exemplo, com muito despojamento, suas primeiras relações de abuso sexual com o pároco de sua cidade natal, afirmando com deboche: “meu cu já é benzido, querida”!

Com quarenta e poucos anos de idade, foi uma das interlocutoras mais velhas desse estudo e a que tem mais tempo de trabalho com a prostituição. Rememora o uso de algumas técnicas utilizadas para a modificação do seu corpo, tais como o uso de hormônios, aos quais não conseguiu se adaptar. Em função disso, teve que recorrer à aplicação de silicone industrial<sup>52</sup>, realizada quando morava em São Paulo, pois na época (década de 1990), diversamente do período atual, não existiam pessoas que fizessem esse tipo de procedimento em Vitória da Conquista.

Mesmo tendo colecionado inúmeras histórias de brigas e desentendimentos com outras trans da cidade ao longo dos anos, no momento em que participou deste estudo Tieta pareceu

---

<sup>51</sup> Termo utilizado por ela para se referir a um prostíbulo.

<sup>52</sup> Durante a escrita desta tese, em abril de 2022, ela retornou a São Paulo e se submeteu a um procedimento médico-cirúrgico em que drenou o silicone industrial que havia colocado na região dos seios e fez implante cirúrgico de próteses mamárias de silicone.

estabelecer um bom trânsito entre as mulheres transexuais e travestis da cidade, - tanto com as mais novas, como com as veteranas, tanto entre as que praticam a prostituição, como entre aquelas que têm outras ocupações. Embora receba uma aposentadoria, estabelecida desde antes da pandemia do covid-19, às vezes ela ainda ia para a pista fazer programas. Diz, ao mesmo tempo, ser madrinha de algumas trans mais novas que praticam a prostituição e relata casos em que as defendeu nos pontos de prostituição da cidade, lugar em que ela goza de certo *status*, justamente por ter mais tempo de pista.

Em decorrência dessa sua inserção no território, ela também tem possibilitado maior visibilidade às pessoas trans na cidade. A título de exemplo, durante o período de realização dessa pesquisa, foi possível acompanhar a sua presença em programas de rádio, eventos acadêmicos, eventos organizados pela coordenação LGBT do município, sessões especiais na câmara de vereadores, dentre outros. Em cada uma dessas participações, ela traz a público um pouco da realidade das mulheres transexuais e travestis conquistenses e, de modo contundente e sempre bem humorado, denuncia as violências que marcam a corporalidade trans na região.

Quanto às suas contribuições para a visibilidade das pessoas trans na cidade, cabe destacar sua importância na colaboração de produção de conhecimento acadêmico sobre o tema da transexualidade e travestilidade na cidade de Vitória da Conquista. Ela já participou de um estudo sobre travestilidade e migração vinculado a um programa de pós-graduação da UESB e sua história, em breve, será divulgada através de um livro que está no prelo, sobre o qual ela se refere de forma jocosa: “vou ficar famosa e ganhar dinheiro”. Ela tem sido, assim, uma importante articuladora na conexão entre as pessoas trans e o crescente grupo de pesquisadoras/es que têm se interessado por esse público nos últimos tempos na região. Nesse ponto, não foi diferente com esse estudo, já que Tieta foi imprescindível não somente para as imersões de campo, bem como para a articulação dos diálogos realizados com muitas outras participantes.

Entende-se, portanto, que esses agenciamentos feitos por Tieta funcionam como processos de insurgência que, pautados na capacidade de reflexão sobre si e nas experiências sociais e culturais, são capazes de reivindicar outras possibilidades de existência que partem do questionamento das diversificadas formas de assujeitamento, inclusive a forma que se dá ao corpo. Do mesmo modo, impulsionar a maior visibilidade das pessoas trans significa também encorajar outras pessoas a assumirem possíveis deslocamentos quanto aos regimes políticos de homogeneização sexual, bem como a questionarem a construção ficcional da materialidade do corpo, do sexo, do prazer e do desejo.

Nessa direção, pode-se afirmar que, comprometidas com seus processos de transformação corporais-estético-existenciais, as pessoas trans constroem legitimamente uma ética que prioriza a reinvenção de novas sociabilidades e novas subjetividades desejanças, libertárias e disruptivas. Essas experiências de liberdade, conforme observado, não estão relacionadas à inserção das transexuais e travestis em instituições sociais tradicionais que lutam por direitos sociais e políticos. Trata-se de uma organização em torno de pautas específicas, que surgem através de práticas cotidianas, de dimensões criativas e participativas, de produção de vínculos político-comunitários que demandam capacidade expressivo-criativa (DUARTE; CÉSAR, 2012).

A partir desse ponto, e tendo em vista o contexto histórico, social, político e sanitário singular em meio ao qual este trabalho foi desenvolvido (especialmente em seus anos finais), os parágrafos que se seguem dizem respeito a algumas percepções sobre os trânsitos dos corpos trans conquistenses, através de experiências singulares e coletivas, em meio ao atravessamento da pandemia da Covid-19. Pretende-se, sob um determinado ponto de vista, evidenciar articulações cruciais, realizadas entre os anos de 2020 e 2021, para dar suporte às pessoas trans nesse contexto, sobretudo nos primeiros anos dessa pandemia.

Nesse contexto de crise, surgem em todo país diversas ações sociais empenhadas em atenuar as ofensivas contra a população LGBT, incluindo as pessoas trans. Como consequência, assiste-se despontar um sentimento de reinvenção diante da crise, não somente para atender às demandas imediatas surgidas com a pandemia, como também para engendrar, diante das vulnerabilidades, conexões sociais de outro tipo, que prezam pelo direito à diferença, assim como pelo direito de existir.

Em uma perspectiva local, também foi possível observar a omissão estatal com essa população durante o período da pandemia. Dentre outras omissões, destaca-se a ausência da Coordenação LGBT da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista quanto ao acolhimento institucional e sua desarticulação diante das políticas de proteção social à população trans durante a pandemia. Notou-se um nítido desinteresse em resolver, ou mesmo diminuir, as desigualdades sociais e as vulnerabilidades vivenciadas pelas trans no município, diante da falta de implementação de medidas assistenciais concretas direcionadas a esse público.

Como contraponto, em Vitória da Conquista, foi possível observar novas formas de ativismo entre as trans, expressas por ações concretas realizadas para atenuar os efeitos nefastos da crise sanitária, social e política que permearam esse momento. Esse ativismo não partiu de análises pormenorizadas de demandas e ações pré-estabelecidas, mas de situações emergenciais que foram constatadas informalmente pelas próprias trans e que, a partir disso,

foram articuladas através de campanhas solidárias de arrecadação de fundos para pessoas trans em situação de vulnerabilidade e extrema pobreza. Grande parte dessa articulação ocorreu de forma virtual, sobretudo com o apoio de algumas trans, grupos sociais, pesquisadoras(es), lideranças político-partidárias e sociedade civil. Nesse cenário, se destaca o ativismo de Tieta junto aos seus pares, na construção de outras narrativas no enfrentamento da pandemia da covid-19.

Através de ações capitaneadas sobretudo por Tieta, foi possível notar a ressignificação das mobilizações coletivas das pessoas trans diante do agravamento das situações de pobreza e de vulnerabilidade às quais algumas delas estavam expostas. Inicialmente, Tieta mapeou - de modo informal, a partir de sua vivência cotidiana e de seu amplo trânsito entre o público trans local - as trans de Vitória da Conquista que se encontravam em situação precária de sobrevivência, sobretudo em função da eliminação de suas fontes de renda.

Em função do alastramento da covid-19, os corpos trans, não apenas em Conquista, passam a vivenciar múltiplas e complexas questões irrompidas a partir da crise sanitária. Dentre os principais impactos da pandemia para população LGBT tem-se: a piora na saúde mental ocasionada pelo isolamento social; o afastamento da rede de apoio e perda de referências comunitárias; a insegurança alimentar; a interrupção do acesso a cuidados de saúde; a violência familiar e doméstica e, sobretudo, o assolamento de fontes de renda e meios de subsistência. (DE MIRANDA; GRANGEÃO; MONTENEGRO, 2020).

Estes autores também citam, como um desses impactos, o medo da discriminação e o receio dessa população em ser considerada “bode expiatório”. Nesse ponto, vale ressaltar a postura de alguns setores da imprensa conquistense que contribuíram para o aumento da violência e vulnerabilidade dessa população na cidade. Um bom exemplo foi um blog<sup>53</sup> da cidade que veiculou uma matéria culpabilizando as trans que estavam se prostituindo em vias públicas e, conseqüentemente, desrespeitando o isolamento social. Neste caso, a imprensa desconsiderou que “o mesmo corpo que, desde sempre isolado, não pode usufruir do isolamento promovido pelas políticas de quarentena, seja porque a família tradicional o rejeita, seja porque as dinâmicas estruturais de pobreza não permitem.” (SILVA, 2020, p. 111)

O receio das trans de serem consideradas como bode expiatório para a transferência de responsabilidades em tempos de crise, contudo, não ocorre de forma

---

<sup>53</sup> Não foi possível divulgar a informação veiculada pelo blog, pois a matéria foi retirada logo após a denúncia feita por uma trans que teve sua imagem veiculada sem autorização.

arbitrária, uma vez que “o estabelecimento de uma relação de causa-consequência entre a população LGBTQI+ e os mais diversos problemas que acometem a humanidade não é uma conduta rara entre líderes conservadores.” (DE MIRANDA; GRANGEÃO; MONTENEGRO, 2020, p. 110). A imprensa, no caso de Conquista, além de não auxiliar na divulgação das campanhas de solidariedade, ainda prestou um grande desserviço a essa população ao veicular matérias sensacionalistas e de pouco teor humanitário.

Ao invés de problematizar a situação de vulnerabilidade social enfrentada pelas trans que se prostituem, observou-se, no período da pandemia, a preferência por estigmatizá-las e culpabilizá-las individualmente por estarem na rua trabalhando, sem considerar que, para a grande maioria das pessoas trans que trabalham com a prostituição na cidade, essa é a única fonte de renda não apenas delas, como também, muitas vezes, de suas famílias. Portanto, mesmo sendo desaconselhadas a essa prática, em função do alto risco de contágio e da insegurança no trabalho em vias públicas no período pandêmico, muitas assumem esse risco para garantirem sua subsistência.

Resistindo a essas tentativas de silenciamento e subalternização, Tieta insurge e dá início a uma campanha de arrecadação de fundos com vistas a suprir temporariamente as demandas de alimentação e higiene pessoal das trans mais vulnerabilizadas. Nesse contexto, ela contou com um suporte comunitário para a realização dessas campanhas. Inicialmente, recorreu a grupos de pesquisadores ligados às universidades locais que contribuíram com a confecção de cartazes para a captação de recursos. Esses cartazes foram divulgados sobretudo através das redes sociais e também contou com a ajuda desses pesquisadores e pesquisadoras para aumentar o alcance dessa campanha. Somado a isso, ela articulou algumas trans para que a auxiliasse na compra dos insumos e sua distribuição direta na casa das pessoas mais vulnerabilizadas.

Tieta registrou todas essas experiências através de fotos que divulgou em suas redes sociais, a fim alcançar maior visibilidade, bem como enquanto uma forma de publicizar o destino da verba arrecadada. Como consequência, outros atores sociais passaram a contribuir com essas campanhas, a exemplo da polícia militar do município, que protagonizou uma ação de distribuição de cestas básicas junto às famílias dessas mulheres transexuais e travestis e que do mesmo modo contou com a articulação de Tieta para direcionar essa ação. Também esteve envolvido em ações semelhantes, um vereador da cidade que, assim que tomou conhecimento das campanhas de Tieta, articulou a doação de insumos para serem distribuídos para as trans mais vulnerabilizadas que foram igualmente indicadas por ela.

Nas memórias das articulações coletivas das trans conquistenses cabe destacar o trajeto histórico do *Coletivo Finas*, o único coletivo da cidade formado apenas por mulheres transexuais e travestis, que foi idealizado e presidido, inicialmente, pela ativista travesti Rafaela Santos, assassinada em Vitória da Conquista em novembro de 2018. Em função do grande impacto causado pela morte de Raphaela - grande referência de amizade, solidariedade e resistência entre as trans conquistenses -, desde então o Coletivo estava desarticulado. A partir das mobilizações que protagonizou diante da pandemia da covid-19, Tieta, que era vice-presidente do grupo desde sua fundação, assumiu o cargo de presidente, a partir do qual mobilizou inúmeras forças para construir estratégias que possibilitassem novos modos de vida em conjunto.

Os desafios colocados por este contexto pandêmico serviram, em certo sentido, para avivar a força e o sentimento coletivo de luta da população trans, que tem uma história de resistência prévia e que se mostrou ainda mais pungente nesse contexto, com a ativação de outros modos de ativismo. Diante dessa realidade, Tieta interpõe-se como uma travesti ativista, provocando a mobilização comunitária, dado que, em diferentes contextos, ações protagonizadas pela sociedade civil e por diversos ativismos são agentes imprescindíveis nos regimes democráticos.

Na memória de Tieta, durante a produção de dados desse estudo, ela evoca lembranças de um período muito difícil de sua vida, quando fazia uso contumaz de substâncias psicoativas. Recorda-se que nesse período não conseguia se socializar com seus amigos, descuidou muito de seu corpo e de sua aparência e que todo o dinheiro que conseguia com a prostituição era destinado ao uso dessas substâncias. Nessas circunstâncias de total aniquilamento do cuidado de si, ela afirma que enfrentou situações extremas de vulnerabilidade e marginalização.

O descuido de si experimentado por Tieta nessa conjuntura não se circunscreve apenas ao fato de ela fazer uso dessas substâncias, mas, sobretudo, à sua aproximação com modelos universais normalizantes que discriminam, subjagam e excluem as pessoas que fazem esse uso. Esses modelos, de forma genérica, consideram essas pessoas individualmente culpadas e moralmente condenáveis, de modo a omitir a complexidade social concernente ao uso de substâncias psicoativas na sociedade contemporaneamente. Como consequência, consoante as noções foucaultianas, presume-se que, nesse contexto, Tieta abandona o conhecimento de si e desloca-se rumo às representações difundidas como modelos universais.

Ainda sobre essas lembranças, a interlocutora afirma que com a ajuda de algumas amigas e de algumas profissionais de saúde que trabalhavam no Centro de Apoio e Atenção à

Vida Dr. David Capistrano Filho (CAAV)<sup>54</sup> do município, foi capaz de apropriar-se de si, cessar o uso de substâncias ilícitas e constituir para si outras formas de existência, mesmo estando enredada nas engrenagens de poder normalizantes e reguladoras. Com base nisso, pressupõe-se que, em alguma medida, esse retorno de Tieta para si tenha contribuído para impulsionar seu protagonismo diante das ações que assistiram às pessoas trans mais vulneráveis durante a pandemia.

Portanto, esse retorno para si não se trata de um posicionamento de egoísmo ou de vaidade, mas, de acordo com Foucault (2010), desdobra-se inevitavelmente em uma ação para o outro. Voltar-se para si possibilita ao sujeito afastar-se das perspectivas individualizantes e competitivas de produção de subjetividade e, como contraponto, propor novas formas de relacionamento com os pares. Nesse particular, compreende-se que Tieta, diante do poder de refletir sobre suas formas de vida, assume uma responsabilidade ética na trama relacional em que se envolve, cujo desdobramento torna-se coletivo.

Mesmo aposentada, antes do período pandêmico Tieta ainda contava com o trabalho com a prostituição para complementar sua renda. O recebimento desse benefício, portanto, permitiu a ela cumprir o isolamento social durante o estado de emergência. A partir dessa realidade, ela entende que muitas mulheres travestis pobres que trabalham na pista e que tinham a prostituição como única fonte de renda, não possuíam o mesmo privilégio e estavam passando por dificuldades financeiras, de modo que se encontravam ainda mais vulneráveis. Desse modo, a partir da reflexão sobre sua forma de vida, ela resolveu ajudar essas meninas, conduzindo sua existência de modo diferente da condição anterior e assumiu o lugar da travesti ativista.

A lembrança do seu papel no Coletivo Finas foi capaz de orientar suas ações no presente, diante do contexto da crise sanitária e a atualização da memória gerando singularizações que permitiu que ela, ao tomar consciência de sua condição estratégica, pudesse auxiliar seus pares, outras meninas travestis e transexuais que estavam impossibilitadas de seguir com a prostituição. Esse movimento, de acordo com a ética do cuidado de si, só é possível já que o sujeito precisa primeiro voltar-se para si, para em seguida voltar-se para o outro e para o mundo, ou seja, “esse ‘duplo-retorno’ proporciona o aparecimento de uma questão de cunho ontológico, pois o sujeito, ao retornar para si, confronta-se com sua atual condição. (GALVÃO, 2014, p.158).

---

<sup>54</sup> O CAAV é um serviço da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista que presta atendimento médico especializado e assistência social a pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e pessoas que vivem com hiv/aids.



Ao discorrer sobre o cuidado de si, Foucault (2010) afirma a necessidade de um retorno para si que acontece à medida que o sujeito abandona o estado subjetivo de descuido de si. Assim, ao desenvolver um trabalho sobre si mesmo, o sujeito pode desenvolver focos de resistência aos mecanismos de dominação que pretendem enquadrá-lo em modelos de verdade. Como aconteceu com Tieta que mesmo reconhecendo a violência direcionada aos corpos trans no contexto em que vive e mesmo assistindo ao escancaramento das desigualdades sociais e o aumento da pobreza entre as trans de Vitória da Conquista, foi capaz de reapropriar-se de si e agenciar táticas de insurgência.

O autor, concebe que esse retorno ético sobre si culmina na (re)elaboração e na (re)invenção de novos modos de vida. Assim, a vida entendida como uma obra de arte cautelosamente esculpida, refere-se a uma estética da existência, irremediavelmente alicerçada por escolhas ético-políticas, que visa a transformação das experiências mais imediatas.

Como desdobramento dessas campanhas, Tieta passa a articular um conjunto de pessoas trans, outras pessoas LGBT, pesquisadoras(es) e pessoas afinadas com as questões que atravessam a transexualidade e a travestilidade no município, para lhe auxiliar na formalização do Coletivo e na proposição de novas pautas e novas dinâmicas coletivas para dar prosseguimento às ações desse grupo. Desse modo, é possível afirmar a importância da continuidade de ações ativistas e de mobilização comunitária entre as trans conquistenses, de modo que possam reinventar, de modo incessante e criativo, outros modos de vida para si.

Para tanto, é importante apoderar-se da força criativa e cooperativa que pode se efetivar no interior desse coletivo, face às diferentes formas de ativismos que se proliferam em contextos sociais, políticos, culturais e econômicos cada vez mais complexos. Nesse sentido, Rolnik faz a seguinte convocação:

fica evidente que não basta tomar para si a responsabilidade como cidadão e lutar por uma distribuição mais justa dos bens materiais e imateriais, bem como dos direitos civis e, para além deles, do próprio direito de existir. Isto é o mínimo que se deva almejar [...] é preciso também tomar para si a responsabilidade como ser vivo e lutar pela reapropriação das potências de criação e cooperação e pela construção do comum que dela depende [...] há que se levar igualmente um combate pela potência afirmativa de uma micropolítica ativa, a ser investida em cada uma de nossas ações cotidianas - inclusive naquelas que implicam nossa relação com o Estado, que estejamos dentro ou fora dele. (ROLNIK, 2018, p. 88/89).

Ao tirar o foco da noção de sujeito de direito e das rígidas identidades sociais, consoante Duarte e De Assis Cesar (2012), as mulheres transexuais e travestis têm o poder e o

potencial criativo de autonomizarem-se em relação às prerrogativas institucionais. Isso não significa que elas não devam se vincular a essas instituições, mas que em parceria com agentes que possuem aspirações em comum, são capazes de promover disputas e subversões. Portanto, faz-se mister discernir as instituições com as quais devem se pactuar, para que não sejam capturadas e que possam usufruir desses espaços para dar mais visibilidade às suas lutas, sem se dobrar a elas.

Esse movimento de insurgência, protagonizado por Tieta, e que inclui inúmeros outros corpos historicamente desprezados, possibilitou o agenciamento de forças que viabilizaram e movimentaram suas vidas na constituição de novos modos de existência em conjunto. Juntas, elas se recusam a entregar suas vidas ao necropoder. Por fim, é preciso aquiescer com Foucault: “E alguém pode perguntar o que fez que nessas guerras absurdas, grotescas, nesses massacres infernais, as pessoas, apesar de tudo, tenham se sustentado? Sem dúvida, um tecido afetivo.” (2009, p.5).

### **5.2.2 GISBERTA: um corpo em transe**

Gisberta, uma das interlocutoras desse estudo, carrega na memória as marcas de uma infância muito reprimida, que ela atribui ao fato de sempre ter estudado em colégios católicos e por ter sido abusada sexualmente pelo pai, dos nove aos doze anos de idade. Ela atualiza as lembranças de uma experiência infantil em que era muito antissocial. Na escola, por exemplo, mesmo já sabendo da existência de “uma outra faceta”, ela se submeteu a diversos tipos de violência em um contexto em que era abusada sexualmente pelos colegas e era hostilizada “desde a direção até a portaria”.

Rememora que gostava muito de estudar e não deixou os estudos por testemunhar amigas que se assumiram com 12, 13 anos de idade e tiveram destinos muito difíceis, então, assumiu o estereótipo de “menino gay afeminado” a fim de concluir seus estudos, numa atitude prolepcis. Este termo, cunhado por Sara Wagner York, refere-se ao processo vivido por muitas pessoas travestis e transexuais, diante do abandono de si por determinado período de tempo, para tornar-se legível desde uma perspectiva binária de gênero, consoante a cisheteronormatividade, como estratégia de sobrevivência em diferentes espaços de socialização: “A gente passa a desejar, a todo custo, querer ser lida como “normal”, como se fosse um respiro.” (YORK, 2020, p. 45).

Nesse percurso, Gisberta foi encaminhada pela família para vários psiquiatras e psicólogas e passou a colecionar inúmeros diagnósticos patologizantes. Nesse ínterim, aos dezoito anos de idade, foi impulsionada “pelas meninas da rua” a assumir sua travestilidade e,

por conta disso, sua trajetória nas instituições educacionais foi ficando cada vez mais insustentável. Relata que desistiu de concluir o curso de letras na UESB, no último semestre, por recusar a se submeter às atitudes transfóbicas direcionadas a ela por vários atores dessa instituição.

Em outro momento, ao falar de sua relação com a arte, Gisberta traz viva a lembrança de como se sentia confortável com a escrita desde os 14 anos de idade, período em que ainda era pouco sociável. Desde então, sempre gostou de escrever e afirma que, na graduação em Letras, adquiriu um instrumental teórico que tornou ainda mais confortável sua relação com a escrita. Contudo, se recorda que só tomou consciência de que era escritora durante as duas internações psiquiátricas a que se submeteu, quando se viu diante da impossibilidade de contato com o mundo externo e dispondo apenas de caderno, caneta e tempo. Ela afirma que sua escrita não se refere necessariamente a um processo autobiográfico, mas que faz referência aos questionamentos e interrogações inerentes à experiência de ser travesti, em função das recorrentes investidas de diversos setores da sociedade em invisibilizar estas experiências. Afirma, ainda, que a escrita a tem lhe servido como mecanismo de libertação e como processo terapêutico, já que todos os profissionais de psiquiatria e psicologia a que teve acesso tão somente ratificaram a patologização de sua experiência enquanto travesti.

Em um vídeo de divulgação de sua mais recente publicação, ela declara que através da literatura “consegue estabelecer uma lógica para o caos... que é a existência, que é o pensamento”. Essa publicação refere-se ao foto-livro *Fricção*<sup>55</sup>, projeto contemplado pelo edital setorial de literatura-2019 e teve o apoio financeiro do Governo do Estado da Bahia. No prefácio, Daniel Lemos anuncia os aspectos confessional e político emaranhados na obra:

Fricção é um ponto de tensão entre a História e a Literatura, cuja ambição é legitimar uma perspectiva não autorizada para os diversos conflitos sócio-políticos da contemporaneidade, quer seja a nível nacional, quer seja em questões, digamos, universais. Fazendo um movimento do particular para o público, a autora do livro, Gisberta Kali, lança mão de problemáticas amorosas, triviais, de personagens específicos para falar de política. O texto se estrutura enquanto “diário”, produzido a partir de vários gêneros textuais: cartas a destinatários (des)conhecidos, ensaios, poesia, aforismos: uma concepção de anti-romance.<sup>56</sup>

<sup>55</sup> O livro ainda não foi lançado, no entanto, é possível encontrar algumas informações sobre o mesmo no site do Governo do Estado da Bahia.

<sup>56</sup> Informação obtida através do site da Secretaria de Cultura da Bahia. Link para acessar a matéria: <http://www.cultura.ba.gov.br/2022/04/20910/EditalSetorial2019-Friccao-e-um-ponto-de-tensao-entre-a-Historia-e-a-Literatura.html>

Outro importante trabalho artístico de Gisberta foi o livro “Poéticas do Asfalto”, uma produção independente lançada em 2021, que ela considera como um projeto estético-político e sobre o qual ela se posiciona: “Gostaria que fosse absolutamente desconfortável e, também, que gerasse um horror por tudo ser tão belo<sup>57</sup>”. A matéria-prima desse livro, em grande parte, também foi composta durante suas internações. No entanto, ela guardou esses poemas por muito tempo, por não conseguir nenhuma proposta de publicação que julgasse interessante: “Eu tive propostas de editoras que queriam publicar, só que eles oferecem uma margem de lucro muito baixa, trinta por cento. Aí eu falo assim ‘não, meu amor, fica na gaveta, eu não preciso desse dinheiro não’, por mim ninguém lê essa putaria toda.” (Gisberta, maio de 2019).

Aqui parece que a arte e a vida se tornaram combativas e, juntas, se propõem a causar fissuras nos regimes políticos de homogeneização sexual e de extermínio das corporalidades dissidentes. Assim, a escrita literária ocupa na vida de Gisberta o lugar crucial de tática subjetiva de insurgência e sobrevivência, como ela confidencia: “[...] a escrita servia como uma forma de eu não me medicar tanto e não me internar tanto, sendo que é um desejo, não só da minha família como de toda a sociedade de Conquista, me internar. Porque eu faço algumas performances sociais (Risos)”. (Informação verbal)<sup>58</sup>.

Nota-se, contudo, que Gisberta promove rupturas através de diversas linguagens. Seja na tentativa de traduzir suas inquietações com poemas e textos, seja através de performances, nem sempre lidas como gostaria, seu corpo provoca frêmitos estremeceadores no pensamento encarcerado pelas lógicas hegemônicas cisheteronormativas. Desse modo, suas lembranças são atualizadas em movimentos múltiplos de diferenciações, a partir dos quais ela provoca o pensamento nos espaços cotidianos e triviais.

É possível exemplificar esses abalos a partir da repercussão de um vídeo que circulou amplamente nas redes sociais de uma performance realizada por ela em uma cena cotidiana facilmente encontrada nas ruas de inúmeras cidades brasileiras e que muitas vezes passa despercebida pelos olhos da população, mas pelo dela não: em uma determinada manhã, em uma das mais importantes feiras livre da cidade, local em que circula uma grande quantidade de pessoas diariamente, ela resolveu “peitar” um pastor que vociferava um discurso religioso

<sup>57</sup> Trecho de entrevista concedida ao jornal Conquista Repórter, publicada em 19 de novembro de 2021. Link para acessar a entrevista: <https://conquistareporter.com.br/e-uma-necessidade-de-dizer-como-funciona-o-mundo-a-partir-de-nossa-perspectiva-diz-gisberta-kali-sobre-novo-projeto-literario/>

<sup>58</sup> Fala de Gisberta Kali na Mesa sobre Travestilidades, realizada na UFBA, em Vitória da Conquista – Ba, em 10 de maio de 2019.

usando trechos bíblicos para os passantes, mesmo para aqueles que não o queiram escutar. Ela então se aproximou do pastor e, num ato provocativo, despiu parte do seu corpo e deixou seus seios à mostra. O pastor demonstrou indiferença ao seu ato, ignorou sua presença e, num ato de provocação mútua, ela ia cada vez mais em sua direção e se aproximava mais. Enquanto isso, os transeuntes os filmavam e, através de olhares enviesados e comentários esbravejantes, blasfemavam sua atitude corajosa frente a uma das narrativas mais imponentes da captura colonial: o discurso moralista cristão. A força do gesto de Gisberta, repercutida no silenciamento do pastor, torna visível o contexto de marginalização que sufoca os corpos trans interioranos e reforça, através da tradição cristã, a tradição do silêncio.

Nesse ato insurgente, Gisberta se expõe, através de um “programa simultaneamente autodestrutivo e de invenção” (MOMBAÇA, 2021, p. 59), ao jugo de pessoas que se dobram irrefletidamente aos projetos coloniais e fundamentalistas que inscrevem o corpo travesti como abjeto, imoral e criminoso. Através de movimentos inquietantes, ela esculpe de forma espetacular um devir-corpo e corajosamente rompe o silêncio das formas estatais, médico-jurídicas, sociais e religiosas que não o reconhecem como um corpo digno de existência, afinal:

Podemos pensar agora nos espaços vazios da fala como espaços escultóricos? Podemos levantar os espaços vazios às falas como espaços esculpidos socialmente por aqueles que não deveriam falar, expondo assim o silêncio enquanto matéria rígida e branca, passível de extração com ações brutas de ferramentas afiadas; o silêncio enquanto mármore. (RODRÍGUEZ OLFENZA, 2019, p. 25).

A atitude parresiasta<sup>59</sup> de Gisberta demonstra sua coragem de despir-se, em praça pública, das convenções e das normativas sexuais e de gênero socialmente impostas. Ela desvela, de forma clara, objetiva e direta, a cegueira das pessoas distraídas, covardes, complacentes e até mesmo desatentas. Mas tudo isso tem um preço, pois expor determinadas verdades pode causar consequências custosas, especialmente ao considerar os efeitos produzidos nos interlocutores. Neste caso, afrontar as verdades cristãs significa a abertura de um espaço de risco, que coloca em perigo sua própria existência.

---

<sup>59</sup> “Falar com *parresía* nada mais seria do que falar sem nada ocultar, nem dissimular. Além disso, o termo podia ser empregado em dois sentidos: o pejorativo, no qual se dizia tudo, não importando o que, sem princípio de racionalidade ou de verdade, como na “má cidade democrática”; já o sentido positivo consistia em dizer a verdade sem reserva, nem retórica: dizer tudo, sim, desde que relacionado diretamente à verdade, sem mascarar-la. Para caracterizar este sentido positivo, Foucault cita duas condições suplementares: o sujeito, ao dizer o que pensa, corre o risco de irritar o outro, arrisca-se à violência, fazendo com que a *parresía* demande certa forma de coragem, a coragem para se falar a verdade.” (GOMES; FERRERI; LEMOS, 2018, p. 194).

Dias depois, em suas redes sociais, ela se expõe novamente, dessa vez através de palavras, com uma reflexão, em tom de escárnio, sobre os desdobramentos de suas forças moduladas nessa performance marginal:

“Carta aos Santos

Senhores e Santidades,

É com pesar que venho vos dirigir a palavra diante a condenação automática a qual me encontro, tendo em vista a condição hierárquica e a oposição de valores impostas socialmente entre nós. Queria lembrar apenas que vossas mãos erguidas sobre nossas cabeças, embora sejam disfarces de bênçãos, na verdade simbolizam maldições, condenação de corpos, carne queimada na fogueira acesa aos estímulos de vossa hipócrita moral. Eu não vos desrespeito, apenas mostro que há outro caminho além da salvação, do paraíso e que, longe do perdão dos pecados, peço que considere minha liberdade de existir sem a fidelidade a nenhum deus castrador de meu desejo que apenas quer dançar. Hoje, esse tempo que retrocede pesa no meu lombo cansado e tem posto a minha arte a prova a todo tempo e retirado de mim qualquer sentimento de vaidade puramente estética, uma vez que escrever e poder escrever a pessoas embebidas de poder não é uma provocação perversa, mas uma maneira de demonstrar que o meu pensamento e ações não funcionam agressivamente sem causa, mesmo tendo a interpretação das massas, já autodisciplinadas cotidianamente, cegadas nos templos, transformado todo tipo de experimentação e espontaneidade do corpo em abominação aos céus. Estou farta dos tribunais que se instituíram à base do assassinato de pessoas como eu, cuja identidade não tenho direito ao menos de expressar: ela é igualada à lama, à podridão e não há retórica aguda o suficiente para vos provar o contrário, pois não quereis diálogo, palavra, mas sim martelos, faca, guilhotina, corda, fogo. Sendo assim, me tornarei a cada dia mais distante dos círculos civilizados, também me apartarei dos falsos movimentos dissidentes que todo dia inventam novos códigos penais, novos deuses e novas vítimas. É a solidão o caminho de sobrevivência. Embora esperando que não serei bem acolhida na carta, vos entrego minha poesia política com a coragem de quem ama a vida como ela é. Att. Gisberta Kali”<sup>60</sup>

Nesse sentido, seu corpo outrora desterritorializado e frágil, em função das inúmeras críticas, punições e humilhações a que foi exposto com as repercussões desse vídeo, se recusa a ser um corpo passivo e se reterritorializa através de um dos sentidos atribuídos por ela ao que ele pode. Um corpo inconfundivelmente político, um corpo debochado, questionador e em ebulição. Este corpo torna inadmissível sua passividade e seu assujeitamento e posiciona-se como *locus* de subversão e disputa. Assim, ela reivindica sua liberdade de fala e denuncia os limites da ficção do poder.

---

<sup>60</sup> Informação obtida no facebook. Publicada em 06 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/tito.abreu.14/posts/pfbid02QeXbX8vbL4nED48nT9tVFTuFgjRYsHwwMf3QWBQ4Y4rCWEH6GiBFWonjsVZ4GoP11>

Essa carta, por consequência, emerge como estratégia contra-discursiva de um corpo que se desprende de si mesmo e luta por livres experimentações. Dessa forma, mesmo estando enredado nas emaranhadas teias da sexopolítica heterossexual, esse corpo escapa dos sistemas de significações, classificações, dos mecanismos de regulação e deixa transbordar afetos e gritos coletivos historicamente contidos.

A comunicação via redes sociais também tem sido uma importante tática de insurgência, através da qual Gisberta mapeia estratégias de sobrevivência. Desse modo, ela se vale da velocidade e instantaneidade deste tipo de comunicação para causar inquietações e fissuras nos pensamentos revestidos de inércia. É possível ver, de longe, a potência política de seus escritos. Através de deboches, palavra que usa de modo recorrente, ela posiciona-se sempre de forma muito provocadora e são inúmeros os desabafos, questionamentos e denúncias de silenciamentos sobre os quais ela incita o pensamento. Assim, sua escrita incorporada, encarnada, convoca a pensar sobre a travestilidade, sobre corpo, os afetos, as (in)visibilidades de uma existência trans interiorana, que ao mesmo tempo que reconhece as formas de dominação, também subverte o assujeitamento identitário.

Nesse sentido, ela contesta a ideia de individualização do sujeito, por entender que seu ser é dado por meio de suas relações constitutivas, portanto, não considera sua arte - performances e escritos - apenas como um relato privado. A memória de reinvenção de si tem como decisiva sua história de vida, mas não se trata de uma produção autobiográfica. Por ser uma reinvenção, trata de uma experiência outra, resultante da transformação de si, mas que diz respeito a experiências de alcance coletivo.

Por exemplo, a ampla repercussão de sua arte provocativa, nas redes sociais, em meios jornalísticos e até mesmo nos contextos de sociabilidades das trans, só se torna compreensível se reenviada às relações de saber e poder capazes de elucidá-las e fazê-lhes preenhe se sentido. Seu intuito, portanto, é muito mais questionar ou mesmo destruir essas relações de saber e poder do que submeter-se a elas.

No prefácio do livro *Fricção*, Lemos reafirma que os textos e poemas de Gisberta não são circunscritos a sua experiência, mas que sua escrita provocativa – e provocante – requer a implicação das/os leitoras/es: “Deparamo-nos, pois, com um convite ao dialogismo, sem facilitações ao interlocutor, cuja responsabilidade de co-produção do livro trans-gressor é a todo tempo cobrada.” (referência). Vale ressaltar que ela, em nenhum momento de suas intervenções, facilita nada aos interlocutores. Através da força disruptiva de seus posicionamentos, ela luta para expressar as forças que a diferenciam, bem como para expor a conjuntura do contexto social em que se insere. Suas intervenções incendiárias parecem

nascer de uma necessidade irretorquível de respirar e, ao trazer oxigênio para si, alimenta o fogo de sua força criativa e promove processos incessantes de combustão que retroalimentam sua necessidade de respirar e, num círculo virtuoso, mantém viva sua necessidade de (re)existência.

Nas memórias de reinvenção de si, Gisberta lança mão de outros cuidados diante da autonomia de construir para seu corpo travesti uma verdade própria, já que se distancia das prescrições heterônomas das identidades e subjetividades pré-fixadas e se reapropria de técnicas de cuidado. Para tanto, ela realiza uma análise apurada da realidade em que se inscreve e o lugar que nela ocupa.

Como estratégia de autonomizar-se, Gisberta recorre à memória. Mas não uma memória profundamente guardada, mas uma memória ativa, passível de ser atualizada a partir dos imperativos do presente e de indicar caminhos possíveis para seu processo de singularização. Um dos caminhos que resolveu traçar, no primeiro semestre de 2022, foi anunciado em suas redes sociais a partir da seguinte indicação: *off line*. Ela escreveu um texto, nesse momento, informando que partiria para a terceira internação psiquiátrica, por estar fazendo uso abusivo de substâncias psicoativas e que, por isso, iria sair de cena para cuidar-se.

No entanto, ela optou por um caminho diverso. Não se internou e escolheu seguir um tratamento em um serviço municipal aberto e contínuo de atenção especializada para pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool, crack e outras drogas. Além disso, ela voltou a praticar exercícios físicos, deixou temporariamente o contexto da prostituição e retornou de forma voraz aos livros de literatura e poesia, sobre os quais tem feito comentários e análises em suas redes sociais.

Nesse período ela escreveu um texto intitulado “Da prudência ou um exercício de vida”, em que lançou um olhar crítico sobre seus modos de vida e narrou sua dificuldade em reinventar-se, diante das forças contrárias que têm lhe atravessado. Para tanto, afirma que seria necessário ter prudência e experimentar novas relações para cuidar de si:

[...] é urgente não me afundar nesse prazer de querer tudo que não preciso. Mas como não sei, caminho cambaleante seguindo pistas do inconsciente até minha casa. Não sei parar. Felizmente, há sempre um último olhar antes do pulo no abismo, uma dúvida cambaleante, talvez caindo pra cá mais perto da vida: espero que sim. Chego em casa. Jogo a bolsa no sofá e parece que muita gente habita comigo naquele espaço sujo, mas é só a televisão que ficou ligada esses dias. E todo esse tempo dizendo pra eu permanecer sob meu teto, pois a morte caminha pelas ruas. Só que agora dizia com um tom mais rude, cheio de ameaça e prometendo punição. E estava certa? No modo de dizer não, mas na finalidade... Eu tinha de ficar e só agora percebi isso,



pois de boa vontade meu corpo não se encaminha bem, como se ser livre não combinasse com o instinto de preservação da vida [...]”<sup>61</sup> (Gisberta Kali).

A “pombagira do absoluto”<sup>62</sup>, expressão que utiliza para se identificar nas redes sociais, continua lutando, com as armas que possui, contra a morte declarada aos corpos trans. Desse modo, o impulsionamento do cuidado de si tem funcionado como tática política de resistência, infalivelmente investida de uma estética. Ela não abre mão da sua força vital, da potência feminina e da força dos desejos, manifestas em sua corporeidade sedutora e livre, afinal, “[...] a possibilidade de a mulher ser senhora da sua sexualidade, controlando o corpo no aparente descontrolo (para os padrões ocidentais), são demais para nossos estreitos critérios normativos.” (SIMAS, 2020, p. 23).

Conclui-se que os exercícios refletidos de críticas consigo mesmo, com o outro e com seu próprio tempo, funcionam como alicerces para as práticas refletidas de liberdade. Assim, a intensificação do cuidado consigo traz como consequência a intensificação do cuidado com o outro, em uma relação recíproca, embasada no compartilhamento de aspectos culturais, linguísticos, territoriais e históricos (ORTEGA, 1999). Portanto, as estratégias de cuidado elaboradas por Tieta e Gisberta, aqui analisadas, perfazem a construção de novas possibilidades de existência em comum, de novas formas de relações, decorrentes das próprias escolhas sexuais, éticas e políticas, de um coletivo que não se contenta em manter-se apenas na defensiva, mas que afirma veementemente suas forças expressivas e criativas.

---

<sup>61</sup> Informação obtida no facebook. Publicada em 07 de março de 2022. Disponível em : <https://www.facebook.com/profile/100001246001324/search/?q=Da%20prud%C3%Aancia%20ou%20um%20exerc%C3%ADcio%20de%20vida>

<sup>62</sup> Faz referência ao poema “Vertigem” de Roberto Piva.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho foram demonstradas algumas narrativas construídas em torno do corpo trans. Uma dessas narrativas, a dos discursos biomédicos, maquina verdades para a gestão da vida e desses corpos, utilizando-se dos saberes técnicos-científicos. A partir de tais verdades, derivam protocolos milimetricamente elaborados, com vistas a impor um limite normativo da díade sexo-gênero e enquadrar todas as pessoas que desejem transpor as fronteiras do gênero e da sexualidade. Assim, essa narrativa tende a circunscrever todas as possibilidades de vivência do gênero, da sexualidade e do desejo, ratificando o saber/poder biomédico como verdade única por meio do engendramento de identidades fixas e da generalização dessa experiência, culminando em sua patologização.

As narrativas dos novos movimentos sociais também foram anunciadas e problematizadas, desde a delimitação identitária que, em busca da igualdade de direitos, muitas vezes reforça o binarismo - a normatização - e anuncia a perspectiva da tolerância. Compreende-se que essa perspectiva, de certo modo, contribui para o aniquilamento das diferenças e para ocultar processos de exclusão e violência direcionados aos corpos dissidentes, embora os movimentos sociais cumpram importante papel na luta política para a despatologização dessas experiências.

Por fim, a narrativa *queer* igualmente foi exposta diante da compreensão de que, mesmo com uma série de críticas quanto à sua incorporação no contexto latino-americano, ela é capaz de evidenciar inúmeros movimentos, ativismos e posicionamentos que atuam no sentido de transgredir as marcas da colonialidade e a imposição das normativas. Também se destaca, nesse sentido, sua capacidade de criar estratégias potentes que permitem escapar à captura da subjetividade pelo capitalismo, por meio da afirmação e da valorização do que comumente é tido como abjeto, monstruoso e marginal.

Já no que se refere à territorialidade do corpo trans interiorano, em destaque neste trabalho, caracterizou-se de modo sintético o território de Vitória da Conquista e suas peculiaridades sócio-históricas, com vistas a compreender de que modo esse contexto circunscreve as experiências desses corpos sem, no entanto, determiná-los. Essa territorialidade foi compreendida levando-se em consideração o trânsito das trans por diversos outros territórios, para anunciar que, embora pareçam presas a narrativas e contextos específicos, elas estão igualmente sempre em trânsito, compondo novos modos de existência.

Apontou-se, ainda, se tratarem de corpos cujas experiências habitam a encruzilhada, as esquinas, e que logram das inúmeras territorialidades constitutivas a fim de apontarem o

caráter artesanal do sexo, do gênero e do próprio território. Assim, foi demonstrado que os corpos trans conquistenses se utilizam dos saberes locais circunscritos a esses territórios, bem como de saberes “ancestrais” da cultura trans, passados oralmente através de travestis mais antigas, para reinventarem-se por meio de transformações técnicas e semióticas e por meio dos múltiplos posicionamentos diante dos ideais de feminilidade, dos papéis sexuais, das negociações entre o feminino e o masculino, dos contextos da prostituição e das relações afetivas e amorosas que constroem. Foi demonstrado que, em determinadas situações, esses corpos tendem ao enquadramento, enquanto em outras tendem a insurgência, mas que, em ambos os casos, habitam zonas de confronto e relações paradoxais que nem sempre são promotoras de conciliações e que, diante do esforço de atualização do passado, são capazes de realizar movimentos de diferenciação na atualização de fluxos distintos.

Para sobreviver nas encruzilhadas, sem correr o risco de se desterritorializarem completamente (e assim perderem suas referências) ou de se territorializarem completamente (e assim reduzirem suas existências a territórios heterotópicos), esses corpos, que em suas próprias existências questionam as ficções de verdade de diversas narrativas e das relações de saber/poder, inventam criativamente sua existência como uma totalidade aberta que coexiste com uma pluralidade de durações com diferentes ritmos. Neste sentido, este estudo demonstrou o movimento de singularização das memórias autoficcionais de reinvenção dos corpos trans conquistenses, especialmente por meio da atualização da virtualidade ativa - política e artística - de Tieta e de Gisberta.

Simultaneamente, ao compreender os diversos graus de contração no movimento que atualiza as lembranças desses corpos, diante das exigências dos interesses práticos do presente, constataram-se, também, algumas disputas político-epistêmicas contidas no processo de singularização das trans conquistenses em direção ao seu direito de (re)existir. Com base no que foi apresentado, e desde as diversas narrativas ficcionais elaboradas em torno do corpo trans, essa tese sugere que, a partir de uma virtualidade que se atualiza em movimentos de diferenciação (inclusive de si próprios), esses corpos trans interioranos são capazes de reinventar-se através de suas próprias autoficcionalidades.

Nesse sentido, a memória, enquanto possibilidade ontológica, e a forma como ela é evocada através das narrativas, não é apenas um reflexo do vivido, mas a sua criação incessante. Nesse ponto, estima-se que a inclinação desses corpos rumo a uma ética *queer* também pode ser considerada como autoficcional, na medida em que máquina um projeto que estabelece novas e diferentes relações com o passado, ressignificando as injúrias direcionadas

à dissidência e positivando-as, com o propósito de desnaturalizar as identidades, defender as multiplicidades e afirmar decisivamente a diferença.

Vale a ressalva, no entanto, que as lembranças que se aderem ao presente, enquanto síntese atual dos estados passados, não são evocadas de forma aleatória. O momento presente funciona como corte instantâneo possibilitado pelo plano material, cuja centralidade se encerra no corpo. Assim, o corpo trans, embora seja orientado pelo passado, deixa lugar para as contingências e se entrega à totalidade do tempo, enquanto duração, consoante a perspectiva de memória bergsoniana apresentada neste trabalho. Na mesma linha de raciocínio, considera-se que esse corpo, diante de tantas narrativas, se propõe a causar fissuras nas diversas formas de patrulhamento que recaem sobre si e, a partir disso, disputa as composições possíveis para sua singularização.

Com efeito, essas memórias são ficcionais não porque lhes falte verdade, mas por se referirem a um trajeto de recomposições, alterações e desdobramentos como reserva de novidades acrescentada à totalidade material. Desse modo, a atualização-diferenciação desses corpos trans reinventa práticas crítico-reflexivas de liberdade, tende a se interpor a padrões heterônomos e propõe novas modalidades do comum, por meio de estratégias de afronta ou submissão imanentes às suas experiências cotidianas.

Nesse particular, diante de uma lógica que afirma que as mulheres transexuais e travestis devem ficar paralisadas, silenciosas e se manifestarem apenas para se desculparem, estas se contrapõem, não apenas assumindo uma postura reativa diante das investidas neocoloniais capitalistas, mas explorando outras viabilidades sexuais, reivindicativas e populares. Ou seja, diante da impossibilidade de escapar totalmente desses dispositivos, resta a ousadia de constituir um saber através das frestas e propor um interior diferente.

Vale destacar que os corpos trans interioranos e nordestinos também sofrem marginalização de outros corpos trans, cujas vidas são reguladas pelas técnicas de governo da vida. Corpos que buscam a todo custo um enquadramento nas engrenagens estéticas e políticas do poder contemporâneo, na medida em que se aproximam da idealização de um corpo performaticamente sedutor e hiperfeminilizado, ou seja, um corpo que precisa ser sobrenatural para, contraditoriamente, parecer natural. Portanto, existe uma imagem de inadequação atribuídas às trans à margem do eixo sul-sudeste e dos grandes centros urbanos do país, cujos corpos são lidos como grosseiros, rudes, incivilizados, pouco atraentes, por supostamente não terem acesso às últimas tendências – técnicas e semióticas – para a construção de suas feminilidades.

No Brasil, perdura a crença de que os modelos de conhecimento e de comportamento, assim como os modismos estão localizados nas regiões sul e sudeste do país, com relação aos quais as outras regiões, sobretudo o norte e nordeste, que são consideradas arcaicas, devem se espelhar, por vias meritocráticas. A submissão e a conformidade a esses modelos, no entanto, tendem a reproduzir a lógica colonial de pensamento, dessa vez não mais desde o eixo norte-sul, mas entre o sul-sul, dentro da própria realidade brasileira. Nesse sentido, é salutar que o Brasil, incluindo seu vasto território interiorano, perceba as especificidades contidas em sua imensa extensão territorial e se esforce para não sobrepor nenhuma dessas realidades.

Em virtude do que foi mencionado, os corpos que recusam a estética normativa se distanciam da feminilidade idealizada e, portanto, da possibilidade de se tornarem inteligíveis socialmente. São, conseqüentemente, acusados de fracassados. A obtenção de um corpo milimetricamente esculpido, que se torne desejável e legível representa a conquista de um pódio, logo, motivo de muito orgulho para quem o conquista. Diante disso, presume-se que essa ideia, além de contribuir sobremaneira para o aumento da marginalização de algumas trans, reafirma a existência de distintivos hierárquicos quanto aos códigos de inteligibilidade social vistos sob a ótica da regionalização.

É importante, sim, destacar essas diferenças culturais, sociais e políticas, não para reforçar a hierarquização regional, mas para que esse embate suscite reflexões profícuas que possam desconstruir algumas idealizações e normativas que vem funcionando há muito tempo de modo opressor. A emergência e a visibilidade de novos saberes são imprescindíveis para a construção colaborativa de territórios autônomos, portanto, devem ultrapassar as questões de gênero e sexualidade e considerar questões étnico-raciais, de classe, de geração, de regionalidade, em uma perspectiva interseccional.

Essas lógicas, em seus efeitos, podem continuar regulando e controlando as experiências de gênero e da sexualidade, ao impor novos valores e modelos de modo que as diversas outras possibilidades de experiências sexuais e afetivas, como as que acontecem em contextos interioranos e/ou periféricos, por exemplo, diante desses novos referenciais normativos, são vistas como enrijecidas, obsoletas, conservadoras e, como consequência, passam a ser deslegitimadas e desqualificadas. De modo semelhante, é comum a subalternização dos corpos trans marcados pela desigualdade socioeconômica, que não possuem recursos para investir em técnicas seguras de transformação corporal e que não correspondem aos ideais da passabilidade e, por este motivo, sofrem exclusão social, política e cultural.

No entanto, aqui não se considera esse corpo trans interiorano como vítima, ao contrário, consoante a “arte queer do fracasso” (HALBERSTAM, 2020), admite-se a possibilidade de irrupção de um corpo estranho que transpõe os valores já reconhecidos, rumo à descoberta de novos prazeres e da construção de territórios de liberdade. Assim, desde essas existências tidas como indesejáveis e, por vezes, monstruosas, é possível considerá-las mais desprendidas dos aprisionamentos cognitivos e morais dos paradigmas dominantes e, portanto, com maior autonomia para a proposição de outros modos de existência.

Nessa acepção, entende-se a transexualidade e a travestilidade como condições de existência potencialmente livres e criativas no que se refere ao trânsito entre os gêneros, que não se restringem à aquisição de atributos femininos e nem se posicionam apenas desde os binarismos - lógica que reforça os regimes sexuais que estruturam as relações da sociedade ocidental. Contudo, a partir de sentidos compartilhados social e historicamente sobre o corpo trans, desenhado a partir de um engenhoso trabalho, é possível ratificar ou transpor alguns desses sentidos já naturalizados, ao ultrapassar as experiências previstas e ratificadas por outros contextos. Em decorrência disso, o corpo trans interiorano e nordestino é reverenciado como um corpo vivo e inacabado, que ousa a qualquer momento se destruir, para em seguida, se reconstruir, configurando-se, portanto, como um corpo que resiste.

Defende-se, assim, que os corpos trans interioranos delineiam autoficções potentes, que mobilizam seu passado ontológico, com vistas a compor espaços de troca - de experiências, ideias e afetos - e de elaboração de novas culturas, sociabilidades e afetividades, sem o intermédio de determinadas instituições que, muitas vezes, tendem ao entorpecimento das relações. Esses espaços de troca possibilitam a reapropriação - política, artística, ética - das forças coletivas de criação e cooperação que convocam o desejo de agir contra as investidas individualizantes e neocoloniais que assediam esses corpos no presente.

Esse delineamento ambiciona, portanto, a invenção de novas formas de compor o gênero, não visando produzir consensos, mas mediadas pelas diferenças - de classe, de geração, de orientação sexual, de regionalidade. Invenções que ensejam seguir rumo à construção de uma cultura e uma ética. Nesse sentido, não se aquiescem na busca inexorável pelo sucesso, mas, enquanto virtualidade inquietante, reiteram a necessidade ininterrupta de intervenções e de cuidados sobre si e sobre o outro, destituindo-se de aparatos tranquilizadores.

Dessa forma, as ações que executam não visam compor destinos já traçados, nem realizam promessas de realização plena do ser, como na doutrina escatológica cristã. No entanto, estão sempre à espreita quanto às diferentes e imprevisíveis linhas de forças, tanto

ativas quanto reativas, que de formas diversas e em diferentes graus, compõem as configurações do presente, de modo que a operacionalização da memória desses corpos atualiza-se de forma comprometida, assumindo uma responsabilidade ética diante da vida ao refletir sobre os efeitos que as diversas forças produzem em seus corpos.

A compreensão que as mulheres transexuais e as travestis têm de seus corpos enquanto campo de batalha não segue a idealização paradisíaca de um final feliz, nem a idealização catastrófica de uma desterritorialização infinda. Contudo, compreendem que o paradoxo incontornável entre o familiar e o não-familiar, entre submeter-se aos modelos hegemônicos de feminilização e afirmar-se enquanto multiplicidade qualitativa que se diferencia gera, sem dúvida, um atordoamento que habita e impulsiona a reinvenção incessante de si.

Entretanto, este incômodo é responsável por gerar o desejo de movimentar-se, no sentido de uma negociação em que não precisa haver necessariamente uma conciliação. Uma negociação que expressa, como consequência, as miríades de singularização desse corpo. Um corpo desnudo que, em sua forma política, reivindica sua aparição nas diversas tramas sociais e nos diversos territórios, dialogando política e artisticamente com os elementos e as fronteiras que o constituem. Sendo assim, por que razão este corpo deveria sentir vergonha e permanecer escondido, já que é através dele que as trans reinventam seus modos de existir, transpõem limites e reafirmam suas lutas?

Ao tratar da homossexualidade, Foucault (2009) afirma que o homossexual, em função do posicionamento enviesado que ocupa na trama social, torna-se historicamente capaz de recompor virtualidades relacionais, através do agenciamento entre vida e políticas não-identitárias, como alternativa às instâncias biopolíticas que capturam e assujeitam. De modo análogo, presume-se que os corpos trans interioranos, contemporaneamente, simbolizam artefatos imprescindíveis para a constituição de relações sociais e afetivas fluidas e polimorfos. A partir do descentramento da lógica do mercado capitalista, tais relações estão propensas a fugir do produtivismo e descartar os modelos individualizantes e competitivos, à medida que propõem novas possibilidades de encontros com o outro e com seus pares, e esbanjam alegria em suas forças produtivas.

Nesse sentido, presume-se que as ações insurgentes das trans conquistenses não dizem respeito a um empreendimento individual e meritocrático, nem derivam de vaidades ou deslumbramentos egóicos que as descolam de seus pares. Ao contrário, referem-se a investimentos de singularização que formulam diversas corporalidades na construção de um território comum. Nesse sentido, Gisberta assim se manifesta: “Eu não

preciso dobrar minha ética para interesses pessoais mesquinhos [...] não vou esconder meus escândalos, minha revolta desnuda, minhas opiniões devassas. Eu não preciso das migalhas da sociedade conservadora pra me sentir aceita e amada”<sup>63</sup>.

Como já exposto ao longo dessa tese, essa memória autoficcional encerra um potencial de questionamento e transvaloração de inúmeras questões concernentes ao corpo trans: transformações corporais tecno-semióticas; (in)adequação aos códigos de inteligibilidade social; transmutação dos territórios fronteiriços que transpassam o gênero, a sexualidade, o corpo, o desejo e o prazer; novas possibilidades de vinculações afetivo-sexuais; (re)apropriação do território público e marginalizado da prostituição; reconfiguração das relações de amizade, de parentesco e familiares; criação de novos modos de insurgência; decolonização do corpo e dos processos subjetivos; ressignificação da (in)visibilidade trans; questionamento de saberes e narrativas sobre a transexualidades e travestilidades e construção de saberes locais, a partir das frestas.

À luz desta produção, essa memória autoficcional dos corpos trans interioranos, a partir dos marcadores de regionalidade, geração e classe, interpela insistentemente sobre os construção artesanal e os limites ficcionais das identidades, do corpo e do sistema sexo-gênero-desejo, profundamente marcados por concepções naturalizantes, essencialistas e a-históricas. Por fim, diante das ficções de poder dos regimes sócio-político-econômico-culturais essa memória autoficcional convida, ainda, à reflexão sobre as condições de possibilidade de reinvenção de si, rumo a uma insurgência erótico-criativa e desobediente.

As articulações de saberes realizados nesta pesquisa foram produzidas através da releitura dos movimentos de poder, das contingências históricas e da rearticulação de forças através de descentramentos que atualizam formas e combinações possíveis e não em direção a verdades incontestáveis, relações causais ou a um certo finalismo. Buscou-se questionar as ficções de verdade dos saberes instituídos, incluindo o saber acadêmico e dar visibilidade aos saberes locais das trans interioranas que, além de passar por processos de exclusão e invisibilidade na sociedade em geral, também sofrem discriminação de outros corpos trans que vivem nos grandes centros urbanos.

Trazer o foco para os saberes localizados na investigação da memória de corpos trans interioranos não significou negar o lugar da pesquisadora, que goza do privilégio da branquitude, da cisgeneridade e que se posiciona desde o conhecimento científico. Significou,

---

<sup>63</sup> Informação obtida no facebook. Publicada em 12 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/tito.abreu.14/posts/pfbid02cAZp8rdzAYKBFiZRn1szoMxgZgMXKopAbLqZ2RomrmkX6NeC3ZxYhdGoyjh5NJTql>



no entanto, assumir uma posição diante do reconhecimento político e epistemológico de uma população que teve por muito tempo seus saberes colocados em situação de descrédito e subalternidade e suas memórias soterradas para, a partir disso, se posicionar como aliada, dedicando-se a dar visibilidade a outros conhecimentos e potencializar outras vozes. Tudo isso, não apenas através da reprodução das falas das trans pesquisadas, mas, acima de tudo, criando condições para que elas possam ser enunciadas.

A relevância desta pesquisa, portanto, talvez esteja no questionamento das aberturas possíveis e na criação de condições alternativas de enunciação do corpo trans interiorano e de novas práticas coletivas de enfrentamento ao regime colonial-capitalista-cisheteronormativo. E, por meio desse questionamento, apostar na construção ética, estética e política de outros modos de vida que possam adquirir autonomia e ultrapassar os escritos desta tese.

O caminho dessa tese foi, todo ele, inspirado em uma força criativa capaz de questionar os modos de opressão e violência direcionados aos nossos corpos e nossas maneiras de experienciar as relações sexuais e afetivo-amorosas para, a partir daí, devanear sobre outras formas de vivenciar os corpos e seus prazeres. Foi, portanto, um percurso reflexivo, em constante diálogo, debate e engajamento com a população estudada e de aproximações teóricas dissociadas de concepções naturalizantes e universalistas.

Foram muitos os desafios dessa pesquisa, no entanto vale ressaltar que o principal entrave foram as limitações impostas no período da pandemia da covid-19, sobretudo entre os anos 2020 e 2021. Diante da determinação do isolamento social e do impedimento da circulação em lugares públicos, a imersão no campo de pesquisa ficou totalmente impossibilitada durante o início do período pandêmico, sendo retomado timidamente, alguns meses depois, através das redes sociais.

Nesse contexto, o acesso às mulheres transexuais e travestis se deu, sobretudo, através do acompanhamento das suas postagens realizadas nas redes sociais e conversas esparsas com algumas delas. O acesso aos territórios existenciais das trans, aos componentes semióticos, à linguagens, performances, ocupação espacial e ritmos, bem como o compartilhamento de experiências coletivas e individuais que estavam em curso, foram bruscamente interrompidos com a nova realidade social inaugurada nesse período.

Somado a isso, no processo imersivo no campo de investigação, a indissociabilidade entre pesquisa e intervenção foi questionada o tempo todo e aparece de modo explícito através da desconfiança de muitas interlocutoras quanto “às vantagens” que elas teriam em participar da pesquisa. A partir de uma provocação como essa, pode-se questionar, por exemplo, o modo como as pesquisas acadêmicas com o público trans têm aumentado vertiginosamente nos

últimos anos, incluindo o território de Vitória da Conquista. Sendo que, em muitos casos, existe uma dificuldade em fazer com que, tanto o processo, quanto o resultado dessas pesquisas se aproximem do cotidiano dessas pessoas, geralmente encaradas apenas como informantes, o que dificulta ainda mais o acesso a seus desdobramentos.

Outra provocação feita por uma das interlocutoras deste trabalho, já citada em outro momento da tese, refere-se à postura extrativista das pesquisadoras na produção do conhecimento científico. É notório que muitos trabalhos científicos tradicionais ainda são fortemente influenciados pelo ideal colonizador salvacionista de muitas/os pesquisadoras/pesquisadores que acreditam que a ciência é o grande arauto da civilização moderna e que somente através dela é possível salvar a vida das pessoas, sobretudo as que se encontram em situação de vulnerabilidade e exclusão sociais. Como consequência, colocam-se muitas vezes em uma posição hierarquicamente superior, acreditando inclusive que todas as pessoas e grupos pesquisados têm obrigação de contribuir com seus estudos.

Como resposta a essas provocações, talvez fosse possível relembrar alguns desdobramentos práticos como a comunicabilidade sobre os corpos trans em congressos, universidades, eventos públicos, dentre outros, onde foi possível dar maior visibilidade a essas existências no contexto interiorano. Outro ponto foi a transitabilidade de algumas mulheres transexuais e travestis em contextos como a universidade, programas de rádio, Câmara de Vereadores, decorrente de articulações realizadas com o intuito de criar espaços de enunciação das próprias trans.

No entanto, não se trata aqui de responder a um questionamento quanto a um resultado prático-utilitarista da pesquisa, pois talvez essa inquietação das trans surja de um problema mal colocado (BERGSON, 2006), já que, no campo da atividade cognitiva tradicional, prevalece a insistência rumo a descoberta de soluções para problemas já postos. Além disso, essa atividade conduz ao hábito de partir do nada em direção ao tudo, desconsiderando o processo, o que pode estimular a armadilha da idealização e a produção de expectativas transcendentais.

No que se refere ao questionamento de algumas trans quanto aos benefícios que a pesquisa poderia lhes trazer, ele tende a separar a trajetória percorrida pela pesquisa do seu resultado final. Essa perspectiva parte da premissa de que o resultado deva ser estático e previsível e, portanto, desconsidera-se o movimento enquanto ato temporal e este se vê imobilizado por meio de representações.

Logo, um dos maiores desafios ao longo de todo o processo de elaboração deste estudo foi a busca para superar o enrijecimento dessas representações e substituí-las, a

partir do questionamento das evidências, dos costumes e das familiaridades, por uma compreensão mais inventiva das questões que permeiam a elaboração do conhecimento através da pesquisa científica. Rastrou-se a possibilidade de expressão da virtualidade do passado pertencente a cada experiência, no intuito de gerar multiplicidades que pudessem se distanciar, em alguma proporção, da maquinaria institucional.

De acordo com o movimento possibilitado pela imersão nas redes de sociabilidade e no território das trans conquistense foi possível conceber a ideia de que o compartilhamento das experiências e dos afetos possibilitou um processo de dupla captura ou de fenômenos de captura simultâneos (DELEUZE; PARNET, 1998). Ou seja, foi possível realizar o encontro de durações distintas – das trans e da pesquisadora – formando uma zona de avizinhamo que, em função da multiplicidade de suas forças, promoveu mudanças em ambos os lados, assim como a composição de novos territórios. Isso em razão desses corpos trans estarem constantemente se fazendo, se destruindo e se refazendo e desta pesquisa, compreendida enquanto ação e fluxo interativo, ser imprevisível em seus desdobramentos.

A dupla captura não se refere a perspectivas autônomas que estabelecem uma relação fortuita entre si, como uma simples permuta. Os corpos trans, desse modo, não devem ser compreendidos apenas como os beneficiários dessa pesquisa, tampouco a pesquisadora vista apenas como a usurpadora de informações para incrementar sua investigação. Na dupla captura, ambas as partes estão abertas às possibilidades do encontro, formando algo entre elas, que não se localiza em nenhuma das partes separadamente e que são, portanto, indiscerníveis.

Trata-se de uma composição conjunta que tem a memória como campo privilegiado para o recrudescimento dessa criação. O compartilhamento de experiências possibilitou atualizar virtualidades que, por sua vez, permitiu a articulação de um projeto compartilhado e seus desdobramentos afetivos. Nesse ponto, a trajetória da pesquisadora e a trajetória das trans foram marcadas por movimentos não-lineares, que convergiram na elaboração assimétrica de uma composição, resultante do compartilhamento da evocação de lembranças atualizadas desde o presente e capazes de se reinventarem a cada encontro, em virtude de inúmeros diálogos, trocas, devaneios e experimentações.

Isto posto, tem-se que o mais importante não foi a disputa das partes para tirar o maior proveito das experiências compartilhadas e, sim, a compreensão sobre de que modo esses encontros e avizinhamos possibilitaram a construção de uma ética capaz de elaborar alternativas coletivas de produção e cooperação de modos reivindicativos de existência. Além disso, entender como produzir uma transformação cuidadosa de si, práticas ativistas e intervenções artísticas com vistas a contestar a expropriação da vida, visto que as forças que

reivindicam o direito à existência não surgem de vontades extrínsecas ou de arautos e sim de uma incansável luta para se fazer diferente do que se é e de um investimento nos aspectos relacionais na construção inexorável do comum.

De modo algum a conclusão desta tese, não obstante todas as interpelações feitas pelas trans participantes quanto ao alcance da produção do saber científico diante de suas realidades, se transpassa com um sentimento devedor diante das pessoas com as quais foram compartilhadas diversas experiências para a sua elaboração, até mesmo porque a própria ideia de compartilhamento afasta o desejo de captura do outro. Entretanto, o compartilhamento funcionou como o encontro de multiplicidades que fez brotar diferenciações.

Assim como a produção deste trabalho foi permeado por incertezas, invenção de procedimentos, hesitações, o desdobramento dele também o será. Admite-se, portanto, que esta produção foi capaz de inventariar discursivamente uma memória autoficcional dos corpos trans conquistenses por meio de afetos, experimentações, intensidades, malgrado a finalidade de obtenção de um título, já que, a partir de então, essas invenções, que causaram uma alegria enorme em sua efetuação, não pertencem mais a pesquisa em si, nem às trans participantes, mas pertencem ao mundo, como impulso vital capaz de estimular outros movimentos de singularização.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lisiane Machado. As potencialidades do pensamento geográfico: a cartografia de Deleuze e Guattari como método de pesquisa processual. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS**. 2010.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Guilherme. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades? **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 513-523, 2012.

AMARAL, Mac Cleide de Jesus Braga; SOUZA, Marcos Lopes de. A sinergia de uma proposta colaborativa sobre os corpos, gêneros e sexualidades em uma escola do ensino fundamental: fatores potencializadores. **Revista Intermeio**, v. 23, n. 46, p. 107-131, jul./dez. 2017.

AMARAL, Ricardo Andrade. O corpo transexual: campo de memória, norma e resistência em dois curtas-metragens baianos Orientador: Nilton Milanez. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-graduação em Memória, Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2017.

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 9, n. 1, p. 49-63, 2006.

ARÁN, Márcia. **Transexualidade e políticas de saúde pública no Brasil**, Anais do Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009.

AZEVEDO, Pietra Conceição; PEREIRA, Elcimar Dantas. “Cidade pequena não dá pra travesti, é só fumo”: performatização da identidade travesti e o contexto urbano mossoroense. Ponto Urbe. **Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, n. 26, 2020.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. **#EditalSetorial2019 – Fricção é um ponto de tensão entre a História e a Literatura**. 06 de Abril de 2022, Disponível em <http://www.cultura.ba.gov.br/2022/04/20910/EditalSetorial2019-Friccao-e-um-ponto-de-tensao-entre-a-Historia-e-a-Literatura.html> Acesso em : 30 de abril de 2022.

BALDIM, Fernanda Alves. O vício em pornografia: relações com a adicção na atualidade. Orientador: Paulo José da Costa. 2017. 199f. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Centro de Ciências Humanas. Universidade Estadual de Maringá, 2017.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual**. Orientador: Julio Assis Simões. 2010. 130f., Dissertação [Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2010.

BARBOSA, Bruno Cesar. “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. **Revista Latinoamericana: Sexualidad, Salud y Sociedad**. Dossier n.2, n.14, p.352-379, 2013.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Imaginando Trans** : saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo. Orientador: Julio Assis Simões. 2005. 187f. Tese [Doutorado]. Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2015.

BENEDETTI, Marcos. **Toda Feita**: O corpo e o gênero dos travestis. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018. **Brasil: ANTRA/IBTE**, 2019.

BENEVIDES, Bruna. **Como acessar o SUS para questões de transição?** ANTRA- Associação Nacional de Travestis e Transexuais. 27 de julho de 2020. Disponível em : <https://antrabrasil.org/2020/07/27/como-acessar-o-sus-para-questoes-de-transicao/> Acesso em: 31 de agosto de 2021.

BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. **Labrys estudos feministas**, v. 4, 2003.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. Brasiliense, 2009.

BENTO, Berenice. **Na Escola se Aprende Que a Diferença Faz uma Diferença**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, agosto, 2011a.

BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COOLING, Leandro (Org.) **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador : EDUFBA, 2011b.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Salvador, BA : Editora Devires, 2017.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, maio/ago., 2012.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo : Martins Fontes, 1999.

BERGSON, Henri. **O pensamento e o movente**, São Paulo : Martins Fontes, 2006.

BITENCOURT, Kueyla Andrade. TRANSterritorializações: O espaço (im)preciso da travestilidade. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 8, p. 154-173, 2017.

BITENCOURT, Kueyla de Andrade; RIBEIRO, Larissa Bahia. População Trans na Atenção Primária: aproximações e distanciamentos. **Revista Gênero**, v. 20, n. 1, p. 157-170, 2019.

BIXA TRAVESTY. Direção de Claudia Priscilla e Kiko Goifman. São Paulo: Válvula Produções, Paleotv e Canal Brasil, HD (75 minutos), 2019.

BOMBADEIRA: a dor da beleza. Direção de Luís Carlos Alencar. Salvador - BA. Produção: Singra. Produção e Edição de Fernando Oliveira. DVD (75 minutos). 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo :Edusp,1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia**. Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual. Brasília, Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Portaria n. 457/SAS, de 19 de agosto de 2008. **Regulamenta o Processo Transexualizador. no âmbito do Sistema Único de Saúde**, 2008.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria 1820/09**. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p.80-1, 14 ago. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria 2.803**, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER Judith. Desdiagnosticando o gênero. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, V.19, p. 95-126, 2009.

BUTLER, Judith. Corpos que ainda importam. In: COLLING, Leandro (Org). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, p. 19-42, 2016.

BUTLER. Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2017.

CAMPANHA Internacional “**Stop Trans Pathologization**”. 2012, Disponível em : <https://tgeu.org/stp-2012/> Acesso em : set. de 2020.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 27, n. 2, 2018.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. A violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro: características gerais. **Ciudadania sexual en America Latina: abriendo el debate**, p. 47-64, 2004.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. A (im) possível pureza: medicalização e militância na experiência de travestis e transexuais. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 8, p. 36-62, 2011a.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa?** Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. Orientador: Sergio Luís Carrara. 2011. Dissertação [Mestrado], Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2011b.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 14, p. 319-351, 2013.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual" (1910-1995), **Revista Brasileira de História**, vol.21, n.41, 2001.

CAVALCANTE, Francisco Brenno Soares; SILVA, Maria Madalena. Educar para a emancipação humana: o papel atual da escola e a busca por políticas LGBT no ambiente escolar. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 2, p. 44-55, 2014.

CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Os tentáculos da tarântula: Abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. SPE2, p. 175-191, 2018.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "epistemologia". In: **Educar em revista**. Curitiba, Editora UFPR, n. 35, p.37-5, set./dez,2009.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **(Des)fazendo gêneros e queerizando a vida:** a (des)educação de corpos. In: Ferrari A et al. *Corpo, gênero e sexualidade*. Lavras, MG: Universidade Federal de Lavras; p. 159-173, 2014.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em revista**, n. 66, p. 141-155, 2017.

COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero: em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 3, n. 2, p. 405, 2013.

COLLING, Leandro. Quatro dicas preliminares para transar a genealogia do queer no Brasil. In: BENTO, Berenice; FÉLIX-SILVA, A. V. (Org.). **Desfazendo gênero:** subjetividade, cidadania, transfeminismo. Natal: EDUFRN, p. 223-242, 2015a.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador – BA. EDUFBA, 2015b.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução n. 1.482**, Brasília, 1997.

Disponível

em:

[https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/1997/1482\\_1997.pdf](https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/1997/1482_1997.pdf)

Acesso em: novembro de 2020.



COSTA, Fernanda. **É uma necessidade de dizer como funciona o mundo a partir de nossa perspectiva.** Conquista Repórter. Vitória da Conquista, 20 de abril de 2022. Disponível em : <https://conquistareporter.com.br/e-uma-necessidade-de-dizer-como-funciona-o-mundo-a-partir-de-nossa-perspectiva-diz-gisberta-kali-sobre-novo-projeto-literario/>Acesso em : 30 de abril de 2022.

DAVI, Edmar Henrique Dairell; DE TOLEDO BRUNS, Maria Alves. Mundo-vida travesti: abordagem fenomenológica das travestilidades. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, pp. 521-533, 2015.

DAVI, Edmar Henrique Dairell; DE TOLEDO BRUNS, Maria Alves; SANTOS, Claudiene. “Na batalha”: história de vida e corporalidade travesti. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2010.

DE CARVALHO, Elis Silva. O extermínio das pessoas trans: a violência de gênero como enredo na literatura e na realidade. In: SMITH, Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira (Coord.) **Direitos humanos de grupos diferenciados: mulheres, transmulheres e travestis em foco.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

DE OLIVEIRA, Maria Helena Ferraz. Memória e história do Movimento de Mulheres de Vitória da Conquista: surgimento e influências. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, p. 273-289, 2021.

DELEUZE, Gilles, Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In : Deleuze, Gilles. **Conversações**, Rio de Janeiro, Editora 34, 2000.

DELEUZE, Gilles. **A Ilha Deserta.** São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo.** São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs** : Capitalismo e esquizofrenia. V.5. Rio de Janeiro : Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos.** São Paulo: Escuta, 1998.

DE MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves; GRANGEÃO, Fernanda do Nascimento; MONTENEGRO, Francisco Ferreira Pires de Albuquerque. A Pandemia do Covid-19 e o Descortinamento das Vulnerabilidades da População LGBTQI+ Brasileira. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, p. 102-119, 2020.

DE SOUZA, Daniel Cerdeira, COELHO, Ingrid Mesquita, dos Santos Martins, Felipe; HONORATO, Eduardo Jorge Sant’Ana. Assassinatos de lgbt’s no Brasil : uma análise de literatura entre 2010-2017. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 10, p. 24-39, 2018.

DUARTE, André; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Estética da existência como política da vida em comum: Foucault e o conceito de comunidades plurais. **O que nos faz pensar**, v. 21, n. 31, p. 153-173, 2012.

DUARTE FILHO, Ricardo. Leona Assassina Vingativa: bichas astuciosas e malandragem queer. **Imagofagia: revista de la Asociación Argentina de Estudios de Cine y Audiovisual**, n. 18, p. 85-109, 2018.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FAVERO, Sofia. Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. **Equatorial–Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, v. 7, n. 12, p. 1-22, 2020.

FERNANDÉZ, Josefina. **Cuerpos desobedientes:** Travestismo y identidad de género. Buenos Aires: Edhasa, 2004.

FERREIRA, I. **Universo Trans em tempos de inclusão social:** qual o lugar da prostituição?. Dissertação [Mestrado], Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FREZZATTI JR, Wilson Antonio. Os sentidos do darwinismo. **Temas & Matizes**, v. 8, n. 15, p. 55-68, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II:** O uso dos prazeres. 8edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro : Edições Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** Curso no Collège de France (1975-1976), São Paulo, Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, MICHEL. **Da amizade como modo de vida** (tradução de Wanderson Flor do Nascimento da entrevista “De l’amitiécommemode de vie” concedida à R. de Ceccaty, J. Danet e J. Le Bitoux, publicada no jornal GaiPied, nº 25, abril de 1981, p. 38-39). 2009.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito :** curso dado no Collège de France (1981-1982). 3ª ed. São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. O corpo utópico; as heterotopias. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FRANCO, Neil; SALVADOR, Nayara Rios Cunha. " TODO MUNDO TÁ SEMPRE TOMANDO CONTA DA VIDA DOS OUTROS": vivências e trajetórias LGBTQIA+ em contextos interioranos. **Revista Debates Insubmissos**, v. 3, n. 9, p. 253-282, 2020.

GALINDO, Dolores; MÉLLO, Ricardo Pimentel; VILELA, Renata. Modos de Viver Pulsáteis: navegando nas comunidades Trans sobre hormônios. **Revista Polis e Psique**, v. 3, n. 2, p. 19-42, 2013.

GALLO, Silvio. Fascismo e bionecropolítica na pandemia. [S.l.]. **Conversação Libertária na Soma On Line**. 22 de Maio de 2020. 1 vídeo (1h:34 min.). [Live]. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=ameViPfVMTU>. Acesso em : 22 de Maio de 2020.

GALVÃO, Bruno Abilio. **A ética em Michel Foucault**: do cuidado de si à estética da existência. **Intuitio**, v. 7, n. 1, p. 157-168, 2014.

GOMES, Marcel Maia; FERRERI, Marcelo; LEMOS, Flávia. O cuidado de si em Michel Foucault: um dispositivo de problematização do político no contemporâneo. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, p. 189-195, 2018.

GONTIJO, Fabiano. As experiências da diversidade sexual e de gênero no interior da Amazônia: apontamentos para estudos nas ciências sociais. **Ciência e Cultura**, v. 69, n. 1, p. 50-53, 2017.

GREEN, James N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina do Brasil do sec. XX. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In : BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2 ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2019.

GRUNVALD, Vi. Algumas reflexões pessoais sobre a descolonização da queer. **CIDADE queer: uma leitora**. São Paulo: Edições Aurora, p. 22-33, 2017.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**, São Paulo : Editora 34, 2012.

GUIMARÃES, Joaquim Francisco Soares; REZENDE, Cacia Valéria de; BRITO, Ana Maria Plech de. O conceito de memória na obra “Matéria e memória” de Henri Bergson. **VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”**. São Cristóvão, SE, 2012.

GUIMARÃES, Cristian Fabiano; MENEGHEL, Stela Nazareth; GUARANHA, Camila; BARNART, Fabiano; SIMÕES, Igor Garber; MOURA, Julliane Quevedo de . Assassinatos de Travestis e Transexuais no Rio Grande do Sul: crimes pautados em gênero? **Athenea digital**: revista de pensamento y investigación social. Barcelona. Vol. 13, n. 2 (jul. 2013), p. 219-227, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **O Futuro da Natureza Humana**. A caminho de uma eugenia liberal? São Paulo: Martins Fontes, 2010.

HAESBAERT, Rogerio. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, 2003.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: **Anais do I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades**. Porto Alegre: Programa de Pós-

graduação em Geografia da UFRGS, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. 1 ed. Rio de Janeiro : Editora Bertrand Brasil, 2014.

HALBERSTAM, Jack. **A arte queer do fracasso**. Recife : CEPE, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo - socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica; 2000.

HENRIQUES, Rogério da Silva Paes; LEITE, André Filipe dos Santos. A disforia de gênero como síndrome cultural norte-americana. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 3, 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População estimada de Vitória da Conquista- Ba**. Rio de Janeiro : IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/vitoria-da-conquista.html> Acesso em : janeiro de 2020.

JEOLÁS, Luiz Carlos Sollberger. **Vendo (o) corpo, vendo (a) imagem: a autorrepresentação fotográfica de mulheres e travestis profissionais do sexo do Jardim Itatinga, Campinas**. Orientador: Prof. Dr. Fernando Cury de Tacca. 2018. 180 f. Tese [Doutorado]. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Artes, 2009.

JÚNIOR, Gilson Santiago Macedo. **Por uma cartografia da cidade-armário**. In: Direito à Cidade: Vivências e Olhares de identidade de gênero e diversidade afetiva & sexual. São Paulo: IBDU, 2017.

KALI, Gisberta. **Nós Fomos Malditas**. Vitória da Conquista, 06 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile/100012369038876/search/?q=Balb%C3%BARDias> Acesso em: 16 de novembro de 2018.

KALI, Gisberta. **Carta aos Santos**. Vitória da Conquista, 06 de outubro de 2020. Facebook: tito.abreu.14. Disponível em: <https://www.facebook.com/tito.abreu.14/posts/pfbid02QeXbX8vbL4nED48nT9tVFTuFgjRYsHwwMf3QWBQ4Y4rCWEH6GiBFWonjsVZ4GoP1l> . Acesso em: 20 de abril de 2022.

KALI. Gisberta. **Me orgulho de ser expulsa**. Vitória da Conquista, 12 de outubro de 2020. Facebook: tito.abreu.14, Disponível em: <https://www.facebook.com/tito.abreu.14/posts/pfbid02uBcAVLHxvuo318C47bca2jaxK968a9jNnpGyTPjxHGx8KPNN4bLn6WqWzQX3F1sl>. Acesso em : 20 de abril de 2022.

KALI, Gisberta. **Eu não troco meu voto por cargo em prefeitura**. Vitória da Conquista, 20 de outubro de 2020. Facebook : tito.abreu.14. Disponível em : <https://www.facebook.com/profile/100001246001324/search/?q=Eu%20n%C3%A3o%20troco%20meu%20voto%20por%20cargo%20em%20prefeitura>. Acesso em: janeiro de 2022.

KALI, Gisberta. **Da prudência ou um exercício de vida**. Vitória da Conquista, 07 de março de 2022. Facebook : tito.abreu.14. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile/100001246001324/search/?q=Da%20prud%C3%Aancia%20ou%20um%20exerc%C3%ADcio%20de%20vida>. Acesso em: março de 2022.

KAUSS, Bruno; POLIDORO, Maurício; COSTA, Adriano; CANAVESE, Daniel. “Semente para Luta”: ativismos, direito à saúde e enfrentamentos de pessoas LGBTI na pandemia da covid-19. **Saúde e Sociedade**, v. 30, p. e201026, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

KULICK, Dom. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz, 2008.

LACERDA, Luciana Xavier Bastos. **Empunhando a Bandeira Colorida: Memórias Do Movimento LGBT Em Vitória Da Conquista (2001-2016)**. Orientador: Prof. Dr. Cláudio Eduardo Felix dos Santos. 2021. 130f. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista - BA, 2021.

LAGO, Mara Coelho de Souza; SANTOS, Daniel Kerry dos. Cartografando estilizações do homoerotismo na velhice: pistas metodológicas nos estudos sobre sexualidades. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 95-106, maio-ago., 2015.

LANZ, Letícia. Ser uma pessoa transgênera é ser um não-ser. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 205-220, 2016.

LAPOUJADE, David. **Potências do tempo**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE BRETON, Corpo, Gênero, Identidade. In: FERRARI, Anderson et al. **Corpo, Gênero e Sexualidade**. Lavras, MG, Universidade Federal de Lavras, 2014.

LEITE JR, Jorge. **Das maravilhas e prodígios sexuais: a pornografia" bizarra" como entretenimento**. São Paulo : Annablume, 2006.

LEITE JR, Jorge. **Nossos corpos também mudam** : sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. Orientadora : Maria Celeste Mira. 230 f. Tese [Doutorado], Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC - São Paulo, 2008.

LEITE JR, Jorge. Travestis brasileiras e exotismo sexual. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 50, n. 1, p. 41- 47, 2014.

LEITE, André; SANTOS, Claudiene. Cartografias Trans: mapas sobre a apropriação médica das transexualidades. **Clínica & Cultura**, v. 5, n. 1, p. 50-64, 2016.

LEMKE, Thomas. Foucault, governamentalidade e crítica. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, p. 194-213, 2017.

LIMA, Fátima. **Corpos, gêneros, sexualidades**: políticas de subjetivação. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo; YASUI, Silvio. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde em debate**, v. 38, n. 102, p. 593-606, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer : uma política pós-identitária para a educação. **Revista de Estudos Feministas**, v.9, n.2, p. 541-553, jan. 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação** : uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008.

MACIEL JR., Auterives. **O Todo-Aberto** : Tempo e Duração em Henri Bergson. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2017.

MACHADO, Carla. Pânico moral: para uma revisão do conceito. **Interações: Sociedade e as novas modernidades**, n. 7, 2004.

MARILAC, Luísa; QUEIROZ, Nana. **Eu, travesti**: memórias de Luísa Marilac. Rio de Janeiro : Editora Record, 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes e Ensaios**, RJ, n. 32, p. 123-151, dez., 2016.

MCRAE, Edward. **A construção da igualdade** : a identidade sexual e a política no Brasil da abertura. Campinas : UNICAMP, 1990.

MEDEIROS, R.H.A. A idéia de Conquista e o Sertão da Ressaca. IN: **Anais do 4º Congresso de História da Bahia**. [Salvador 450 anos], 27 de setembro a 1º de outubro de 1999. – Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, p.285, 2001.

MENDES, Geisa Flores; DE ALMEIDA, Maria Geralda. Memória, símbolos e representações na configuração socioespacial do sertão da ressaca – Bahia. **Mercator**, v. 7, n. 13, p. 29 a 37-29 a 37, 2008.

MESQUITA, Marina Leitão. A conquista da feminilidade: Uma análise interseccional da montagem corporal transformista. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 17, n. 29, p. 314-328, 2020.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais - Projetos Globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGUEL, Luiz Henrique. **Gerações travestis**: Corpo, subjetividade e geracionalidade entre travestis do interior de São Paulo. Orientador: Jorge Leite Junior. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2015.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. In: **Congresso de leitura do Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2007. Disponível em: [https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais16/prog\\_pdf/prog03\\_01.pdf](https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf) Acesso em Agosto de 2020.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), 2012.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta**. São Paulo : Hoo Editora, 2016.

MOMBAÇA, Jota. **Pode um cu mestiço falar?** Medium, 6 jan. 2015. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee> Acesso em : janeiro de 2021.

MOMBAÇA, Jota (Monstra Errática/MC Katrina). **Para desaprender o queer dos trópicos**: desmontando a caravela queer. In: Ssexbbox, ago 28, 2016. Disponível em: <http://www.ssexbbox.com/2016/08/para-desaprender-o-queer-dos-tropicos-desmontando-a-caravela-queer/#:~:text=Desaprender%20o%20queer%20dos%20tr%C3%B3picos%20tem%20assim%20o%20sentido%20de,que%20a%20apropria%C3%A7%C3%A3o%20do%20queer> Acesso em: maio de 2018.

MOMBAÇA, Jota. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência**. São Paulo: Fundação Bienal (32a. Bienal de São Paulo – Incerteza Viva), 2017.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro : Cobogó, 2021.

MOTT, Luiz. **Escravidão, Homossexualidade e Demonologia**. São Paulo : Ícone, 1988.

NÚÑEZ, Geni Daniela; DE OLIVEIRA, João Manuel; DE SOUZA LAGO, Mara Coelho. Monogamia e (anti) colonialidades: uma artesanía narrativa indígena. **Teoria e Cultura**, v. 16, n. 3, p. 76-88, 2021.

OLIVEIRA, Neuza Maria. **Damas de paus**: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher. Salvador : Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**:(r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Orientadora: o Dra. Maria Rita de Assis César. 2017. 192f. Tese [Doutorado], Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2017.

ORNAT, Marcio José. **Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa - Paraná**. 2008, 279f. Dissertação [Mestrado], Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2008.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e Estética da Existência em Foucault**. Rio de Janeiro : Edições Graal LTDA, 1999.

O SUSSURRO DO JAGUAR. Direção de Thais Guisasola e Simon Jaikiriuma Paetau. Brasil, Colômbia e Alemanha. HD (79 minutos), 2018. Disponível em : <https://mubi.com/pt/films/the-whisper-of-the-jaguar>. Acesso em: agosto de 2020.

PARKER, Richard. **Corpos, Prazeres e Paixões**: Cultura Sexual no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Best Seller, 1991.

PARNET, Claire. **O abecedário de Gilles Deleuze**. 1988. Dirigido por: Pierre-André Boutang. Disponível em: Gilles\_Deleuze,\_Claire\_Parnet]\_Abeced\_rio(z-lib.org).pdf. Acesso em: julho de 2020.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. Violência contra LGBTs no Brasil: premissas históricas da violação no Brasil. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 10, p. 7-23, 2018.

PELBART, Peter Pál. **Vida Capital: ensaios biopolíticos**. São Paulo : Iluminuras, 2011.

PELÚCIO, Larissa. "Toda quebrada na plástica": corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. **Campos-Revista de Antropologia**, v. 6, 2005.

PELÚCIO, Larissa. Ativismo soropositivo: a politização da AIDS. **Ilha - Revista de Antropologia**. V. 9, n.1-2, p. 119-141, 2007.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume, 2009a.

PELÚCIO, Larissa. Gozos ilegítimos: tesão, erotismo e culpa na relação entre clientes e travestis que se prostituem. In: DÍAZ-BENÍTEZ, M. E.; FÍGARI, C. E. (orgs.). **Prazeres Dissidentes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009b.

PELÚCIO, Larissa. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. **Saúde e sociedade**, v. 20, p. 76-85, 2011.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 2, n. 2, p. 395, jul/dez 2012.

PELÚCIO, Larissa. O cu (de) Preciado—estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil. **Iberic@ I: Revue d'études ibériques et ibéro-américaines**, v. 9, p. 123-136, 2016.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, n. 1, p. 125-157, 2009.

PEREIRA, Pedro Paulo. Queer nos trópicos. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez, pp. 371-394, 2012.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. **De corpos e travessias**: uma antropologia de corpos e afetos. São Paulo: Annablume; 2014.

PERES, Wiliam Siqueira. Violência estrutural e AIDS na comunidade travesti brasileira. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 3, n. 1, p. 21-31, 2004.

PERES, Wiliam Siqueira. **Subjetividade das travestis brasileiras**: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania. Orientador:. 2005. Tese [Doutorado] Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, 2005.



PERES, Wiliam Siqueira. Travestis: corpo, cuidado de si e cidadania. **Fazendo Gênero**, v. 8, p. 1-7, 2008.

PERES Wiliam Siqueira. Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. In: DE SOUZA, Luis Antonio Francisco; DE MAGALHÃES, Bóris Ribeiro; SABATINI, Thiago Teixeira (Orgs.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. São Paulo: Editora Oficina Universitária, 2011.

PERLONGHER, Nestor. **O que é AIDS**. São Paulo : Brasiliense, 1987.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.

PERRA, Hija de. Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 2, p. 291-298, 2014.

PINHEIRO, Tarcísio Dunga. Para além das esquinas: sobre o processo de construção de subjetividades das travestis brasileiras. In: **Anais do Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades - CONINTER 3**. Salvador - BA, 2014, ISSN 2316-266X, n.3, v. 7, p. 668-680, 2014.

PMVC. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. **Lei Complementar nº 1.986**, de 30 de maio de 2014, Disponível em : <https://www.pmvc.ba.gov.br/coordenacao-de-politicas-da-cidadania-e-direitos-de-lgbt/> Acesso em : Janeiro de 2020.

PMVC. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. **Decreto n. 14. 273** de 14 de fevereiro de 2012. Vitória da Conquista, Bahia. Disponível em : \_ Acesso em : Dezembro 2020.

PRATES Adriana. A redução de danos aplicada ao uso de silicone líquido e hormônios. In: COELHO Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO Liliana Lopes Pedral (org.). **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: EDUFBA; 2014. p. 125-132.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos " anormais". **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo : n -1 Edições, 2015.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie** : sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo : n-1 edições, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificacion social. **Journal of Worldsystems Research**. Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein.vi /2, pp. 342-386. 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In Lander, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 117-142, 2005.

RODRÍGUEZ OLFENZA, Yná Kabe Rodríguez. **Táticas de Resistência**: Relatórios da sobrevivência da onça. Orientadora : Luisa Günther Rosa. 2019. 238 f., il. Dissertação (Mestrado em Arte). Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

ROLNIK, Suely; GUATTARI, Félix. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis, RJ, 2006.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo : n-1 edições, 2018.

ROUGEMONT, Denis. **A História do amor no ocidente**. São Paulo: Ediouro, 2003.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das encruzilhadas Exu como Educação. **Revista Exitus**, v. 9, n. 4, p. 262-289, 2019.

SANTANA, Alef Diogo da Silva; MELO, Lucas Pereira de. Pandemia de covid-19 e população LGBTI+.(In) visibilidades dos impactos sociais. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 37, p. e21202, 2021.

SANTOS, Ailton. Transexualidade e Travestilidade – conjunções e disjunções. In: COELHO, M. T.; SAMPAIO, L. L. (Org.). **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2014.

SANTOS, Danilo Bittencourt. **“Quem não pode com o pote, não pega na rudia”**: encruzilhadas étnicas e de gênero de Tieta, uma travesti em trânsitos. Orientador – Marcos Lopes. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2019.

SANTOS, Dionys Melo dos. **As travestis no cinema da boca do lixo e na pornografia digital**. Orientador: Prof. Dr. Jorge Leite Júnior, 2019, 183f. Dissertação [Mestrado], Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2019.

SANTOS, Maria de Fatima Lima. A invenção do dispositivo da transexualidade: produção de “verdades” e experiências trans. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 28, p. 117-130, 2011.

SANTOS, Thiago Henrique Ribeiro dos. Reflexões transversais sobre o corpo de Hija de Perra (1980-2014). In: GOMES, Aguinaldo Rodrigues; LION, Antonio Ricardo Calori de. (Orgs.) **Corpos em Trânsito**: Existências, Subjetividades e Representatividades. 1 ed. Salvador : Editora Devires, 2020.

SIERRA, Jamil Cabral. **Marcos da vida viável, marcas da vida vivível**: O governo da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para a teorização político-educacional LGBT. Orientadora: Dr<sup>a</sup> Maria Rita de Assis César. 2013. 231f. Tese [Doutorado em Educação], Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2013.

SILVA, Aline Ferraz da. **Currículo e diferença**: cartografia de um corpo travesti. 2014. Tese [Doutorado], Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas - RS, 2014.

SILVA, Hélio Raimundo Santos. **Travestis**: entre o espelho e a rua. RJ : Rocco, 2007.

SILVA, Mariah Rafaela. Revolução antropofágica - devir, transexualidade, negritude e política de subjetivação na academia. In : de Jesus, Dánie Marcelo., de Melo, Glenda Cristina Valim, Tchalian, Vicente, & Júnior, Sara Wagner Pimenta. Gonçalves. (Orgs.). **Corpos transgressores**: Políticas de resistências. Campinas, SP : Pontes Editores, 2018.

SILVA, Mariah Rafaela. Código da ameaça: trans, Classe de risco: preta. **N-1 edições**, 2020. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/123>> Acessado em: 20/10/2021.

SILVA, Rogério Araújo da. **Mulheres da vida? Um estudo sobre a prostituição feminina**. Orientadora: Selma Sena. 2004. 149f. Dissertação [Mestrado], Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu et al. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu et al (Orgs.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Orientador: Djalma Thuler 2015. 244 f. Dissertação [Mestrado]. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, 2015.

SIMAS, Luiz Antonio. **O corpo encantado das ruas**. RJ: Civilização Brasileira, 2020.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Flecha no Tempo**. Rio de Janeiro : Mórula, 2019.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz; HADDOCK-LOBO, Rafael. **Arruaças**: Uma filosofia popular brasileira. 1 ed. Rio de Janeiro : Bazar do tempo, 2020.

SIQUEIRA, Mônica Soares. **Arrasando horrores**: uma etnografia das memórias, formas de sociabilidade e itinerários urbanos de travestis das antigas. Orientadora : Ana Luiza Carvalho da Rocha. 2009. 530 f. Tese [Doutorado]. Universidade federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2009.

SOARES DOS SANTOS, Ronan, **A construção das cidades no Brasil**: capital, poder público, população e a produção do espaço urbano em Vitória da Conquista (1940 -2010). Diretor de tese: Dr. Jaume Font Garolera. 2013. 384f. Tese [Doutorado]. Universitat de Barcelona, Facultad de Geografia i Historia. Barcelona, Espanha, 2013.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SOUZA, Jessé. **A invisibilidade da Desigualdade Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Belarmino de Jesus. **Uma polis sertaneja, fora do eixo e fora do centro**: imprensa e memória nas disputas políticas em Vitória da Conquista (1962-1992). Orientadora: Lina Maria Brandão de Aras. 2010. 288f. Tese [Doutorado]. Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

TEIXEIRA, Adriana Melo; MORAIS, Francisco José da Silva Nóbrega; TEIXEIRA, Marileide Pereira Martins. Transexualidade e travestilidade na Saúde. In: **Transexualidade e Travestilidade na Saúde**. Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. **Vidas que desafiam corpos e sonhos**: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade. Orientadora: Adriana Gracia Piscitelli. 2009. 243f. Tese [Doutorado]. UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

TEIXEIRA, Ricardo Rodrigues. **Agenciamentos tecnosemiológicos e produção de subjetividade**: contribuição para o debate sobre a trans-formação do sujeito na saúde. Ciência e saúde coletiva, vol.6, no.1, Rio de Janeiro, 2001.

TOLEDO, Maria Thereza. Uma Discussão sobre o Ideal de Amor Romântico na Contemporaneidade: do Romantismo aos padrões da Cultura de Massa. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 2, n. 2, p. 303-320, 2013.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. **O vôo da beleza**: travestilidade e devir minoritário. Orientadora: Julia Maria Pereira de Miranda Henriques. 2005. 308 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Fortaleza-CE, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Quando a Inclusão pode ser uma forma de exclusão**. In: MACHADO, A. M. et al (Org.) Psicologia e Direitos Humanos : Educação Inclusiva, Direitos Humanos na escola. São Paulo : Casa do Psicólogo, 2005.

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis**: carne, tinta e papel. Curitiba : Appris, 2019.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Relatório do Plano Diretor Urbano de Vitória da Conquista – PDU**. UFC Engenharia, 2004. Disponível em : <http://www.ufcengenharia.com.br/plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-do-municipio-de-vitoria-da-conquista/> Acesso em : novembro de 2021.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo Educado**. 4 ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2018.

YORK, Sara Wagner. **Tia, você é homem? Trans na/da educação**: des(a)fiando e ocupando os “cistemas” de Pós-graduação. Orientador: Fernando Altair pocahy. 2020. 187f. Dissertação [Mestrado]. Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rios de Janeiro, 2020.